UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

AGRICULTURA CAMPONESA NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO SOBRE OS SEM TERRA DE SERRA AZUL E RIBEIRÃO PRETO (SP)

ELISA PINHEIRO DE FREITAS

SÃO PAULO
2008

ELISA PINHEIRO DE FREITAS

AGRICULTURA CAMPONESA NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO SOBRE OS SEM TERRA DE SERRA AZUL E RIBEIRÃO PRETO (SP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

SÃO PAULO
2008

A Deus, nosso Senhor

Aos meus pais, Corgésio e Maria

As minhas irmãs, Elaine e Heloísa

Ao meu namorado, Flaviano

Agradecimentos

Esse, talvez, seja o momento que mais despertou em mim, sérias preocupações, porque não quero cometer nenhuma injustiça, no sentido de esquecer, eventualmente, as pessoas que contribuíram de um modo ou de outro para que esse estudo fosse concretizado. Caso esse esquecimento venha ocorrer, peço sinceras desculpas. Porém, estou certa que serei extremamente fiel a todos aqueles que compartilharam comigo momentos que foram imprescindíveis para o meu crescimento não apenas intelectual, mas, sobretudo, o meu crescimento pessoal.

Inicio esse momento, agradecendo ao meu orientador, Prof. Dr. Julio César Suzuki, que me possibilitou o ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP e que gentilmente acompanhou o desenvolvimento dessa pesquisa. Muito obrigada, Júlio!

Quero expressar a minha gratidão e carinho à Profa. Dra. Rosa Ester Rossini a qual devo a oportunidade concedida, ainda quando era aluna do curso de graduação, de me tornar bolsista de Iniciação Científica e, conseqüentemente, poder pesquisar sobre as transformações territoriais, econômicas, sociais e políticas que estavam postas no nordeste paulista, especificamente, na região de Ribeirão Preto. Também, aproveito tal ocasião para agradecê-la pelas contribuições feitas durante o exame de qualificação. Contribuições estas que foram de grande valia para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço a Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi pela leitura cuidadosa do meu relatório de qualificação e pelas sugestões feitas no exame de qualificação. Indubitavelmente, a Profa. Larissa possibilitou-me compreender os aspectos que caracterizam a agricultura camponesa e que a faz diferenciar-se da agricultura capitalista. Tais contribuições foram seminais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas do grupo de estudos do Laboplan, aos quais dedico minha enorme gratidão e carinho. Assim, agradeço a Ana Elisa, técnica do laboratório que

sempre foi solícita as nossas necessidades. A Aline Santos, a minha gratidão por me ajudar nos momentos mais difíceis por meio de sua força e motivação.

À sempre amiga Elisângela Couto. Sempre fomos amigas e parceiras desde a graduação. A Elisângela, mais conhecida por Branca, quero agradecê-la por muitas razões. Primeiro, sempre se preocupou com os 'meus sumiços'. Às vezes, quando eu não ia à USP, lá estava a Branca, perguntado o que havia acontecido comigo. Segundo, foi a pessoa que mais me motivou a dar continuidade ao meu tema de pesquisa. Desse modo, muitas das discussões que fizemos juntas foram fundamentais para o meu crescimento intelectual.

Ao Pedro Mezgrasvis, quero agradecer as preciosas indicações bibliográficas que muito contribuíram para os meus estudos.

Ao Antônio Marcos Roseira, sou grata pelas calorosas e longas discussões sobre Geopolítica que realizamos conjuntamente em vários momentos no Laboplan.

Ao meu querido amigo Ricardo Hirata, agradeço a generosidade e a simplicidade. Muito obrigada Ricardo!

É claro que, se ele pensa que eu haveria de esquecê-lo... Carlos Alberto Povoa, quero agradecê-lo profundamente por inúmeras razões: agradeço-o por ser essa pessoa divertidíssima. Agradeço-o pela parceria que fizemos quando fomos a Coronel Fabriciano participar do evento na UNILESTE e, por fim, agradeço-o por sempre ter sido tão solícito e ter sido um grande apoio para mim.

Ao Elias Jabour que sempre torceu para que eu conseguisse entrar no mestrado. Muito obrigada Elias!

À Marina agradeço-a pelas longas discussões que travamos sobre a obra e o pensamento de Ignácio Rangel. Valeu Marina!

Ao Selito, técnico do laboratório de Geografia Agrária. Sempre gentil e prestativo. Uma pessoa maravilhosa. Muito obrigada!

Ao André Eduardo sou extremamente grata por sua gentileza, cooperação e simplicidade.

À Vânia, que muito contribuiu com as minhas discussões por também estudar um tema parecido com o meu. Sou lhe muito grata Vânia!

Ao Camilo Busto e Lina, pessoas maravilhosas que tive o privilégio de conhecer e que contribuíram com o meu projeto de pesquisa, por meio da cuidadosa leitura que fizeram e pelas sugestões.

Ao Imário, uma pessoa iluminada e simples com a qual tive oportunidade de trocar idéias e experiências.

Ao Evandro, que desde quando cursamos uma disciplina da pós-graduação, na condição de alunos especiais, ele demonstrou ser uma pessoa generosa e cooperativa. Além disso, tive o privilégio de conhecer seus dotes culinários.

Também não poderia deixar de agradecer à Viviane, à Telma, ao Amauri, ao Rogério, ao Josoaldo, ao Márcio e ao Samarone, pela convivência durante os colóquios que ocorreram no laboratório de Geografia Agrária.

Neste momento, agradeço a Secretaria Estadual de Educação pela concessão da Bolsa Mestrado. E de modo especial, à Comissão Regional, representada pela pessoa do Dirigente de Ensino de São José dos Campos, Altimar Costa da Silva que sempre foi solícito as nossas necessidades.

Agradeço aos meus colegas da oficina pedagógica que me acolheram de braços abertos quando lá cheguei para integrar a equipe. De modo especial, agradeço à Régia, uma pessoa a qual serei eternamente grata pela ajuda dada no início do meu ingresso na oficina. A todos vocês, minha profunda gratidão.

Quero agradecer ao meu namorado, Flaviano, o qual participou dos meus trabalhos de campo e ajudou na coleta dos dados. Uma pessoa brilhante, generosa e a qual admiro profundamente.

Também às minhas irmãs, Elaine e Heloisa, que participaram comigo de alguns trabalhos de campo. Em muitos deles, saíram tocadas com as histórias e as imagens com a quais elas tiveram contato.

Agradeço à Patrícia e à Marcela, alunas de Iniciação Científica da Profa. Dra. Rosa Ester, no auxílio que deram na realização do último trabalho de campo. Também à Rosângela e à Marina que nos acolheram em Serra Azul.

E, por fim, agradeço o acolhimento que tive no Assentamento Sepé Tiaraju, no Acampamento Mário Lago e no Acampamento Independentes Índio Galdino. Por isso, agradeço a generosidade e a solicitude do Adilson Niceto e doMoacir (Núcleo

Paulo Freire); ao Geovane e ao Carlinhos (Núcleo Zumbi de Palmares); ao Ronaldo, ao Moacir de Mello e à Valdenice (Núcleo Chico Mendes) e ao Mário, ao Júlio, à Lusia, à Arlinda, ao João e à Áurea. À Irmã Vera, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência, pela disponibilidade em me receber na Casa Missionária. A todos vocês do Assentamento Sepé Tiaraju, muito obrigada.

Agradeço à Gláucia, ao Luis e ao João do Acampamento Mário Lago pelas informações que concederam. E, de modo especial, agradeço ao Zezé, à Joana, ao Erivaldo, ao Edílson, à Maria, à Francisca, ao Juarez, ao Divino e às crianças João Pedro e Paulo Ricardo do Acampamento Índio Galdino pelo acolhimento e carinho demonstrado durante a realização da nossa pesquisa. A vocês, minha profunda gratidão!

A constância, a aderência e a viscosidade das coisas, tanto animadas quanto inanimadas são os perigos mais sinistros e terminais, as fontes dos temores mais assustadores e os alvos dos ataques mais violentos.

Zygmunt Bauman

Sumário

Resumo 11

Abstract 12

Lista de Ilustrações 13

Lista de tabelas, quadros e gráficos 14

Lista de fotografias 15

Lista de Abreviaturas e siglas 17

INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO 1 .....

DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO 44

1.1. Os motores da modernização agrícola 46

1.2. As características da modernização agrícola e os Complexos Agroindustriais (CAIS) na região de Ribeirão Preto 50

1.3. O conflito entre o Capital e o Trabalho 58

1.4. A mobilização dos pobres do campo e da cidade na região de Ribeirão: atuação compartilhada entre o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) 69

1.5. Ocupações nos municípios de Matão, Barretos, Restinga e Ribeirão Preto 80

CAPÍTULO 2 .....

O ACONTECER SOLIDÁRIO: A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO SEPÉ TIARAJU ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SERRANA E SERRA AZUL 89

2.1. Fazenda Santa Clara e a manifestação de tensão social pela posse da terra 90

2.2. O processo de organização do acampamento Sepé Tiaraju no sítio da FERROBAN 93

2.3. O processo de organização do Acampamento Sepé Tiaraju ao longo da antiga EFSPM 102

2.4. Resistência x Desistência durante a etapa do acampamento: algumas reflexões 111

2.5. Organização dos setores do Acampamento Sepé Tiaraju 116
CAPÍTULO 3 .....
DA CONQUISTA A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU..... 123
3.1. O fenômeno do arrendamento de terra nos Assentamentos de Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto..... 125
3.2. Do processo de Aquisição da Fazenda Santa Clara pelo INCRA à Implementação do PDS e do TAC no Assentamento Sepé Tiaraju 134
3.3. O mutirão para a construção das casas e a parceria para o trabalho na lavoura 141
3.4. AGROSEPÉ e as questões da cooperação 151
CAPÍTULO 4 .....
A SOCIALIBILIDADE CAMPONESA..... 157
4.1. A prática de uma policultura orgânica..... 159
4.2. A persistência do capital em subordinar a renda da terra..... 190
4.3. Da superação dos estigmas sociais à conquista de uma identidade positiva e autônoma 192
4.4. A prática religiosa no Sepé Tiaraju 205
4.5. Os dilemas de manter a juventude no campo..... 208
4.6. Os conflitos no assentamento Sepé Tiaraju..... 210
CAPÍTULO 5 .....
OS DESDOBRAMENTOS DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU 215
5.1. Formação do acampamento Mário Lago em Ribeirão Preto..... 219
5.2. Uma só terra, para três movimentos sociais: MST, MLST e INPENDENTES..... 228
CONSIDERAÇÕES FINAIS 250
REFERÊNCIAS.....254

Resumo

Este trabalho trata da formação do assentamento Sepé Tiaraju entre os municípios de Serrana e Serra Azul e dos desdobramentos da luta pela terra na região de Ribeirão Preto. Nesse sentido, o objetivo foi demonstrar a recriação da agricultura camponesa numa área na qual a expansão da agricultura capitalista tornou-se dominante. Entretanto, com a atuação das agências de mediação da luta pela terra, como a FERAESP, MST e MLST, os assentamentos de reforma agrária constituem uma nova forma de uso do território.

Esta pesquisa também privilegiou como se deu a construção de uma identidade positiva dos trabalhadores rurais Sem Terra que ao tornarem-se camponeses assentados conquistaram não apenas a terra de trabalho, mas uma identidade marcada pela dignidade e pela consciência dos direitos. Desse modo, as agências de mediação, ao mobilizarem, organizarem e formarem os trabalhadores rurais Sem Terra, favoreceram a superação dos estigmas sociais pelos quais esses trabalhadores eram marcados.

Por fim, discutimos os dilemas que a agricultura camponesa enfrenta quando adentra o circuito mercantil e financeiro, ou seja, a sujeição ao capital comercial e financeiro. Desse modo, os camponeses assentados, mesmo com a posse da terra, continuam a enfrentar as imposições do mercado. Mas, a pesquisa mostra que a despeito da sujeição da renda da terra ao capital, os camponeses assentados tem assegurado a reprodução de uma agricultura de caráter camponês na área de agricultura capitalista ou no território do agronegócio.

Palavras-chave: Território, Agricultura Camponesa, Agricultura Capitalista, Identidade e movimento sociais

-

Abstract

This research deals with arrangement of Sepé Tiaraju settlement among Serrana and Serra Azul' countys and the development of the fight for the land in Ribeirão Preto' s region. In this sense, the objective was to demonstrate the pastoral agricultural recreation in a area that the expansion of the capitalist agricultural became dominate. Meanwhile, with the measurement agency performance of the fight for the land as FERAESP, MST and MLST the settlements of the agrarian reform constitute a new form of the territory usage.

This research also favoured how was the process of the building of a positive identity of the rural workers "sem terra" when became rural setted accomplished not only the land for the work, but a identity marked by the dignity and conscience rights. This way, when the measurement agency organized and formed the rural workers "sem terra" it favoured the social stigma difficulty, that they were market.

In short, we discuss the dilemmas that the pastoral agricultural faces when enter-sides the mercantile and financial circuit, that is, the subjection to the commercial and financial capital. This way, the settled rural, even with the ownership of the land, they continue to face the trade imposition. Yet, the research shows, in spite of, the income subjection from the land to the capital the settled rural have been asserted the reproduction of an agricultural with rural character related to the area of capitalism agricultural or in the agrobusiness territoriy.

Key-words: Territory, pastoral agricultural, capitalist agricultural, Identity, social moviments

Lista de Ilustrações

Mapa 1 – Mapa da RA de Ribeirão Preto (SP) 2007 21
Mapa 2 – Municípios da região de Ribeirão Preto que possuem assentamentos organizados pela FERAESP e regularizados pelo INCRA 65
Mapa 3 - Municípios da região de Ribeirão Preto que possuem assentamentos organizados pela FERAESP e regularizados pelo ITESP 66
Mapa 4 – Municípios da região de Ribeirão Preto que possuem assentamentos organizados pelo MST, MLST e FERAESP (2007) 218
Carta – imagem 1 – Região de Ribeirão Preto 137
Figura 1 – Panfleto que foi distribuído na periferia de Ribeirão Preto pelo MST em janeiro de 2001 85
Figura 2 – Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1 126
Figura 3 – Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C3 130
Figura 4 – Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 15 de dez. de 2007. p. A10. 131
Figura 5 - Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 20 de jan. de 2008. p. A20 203
Figura 6 – Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 20 de dez. de 2007. p. C21 212
Figura 7 – Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 23 de mar. De 2008. p. A 11 230
Figura 8 – Cartão de Apresentação da Associação dos Agricultores Independentes Índio Galdino 235
Figura 9 – Jornal A Cidade Ribeirão Preto, 04 de out. de 2007, p. A3 245
Figura 10 – Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 31 de out. de 2007. p. A7 247
Figura 11 – Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 30 de nov. de 2007. p. A3 248

Lista de tabelas, quadros e gráficos

Tabela 1 – Nordeste Paulista e Estado de São Paulo: produção total de café 1920-50 (tonelada).. 47
Tabela 2 – Relação dos Assentamentos na região de Ribeirão Preto organizados pela FERAESP (1989-1999)..... 67
Quadro 1 – Característica da produção camponesa..... 34
Quadro 2 – Regimento interno do acampamento Mário Lago (MST) 242
Gráfico 1 – Pronaf 2007/2008 plano safra para agricultura familiar – juros previstos 172
Gráfico 2 – Plano da agricultura familiar – limite de renda anual para empréstimo 173
Gráfico 3 – Recursos totais em bilhões..... 173

Lista de fotografias

Fotografia 1 – O sítio com as mangueiras 96
Fotografia 2 – O corte das mangueiras para a plantação da cana-de-açúcar 96
Fotografia 3 – acampamento Sepé Tiaraju no sítio da FERROBAN 101
Fotografia 4 – João Cuidando da plantação de mandioca e amendoim 102
Fotografia 5 – Ônibus escolar 116
Fotografia 6 – Caminhão pipa durante a distribuição de água 117
Fotografia 7 – A farmácia e a sala para assembléia do acampamento 118
Fotografia 8 – Plantação de mandioca 119
Fotografia 9 – Placa de Identificação do assentamento Sepé Tiaraju 135
Fotografia 10 – Casa de tijolo cerâmico 142
Fotografia 11 – Produção de tijolo de barro ou adobe 143
Fotografia 12 – Mário e o seu filho cuidando da lavoura de arroz 148
Fotografia 13 – A casa do sogro de Adilson 149
Fotografia 14 – Mutirão para a construção de cada no assentamento 151
Fotografia 15 – Abobral do sítio de Adilson Niceto (núcleo Paulo Freire) 161
Fotografia 16 – Tipo de abóbora colhida no abobral de Adilson Niceto 162
Fotografia 17 – Plantação de milho na área coletiva do núcleo Paulo Freire 162
Fotografia 18 – Criação de porcos de Adilson Niceto 163
Fotografia 19 – Laboratório de produção de hortaliças no centro de formação 166
Fotografia 20 – Cozinha do centro de formação 167
Fotografia 21 – Plantação de hortaliças no núcleo Chico Mendes 168
Fotografia 22 – Barraca na beira da rodovia Abraão Assad 180
Fotografia 23 – Casa de alvenaria com a rede elétrica instalada 189
Fotografia 24 – Fachada do estabelecimento de Silmara 194
Fotografia 25 – Fachada da agropecuária Azul 195
Fotografia 26 – Casa missionária no assentamento Sepé Tiaraju 207
Fotografia 27 – Área próxima a fazenda da Barra 220
Fotografia 28 – Família de Zezé 239
Fotografia 29 – Produção de hortaliças no acampamento Índio Galdino 241
Fotografia 30 – Produção de hortaliças no acampamento Mário Lago – MST 243
Fotografia 31 – Criação de porcos 244

Fotografia 32 – João Colhendo mandioca 244

Lista de Abreviaturas e siglas

ABAGRP – Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

AGROSEPÉ – Cooperativa dos Assentados do Sepé Tiaraju

CBERS – Satélite Cino-Brasileiro

CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base

CIEP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COPERSUCA – Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

CAI – Complexo Agroindustrial

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

DIRA – Divisão Regional Agrícola

EE – Escola Estadual

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EFSPMG – Estrada de Ferro São Paulo - Minas

ET – Estatuto da Terra

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FEPASA – Ferrovia Paulista S.A

FERAESP – Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FERROBAN – Ferrovia Bandeirante S.A

FETAESP – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo

HABIS – Habitação e Sustentabilidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ITR – Imposto Territorial Rural

LANDSAT – Satélite Americano

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PROALCOOL – Programa do Açúcar e do Álcool

PRONAF – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

RA – Região Administrativa

SAF's – Sistema Agroflorestal

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TGI – Trabalho de Graduação Individual

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

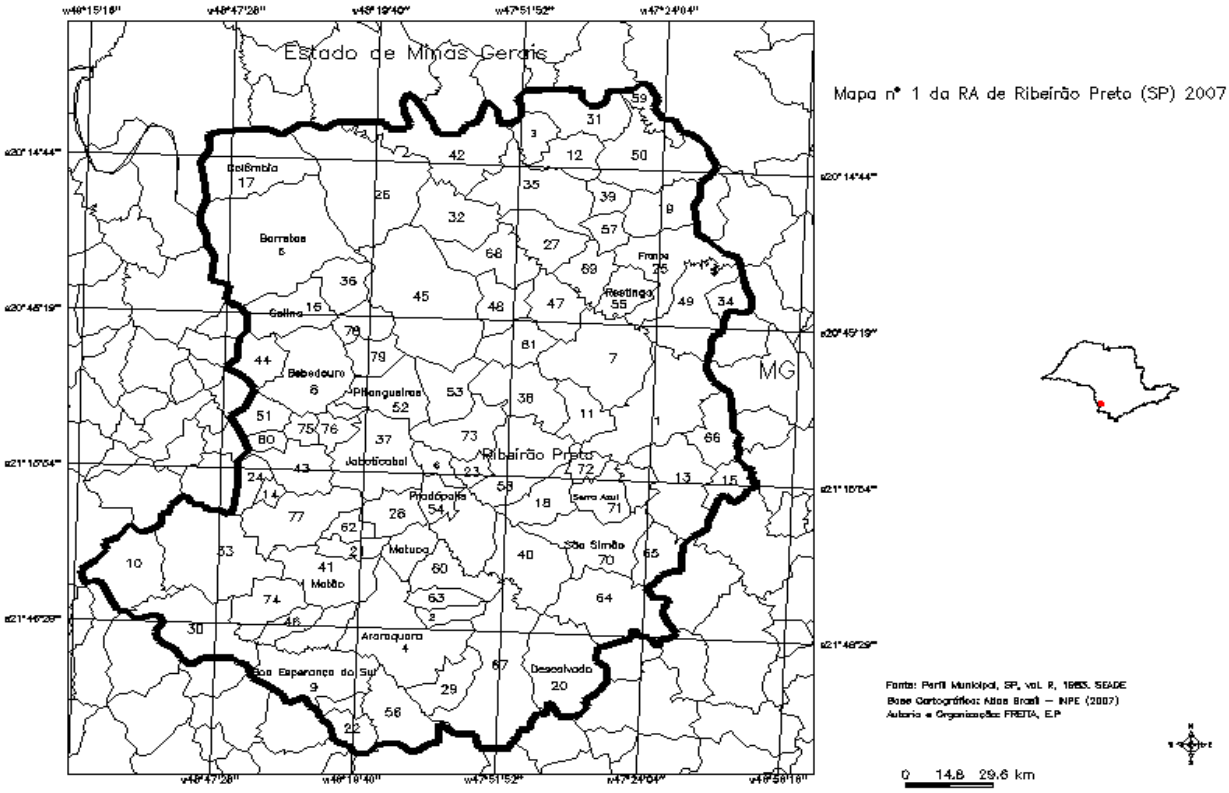
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este trabalho é, antes de tudo, o resultado da junção de três fatores que foram decisivos no decorrer dessa longa jornada de estudos; o primeiro fator que contribuiu para que esse momento da comunicação da pesquisa se tornasse efetivo foi, indubitavelmente, a nossa perseverança em levar adiante um estudo que teve seu início ainda na graduação, sob a orientação da Profª Drª Rosa Ester Rossini. No ano de 2000, integramo-nos no projeto de pesquisa coordenado pela referida professora, denominado: "As Geografias da Modernidade: trabalho, família e gênero". A área de abrangência desse projeto correspondia ao nordeste paulista, mais especificamente o que a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) considera como sendo a RA (Região Administrativa) de Ribeirão Preto, composta por um conjunto de 80 municípios. No mapa nº 1, na página 21, podemos visualizar a delimitação geométrica que constitui a Região Administrativa de Ribeirão Preto, segundo o SEADE, na qual está inserido a nossa área de estudo.

Cabe ressaltar que o nosso entendimento sobre o que constitui uma região pautou-se no novo significado dado a essa categoria de análise geográfica por Milton Santos (1994). Segundo esse autor, por um longo período, os geógrafos consideraram a região enquanto um subespaço dotado de autonomia e que não necessitava relacionar-se com outros subespaços, porque era auto-suficiente. No entanto, com as transformações ocorridas nos transportes e nos meios de comunicação, sobretudo, no século XX, houve o aprofundamento das trocas entre cada subespaço, o que tornou a região um subespaço aberto às ações exógenas.

Destarte, a região de Ribeirão Preto não constitui um subespaço autônomo, porque ela constitui uma fração do território brasileiro que está também sob as influências das forças externas.


Mapa nº 1 da RA de Ribeirão Preto (SP) 2007
Estado de Minas Gerais
MG
Ribeirão Preto
Colômbia
Barretos
Guaíra
Bebedouro
Pitangueiras
Jaboticabal
Pradópolis
Sertãozinho
Serra Azul
Matuca
São Simão
Motuca
Araraquara
São Esperança do Sul
Descalvado
Franca
Restinga
Fonte: Perfil Municipal, SP, vol. 2, 1993. SEADE
Base Cartográfica: Atlas Brasil – INPE (2007)
Autoria e Organização: FREITA, E.P
0 14.8 29.6 km

Assim, a região de Ribeirão Preto, é no período técnico-científico-informacional, constituída por um entrelaçamento das características que lhe são próprias e das multiplicidades de ações que lhe são externas (ELIAS, 1996). Como bem afirmou Santos (1994: 46), a compreensão da região, hoje,

> passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos atores hegemônicos. Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

Embora o nosso projeto de pesquisa tivesse como ponto de partida, o recorte geométrico da RA de Ribeirão Preto, definida pela Fundação SEADE, isso não quer dizer que os fenômenos por nós estudados tivessem "respeitado" os limites geométricos estabelecidos a priori. Ao contrário, os limites geométricos, ao nosso ver, devem ser definidos a partir da manifestação dos fenômenos ou em outras palavras, a partir dos conteúdos do território (SILVEIRA, 2003).

Partindo desse entendimento a respeito do significado da categoria geográfica "região", optamos por estudar a ocupação da fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul (ambos inseridos na RA de Ribeirão Preto) por um grupo, inicialmente, constituído de 130 famílias de Sem-Terras que foram mobilizadas pelos MST. Por um período de três anos, estudamos o processo de ocupação e constituição do acampamento Sepé Tiaraju e, em meados de 2003, concluímos essa primeira etapa da pesquisa com o trabalho de graduação individual orientado pela professora Rossini.

A comunicação da pesquisa foi extremamente positiva para que pudéssemos dar seguimento aos nossos estudos. Por um lado, mostramos que o resultado da nossa investigação deveria ser compartilhado para e por todos que participaram da mesma. E por outro, ganhamos a confiança, naquele momento, da liderança do MST na região e estreitamos os vínculos de amizade com as famílias acampadas. Além disso, as crianças, os adolescentes e jovens do acampamento, que eram também

alunos da Escola, sentiram-se valorizados perante aos demais alunos e até mesmo diante dos professores, uma vez que a história de vida deles havia sido abordada a partir do ponto de vista científico o que lhes conferira, incontestavelmente uma identidade positiva diferente daquela identidade deteriorada, difundida pelos meios de comunicação em relação aos Sem-Terras. Nesse sentido, a pesquisa contribuiu para a desconstrução dos estereótipos relacionados aos alunos do acampamento no momento da sua apresentação no interior da escola.

Diante da constatação empírica de que a pesquisa teve uma grande importância para as famílias acampadas, decidimos prosseguir os nossos estudos no nível da pós-graduação. No entanto, as dificuldades para a continuidade da pesquisa, muita vezes pareceram ser intransponíveis. Desse modo, o segundo fator que nos impulsionou seguir o caminho em busca de um maior conhecimento sobre a realidade daquela fração do território, ocupada por um grupo de famílias Sem-Terra foi o apoio que recebemos dos nossos familiares e dos colegas do grupo de pesquisa coordenado pela professora Rosa e dos colegas do grupo de estudos dirigido pelo professor Júlio.

Assim, em um período de dois anos (2003 a 2005) demos andamento às atividades relativas à pesquisa e à participação em congressos, simpósios, seminários, palestras e fóruns, na condição de aluna especial do programa de pós-graduação em geografia humana do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E foi o envolvimento com essas atividades acadêmicas que nos estimulou a não desistir de ingressar no programa de pós-graduação na condição de aluna regular, além de ter possibilitado o nosso amadurecimento no processo de elaboração do projeto de pesquisa para a nossa dissertação. Durante esse período, nossas viagens para a região de Ribeirão Preto, na qual se encontrava o foco dos nossos estudos, foram financiadas pelo CNPq, mediado pelo projeto de pesquisa coordenado pela Profª Rosa. Dessa forma, conseguimos coletar parte dos dados já anteriormente ao nosso ingresso efetivo no mestrado, fato que foi extremamente importante para o prosseguimento da pesquisa.

Em meados de 2005, conquistamos uma vaga de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Esse fato constituiu o terceiro fator que, a

nosso ver, foi determinante para que pudéssemos concretizar o sonho de superar mais uma etapa rumo à carreira acadêmica e científica. A partir da nossa entrada no mestrado, demos prosseguimento à participação nos colóquios semanais, no laboratório de Geografia Agrária, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio César Suzuki.

Concomitantemente às acadêmicas, desenvolvemos atividades junto à diretoria de ensino de São José dos Campos, voltadas para à capacitação de professores de geografia que atuam na rede estadual de ensino local. O nosso comprometimento com os projetos da área de ensino de geografia deveu-se ao fato de termos recebido apoio financeiro para a realização do mestrado cujo programa é o "Bolsa Mestrado" criado pela Secretaria Estadual de Educação, do qual fizemos parte por um período de dois anos e meio.

No decorrer desses cinco anos de pesquisa (dois anos na condição de aluna especial e três anos na condição de aluna regular), reformulamos várias vezes o projeto de pesquisa. Este fato nos pareceu normal, pois a cada nova experiência vivenciada, fosse na participação numa dada disciplina e, conseqüentemente, o contato com uma determinada bibliografia, fosse nas várias pesquisas de campo que realizamos e até mesmo com as contribuições que recebemos durante o exame de qualificação, seria inevitável que incorporássemos novos referenciais teóricos e reavaliássemos os caminhos a serem trilhados no exercício desse trabalho.

As mudanças na trajetória dessa pesquisa já se evidenciam no próprio título da dissertação. O título original do projeto que era "Os Estigmas Sociais e a Construção de Novos Espaços: o caso do assentamento Sepé Tiaraju em Serra Azul (SP)", no nosso entendimento, não daria conta de sintetizar os resultados que obtivemos na conclusão desse trabalho, porque tratar sobre os estigmas sociais em si, isto é, fora de um contexto, não teria significado. Compreendemos, portanto, que o estudo sobre os estigmas sociais, entendidos enquanto um conjunto de atributos negativos que deterioram a identidade de uma pessoa ou de um grupo (GOFFMAN, 1988:14), deveria estar atrelado à constituição da identidade dos indivíduos que passaram pelo processo de mobilização, formação e organização viabilizados pelo MST.

Duas questões pelas quais nos orientamos nesses cinco anos de pesquisa: qual o grau em que os estigmas sociais constituíram uma força para a formação do assentamento Sepé Tiaraju e em que medida os atributos negativos lançados pelos "de fora", em relação aos camponeses assentados (que a princípio foram organizados pelo MST), dificultam a reinserção dos mesmos, nas atividades econômicas, políticas e culturais que ocorrem nas cidades próximas ao assentamento.

Assim, a nossa pesquisa buscou compreender, além das implicações dos estigmas sociais na constituição do assentamento Sepé Tiaraju entre os municípios de Serrana e Serra Azul, também as influências dos elementos políticos, econômicos e culturais que constituíram o processo. Para tanto, fundamentamo-nos no pressuposto de que o território é o espaço modificado, apropriado e é o resultado das relações de poder dos diferentes atores (RAFFESTIN, 1980: 143). Logo, os assentamentos de reforma agrária constituem frações do território que foram conquistadas através da ação dos movimentos sócio-territoriais como assinalou Fernandes (2001:62).

O processo de como se deu a (re)construção da identidade das famílias assentadas constituiu um fenômeno que buscamos abordar na pesquisa, porque como veremos nos capítulos subseqüentes, essas famílias ao se tornarem parte do MST, constituíram uma nova identidade no movimento. Uma identidade que, no princípio, foi marcada por atributos essencialmente depreciativos. Dessa forma, tornar-se um Sem-Terra significava ter que suportar, além da pobreza material, os insultos com os quais seriam denominados como "vagabundos", "baderneiros", "ladrões de terra", "invasores". No entanto, num longo processo de luta travado contra o capital sucro-alcooleiro e contra a difusão, pelos meios de comunicação de uma identidade deteriorada, as famílias conquistaram além da terra, uma identidade positiva. Como os camponeses assentados do Sepé Tiaraju fazem questão de afirmar, conquistaram a cidadania e a liberdade.

O problema inicial ao qual nos propusemos perquirir, a saber, a relação entre os *estigmas sociais* e a *construção do Assentamento Sepé Tiaraju,* só teria sentido se o inseríssemos no contexto de como se dá a reprodução da agricultura

camponesa no modo de produção capitalista. Mais especificamente, de que maneira a agricultura de caráter camponês – compreendida aqui como sendo aquela que não tem no lucro o seu fim último (BOMBARDI, 2004:175) – tem conseguido se (re)criar numa fração do território onde o agronegócio, ou melhor, a agricultura capitalista, fortemente estruturada no assalariamento do trabalhador (OLIVEIRA, 1986:11), é hegemônica, particularmente nessa parcela do território paulista, polarizada pela cidade de Ribeirão Preto que é denominada de "Capital do Agronegócio".

Nesse sentido, o título da nossa dissertação parece-nos propício, pois traz em si essa contradição, ou seja, de que modo é possível a agricultura camponesa tornar-se concreta num território da agricultura capitalista? E como as famílias construíram uma identidade positiva no longo processo de luta contra o capital? Postas essas questões, o presente trabalho empenhou-se em compreender a trajetória das famílias que hoje estão assentadas entre os municípios de Serrana e Serra Azul e buscou tratar da luta pela terra que tem se disseminado por meio dos assentamentos para a reforma agrária na região de Ribeirão Preto.

Não poderíamos deixar de apontar neste instante que os camponeses assentados do Sepé Tiaraju e os que estão acampados na Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, sob as bandeiras do MST, MLST e Independentes Índio Galdino assumiram a identidade de Sem-Terra. Embora tenham sido organizados pelo MST (e outros movimentos sociais de luta pela terra), hoje, gozam de uma relativa autonomia perante o movimento, ou em outras palavras, o MST, assim como outros movimentos sócio-territoriais (FERNANDES, 2001), indubitavelmente, lhes conferiram uma nova identidade. No entanto, os camponeses assentados e os acampados, se assumem enquanto Sem-Terra e não necessariamente enquanto MST ou qualquer outra denominação. Por isso, esse estudo, é, antes de tudo, uma análise sobre os Sem-Terras, de Serra Azul e de Ribeirão Preto, como está expresso no próprio título desse trabalho.

Desde o início do ano de 2000, quando começamos a dar os primeiros passos rumo à iniciação científica, escolhemos estudar a ocupação da Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, por um grupo de famílias Sem-Terras. O fenômeno da ocupação da Fazenda Santa Clara, por um

grupo de pessoas mobilizadas pelo MST, chamou-nos a atenção pelo fato do local ocupado estar inserido numa área na qual o capital territorializou-se, ou em outros termos, área na qual houve a difusão das relações de trabalho e de produção tipicamente capitalistas como o assalariamento da mão-de-obra e a mecanização no processo produtivo, sobretudo, nas usinas e destilarias de açúcar e álcool. Como afirmou Oliveira (2001: 24),

> Nas usinas ou destilarias de açúcar e álcool, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho assalariado, dos bóias-frias. (...) O que esse processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo revela, é que, no primeiro caso, o capital territorializa-se. Estamos, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura.

Nesse sentido, a presença do MST na região de Ribeirão Preto, mobilizando camponeses posseiros, parceiros, arrendatários, trabalhadores rurais e desempregados urbanos, a fazerem ocupações de terras estatais e privadas, nos revelava uma contradição: concomitantemente à difusão da agricultura capitalista, há também a (re)criação da agricultura camponesa. Isso significa que o modo de produção capitalista, no campo, difunde-se de maneira desigual e combinada, como demonstrou Oliveira (2001:18):

> O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. Vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóias-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, a parceira, o trabalho familiar camponês etc.

Partindo do pressuposto de que o modo de produção capitalista desenvolve-se de forma desigual e contraditória e que, portanto, a (re)criação da agricultura camponesa na região de Ribeirão Preto constitui-se num fenômeno real, buscamos compreender de que maneira se deu o processo de ocupação da Fazenda Santa

Clara, a formação do Acampamento e, posteriormente, a formação do Assentamento Sepé Tiaraju.

A partir da consolidação do Assentamento Sepé Tiaraju, também, procuramos entender a formação dos Acampamentos Mário Lago (MST), Santos Dias (MLST) e Independentes Índio Galdino, no interior da Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto que, de certa maneira, estão imbricados na constituição do Assentamento Sepé Tiaraju, como veremos nos capítulos subseqüentes deste trabalho. Portanto, o desenvolvimento desse trabalho, permitiu-nos perceber que a agricultura camponesa tem se (re)criado e coexistido juntamente com a agricultura capitalista que, especificamente nesta fração do território, é altamente tecnificada. Cabe discutirmos, de que modo é possível compreendermos a recriação da agricultura camponesa no interior do modo de produção capitalista.

As questões relativas ao processo de recriação do campesinato têm gerado, sobretudo, desde o final de século XIX, um grande debate teórico entre os estudiosos da questão agrária nas diferentes áreas das Ciências Humanas. Dentro desse contexto, controverso, é possível depreendermos a existência de quatro grandes correntes que tratam do campesinato e que de certa maneira, são derivadas das concepções teóricas formuladas por Karl Marx em seu livro *O Capital*.

Para Marx, seria necessário o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo para que este fosse suplantado e fosse instalada a cooperação entre os trabalhadores. O campesinato, para Marx, estava fadado a desaparecer, pois este afirmava que o camponês se tornaria um assalariado ou um capitalista, mas não seria um autônomo. Por isso, não se encontra, em *O Capital*, um conceito de camponês:

> Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Os proprietários fundiários só emergem como a terceira classe na medida que a eles correspondem um rendimento cuja origem é a mais-valia social. Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe

> corresponde? Se o camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n´O Capital é logicamente impossível (ABRAMOVAY, 1998 : 35-36).

Seguindo as proposições de Marx, de um lado, temos Karl Kautsky que, em sua obra *A Questão Agrária*, publicada em 1898, procurou demonstrar que a reprodução econômica do camponês se inviabilizaria em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. Uma das noções atribuídas a Kautsky é aquela a qual se refere ao subconsumo camponês. Para o autor, o fato que explica a sobrevivência do camponês, mesmo tendo este que concorrer com uma agricultura moderna está na sua capacidade de suportar as condições de extrema pobreza e de utilizar-se do trabalho familiar forçado:

> A loucura do trabalho não é, contudo, um mal hereditário dos camponeses. (...) Uma exploração que não se acha em condições de enfrentar a concorrência, mediante os aperfeiçoamentos técnicos é obrigada a exigir maiores esforços aos seus operários. (...) À medida que a agricultura se racionaliza, que a concorrência aumenta entre a exploração cientifica do solo e a pequena cultura rotineira, os camponeses são forçados a lançar mão do trabalho das crianças e a restringir a instrução que lhes é ministrada. (KAUTSKY, 1968: 124-125).

Nesse sentido, Kautsky foi fiel às proposições teóricas de Marx. Com o avanço técnico a pequena exploração camponesa desapareceria, porque ela não seria viável e

> Só mesmo um partidário fanático da pequena propriedade territorial poderá ver alguma vantagem nesta dependência a que ela condena os trabalhadores, transformando-os em bestas de carga, trabalhadores cuja vida, exceto nos momentos reservados para o sono e para a comida, se reduz a um serviço contínuo. (KAUTSKY, 1968:124).

Já Vladimir Lenin, também um importante teórico marxista, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicada em 1899, buscou demonstrar que o campesinato russo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, se diferenciaria entre si e, portanto, os camponeses ricos tornar-se-iam capitalistas e os

camponeses pobres se proletarizariam. Desse modo, Lênin fala em 1899 em desintegração do campesinato. Essa desintegração seria decorrente da diferenciação interna na comuna rural russa denominada MIR: com o surgimento do camponês rico, este concentraria mais terra, arrendaria e empregaria a força de trabalho dos camponeses pobres que se transformariam em força de trabalho para o camponês rico. Mas, a realidade na Rússia tomou outro rumo, pois essa diferenciação interna não se generalizou, isto é, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não extinguiu os camponeses como preconizava a teoria marxista.

Assim, podemos já delinear a primeira grande corrente que parte do princípio do desaparecimento do camponês, pois os autores dessa corrente compreendem, como Marx, que o camponês não tem lugar numa sociedade fundamentada em três classes sociais: capitalistas, proletários e proprietários de terra. Em contraposição a corrente que preconizava o desaparecimento do campesinato, surgem estudiosos que, a partir de dados empíricos, demonstraram as condições estruturais que possibilitam a reprodução do camponês.

Dentre esses estudiosos, destacou-se o russo Alexander Chayanov. Em sua obra denominada *La organización de la Unidade Económica Campesina*, Chayanov procurou demonstrar, diferentemente dos teóricos seguidores das concepções teóricas marxistas, que a reprodução do campesinato está relacionada com sua estrutura familiar. Assim, o campesinato possui substância social para a fundamentação, senão, de um projeto autônomo, ao menos do desejo de que na luta pela emancipação social sua posição própria fosse respeitada e valorizada. Chayanov, por seu profundo conhecimento empírico, sabia do desastre que aconteceria, caso a coletivização forçada dos camponeses russos fosse implementada. Por isso, mesmo Lenin tendo defendido suas teses as quais discutimos anteriormente, o caráter prático falou mais alto. Lenin, por isso, chamou Chayanov para um cargo na URSS no qual ficou até ser perseguido por Stalin.

Chayanov buscou estudar o comportamento econômico camponês com base em dados sobre a população rural russa. Para Chayanov (1974), era possível estudar as formas de produção da unidade camponesa. Nesse sentido, o campesinato não é uma forma ocasional, transitória e que está fadada ao desaparecimento. Pelo

contrário, para Chayanov, o campesinato constitui um sistema econômico cuja reprodução pode ser explicado pelo equilíbrio e consumo da estrutura familiar:

> Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. *O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares* (ABRAMOVAY,1998: 61, grifo nosso).

Dessa forma, há uma diferença no uso do trabalho pelo camponês e pelo capitalista. Enquanto o primeiro trabalha para suprir as necessidades da sua família, o segundo tem no trabalho uma maneira de auferir lucro. Outra idéia básica do pensamento de Chayanov é a de que a renda familiar é um todo indivisível. Desse modo, o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar (CHAYANOV, 1974).

Por fim, o trabalho do camponês, segundo Chayanov, não é determinado por outras classes, mas pela sua necessidade. Isso não significa que o camponês vive isolado, vive de subsistência, não toma dinheiro emprestado etc. Mas antes de fazer tudo isso ele analisa se vale a pena. O camponês só irá investir capital se este não onerar o consumo. Caso a família trabalhe menos por ter empregado tecnologia poupadora de trabalho, porém isso implique numa diminuição do consumo, o camponês não utiliza capital. Assim, a idéia chave desse autor na compreensão da reprodução do campesinato está na noção de auto-exploração e o balanço trabalho-consumo na unidade doméstica camponesa. Acrescenta-se ainda o seguinte fato, Chayanov não parte do princípio da inserção do campesinato no interior do modo de produção capitalista e de sua subordinação à renda da terra.

Podemos colocar, a partir das considerações teóricas de Chayanov, uma segunda grande corrente que busca compreender como se dá a reprodução camponesa. Nessa perspectiva, o camponês se recria, mas não é parte integrante de um específico modo de produção. Assim, resumidamente, podemos entender que, por um lado, Kautsky e Lenin, seguidores das proposições teóricas de Marx,

entendem que o campesinato vá extinguir-se por causa do desenvolvimento das forças produtivas e, por outro lado, as proposições teóricas de Chayanov, derivadas da escola marginalista (ABRAMOVAY, 1998), nos mostra o contrário: o camponês não tende a desaparecer, porque é uma categoria social específica.

Theodor Shanin (2005) é um autor contemporâneo que tem procurado lançar luzes sobre o entendimento do que venha a ser o campesinato e suas proposições ajudaram a constituir uma terceira corrente que tem na reprodução camponesa um objeto de estudos e discussões. Para tanto, o referido autor buscou refletir sobre as construções teóricas de Lenin, Kautsky e Chayanov. Shanin parte do princípio de que o campesinato é uma classe que deve ser compreendida dentro do modo de produção dominante e não fora dele. Nesse sentido, o camponês não é uma mistificação, é real, ele existe, se reproduz em diferentes formações sociais e com características distintas, mas é possível definir traços que lhe são inerentes:

> A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. *Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social.* Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como uma unidade básica da economia e da sociedade. *O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades de relações e interações com o contexto social mais amplo*. (SHANIN, 2005:5, grifo nosso).

Shanin traz uma outra grande contribuição quando afirma que o camponês é uma classe social para si, porque, diferentemente dos clássicos que discutiram a questão agrária, para os quais o camponês não é uma classe, tal autor demonstra que os camponeses possuem a consciência da sua própria existência:

> "Classe para si" representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que "classe em si", mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas 'portadora' direta e na ação política de seus membros. Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classes, coalizões de classe temporárias, retiradas vitórias e derrotas. (SHANIN, 2005:15).

Em vista disso, Shanin, parte do pressuposto de que os camponeses são uma classe, uma economia, uma parte da sociedade e outros aspectos que ainda não foram definidos. Outrossim, o conceito de camponês, embora implique numa constante construção teórica, é um conceito que possui grande força histórica, bem como os conceitos de "proletário", "capitalismo", "modo de produção" dentre outros. Nesse sentido, para Shanin (2005:18),

> Um camponês não é uma palavra vazia a refletir preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa parecer verdadeiro. Se revogado, este conceito [camponês] não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante.

E, por fim, há uma quarta corrente teórica que entende que os traços do campesinato, como a base familiar, permanecem na estrutura dos pequenos estabelecimentos agrícolas, mas esses estabelecimentos não podem ser entendidos como unidades camponesas de produção, porque estão inteiramente integrados ao mercado. E essa corrente entende que esses produtores integrados ao mercado constituem a "agricultura familiar". Assim, para Abramovay (1998:22), "Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa". Dessa assertiva podemos compreender que o campesinato, para essa corrente teórica, é um resquício do modo de produção anterior ao capitalismo.

Tendo como base as discussões teóricas levantadas, sobre o desaparecimento ou não do campesinato; se este é ou não subordinado ao modo de produção dominante; se é resquício ou não do modo de produção anterior ao capitalismo, buscamos entender, no presente trabalho, a reprodução camponesa a partir da sua subordinação ao modo de produção capitalista, assim como indica Oliveira (2001:49, grifo nosso):

> Entendemos, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente *pela sujeição da renda da terra ao capital*, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Partindo do pressuposto da subordinação do camponês ao capital, entendemos que há elementos que caracterizam a produção camponesa. Oliveira (2001) elencou essas características tendo por base a realidade brasileira. Desse modo, os elementos constituintes da produção camponesa, resumidamente, são:

Quadro 1
Características da produção camponesa

a) Força do Trabalho familiar. Esta é o motor da produção camponesa. A família camponesa, por meio do trabalho cooperativo, é um trabalhador coletivo. Quando há necessidade de mais gente, o camponês combina trabalho assalariado, parceria e ajuda mútua;
b) A parceira. O camponês divide os custos e ganhos com outro camponês para superar a falta de capital;
c) Trabalho acessório. O camponês às vezes utiliza o trabalho assalariado para ajudar na sua reprodução;
d) Trabalho assalariado. A família camponesa só contrata temporariamente quando as tarefas exigem um maior número de pessoas;
e) Socialização do camponês. O trabalho camponês é ensinado para as crianças;
f) A propriedade da terra. Propriedade familiar da terra. Diferente do capitalista, a propriedade camponesa não explora o trabalho alheio. A diferenciação interna entre camponeses se dá pela forma de acesso a terra. Assim, têm-se camponeses posseiros, camponeses rendeiros, camponês proprietário, camponeses parceiros.
g) Propriedade dos meios de produção, mercadoria. O camponês envolve-se com o capital industrial e financeiro para adquirir os meios de produção.
h) A jornada de trabalho. Não há um tempo cronometrado como no trabalho capitalista. O camponês possui uma jornada com duração variável.

Segundo a apresentação dos elementos definidores da produção camponesa, podemos apreender que o que caracteriza e diferencia o camponês do capitalista é que ele é um produtor direto de mercadorias. Vende parte da mercadoria para adquirir outras realizando uma fórmula simples: M-D-M, ou seja, mercadoria – dinheiro – mercadoria.

Outros traços também marcantes da produção camponesa são o controle total do processo de trabalho e a busca pela autonomia e liberdade. Assim, se o

camponês produz para vender ou produz para o seu consumo, o que irá caracterizá-lo enquanto camponês é, antes de tudo, sua relação com seu universo moral, como afirmou Bombardi (2004: 299),

> Há aqui o entendimento de que seja o agricultor um produtor de mercadorias quase que exclusivamente voltadas para a comercialização ou, ao contrário, que se dedique quase exclusivamente aos cultivos destinados à subsistência da família, ele é um camponês. Não é o objetivo de sua produção que o define como camponês ou não, e sim a relação social que estabelece e, sem dúvida nenhuma, o universo moral que lhe é próprio e que está intrinsecamente associado a sua classe social. Portanto, o trabalho familiar, o baixo ou inexistente emprego de mão-de-obra assalariada e o controle e autonomia sobre todo o processo de trabalho é que determinam a caracterização do campesinato.

Evidente que as políticas de reforma agrária serão pensadas a partir do entendimento que se tem sobre como se dá o desenvolvimento do modo de produção capitalista nas formações sócio-territoriais. Isto significa que, no caso brasileiro, predominou e predomina ainda hoje o entendimento de que não há necessidade de se fazer reforma agrária, pois o campesinato brasileiro está fadado ao desaparecimento com o desenvolvimento das forças produtivas. Essa concepção tornou-se concreta, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, quando houve o claro apoio governamental para a modernização da agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

Mesmo assim, o campesinato, teimosamente, continua se reproduzindo e se organizando para lutar pela terra. Por que? Porque o modo de produção capitalista, além de utilizar as relações de trabalho tipicamente capitalistas, como o assalariamento, também utiliza as relações de trabalho não-capitalistas como forma de acumular capital:

> Entendemos o desenvolvimento do modo capitalista de produção como processo (contraditório) de reprodução ampliada do capital, e esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas (embora dominada pela lógica do capital). Esse modo de produção se nutre de realidades não-capitalistas; e esse processo desigual não pode ser entendido como incapacidade histórica de superação, ele demonstra as condições criadas pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção. É a marcha do seu desenvolvimento que redefine antigas relações de produção, cria condições contraditórias para a sua reprodução, engendrando relações não-capitalistas

> de produção igual e contraditoriamente necessárias a essa mesma reprodução (OLIVEIRA, 2001:138-139).

Portanto, a recriação do campesinato é um fenômeno que deve ser entendido a partir do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Além disso, qualquer definição de política de reforma agrária não pode partir do pressuposto de que a agricultura camponesa é atrasada e que constitui um resquício de modos de produções anteriores ao capitalismo. Pelo contrário, a agricultura camponesa é essencial para todos os setores da sociedade, porque produz alimentos mais baratos e o que o camponês planta, não interessa ao grande capitalista também plantar (MOURA, 1988). Desse modo, as políticas de reforma agrária a serem pensadas e implementadas devem levar em consideração a importância do campesinato no que tange a produção mais barata de alimentos.

Diante desses pressupostos, o nosso entendimento sobre os processos de ocupação de terras pelo MST, na região de Ribeirão Preto foi construído a partir desse esforço teórico. Por isso, nesses oitos anos de pesquisa (2000 a 2008)[1], buscamos avaliar os posicionamentos teóricos relativos à questão agrária dos diversos estudiosos. Para melhor compreendermos a problemática do nosso objeto de estudo, buscamos realizar pesquisas de campo com o objetivo de assegurar a coleta de dados que pudesse auxiliar-nos na compreensão das mudanças dessa fração do território no que tange à recriação da agricultura camponesa.

Indiscutivelmente, as realizações dos trabalhos de campo foram seminais para que esse trabalho pudesse ser concluído. Por meio da aplicação da técnica de entrevistas semi-estruturadas junto às famílias acampadas e, posteriormente, assentadas, pudemos nos apropriar da história de vida dos trabalhadores Sem-Terra e compreender, por conseguinte, as motivações exteriores e interiores que os levaram a se organizar para lutar pela conquista da terra de trabalho, da liberdade, da cidadania e da autonomia. Optamos por realizar as entrevistas, porque, ao nosso ver, elas propiciam ao pesquisador muitas informações que, se aplicássemos o questionário fechado não teríamos acesso a uma enorme riqueza de detalhes.

[1] Estamos considerando, também, o período da iniciação cientifica.

Como afirmou Marangoni (2005:172), "as entrevistas são indispensáveis à obtenção direta de informações essencialmente qualitativas". Durante a realização das entrevistas, utilizamos o gravador. As pessoas as quais entrevistamos não se sentiram constrangidas porque conhecem a pesquisadora. Além disso, antes da realização das entrevistas, elaboramos um conjunto de questões que as direcionariam. Esse conjunto de questões se encontra em anexo a esse trabalho.

Uma outra questão que merece ser discutida nesse momento é a maneira como trabalhamos com as falas dos nossos interlocutores. A princípio, pensamos em adequar as falas de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Mas isso não seria fiel à realidade nem traduziria o próprio modo de falar e pensar dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Destarte, preferimos conservar a forma pela qual os nossos interlocutores se expressaram, pois compreendemos que o próprio jeito de se comunicar é, também, um elemento constitutivo da identidade dos mesmos.

É interessante explicitar que, inicialmente, fomos primeiro até a fazenda Santa Clara (Serrana-Serra Azul) na qual as famílias estavam acampadas. E foi lá que obtivemos informações sobre quem eram os líderes do MST na região. De posse dessas informações, procuramos a liderança do movimento com o intuito de conhecer quais eram os seus propósitos, como conseguiram mobilizar as famílias, quais eram os outros sujeitos sociais que apoiavam a luta pela terra na região, dentre outras informações.

Na primeira fase da nossa pesquisa (2000 a 2004), a liderança regional do MST sempre foi muito solícita em nos acompanhar nos acampamentos, em nos receber na loja da Reforma Agrária (que funcionava na Avenida da Saudade em Ribeirão Preto) e no Sítio Pau D'alho (local no qual funciona o Centro de Formação Dom Hélder Câmara), e a conversar e a trocar informações. Essa atmosfera de acolhimento do MST, nesse período, foi muito profícua para a nossa pesquisa, porque permitiu que criássemos um vínculo maior com as famílias acampadas, possibilitando-nos perceber os pequenos conflitos que havia entre os acampados e como esses conflitos eram 'administrados' pelo líder local e pela liderança regional.

Enfim, nos parece que, durante esse período, o MST, que estava iniciando o seu trabalho de base na região, necessitava de apoio de todos os setores da

sociedade. E o apoio dos estudantes das universidades era essencial para que o próprio movimento obtivesse uma maior visibilidade na mídia, mesmo que essa distorcesse as ações do movimento de modo a estigmatizá-lo.

O MST, na região de Ribeirão Preto, ganhou notoriedade e apoio de importantes instituições, como da Igreja Católica, da OAB, da UFSCar, da USP de Ribeirão, do Ministério Público, dentre outras. E nos parece que aquela atmosfera de acolhimento, por parte da liderança regional do MST, já não é mais a mesma. E nem poderia ser. Em 2004, houve um racha interno dentro do acampamento Mário Lago, situado na fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto. Dessa ruptura surgiu o acampamento Santos Dias, sob a liderança do MLST, e desse surgiu o acampamento Independentes Índio Galdino.

Prosseguimos a pesquisa junto às famílias, hoje já assentadas em Serra Azul, e também junto a outras que estão acampadas na fazenda da Barra. A nossa sorte é que, em Serra Azul, grande parte das famílias assentadas tornaram-se muito amigas nossas, pois acompanhamos a trajetória de vida delas a partir da entrada das mesmas no MST. E mesmo no acampamento Mário Lago, sob a coordenação do MST, conseguimos conversar com algumas famílias. Porém, obtivemos um maior número de entrevistas junto àquelas vinculadas ao acampamento Independentes Índio Galdino que nos acolheu e nos recebeu no interior de seus 'barracos' de lona. Não conseguimos obter entrevistas com as famílias acampadas ligadas ao MLST, pois, as vezes que estivemos na fazenda da Barra, os acampados do MLST estavam em reunião. As informações que obtivemos sobre o acampamento Santos Dias foram fornecidas pela liderança do acampamento Mário Lago (MST) e pelos coordenadores do acampamento Independentes Índio Galdino.

O fato de não termos conseguido, nesse segundo momento da pesquisa, obter informações junto à liderança regional do MST, de como está a luta pela terra na região, fez com que, no presente trabalho, as vozes dos camponeses aparecessem mais. Na conclusão da primeira etapa da pesquisa, na qual resultou o TGI, a própria banca já havia sinalizado que, no nosso trabalho, sobressaiu muito as falas da liderança e seria necessário que aparecessem outros interlocutores.

Dessa maneira, com o objetivo de conhecer as principais conquistas e dificuldades que ainda hoje enfrentam os camponeses assentados de Serra Azul e os que estão acampados na fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, demos a eles a possibilidade de contar suas trajetórias de lutas, conquistas, desafios... Enfim, demos aos "sujeitos ocultos da reforma agrária", parafraseando Martins (2003), uma possibilidade de virem a ser visíveis, de poderem expressar suas alegrias, desencantos e outros sentimentos.

Evidente que, também, utilizamos outras fontes de pesquisas para dar conta do que nos propusemos a estudar. Desse modo, obtivemos dados importantes junto à superintendência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em São Paulo, como, por exemplo, os dados sobre o processo de aquisição da fazenda Santa Clara (Serrana-Serra Azul) e da fazenda da Barra (Ribeirão Preto), o perfil dos assentados, o tipo de assentamento que deveria ser constituído, o número de famílias do assentamento Sepé Tiaraju que receberam os dois primeiros fomentos e até o número de famílias acampadas na fazenda da Barra que receberiam o primeiro fomento.

Cabe ressaltar que, além das entrevistas realizadas com os camponeses assentados do Sepé Tiaraju (Serrana-Serra Azul), dos acampados da fazenda da Barra, também entrevistamos os donos dos estabelecimentos em Serra Azul que fornecem materiais de construção e insumos agrícolas aos assentados do Sepé Tiaraju. Como os acampados da fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, ainda não receberam o primeiro fomento, não foi possível saber ainda, os impactos desse investimento no comércio ao entorno da fazenda da Barra.

Entrevistamos a diretora executiva da ABAGRP (Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto) para sabermos sobre as políticas voltadas para o setor sucro-alcooleiro, os problemas relativos ao processo de mecanização e as conseqüências do mesmo na diminuição de oferta de trabalho no corte da cana.

A partir do conhecimento de que crianças, adolescentes e jovens do assentamento Sepé Tiaraju estudam nas três escolas públicas do município de Serra Azul, procuramos investigar como essas escolas têm atendido esse público, isto é, se

as mesmas buscam desenvolver uma proposta pedagógica que privilegie a identidade positiva desses alunos.

Além disso, como realizávamos os trabalhos de campo a cada seis meses (geralmente nos meses de julho e janeiro que coincidiam com as nossas férias), ficávamos um longo período sem ter notícias sobre a região. Destarte, já que contávamos com o auxílio da bolsa mestrado, tornamo-nos assinante do Jornal A Cidade, principal jornal da região de Ribeirão Preto. Sempre buscamos lê-lo de forma crítica, procuramos saber a quais interesses o mesmo estava a serviço e todas às vezes que era publicada uma notícia relativa ao MST ou a outro movimento social de luta pela terra da região, procurávamos obter a confirmação ou não da notícia junto aos próprios assentados.

De qualquer modo, as informações do Jornal A Cidade sempre foram importantes como pontos de referência para nossa pesquisa, uma vez que não teríamos condições de estarmos acompanhando cotidianamente os eventos vinculados a essa fração do território e, por essa razão, a leitura diária do jornal foi bastante profícua para o nosso trabalho como veremos adiante.

Para a conclusão desse trabalho, coletamos dados dos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da fundação SEADE, da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), do DATA LUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra), do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), do MST, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), dentre outros.

Para a geração de produtos cartográficos (como mapas de localização dos municípios que compõem a nossa área de estudo), nos apropriamos de um conjunto de técnicas, por meio da realização de um curso oferecido pelo INPE. Neste curso, aprendemos a usar o *software* denominado Spring para o processamento de imagens de satélites e, por conseguinte, gerar os mapas de localização da área, assim como confeccionar as cartas-imagens. Dessa forma, para a geração da carta-imagem de uma porção da nossa área de estudo, georreferenciamos as imagens fornecidas pelo satélite CBERS (que estão disponibilizadas no site do INPE) a partir das imagens do satélite LANDSAT.

Compomos um mosaico dessas imagens com o objetivo de abranger os municípios de Ribeirão Preto e Serra Azul. Como veremos nesse trabalho, o uso da imagem de satélite é um instrumento poderosíssimo, pois estando de posse desse dado e sabendo fazer a interpretação correta do mesmo, é possível saber a dimensão da concentração da terra, do tipo de cultura que se pratica, os problemas ambientais e, conseqüentemente, usar essas informações para o questionamento de determinadas irregularidades em relação ao uso e à ocupação da terra.

No entanto, não exploramos todas as possibilidades que a imagem de satélite nos oferece, porque isso demandaria mais tempo e estudo. Portanto, o uso das imagens, nesse trabalho, teve como objetivo a delimitação da área da fazenda Santa Clara (Serrana-Serra Azul) e da fazenda da Barra.

Por fim, realizamos algumas filmagens no assentamento Sepé Tiaraju (Serra Azul) e também nos acampamentos Mário Lago e Independentes Índio Galdino da fazenda da Barra (Ribeirão Preto). Esse recurso foi extremamente rico, porque além de captar as falas dos nossos interlocutores, também foi possível capturar os gestos, as paisagens, enfim, o entorno. A filmagem, o registro fotográfico e a gravação das falas foram recursos extremamente importantes para a finalização do presente estudo.

Com o intuito de compreendermos a formação do assentamento Sepé Tiaraju e os desdobramentos da luta pela terra na região de Ribeirão Preto, essa pesquisa procurou obter informações sobre o acesso das famílias assentadas às condições materiais para a viabilidade do assentamento em todas as suas dimensões, sobre as estratégias adotadas pelos assentados para organizar a forma de produção e comercialização dos produtos cultivados no assentamento, como se deu o processo de construção da solidariedade entre os assentados e como é a relação dos assentados com as lideranças do MST da região.

Assim, acreditamos termos abordado, nesse estudo, os dilemas que surgiram desde a ocupação até a consolidação da conquista da terra e como se deua transformação de uma fração do território da agricultura capitalista em um território da agricultura camponesa.

Desse modo, buscamos discutir, no primeiro capítulo, os fatores que provocaram o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade e que, por conseguinte, propiciaram a modernização da agricultura. A partir desta, houve modificações nas formas de produção, nas relações de trabalho e na concentração de terra.

Em decorrência da modernização agrícola, portanto, camponeses parceiros, posseiros, arrendatários vão sendo paulatinamente expulsos e expropriados da terra e acabam por se tornar trabalhadores rurais. Mas, na condição de trabalhadores rurais, popularmente denominado de bóias-frias, eles continuam sendo explorado pelo capital. Este, para se livrar das pressões dos trabalhadores, investe maciçamente na implementação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Tal fato provocou um grande desemprego entre os trabalhadores rurais, o que os levou a se organizarem em movimentos para lutar pela conquista da terra de trabalho. Desse modo, o primeiro capítulo tratou dos processos que engendraram a luta pela terra, na região de Ribeirão Preto, além de ter discutido as formas de mobilização, organização e formação realizada pelos agentes de mediação de luta pela terra.

No segundo capítulo, buscamos tratar do processo de formação do acampamento Sepé Tiaraju. Desse modo, discutimos como se deu a ocupação da fazenda Santa Clara, a organização do acampamento no sítio da FERROBAN que contou com a participação de um camponês posseiro, o Luis. No decorrer desse período em que as famílias permaneceram no sítio, a usina Nova União utilizou-se de vários métodos para dispersar as famílias.

Nesse capítulo, trouxemos a história de várias famílias que vieram do acampamento urbano e se somaram às famílias que já estavam acampadas até a definição das condições para o futuro assentamento.

No terceiro capítulo, discutimos o processo de formação do assentamento Sepé Tiaraju no contexto da região de Ribeirão Preto. Nesse sentido, abordamos o fenômeno do arrendamento de terras dos assentamentos de reforma agrária para os usineiros e que tal situação está vinculada às políticas de distribuição de terras que não oferecem condições para que as famílias assentadas consigam se reproduzir na

sua condição camponesa. O fato do assentamento Sepé Tiaraju estar inserido num contexto propício ao arrendamento de terra, o INCRA viabilizou um conjunto de regras que têm garantido o êxito dos assentados do Sepé Tiaraju. Dessa maneira, tratamos da implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que visa à prática de uma agricultura orgânica e o processo da inserção dos camponeses no circuito mercantil e financeiro.

No quarto capítulo, tratamos dos dilemas internos ao assentamento, a relação entre os camponeses assentados, a superação dos atributos negativos e a construção de uma identidade positiva. Além disso, discutimos as práticas religiosas internas ao assentamento e a participação dos assentados nos eventos promovidos pelo MST e outras instituições.

Por fim, no quinto capítulo, discorremos sobre os desdobramentos da ação do MST a partir da formação do assentamento Sepé Tiaraju. Dessa maneira, discutimos como se deu a formação do acampamento Mário Lago, Santos Dias e Independentes Índio Galdino na fazenda da Barra em Ribeirão Preto e os enfrentamentos desses acampados com o capital, materializado nos usineiros.

C A P Í T U L O 1

DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

A luta pela terra na região de Ribeirão Preto iniciou-se, em meados da década de 1980, com a atuação, sobretudo, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) vinculados à FERAESP (Federação dos Assalariados do Estado de São Paulo). Desse modo, antes mesmo da chegada do MST (que encetou a sua ação nesta área em 1999), a mobilização dos trabalhadores rurais Sem-Terra, assalariados desempregados, era realizada pela FERAESP.

Todavia, essa mobilização de trabalhadores rurais Sem-Terra, na região de Ribeirão Preto, esteve e está atrelada às transformações que ocorreram nessa fração do território, a partir da modernização agrícola. Essa modernização, por sua vez, trouxe consigo sérias conseqüências no que tange às relações de trabalho e de produção. Além disso, a modernização agrícola propiciou uma maior concentração da terra nesta região, principalmente, com a difusão da lavoura canavieira.

Desse modo, a compreensão da trajetória da luta pela terra na região de Ribeirão Preto passa, sobretudo, pelo entendimento de como se processaram essas mudanças nas atividades agropecuárias dessa fração do território, uma vez que, tanto a modernização agrícola quanto a luta pela terra, são fenômenos que estão entrelaçados. Por isso, neste capítulo, discutiremos, primeiramente, os fatores que engendraram a modernização agrícola na região, as implicações dessa modernização nas formas de produção, nas relações de trabalho e na concentração da terra.

Além disso, procuraremos debater o enfrentamento entre o capital e o trabalho no qual o primeiro busca subordinar o segundo. Investigamos as estratégias utilizadas pela FERAESP e pelo MST na mobilização, organização e formação dos trabalhadores rurais Sem-Terra nas ocupações de terras e a difusão da luta pela terra na região.

1.1. Os motores da modernização agrícola

Os fatores que contribuíram, de maneira decisiva, para o processo de modernização agrícola na região de Ribeirão Preto foram: os legados da fase áurea do café; a implementação de políticas públicas visando à modernização da agricultura brasileira em 1960; a criação do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL – em meados da década de 1970; e a acelerada urbanização.

No final de século XIX, tal região já se destacava como a principal produtora de café de todo o estado de São Paulo. O café foi um produto que teve uma grande importância para economia brasileira principalmente em sua fase áurea, no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Para facilitar o escoamento da produção de café para as demais regiões do país e também para o exterior, tornaram-se necessárias a expansão e a melhoria das redes de infra-estruturas (estradas de ferro, locais para armazenar a produção e bancos).

Os capitais provenientes da exportação do café também foram de suma importância para a modernização agrícola na região, pois eles foram reinvestidos na aquisição de instrumentos modernos, como arados, tratores etc, destinados para as atividades agrícolas.

Entretanto, após a crise de 1929, a produção do café teve um acentuado declínio no Estado de São Paulo, como podemos constatar na tabela 1:

Tabela 1
Nordeste Paulista e Estado de São Paulo: produção total de café 1920-50(toneladas)

Ano	1920	1934	1940	1950	1950/1920	1950/1934
Ribeirão Preto	8.400	15.786	10.066	3.407	-59,40%	-78,40%
São Simão	5.700	5.229	6.659	2.552	-55,20%	-51,20%
S.Joaquim	4.389	3.540	5.270	1/995	-54,50%	-43,60%
Orlândia	4.020	7.315	8.290	7.510	-86,80%	2,70%
Franca	3.780	9.711	13.936	14.350	279,60%	47,80%
Sertãozinho	3.750	5.857	3.586	691	-81,60%	-88,20%
Jardinópolis	2.790	4.114	2.588	1.474	-47,20%	64,20%
Batatais	2.400	4.074	4.158	3.077	28,20%	-24,50%
Ituberava	1.080	5.449	7.855	4.892	353,00%	-10,20%
Pedregulho		3.558	3.954	4.245		19,30%
Demais munic.	11.396	25.047	16.333	10.546	-7,40%	-57,90%
Total da região	47.705	89.679	82.624	54.739	14,70%	-39,00%
Total do Estado	303.659	819.153	914.782	864.862	184,80%	5,60%
Região/Estado	15,70%	10,90%	9,00%	6,30%		

Fonte: FIBGE. Censos Econômicos. PIRES, J.M. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. Apud: Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista – Carlos de A.P.Bacellar; Lucila R. Brioschi, (Org.) São Paulo : Humanitas FFLCH-USP, p. 166-201, 1999.

De acordo com tabela 1, de 1920 à 1950, os municípios da região de Ribeirão Preto, excetos os municípios de Franca, Batatais, Ituberava e Pedregulho, diminuíram a produção de café. Dessa forma, o café deixou de ser o principal produto de exportação do Brasil. Os produtores da região diversificaram as suas produções, demonstrando uma grande capacidade para responderem às novas demandas impostas pelo mercado. Mas essa capacidade de superar a crise deflagrada no final da década de 1920 só foi possível devido à acumulação de capitais provenientes principalmente da exportação do café:

> Acumulação de capital propiciada com este produto [o café] lhe forneceu o dinamismo capaz de vencer a crise do final da década de 1920, advinda com a queda internacional do preço do café e de diversificar sua produção agrícola, dando lugar ao desenvolvimento de outras atividades agrícolas, como a pecuária, a cana-de-açúcar, o arroz, o milho, o feijão, e algodão principalmente (ELIAS, 1996:33).

Na década de 1960, com o intuito de modernizar a agricultura, o Estado criou várias políticas públicas de fomento agrícola, como o financiamento rural. Também criou políticas gerais e estratégias de crescimento agrícola, como o controle de preços agrícolas. Acrescente-se ainda que, na mesma década foram implementados o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural.

Já em meados da década de 1970, a crise provocada pelo aumento do preço do barril de petróleo levou o governo a criar o PROÁLCOOL, que tinha por finalidade incentivar a produção de álcool anidro e hidratado para substituir a gasolina. A região beneficia-se com tal programa, pois o governo incentivou os produtores a aumentarem o cultivo da cana-de-açúcar, o que, conseqüentemente, ampliou os subsídios, sobretudo, para aqueles que expandissem a produção de álcool.

Por fim, a significativa urbanização na dada região, legado da fase áurea do café, intensificou-se na década de 1970, pois, desde o final do século XIX, ela apresentou um dinamismo econômico proveniente da cultura cafeeira, como já foi explicitado anteriormente. Dessa forma, a região tendeu a desenvolver uma série de outras atividades econômicas, o que permitiu o aparecimento e o desenvolvimento de algumas cidades que se expandiram para viabilizar as relações de produção exigidas por esta cultura do café e sua exportação.

A urbanização intensificou-se, sobretudo, a partir de 1970. Desde então, a região vem acumulando progressivamente recursos técnicos e financeiros e, conseqüentemente, adquirindo uma crescente fluidez, tornando-se uma das principais áreas de modernização agropecuária do país, pois não só difunde inovações, mas também produz novas tecnologias, novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais. Assim sendo, o processo de urbanização da região está intimamente relacionado com as atividades agropecuárias, a quais determinam a expansão das cidades que tendem a oferecer uma série de serviços facilitando as atividades do campo.

Trata-se, portanto, de uma urbanização corporativa (ELIAS, 1996), empreendida ao sabor dos interesses das grandes empresas. É também uma urbanização aglomerada e concentrada, uma vez que a população tende a se aglomerar nas cidades. É importante salientar o crescimento vertiginoso das cidades locais com mais de 20 mil habitantes. Em 1940, existiam quatro cidades nessa região com mais de 20 mil habitantes. Em 1980, eram 16, em 1991, eram 25 (ELIAS, 1996) e, em 2000, já somavam 33 cidades (Fundação SEADE/ IBGE).

A concentração populacional nas cidades da região de Ribeirão Preto intensificou-se durante o período 1960-2000. Esse processo acelerado de urbanização aprofundou a divisão social e territorial do trabalho em toda a região. A cidade torna-se o lugar de regulação das atividades agropecuárias modernas porque reúne todos os tipos de serviços capazes de viabilizar a fluidez de toda a produção, tanto material como imaterial, fazendo o papel de ponto de intersecção entre as verticalidades e horizontalidades no lugar. As verticalidades dizem respeito à relação que o lugar mantém com outros lugares de uma rede de lugares, de modo descontínuo, tanto no território nacional como no exterior. As horizontalidades referem-se às relações que se estabelecem entre os lugares, na contigüidade do território (SANTOS, 2002:284).

O campo exige cada vez mais um consumo produtivo de sementes, mão-de-obra especializada etc; tornando-se, por conseguinte, o motor do crescimento vertiginoso do setor terciário. Houve o aumento das novas formas de consumo, como os serviços de saúde, lazer, educação, assim como de bens duráveis, eletrodomésticos, máquinas e insumos agrícolas:

> Não há mais como separar o urbano do rural, pois ambos não podem ser vistos dicotomicamente, mas como um todo único, uma totalidade, onde um depende do outro para sua manutenção e a categoria determinante é o capital (ROSSINI, 1988:3).

Logo, a relação entre cidade e campo tende a se tornar cada vez mais complexa e, desse modo, indissociáveis, cidade e campo dialeticamente se relacionam, sendo compreendidos como uma totalidade. Esse intenso processo de urbanização traz uma série de problemas, como a falta de moradia, transporte, educação, saúde e a crescente poluição ambiental, o que faz deteriorar a qualidade de vida das pessoas. E a região de Ribeirão Preto não foge a regra.

A modernização da agricultura na região acelerou o êxodo rural e muitos camponeses parceiros, meeiros, posseiros e arrendatários foram se transferindo para a cidade. Entretanto, nem todas as atividades da cidade conseguiram absorver a crescente leva de migrantes vindos do campo e também de outros estados, como

Minas Gerais, principalmente no período de safra da cana-de-açúcar. Por isso, os problemas urbanos tornaram-se mais complexos.

Todavia, especialistas em assuntos correlatos às cidades são otimistas nos comentários que fazem sobre a região, considerando que, em relação a outras regiões do Estado de São Paulo, a distribuição de renda é mais eqüitativa, os índices de violência são menores e as condições de saneamento básico são melhores, características que atribuem ao fato dos preços da terra não serem os mesmos que os das grandes cidades (ROLNIK, 1999).

Entretanto, as queimadas, principalmente nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, têm prejudicado muito a qualidade de vida das pessoas da região. Assim, a aceleração do processo de urbanização tende a trazer vários problemas, como péssimas condições de moradia, precário sistema de transportes, insuficiente atendimento à saúde e educação entre outros.

1.2. As características da modernização agrícola e os Complexos Agroindustriais (CAIS) na região de Ribeirão Preto

A modernização agrícola, na região estruturou-se com o amplo emprego de máquinas, insumos agrícolas e biotecnologias fornecidas pela atividade industrial. A difusão dessas tecnologias no campo deve-se aos vultosos subsídios provenientes da iniciativa estatal para que os grandes produtores adquirissem as inovações.

O que marca o processo de modernização da agricultura são as seguintes bases técnicas:

a) As inovações físico-químicas: emprego intensivo de defensivos agrícolas, adubos, materiais sintéticos entre outros;
b) As inovações mecânicas: emprego de colheitadeiras, tratores, arados etc;
c) Presença da biotecnologia: emprego de sementes geneticamente melhoradas, mudas etc.

De fato, as inovações anteriormente mencionadas difundiram-se por toda a região, mas é importante salientar que as técnicas possuem um limite. Todavia, em

determinadas áreas que apresentam relevo mais íngreme, parte do corte da cana-de-açúcar ainda é feita manualmente, ou seja, nem todas as etapas da produção ainda foram totalmente modernizadas uma vez que:

> A mecanização da colheita da cana implica numa série de modificações ao longo de todo o processo de produção tais como o plantio de variedades mais eretas e em sulcos não profundos, caminhões adaptados para receber toletes de cana picados, lavagem mais rigorosa na usina etc (ELIAS, 1996:40).

No entanto, com as crescentes inovações técnicas, os obstáculos tenderão a ser superados progressivamente e muito em breve poderemos ter a eliminação quase total da mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar:

> A partir de 60, devido ao processo de mecanização intenso, o corte manual vai sendo paulatinamente substituído por máquinas e a tendência é, na virada do século, de substituição praticamente total do cortador pela máquina, restando à mão-de-obra apenas os espaços onde é difícil à máquina romper os obstáculos do terreno mais acidentado ou onde há muita cana tombada (ROSSINI, 1999:227).

A organização e a expansão dos grandes Complexos Agroindustriais (CAIS) se desenvolveram, no estado de São Paulo, devido à difusão do meio-técnico-científico-informacional e também devido às políticas para a modernização da agricultura implementada pelo Estado, sobretudo, a partir da década de 1960.

Embora já houvesse, na região de Ribeirão Preto uma, atividade industrial de transformação de produtos agrícolas, como a Cia. Antártica Paulista (fundada em 1911 e ligada à produção da cerveja), a S.A.IND. Reunidas F. Matarazzo (fundada em 1914 e ligada ao beneficiamento de algodão), entre outras, foi a partir de 1970 que ocorreu um grande desenvolvimento do setor, principalmente estimulado por políticas que visavam promover a exportação de bens manufaturados e semimanufaturados, dentre os quais inclui-se o produto agroindustrial (ROSSINI, 1999:224-225).

A agroindústria está associada ao primeiro processamento de matérias-primas derivadas da agropecuária, o que não inclui a produção de insumos e máquinas,

estando dividida, conforme W. Belik *et. al*. (1999:97) em dez ramos de atividades, a seguir:

1) Carnes;
2) Sucos;
3) Óleo vegetal;
4) Leite;
5) Moagens de cereais;
6) Cana-de-açúcar;
7) Café;
8) Fibras têxteis;
9) Cadeira e celulose;
10) Conservas, fumo e couro.

A agroindústria está classificada como um setor tradicional da produção (ELIAS, 1996:80). W. Belik *et. al*. (1999:97) também a consideram pertencente a essa classificação. Entretanto, o setor agroindustrial, sobretudo na região, recebeu muitos investimentos e inovações tecnológicas e, segundo Elias (1996:80), por esse fato, deve ser analisado sem restrições conceituais, uma vez que o setor foi e é o grande responsável pelo dinamismo econômico dessa região.

O setor agroindustrial paulista, além de gerar emprego no estado de São Paulo, também é responsável pela existência de muitos empregos em outros estados da federação. Outro fator a ser considerado é que as empresas estabelecidas no estado de São Paulo, cuja sede está localizada em outro estado, entram no balanço da empresa com a maior parte do lucro total contabilizado:

> Chama também a atenção o fato de apenas 15 empresas agroindustriais com sede fora do Estado atuarem em São Paulo. Mas, nota-se que essas empresas agroindustriais com sede fora do Estado são grandes empresas, com uma média de 3.492 ocupados, e a Unidades Locais localizadas no

> Estado, apesar de possuírem menos de um quinto dos empregados dessas empresas em todo o país, respondiam por mais de 40% de suas receitas líquidas totais e proporção semelhante do seu valor agregado global. Isso significa que as empresas agroindustriais que possuem Unidades Locais no Estado, mas cuja sede se localiza fora, tem aqui suas plantas mais intensivas em capital (W. BELIK *et. al.* 1999:95).

A agroindústria produz mercadorias com menor valor agregado se comparada aos demais setores da economia, no entanto, gera uma receita grande, pagando os menores salários para os trabalhadores. A cana-de-açúcar é responsável pelo maior número de empregos no setor agroindustrial.

No entanto, não podemos deixar de apontar as contradições que emergem a partir da organização e expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIS) quando associados ao acelerado processo de urbanização. Tal modernização agrícola, nesta região, causou vários impactos de ordem sócio-econômicas, provocando mudanças nas relações de trabalho, nas formas de produção e na estrutura fundiária.

Após o declínio da economia cafeeira, os produtores da região diversificaram a sua agricultura, cultivando vários outros produtos. Com a expansão das infra-estruturas (rede de transportes, silos, dentre outras), associada à implantação do modo de produção capitalista no campo, os produtores da região especializaram-se somente em algumas culturas comerciais como a cana-de-açúcar e a laranja, expandindo as áreas destinadas a essas culturas, enquanto que as áreas destinadas ao cultivo de produtos voltados para mercado interno (o arroz, o feijão, o milho e a mandioca) foram diminuindo progressivamente.

É importante ressaltar que a modernização agrícola na região processou-se de modo seletivo, privilegiando lugares, culturas e segmentos sócio-econômicos mais propícios ao estabelecimento de novas regulamentações territoriais. Estas regulamentações fundamentaram-se nas inovações advindas do conhecimento científico, como as técnicas e os processos de reprodução desenvolvidos pela genética e biotecnologia, amplamente divulgados nos mercados para o consumo globalizados e interligados aos demais setores econômicos (ELIAS, 1996:30).

Nem toda fração da região de Ribeirão Preto possui todas as condições necessárias para captar as inovações tecnológicas do período atual. Algumas regiões

do Brasil agrário moderno constituem um território com características técnicas, culturais, econômicas e sociais bastante desiguais. O sistema capitalista envolve todo o espaço geográfico, porém, atingindo os lugares em níveis diferenciados, combinando as partes mais susceptíveis à reprodução ampliada do capital com as partes que, todavia, úteis à reprodução do capital, ainda não estão prontas para a sua ampliação (ELIAS, 1996).

O grau de intensidade e profundidade com que o sistema capitalista de produção atinge uma determinada formação sócio-espacial depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Em função desta variável o capital pode agir de maneiras diferenciadas como desenvolver, criar, subordinar ou destruir atividades.

Um exemplo claro da subordinação da produção ao capital é a relação que se estabelece entre a agroindústria citrícola e os produtores camponeses, uma vez que a primeira necessita da matéria-prima fornecida pelos produtores:

> Ao contrário do que ocorreu com as usinas e destilarias, que monopolizaram a maior parte da produção da cana-de-açúcar da qual se utilizavam, partes significativas das principais agroindústrias citrícola depende quase exclusivamente da compra da matéria-prima de produtores autônomos, pequenos e médios citricultores na sua maioria (ELIAS, 1996:97).

A agroindústria citrícola tende a subordinar os produtores camponeses a rígidos padrões de produção oferecendo-lhes apoio técnico e financeiro. Desse modo, assegura uma crescente oferta de matéria-prima de qualidade. Trata-se da apropriação da produção da agricultura camponesa pelo capital, monopolizando-a segundo os interesses da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista. Oliveira (1988:48) já havia observado essa tendência:

> O que estamos assistindo de fato é, pois, o processo de industrialização da agricultura que, sem necessariamente expropriar a terra do camponês, sujeita à renda da terra aos interesses do capital. A renda da terra produzida pelo trabalho familiar, camponês, não fica com quem produziu, mas se realiza parte no sistema financeiro.

O espaço agrário da região de Ribeirão Preto foi atingido de modo desigual pela difusão das inovações técnicas, dando origem a uma coexistência de relações de trabalho capitalistas, ou seja, aquelas que são caracterizadas pelo assalariamento da mão-de-obra, e não-capitalistas de produção, como é o caso dos pequenos camponeses posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários que empregam formas de produção mais simples.

Somada às mudanças nas relações de trabalho e nas formas de produção, inclui-se a crescente concentração da terra, principalmente pelos capitalistas do setor sucro-alcooleiro. O fenômeno da concentração da terra intensificou o êxodo de milhares de camponeses para as cidades. Além disso, muitos desses camponeses tornaram-se trabalhadores assalariados do campo, isto é, bóias-frias. Assim, os processos de expulsão e de expropriação foram fenômenos imprescindíveis para que se ampliasse a concentração da terra.

Em meados do século XIX, especificamente na região estudada, houve a ampliação do trabalho livre na lavoura de café, o que significou o início das condições para o assalariamento da mão-de-obra. Surgem na região, nesta época, diversas colônias de trabalhadores rurais constituídas principalmente por imigrantes italianos (MARTINS, 1986).

Entretanto, devido às várias conjunturas de ordem internacional que foram desfavoráveis à economia mundial, principalmente a crise que se deflagrou nos EUA no final da década de 1920, o café deixou de ser um produto altamente rentável. Por isso, houve uma grande redução da produção. Só no município de Ribeirão Preto, a produção total de café foi reduzida em 59,4% durante o período de 1920-1950 (PIRES, 1999:170).

Acrescenta-se ainda que o governo, entre as décadas de 1960 e 1970, incentivou a erradicação dos cafezais, fato este que promoveu a retirada de cerca de um milhão e quatrocentos mil cafeeiros, além de liberar quase um milhão de hectares. (SIMONETTI, 1999:40).

Essa modernização, impulsionada pelo governo, provocou uma grande liberação da mão-de-obra, ou seja, os trabalhadores rurais que trabalhavam na lavoura de café ou em outras lavouras foram amplamente dispensados. Isso

culminou na expulsão de um grande contingente de colonos que foram engrossar a massa dos moradores das periferias das cidades, sendo convertidos em trabalhadores temporários da agricultura, transformando-se em volantes ou bóias-frias. (SIMONETTI, 1999:40).

Os cafezais foram progressivamente sendo substituídos pelos canaviais, sobretudo, na década de 1970, devido ao PROÁLCOOL. Dessa forma, houve o desaparecimento das diversas colônias de trabalhadores rurais e as cidades começaram a receber um grande número de trabalhadores, migrantes de diferentes regiões do país, para trabalhar nos canaviais daquela região:

> A saída da família do campo ou pela venda da terra, pressionada pelos detentores do capital ou expulso da terra de trabalho pelo mesmo capital, agora em boa parte transformado em cana, fez com que tudo mudasse. A máquina engoliu as casas dos colonos ou as ampliou, transformando-as em 'barracões' para alargar a procissão dos trabalhadores temporários (ROSSINI, 1988:8).

Esses trabalhadores rurais de caráter temporário trabalham principalmente no período de safra e são popularmente denominados de bóias-frias ou volantes. O surgimento do trabalhador rural bóia-fria ou volante está vinculado às mudanças nas relações de trabalho e nas relações de produção que, por sua vez, estão relacionadas com a modernização da agricultura. Acrescenta-se, ainda, que essa modernização consolidou-se com a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, e, depois, com a criação do PROÁLCOOL em 1975. (SIMONETTI, 1999:45).

O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) representaram um verdadeiro paradoxo, pois, ao estender os direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais, representariam maiores despesas diminuindo os lucros dos capitalistas (ROSSINI, 1988:21). Especificamente na região de Ribeirão Preto, com a acelerada modernização agrícola, o processo de expulsão dos camponeses parceiros, posseiros, objetivou, portanto, mudar as relações de trabalho e as condições de subsistência dos trabalhadores.

Temos, com a expulsão e expropriação dos camponeses, o surgimento do trabalhador volante que é o trabalhador livre no seu estilo mais puro, isto é, trabalha

o ano todo, porém é temporário e geralmente não tem registro em carteira, o que é um paradoxo. "Assim sendo, a circulação desta força de trabalho pelos diferentes processos de trabalho permite a reprodução da figura do volante temporário, da indiferenciação dele enquanto trabalhador" (SILVA, 2000:84).

No interior dessa realidade do trabalhador volante, surgem também os mediadores do processo de exploração e dominação, a metamorfose do gato em empreiteiro, em gerenciador, em firma agenciadora. Mas, quem é o gato? Segundo Silva (2000:107), o gato é o "intermediário entre patrões e empregados, como um elemento carregado de caracteres negativos e inescrupulosos".

O que é interessante é o fato do patrão esconder-se atrás da figura do gato, pois é este que os bóias-frias vêem como o explorador e não o patrão. Por isso, a relação, em sua grande parte, deixa de ser patrão/empregado para ser empreiteiro (gato)/empregado (ROSSINI, 1988:230).

Além disso, nesse processo de mediação, surgem algumas contradições. Ao mesmo tempo em que o mediador (gato, agenciador ou empreiteiro) está a serviço do patrão, ele também tem que permanecer do lado do trabalhador. Dessa forma, Silva (2000:133) explica como o mediador se define: "Eu sou um recheio de sanduíche porque numa parte está a empresa e na outra os trabalhadores. Eu tenho que atender aos objetivos dos dois".

Portanto, o mediador age no sentido de fazer o trabalhador entender sua condição: "Age [o feitor] para que o trabalhador possa interiorizar a dominação, mas, ao mesmo tempo, procura canalizar as reações, a fim de amortecer os conflitos" (SILVA, 2000:134). É por isso que essa autora parte do princípio de que por intermédio desses fatores (a mediação dos empreiteiros) não se pode considerar apenas as relações sociais de classe, mas as de gênero e as de raça.

O talhão é o espaço de dominação dos trabalhadores volantes. Segundo Silva (2000:152), esse espaço é "um espaço intermediário entre o momento da circulação e o da reprodução da força de trabalho que ocorrem no mesmo espaço da cidade", isto é, o espaço no qual se opera o processo de trabalho.

Os trabalhadores bóias-frias, não raro, transportados de maneira violenta, ou seja, transportados em caminhões com péssimas condições de segurança e que os

próprios trabalhadores denominavam o caminhão como a violência movente. Muitos dos trabalhadores sentiam vergonha de serem transportados no caminhão porque essa condição feria profundamente a dignidade dos mesmos (SILVA, 2000).

Portanto, o processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, o processo de expulsão e expropriação dos diversos trabalhadores rurais (camponeses posseiros, pequenos proprietários etc) criou um novo trabalhador rural: o bóia-fria. Este, como discutimos anteriormente, passou a ser explorado de todas as formas.

Assim, os trabalhadores rurais assalariados passaram a ter suas demandas defendidas pelos STR´s, de modo que, as condições de trabalho e de vida desse trabalhador pudessem ser respeitadas pelos patrões e ou empregadores. No entanto, estes, interessados cada vez mais na ampliação do capital, deram prosseguimento às ações de claro desrespeito pelo trabalhador rural. Portanto, sob essa perspectiva, iniciou-se o conflito entre o trabalho e capital.

1.3. O conflito entre o Capital e o Trabalho

Thomaz Jr. (2002), em seu primoroso estudo no nordeste paulista a respeito da relação entre a agroindústria canavieira (o capital) e o trabalho, demonstrou o conflito existente entre capital x trabalho, no qual o primeiro, para não ter de atender as demandas dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e salários, investiu maciçamente em tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Em outras palavras, o capital procurou reestruturar-se, de modo a não permanecer dependente da mão-de-obra, sobretudo, na etapa da colheita da cana-de-açúcar, visto que, com as greves dos trabalhadores do corte da cana, paralisa-se a produção do açúcar e do álcool:

> Para fortalecer-se como elemento hegemônico da contradição estrutural (capital-trabalho), é imperativo para o capital investir em tecnologia, mais precisamente na mecanização do corte da cana-de-açúcar, *a fim de reverter o poder de pressão do trabalho* – tal como nas ações paredistas – coibindo

> assim a interrupção do processo de produção agroindustrial (THOMAZ, Jr. 2002: 63, grifo nosso).

A mecanização da etapa que envolve a colheita da cana-de-açúcar foi a solução que o capital encontrou para subordinar o trabalho aos seus liames, uma vez que, com a modernização de todo processo produtivo, a oferta de emprego diminuiria e o poder de pressão dos trabalhadores e dos sindicatos que os representam tornar-se-ia enfraquecido.

Desse modo, as conquistas trabalhistas advindas do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), cujo objetivo era estender os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, conforme discutido anteriormente, não se concretizaram, pois os encargos trabalhistas oneraram o custo do trabalho para fazendeiros e usineiros que optaram, claramente, pela mecanização.

Acrescente-se ainda, o fato de que o ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) não considerou como sendo trabalhador rural os pequenos camponeses arrendatários, parceiros e posseiros, os quais quando expulsos da terra, transformaram-se em trabalhadores volantes, ou seja, em bóias-frias.

Mais uma vez, como bem afirmou Silva (2004:34), o ETR constituiu-se na lei dos pobres que expulsou os pobres, além de não ter garantido a eles um reconhecimento social e legal:

> O bóia-fria, além de ter sido banido da legislação, não é sequer considerado trabalhador, pois não é permanente, logo não possui direitos. Bóia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém, portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social. Esta foi a situação experimentada por milhares de trabalhadores em diferentes partes do país, sobretudo no estado de São Paulo, local privilegiado para a instalação do modelo modernizador da ditadura militar.

Concomitantemente ao processo de reestruturação da agroindústria canavieira, nessa fração do território brasileiro, tendo em vista a completa sujeição

do trabalhador perante o capital, houve o aumento da concentração fundiária na dada região como já salientamos anteriormente. Como Thomaz Jr. (2002) demonstrou em seu trabalho, a cana-de-açúcar tornou-se um produto hegemônico propiciando, além da concentração da terra, também a concentração das usinas que passaram a disputar, entre si, o controle do território:

> Uma vez sinalizado esse processo, a busca desenfreada por mais matéria-prima, acentua os conflitos capital-capital, principalmente nas empresas próximas dos eixos: a) Ribeirão Preto – Guariba – Pitangueiras – Pontal – Sertãozinho; b) Catanduva – Santa Adélia, Tabapua; c) Macatuba – Barra Bonita – Brotas. Nesses locais, a *demanda por terra é mais acirrada, e a mesma porção do território ou plantação de cana pode ser alvo de disputa entre varias empresas*. (THOMAZ, Jr. 2002: 75, grifo nosso).

Um outro fator que possibilitou o fortalecimento da agroindústria canavieira na região, juntamente com a concentração da terra e o controle das relações de trabalho foi à concentração da renda e do capital. Ambos se consolidaram, como já apontado, com o PROALCOOL criado pelo Estado em meados da década de 1970 (THOMAZ, Jr. 2002). Desse modo, os pilares que fizeram com que a agroindústria canavieira da região concentrasse mais de 50% dos recursos provenientes do PROALCOOL, segundo Thomaz Jr., foram: a) concentração da terra; b) concentração da renda e do capital; c) baixos salários.

Somado aos fatores citados acima, os capitalistas do setor sucro-alcooleiro, também se articularam de modo a se fortalecerem frente aos sindicatos dos trabalhadores do setor agroindustrial. Destarte, Thomaz Jr. (2002) evidenciou um fenômeno interessante que ocorreu e ocorre nessa região: enquanto o capital, materializado na agroindústria canavieira, difunde-se sem respeitar as fronteiras e busca se unificar em Associações (como a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo [ÚNICA] e Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo [COPERSUCAR]) o trabalho - representado pelos sindicatos - permanece circunscrito no município ou, em outras palavras, fica preso à base territorial e se fragmenta em diferentes categorias profissionais.

Ao invés do trabalho se unificar, assim como fez e faz o capital, o sindicato do setor agroindustrial, por estar cativo a uma base territorial, acaba se dividindo e cada categoria passa a ser representada por um determinado sindicato. Assim, para cada etapa do processo produtivo da agroindústria que envolve determinados profissionais há um sindicato: sindicato dos químicos, sindicato dos condutores, sindicatos dos cortadores de cana etc. Essa fragmentação do trabalho representada por uma pluridade de sindicatos que se situam em diferentes bases territoriais, contribuiu enormemente para a debilitação das relações de trabalhos frente ao capital como demonstrou Thomaz Jr. (2002:280):

> Em síntese, nesse campo minado, a oficialidade das regras do jogo, mediatizadas pelo Estado, coloca os sindicatos no território dominado pelo capital, onde a contradição capital x trabalho está fetichizada na e pela alienação do trabalho, nas suas diferentes manifestações.

Além de ter explicitado as fragilidades do trabalho em relação ao capital, uma vez que este visualiza o sistema produtivo na sua totalidade, diferentemente do primeiro que não tem uma visão do todo, mas compartimentada, porque está alienada do processo produtivo, Thomaz Jr. também abordou como se deu o processo de fracionamento das Federações as quais são compostas por vários sindicatos. Dessa forma, o autor mostrou o processo do qual originou a FERAESP que, como vimos no início desse capítulo, tornou-se o primeiro agente de mediação da luta pela terra na região de Ribeirão Preto e que foi responsável pelas primeiras organizações dos trabalhadores rurais Sem-Terra, assalariados e desempregados no processo de ocupação de terras na região.

De acordo com Thomaz Jr., a FERAESP surgiu a partir de um racha que ocorreu dentro da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP). Esta, com o objetivo de não perder o seu domínio sobre os sindicatos da região para a CUT, procurou estimular a ascensão no seu interior de lideranças que tinham no movimento de Guariba um forte exemplo de organização dos

trabalhadores contra o capital. No final da década de 1980 deflagrou-se a fragmentação:

> É importante notar que, no interior desse processo de emergência de novas lideranças e oposições sindicais, não se configurou um quadro hegemônico que viesse implicar que esse conjunto fosse portador de posições e ações política de vanguarda. A própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP) passou a estimular, porque acuada, a ascensão de oposições sindicais, temendo perder o comando e território para a CUT. Nesse momento ocorreu uma recomposição de forças e alianças políticas dentro da própria FETAESP, com a participação de dirigentes e lideranças identificadas com o chamamento do Movimento de Guariba (ou seja, de privilegiar a organização dos assalariados rurais), como o presidente do STR de Araraquara, Élio Neves, que depois, já no final dos anos 80, passou a ser expoente do racha que originou a Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). (THOMAZ, Jr. 2002: 267).

A FERAESP, colocou Thomaz Jr., destacou-se entre outras federações por buscar ter uma meta mais unicista, com o objetivo de superar o corporativismo que tem marcado a estrutura sindical na sua totalidade. Além disso, um outro aspecto que passou a caracterizar a FERAESP, como mencionamos anteriormente, foi a organização de trabalhadores rurais Sem-Terra, assalariados desempregados para lutarem pela terra.

Com efeito, a luta pela terra constituiu-se numa bandeira adotada pela FERAESP, pois à medida que a mecanização foi se difundido aceleradamente, os postos de trabalhos foram se tornando cada vez mais escassos, sobretudo, para aqueles que possuíam baixa qualificação profissional. Sem trabalho e sem terra para trabalhar como seria possível a reprodução social dos trabalhadores rurais e assalariados do campo? Segundo Silva (2004:41), grande parte dos trabalhadores rurais desempregados passou a viver sem as mínimas condições nas periferias das cidades na condição de "órfãos da modernização":

> Nas cidades, passaram [os trabalhadores rurais] a viver nas periferias ou nas favelas, tornando-se órfãos da modernização. Sem qualificação profissional, analfabetos em sua grande maioria, foram destinados às ocupações mais desvalorizadas do baixo terciário – serventes de pedreiro, emprego domésticos etc. – sem contar os desempregados e subempregados.

A crise do trabalho, aprofundada com a modernização da agricultura abriu caminhos para as primeiras ocupações de terra na região de Ribeirão Preto ocorridas a partir do ano 1985. E as fazendas ocupadas foram Monte Alegre e Silvânia, no município de Matão. O número de famílias inicialmente mobilizadas pela FERAESP para essas ocupações foram aproximadamente de 408 famílias. A regularização do assentamento aconteceu depois de 13 anos de luta quando o ITESP adquiriu a área que somava 6.000 hectares.

No município de Araraquara, próximo a Matão em 1987, houve a ocupação da fazenda Bela Vista do Chibarro por um grupo de 166 famílias, mobilizadas também pela FERAESP. O assentamento foi regularizado em 1989 pelo INCRA.

A partir dessas primeiras ocupações, as mobilizações dos trabalhadores rurais Sem-Terra foram sendo ampliadas. Em 1999, o ITESP regularizou assentamentos no município de Bebedouro, Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis e Restinga. No mesmo ano, o INCRA também regularizou assentamentos no município de Colômbia.

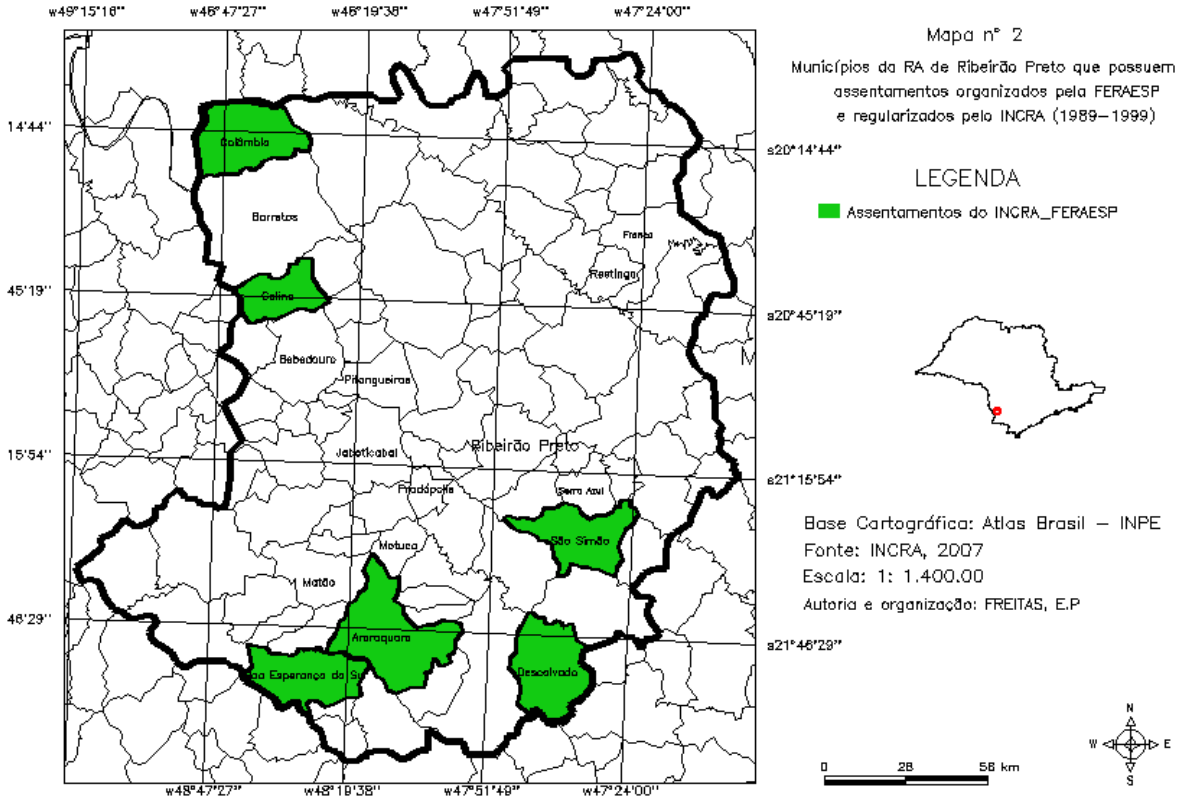
Portanto, os primeiros assentamentos que surgiram na região de Ribeirão Preto estão atrelados à organização dos trabalhadores rurais Sem-Terra pela FERAESP, que tinha nas ocupações uma estratégia de enfrentamento frente ao capital sucro-alcooleiro como destacou Thomaz Jr. (2002: 340):

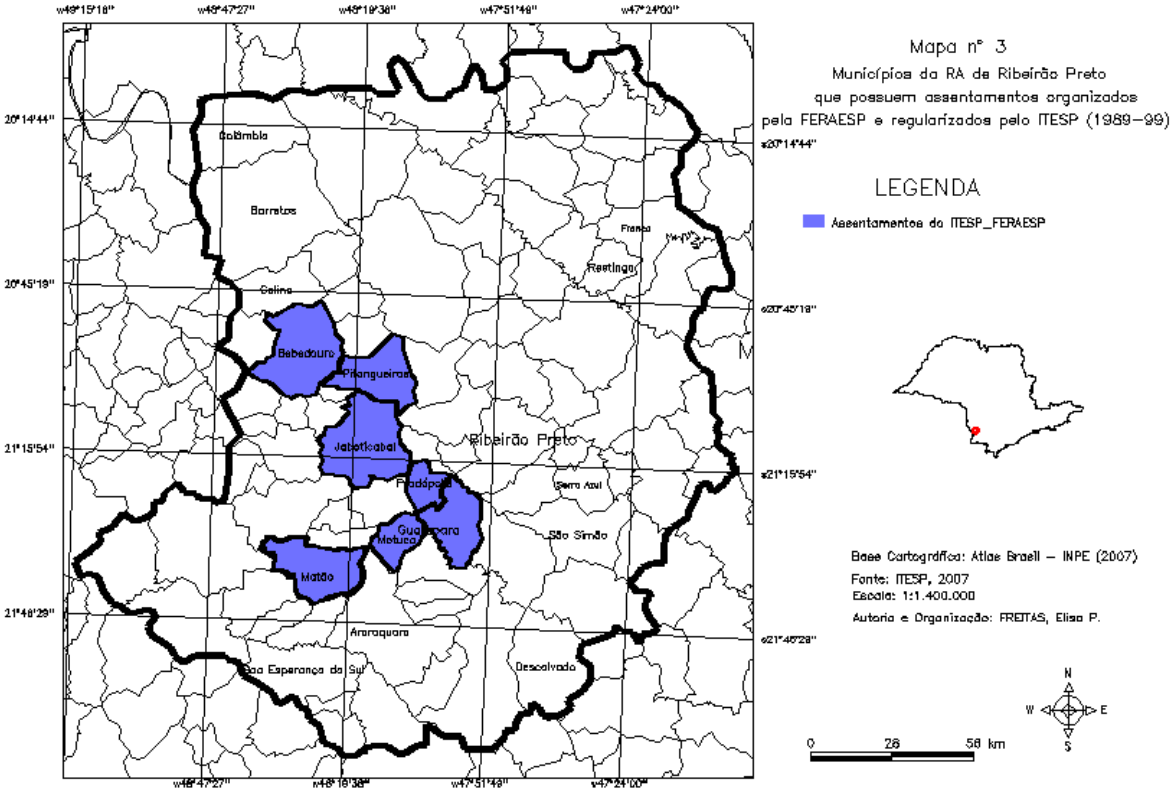
> Entre 1989 e 1994, os enfrentamentos [contra o capital] direcionados para esse plano específico da luta dos assalariados se consubstanciaram na existência de outros núcleos – que se somaram aos já existentes a partir fundamentalmente da segunda metade dos anos 80 – como a) em Motuca e Silvânia (Monte Alegre), com 5 núcleos e 4.000 hectares, e Jaboticabal em 1991 e, b) em 1992, o Horto Guarani, uma reserva da Fepasa, com 6.000 hectares, localizado defronte ao portão principal da usina São Martinho, em Pradópolis.

No mapa nº 2, da página 65, podemos visualizar os municípios que possuem assentamentos regularizados pelo INCRA e cuja organização e mobilização dos trabalhadores estiveram vinculadas a FERAESP. E no mapa nº 3, da página 66, representa os municípios que possuem assentamentos regularizados pelo ITESP.

Tanto no mapa nº 2 quanto no mapa nº 3, os municípios que possuem assentamentos de reforma agrária estão próximos territorialmente. Acrescenta-se o fato de alguns assentamentos ocuparem áreas de dois municípios como é o caso do Assentamento de Pradópolis que abrange terras do município de Pradópolis e de Guatapará.

Como veremos mais adiante, o INCRA é o órgão que mais tem desapropriado terras para fins de reforma agrária e a FERAESP é o agente de mediação responsável pela organização interna da maior parte dos assentamentos da região. O fato de alguns municípios terem assentamentos e outros não, está vinculado ao trabalho de mobilização dos trabalhadores Sem-Terra pelas agências de mediação que focaram suas ações nas áreas próximas ao município de Araraquara, Ribeirão Preto, Barretos e Restinga.


w49°15'16"
w48°47'27"
w48°19'38"
w47°51'49"
w47°24'00"
14'44"
45'19"
15'54"
46'29"
s20°14'44"
s20°45'19"
s21°15'54"
s21°46'29"
Colômbia
Barretos
Guaíra
Restinga
Cajuru
Bebedouro
Pirangueiros
Ribeirão Preto
Jaboticabal
Pradópolis
Serra Azul
São Simão
Motuca
Matão
Araraquara
Descalvado
São Esperança do Sul
Mapa nº 2
Municípios da RA de Ribeirão Preto que possuem assentamentos organizados pela FERAESP e regularizados pelo INCRA (1989–1999)
LEGENDA
Assentamentos do INCRA_FERAESP
Base Cartográfica: Atlas Brasil – INPE
Fonte: INCRA, 2007
Escala: 1: 1.400.00
Autoria e organização: FREITAS, E.P
0
28
56 km
N
W
E
S


Mapa nº 3
Municípios da RA de Ribeirão Preto
que possuem assentamentos organizados
pela FERAESP e regularizados pelo ITESP (1989–99)
LEGENDA
Assentamentos do ITESP_FERAESP
Colômbia
Barretos
Guaíra
Pontal
Pitangueiras
Jaboticabal
Ribeirão Preto
Guariba
Monte Alto
Matão
Serra Azul
São Simão
Araraquara
Descalvado
Base Cartográfica: Atlas Brasil – INPE (2007)
Fonte: ITESP, 2007
Escala: 1:1.400.000
Autoria e Organização: FREITAS, Elisa P.
0
28
56 km
N
S
W
E

Na tabela nº 2, é possível observar quantos hectares foram desapropriados em cada município, o número de famílias mobilizadas pela FERAESP, e as que foram assentadas pelo ITESP e pelo INCRA entre os períodos de 1989 e 1999:

Tabela 2

Relação dos Assentamentos na Região de Ribeirão Preto
Organizados pela FERAESP (1989-1999)

Órgão Responsável	Município	Assentamento	Nº de Famílias	Hectares
INCRA	**Araraquara**	Bela Vista Chibarro	176	3.455,16
		Bueno de Andrada	31	472,41
ITESP	**Matão**	Silvania	19	405,4
		Monte Alegre 6	88	1.253,94
	Pradópolis	Guarani	273	4.190,22
	Jaboticabal	Córrego Rico	47	468,08
	Pitangueiras	Ibitiúva	43	725,01
	Restinga*	Horto 17 de Abril	159	2.979,07
	Bebedouro	Reage Brasil	82	1.296,30
INCRA	**Colômbia**	Formiga	47	1.053
		Perdizes	36	1.506
ITESP	**Motuca**	Monte Alegre 1	49	726,00
		Monte Alegre 2	62	857,70
		Monte Alegre 3	76	1.009,56
		Monte Alegre 4	34	679,35
		Monte Alegre 5	34	483,76

* Famílias organizadas pela FERAESP em parceria com o MST

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002.
Organização: FREITAS, Elisa P.

De acordo com a tabela nº 2, o município de Pradopólis possui o maior assentamento com o maior número de famílias, seguido de Araraquara e Restinga. Nestes municípios houve a intensa mobilização dos trabalhadores pela FERAESP. Num período de aproximadamente dez anos, foram assentadas 1.256 famílias e foram desapropriados 21.560,96 hectares. Os dados podem até parecer expressivos. Entrementes, na região de Ribeirão Preto, a área ocupada com a lavoura de cana é aproximadamente 52 vezes maior do que a área desapropriada para fins de reforma agrária, uma vez que, segundo Thomaz Jr. (2002: 64):

> Os 1.125.000 hectares de terra comprometidos com cana na DIRA de Ribeirão Preto revelam a hegemonia dessa porção do território, ou seja,

> 41,3% de toda área ocupada com cana no estado (2.650.500 hectares) encontra-se na referida DIRA.

A enorme concentração da terra, nesta região, somada aos problemas ambientais e sociais, decorrentes da monocultura canavieira, foram decisivos para que o MST, a partir de 1999, também iniciasse sua atuação, na região agrícola de maior densidade técnica do país (ELIAS, 1996) e denominada de Califórnia Brasileira.

A chegada do MST nessa fração do território brasileiro, ao nosso ver, também provocou mudanças no conteúdo político, jurídico, econômico e simbólico desta parcela do espaço geográfico, porque diferentemente da FERAESP – uma Federação que está circunscrita ao Estado de São Paulo – o MST, tornou-se um movimento social de escala nacional (FERNADES, 2000). Por possuir esse caráter nacional, a atuação do MST na região se fez a partir das múltiplas experiências de organização e mobilização de trabalhadores sem-terra que suas lideranças trouxeram consigo.

De acordo com Caldart (2001), estudiosa do MST, o que distingue, portanto esse agente de mediação, o MST, de outros é a radicalidade da forma de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve, a multiplicidade de dimensões em que atua, a combinação de formatos organizativos diversos e a capacidade de universalizar e ou envolver toda a sociedade na luta:

> (...) Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se 'aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena. (CALDART, 2001:208).

E as mudanças ocorridas na região, a partir da ação do MST, despertaram em nós um grande interesse em compreender, dentre outras questões, os elementos envolvidos na formação do "Sepé Tiaraju" - primeiro Assentamento de Reforma Agrária da região em questão, integralmente produto da ação do MST - localizado na

divisa dos municípios de Serrana e Serra Azul, bem como os desdobramentos da luta pela terra na região[2].

Sem dúvida, o MST ao iniciar sua atuação na região de Ribeirão Preto, engendrou uma nova situação na qual, o questionamento da ordem estabelecida, que na região de Ribeirão Preto é representada pelo setor sucro-alcooleiro, fez com que esse setor reforçasse e difundisse, ainda mais, uma imagem negativa do MST e dos demais agentes de mediação da luta pela terra que atuam na região como, a FERAESP, porque estes desafiam a ordem do capital e criam a desordem.

Uma das conseqüências do processo de estigmatização do MST é o descrédito e a desqualificação em relação aos integrantes do movimento. Porém, a presença do MST na região juntamente com outros movimentos sociais, têm constituído um sério incômodo para a agricultura capitalista, visto que o MST e os outros agentes de mediação da luta pela terra, têm sido capazes de mobilizar os "órfãos da modernização agrícola" e, a partir da conquista da terra, devolver a eles ao menos um pouco de dignidade que o capital extraiu-lhes.

Além disso, trazem para a sociedade local, os questionamentos acerca dos malefícios da monocultura da cana, como as queimadas (que provocam poluição e problemas respiratórios nas pessoas), a morte por exaustão física dos cortadores de cana, dentre outros fatores. Dessa forma, o MST juntamente com outros agentes de mediação, constituem um ponto de inflexão contra a hegemonia da agricultura capitalista na região de Ribeirão Preto, uma vez que têm conseguido alterar as políticas do setor, como veremos nos capítulos subseqüentes.

1.4. A mobilização dos pobres do campo e da cidade na região de Ribeirão: atuação compartilhada entre o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Como já pontuamos no início do presente trabalho, a luta pela terra no Brasil de hoje, tem sido mobilizada pelo que podemos denominar de *mediadores* ou

[2] Vale destacar que em 1999, o ITESP regularizou o assentamento Horto 17 de Abril, no município de Restinga, próximo a Franca. Esse assentamento resultou da ação da FERAESP em conjunto com o MST. Mas, a FERAESP é que foi responsável pela mobilização de grande parte das famílias.

de *agências de mediação*, que no entender de Rapchan (1993: 48) constituem-se nos:

> sujeitos que tiveram um papel direto no estabelecimento das relações entre estes Sem Terra, a sociedade e o Estado compreendidos aqui em sua amplitude. Aponto alguns mediadores: setores da Igreja Católica, alguns sindicatos de trabalhadores urbanos, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, estudantes (pesquisadores ou não) e professores universitários e até o próprio MST.

O papel fundamental dos mediadores tem sido organizar e articular para lutar pela terra, aqueles que constituem os "órfãos da modernização" imposta pela difusão desigual e combinada do capitalismo no campo e na cidade. Desse modo, a FERAESP, como mencionamos neste trabalho, assim como o MST e a CPT, constituem importantes agentes de medição da luta pela terra na região de Ribeirão Preto, pois que:

> Uma das saídas que os trabalhadores têm encontrado para a garantia de sua subsistência é através do movimento dos sem-terras. Famílias, desalojados urbanos, até mesmo ex-metarlúrgicos ou rurais ocupam terras ociosas do Estado e até mesmo particulares... que estão sendo usadas como reserva de valor ou para a especulação imobiliária, para desenvolver nelas sua terra de trabalho ou construírem sua moradia. Na realidade não querem a posse da terra, querem um local para viver e se reproduzir como seres humanos (ROSSINI, 1988:66).

Desse modo, o MST ao encetar a sua ação junto aos "órfãos da modernização agrícola", ou seja, junto aos trabalhadores rurais Sem-Terra, aqui compreendidos como os camponeses parceiros, arrendatários e posseiros, além dos trabalhadores assalariados desempregados para lutarem pela terra contou com o apoio decisivo da CPT, que tem ainda hoje, como um dos seus principais articuladores, o Pe. Chico. Entretanto, a CPT começou sua atuação já em 1995, quando apoiou os trabalhadores rurais Sem-Terra, organizados pela FERAESP na ocupação do Horto Guarany, no município de Pradopólis. Atualmente o Horto Guarani constitui um dos maiores assentamentos de reforma agrária na região com um total de aproximadamente 270 famílias.

A CPT teve uma influência muito grande na experiência do assentamento de Pradópolis. Sua principal ação junto a essas famílias assim como junto às famílias Sem-Terra do município de Restinga, Araraquara e Campinas, segundo Pe. Chico (2001) foi na *formação* e *organização* de núcleos de apoio a essas famílias. Na base pioneira da CPT, na região de Ribeirão Preto, estavam o Pe. Milton que morreu sem ter completado 40 anos e a irmã Cristina, uma religiosa da Congregação Salesiana. Com a morte do Pe. Milton e o afastamento da irmã Cristina, que foi obrigada a abandonar a CPT porque estava ficando cada vez mais idosa e já não conseguia atuar mais com tanto vigor, a CPT foi enfraquecendo.

Entrementes, com a chegada do MST na região a partir de 1999, um grupo de seis pessoas fez ressurgir a CPT na arquidiocese de Ribeirão Preto. Segundo o Pe. Chico (2001), essas pessoas fizeram um bom trabalho de resgate da história da CPT na arquidiocese. Embora, a CPT se encontre atualmente um tanto desarticulada, como veremos no capítulo 4, essa desarticulação esteve vinculada à falta de pessoas que pudessem prosseguir com o trabalho pastoral junto às famílias acampadas e assentadas da região, como afirmou Pe. Chico:

> Mas, devido às circunstâncias da vida particular deles [dos agentes de pastorais] no fim do ano passado, a CPT 'pifou' de novo. Um dos integrantes principais da CPT teve a oportunidade de voltar a estudar, pois ganhou uma bolsa para fazer a pós-gradução fora de Ribeirão Preto. Tínhamos um seminarista que estava na teologia e estudava em Batatais e de repente ele largou o seminário e voltou para a casa dele em Minas Gerais. Então, são circunstâncias meramente pessoais [3].

Além disso, as pastorais sociais (principalmente da Igreja Católica) não têm sido tão aceitas nem mesmo no seio da igreja católica e nem pela sociedade civil, uma vez que assumem uma posição radicalmente em favor dos movimentos sociais:

> (...) Toda a conjuntura eclesial dos últimos anos não são favoráveis as pastorais sociais o que significa que tanto na Igreja, como na sociedade você hoje encontra menos pessoas motivadas para integrar esse tipo de movimento ou de pastoral [4].

[3] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com o Padre Chico, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

[4] Idem.

Apesar da atual desarticulação da CPT na região de Ribeirão Preto, o MST obteve um importante apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB´s). Além do constante incentivo do Pe. Chico. Acrescenta-se ainda, a importância da igreja católica local na constituição de um grupo denominado "amigos do MST", que tem apoiado o movimento.

A CPT da região de Ribeirão Preto desempenhou um papel fundamental na mobilização, organização e formação do "órfãos da modernização agrícola". E essa parceria da CPT com o MST, fez com que, ainda hoje, o MST tenha no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, no Sítio Pau D'alho (Ribeirão Preto), um local para os encontros de formação de novas lideranças locais, além de oferecer cursos voltados para a formação de técnicos agrícolas. Além disso, a arquidiocese de Ribeirão Preto, por meio da CPT permitiu que funcionasse de 2000 a 2004, na Avenida da Saudade, no município de Ribeirão Preto, a "Loja da Reforma Agrária".

O objetivo de manter essa loja era de obter um retorno político, ou seja, realizar uma propaganda a favor da reforma agrária. No entanto, essa loja teve que ser fechada devido ao local que não favorecia o estacionamento de carros. Também, porque havia excesso de gastos com contas de luz, telefone e água. Hoje, o prédio está sob os cuidados das Cáritas, um órgão vinculado a CNBB como nos informou Júlio, que trabalhou lá por mais de quatros anos:

> É que nós fomos chegando à conclusão que o ponto ali era ruim pra carro. Ali não pode parar. E o fluxo de pedestre ali era muito fraco, naquele pedaço da Saudade ali. Então, nós estávamos gastando dinheiro pra manter aquilo lá aberto. Pagava energia, conta de telefone e você sabe que a gente ali, trabalhava com alimentos como queijo, e isso se perde, né? Nós ficamos no vermelho ali acho quase um ano. Então, nós teria que mudar ou escolher uma alternativa, pra ficar uma loja bonita. Só que não dava. (..) Aí pra você vê. Nem o retorno político quase tava dando pra nós. No começo tava muito animado, quando da inauguração e tal. Mas, depois as pessoas vão tendo dificuldade e já não ia. Ouve dificuldade pra estacionar. Então, depois que eu sair [da loja] eu acho que quem está coordenando o prédio [da avenida]... Até tem uma parceria com as Cáritas [da CNBB][5].

[5] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, janeiro de 2008.

Como discutiremos com maior profundidade no capítulo 4, a CPT afastou-se das bases do MST, ficando mais próxima das lideranças. Inclusive, a ausência de agentes da CPT no acampamento Sepé Tiaraju por um longo período fez com que muitas famílias, após o processo de assentamento, deixassem de ser católicas, em virtude do forte assédio das igrejas neo-pentecostais, como veremos mais adiante.

No ano de 1999, como citamos anteriormente, o MST começou a realizar, nas periferias do município de Matão, Ribeirão Preto e Barretos o trabalho de base com o apoio de apenas alguns agentes da CPT. Mas, no que consistia esse trabalho de base? Consistia e consiste, ainda hoje, numa frente de massa na qual um grupo de pessoas (geralmente as lideranças) busca mobilizar as famílias para a luta. Vale evidenciar que o MST na região de Ribeirão Preto não só chamou para a luta trabalhadores rurais Sem-Terra como também aqueles que estavam desempregados em decorrência da modernização agrícola, como nos revela a fala de Kelly, uma das principais líderes do MST na região:

> O nosso critério são famílias desempregadas, ou que estejam em situação de exclusão, que nós convidamos para ir para a terra, tendo história no campo ou não, porque achamos que todo o trabalho é possível de ser aprendido, não é? Então, por exemplo, teve no Brasil um êxodo rural muito forte na década de 1970. Os trabalhadores vinham do campo para a cidade. Quando eles vieram para a cidade, ninguém perguntou se eles sabiam mexer em fábrica, ser torneiro mecânico. Mesmo assim, as pessoas aprenderam e construíram a cidade. Então, achamos que da mesma forma hoje as pessoas que estão na cidade não tem trabalho, elas podem ter uma oportunidade de aprender o trabalho do campo.[6]

É interessante explicitarmos, neste momento que o trabalho de mobilização, organização e formação do MST apoiado pela CPT, junto aqueles que, em decorrência da modernização tornaram-se excluídos, imprimiu nesse contingente de desempregados e sem-terra de trabalho uma nova identidade. Ou em outras palavras, conferiu a esses pobres do campo e da cidade uma possibilidade de superação dos estigmas sociais, isto é, dos atributos negativos que lhes deterioram a identidade.

[6] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

Para tanto, o MST juntamente com a CPT, na condição de agentes de mediação constroem uma mística, ou seja, um conjunto de símbolos, discursos e significados (TURATTI, 2005) e por meio dela, procuram inserir os sem-terra desempregados, camponeses parceiros, arrendatários e posseiros num novo patamar identitário. Uma coisa é ser um Sem-Terra sem ter dignidade, possuidor de uma identidade negativa da ausência dos bens essenciais à pessoa humana e a outra é assumir uma identidade de Sem-Terra, mas que tem a consciência do processo que gerou a pobreza material e imaterial na qual se encontram. Como colocou Rapchan (1993:19)

> Aliás, o processo de reconhecimento de seu direito à terra transforma a identidade negativa da ausência, da exclusão, da carência – o sem terra – numa identidade positiva que implica a classificação daqueles que estão excluídos da terra numa outra posição: a da reivindicação do direito à terra, a liberdade, da cidadania.

O trabalho de base do MST com o respaldo da CPT tem ajudado o Sem-Terra a construir uma identidade positiva de si e do outro que se encontra na mesma condição e, por conseguinte, vivencia as mesmas mazelas. Como bem destacou Branco (2003:24), em seu trabalho sobre a constituição da identidade de jovens cujos pais foram assentados, a identidade da pessoa, do "eu"/ "nós" se produz a partir da representação do "outro" a respeito do "eu"/ "nós". Essa representação que o "outro" faz do "eu"/ "nós" pode ser positiva, mas também pode ser negativa, a ponto de inferir ao "eu"/ "nós" uma condição de subalternidade que ajuda a justificar a segregação, o racismo, a exploração e até a supressão da vida:

> Para acrescentar mais um complicador a respeito do tema, não são somente 'eu' e 'nós' intrinsecamente relacionados e constantemente transformados que aparecem num processo de produção de identidades. Aí está implicada uma terceira pessoa do plural – 'eles' – da qual o 'eu/nós' se diferencia. Só é possível estabelecer uma diferença dentro de uma relação. Assim, o 'eu/nós' não pode existir, enquanto identidade, fora da representação de um 'outro' (ele ou eles) mais distante. Este 'outro' pode ser percebido como 'diferente', sem que surja o desejo de excluí-lo da apropriação dos bens da sociedade como um todo, ou sem torná-lo invisível, através da não participação política; mas pode, também, ser visto como um 'estranho', para o qual é pressuposta uma essência 'subumana', que justifica a segregação, o racismo, as relações de exploração e, até mesmo, a eliminação da vida. A

> representação 'de-eles' dependerá das relações sociais mais amplas. Portanto, a Identidade se produz na trama de inúmeras representações de 'outros' (semelhantes e diferentes) e de um 'si mesmo' (continuidade e transformação), que, por sua vez, ao serem processadas, orienta as demais representações do mundo a partir desse 'sentido de si' continuamente refeito. (BRANCO, 2003:24).

No processo de mobilização da luta pela terra, além da produção de uma identidade positiva entre aqueles que passaram a fazer parte do movimento, criou-se uma solidariedade a ponto dos mesmos cederem a própria casa, o salão ou outro espaço para a realização dos encontros do MST, além de compartilhar os mínimos bens dos quais dispunham com os "outros", pois também os "outros", assim como o "eu"/ "nós" tinham em comum, a condição de ser Sem-Terra, como mostra a fala de Moacir de Mello, do assentamento do Sepé Tiaraju, quando da época da mobilização:

> Aí quando eu cheguei aqui [em Ribeirão] passou uns par de anos, aí passou anunciando pra fazer no correio a inscrição, então eu fui fazer de novo. Aí na semana que eu fiz, mandaram uma carta pra mim, mandaram o cartão cidadão pra mim, eu nem sabia usar. Eu fiquei até admirado. O meu foi rápido. (...) Eu entrei no MST, tinha o seu Zé, não sei se você conhece, *tinha o seu Zé lá, ele era o meu vizinho em Ribeirão, ele montava um salãozinho lá pra ter as reuniões do MST no bairro Salgado Filho I.* Aí, nós só sentava na casa dele, nós ia viajava, mas ele me chamava e sempre tinha reunião lá no centro, nós ia também. Eu participei de muitos convites com o Émerson, ele fazia reunião aqui na cidade. Eu sempre tava junto participando. Aí depois eles entraram na Via Norte lá, quando fizeram um acampamento lá, você lembra né? Paulo Freire aí na época eu fui, eu entrei lá, mas eu tava trabalhando. *Então, o que é que eu fazia? Eu pegava a minha cesta básica e levava lá pro pessoal. Então, cesta básica, muita coisa eu levei pra lá.* [7]

Na fala apresentada é possível compreender que no próprio processo de mobilização vão sendo construídos os laços de amizades entre aqueles que passam a fazer parte do movimento e, conseqüentemente, vai sendo engendrada uma solidariedade.

Como demonstrou Silva (2004:82), no processo de constituição da identidade de Sem-Terra, pela via política há de se levar em conta a construção dos

[7] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir de Mello, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

laços de solidariedade que se criam entre aqueles que passam a ser parte do movimento:

> Além do processo de construção do nós, da ligação com a comunidade, da identidade de "sem-terra", pela via política, há que considerar um fator fundamental para a solidificação do elo entre os diversos indivíduos ali presentes: a solidariedade, permeada pela amizade, pela ajuda mútua e por elementos religiosos calcados na mística.

Uma outra característica que marcou e marca o trabalho de base do MST, na região é com certeza o espaço da reunião no qual é realizada a clara exposição dos fatos que compõe a realidade que permeia a vida do Sem Terra.

Este, não raro é migrante. Migra para onde poderá encontrar trabalho. Não é a toa que em muitos depoimentos como veremos a seguir, o Sem Terra adere à proposta de fazer ocupações, porque acredita ser legítima e porque quer conseguir libertar-se das limitações impostas pela falta de uma renda mínima que lhe garanta a reprodução de sua família. Assim, os Sem-Terra vão e ocupam, porque acreditam nos propósitos da luta e querem um pedaço de terra no qual possam consolidar a suas vidas materiais, sem precisar se deslocar eternamente como nos mostra o depoimento do Mário, hoje já assentado no Sepé Tiaraju:

> Aí eu trabalhei numa cooperativa, eu nem sabia que era cooperativa de sacaria, eu era sacador né? Então, infelizmente ela foi a falência. Ela faliu e nóis viemos pra cá. Daí eu fui para outra firma. O que eu ganhava lá ficava em pensão e passagem, né? Chegava com pouco dinheiro, pagava farmácia, pagava supermercado, pagava água e luz e acabava o dinheiro. Tinha vez que nem dava. Daí saí dessa vida e disse: vamos embora. Aí vendi os móveis, a casa, vendeu tudo e fui pra Minas. Em Minas, nós quebramos o nariz também porque nós saímos de lá. Depois nóis vortou não pro Paraná, nóis vortou pro Estado de São Paulo, pra Américo Brasiliense, lá perto de Araraquara. De lá, nóis trabalhamos com usina, cortando cana, trabalhemos apanhando laranja, carpindo e tal, plantando. *E aí um dia passou o movimento [MST] lá anunciando na rua que tava organizando tal e tal. Aí, tinha reunião no próximo dia e nóis foi e gostamos do propósito e aí viemos pro movimento e acabemos conquistando a terra.*[8]

A fala acima revela o drama que milhares de trabalhadores do campo enfrentam em sua longa trajetória de vida. Muitos se deslocam do local de origem com a finalidade de assegurar a sua própria reprodução, buscar autonomia e ter

[8] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

liberdade. E quando isso não é possível, acabam se encorajando a aderir a um movimento que propõe a possibilidade de se conseguir ou ter acesso à terra de trabalho. Como colocou Moura (1988:40), os Sem-Terra vivem e viveram a opressão direta do capital. Eles lutam para mudar radicalmente a sociedade:

> O camponês que invade terras devolutas ou a terra cujo ator social mais poderoso reivindica o dominium, destruindo cercas e resistindo à expulsão, encontra-se numa posição de franca contestação a uma ordem social que beneficia os grandes interesses que envolvem a terra.

Ao nosso ver, a mobilização, organização e formação dos trabalhadores rurais Sem-Terra, promovidas pelo MST na região, têm assegurado condições para a possibilidade da recriação da agricultura camponesa num território apropriado hegemonicamente pela agricultura capitalista. Nesse trabalho, estamos partindo do pressuposto de que a reprodução da agricultura camponesa deve ser explicada a partir das relações sociais que a engendra e não simplesmente pelas relações técnicas. O que quer dizer que o campesinato não é uma classe social que está se extinguindo, como apontaram determinados teóricos, os quais tiveram suas concepções discutidas na introdução desse trabalho e que acreditam que, no atual modelo de capitalismo não cabe uma agricultura que não tem no lucro o seu fim último.

Por isso, para Oliveira (2001:49, grifo nosso), o próprio capital, ao se difundir de forma combinada e desigual, viabiliza a própria recriação da agricultura camponesa, pois,

> o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente *pela sujeição da renda da terra ao capital*, quer pela compra da terra para explorar ou vender, *quer pela subordinação à produção do tipo camponês*. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Ao contrário da concepção de que o campesinato irá desaparecer, foi possível compreendermos, por meio da realização do presente trabalho que há outros valores norteadores da luta pela terra na região de Ribeirão Preto. A busca

pela autonomia e liberdade tem sido os ideais pelos quais os camponeses Sem-Terra e os desempregados se deixam mobilizar e organizar e também são os valores pelos quais eles lutam. Muitos desses camponeses quando não possuem a própria terra, buscam reproduzir-se na condição de arrendatário, meeiro, posseiros e sujeitam-se aos liames impostos pelo capital que os explora para obter a renda da terra.

Conseqüentemente, o fenômeno da recriação da agricultura camponesa no território da agricultura capitalista com efeito, implica num maior enfrentamento entre os capitalistas do setor sucro-alcooleiro e os trabalhadores rurais Sem-Terra. Estes não raro, acabam tendo suas identidades marcadas por atributos depreciativos, como salientamos anteriormente, visto que os meios de comunicação apresenta-os como sendo indivíduos perigosos, marginais, entre outras marcas depreciativas como demonstrou Silva (2004:10):

> No tocante aos meios de comunicação de massa, dentre eles a televisão, as imagens veiculadas são carregadas de valores negativos atribuídos a essas pessoas. Em geral, elas são vistas como invasores da propriedade alheia, depredadoras, perigosas, marginais, enfim tais imagens, vão paulatinamente, formando o imaginário individual e social de grande parte da sociedade.

Embora os Sem-Terras possam vir a ter uma identidade deteriorada, sobretudo em conseqüência da imagem que é veiculada pelos meios de comunicação que procuram desqualificar o movimento, o MST juntamente com a CPT, na região de Ribeirão Preto, tem buscado, por diferentes estratégias, desconstruir os estereótipos relativos a eles. Para tanto, esses agentes de mediação organizam festas culturais, apresentações, dentre outras atividades e convidam a sociedade local para participar. Aprofundaremos nos capítulos seguintes sobre essas atividades culturais e a importância das mesmas para a consolidação da identidade positiva do Sem-Terra.

Além disso, o MST, juntamente com a CPT, têm ajudado as famílias mobilizadas e organizadas a fortalecerem-se enquanto sujeitos da própria história das quais são portadoras de direito, mas que tiveram esses direitos usurpados pelas próprias condições estruturais do sistema capitalista de produção. Assim, as

ocupações de terras, de prédios públicos, de estradas e as manifestações nos centros urbanos estiveram e ainda hoje estão, relacionadas ao processo de mobilização das famílias que se encontram numa situação de exclusão.

Logo, o trabalho de base, as ocupações e até a cobrança dos direitos junto aos políticos locais têm se constituído como principais estratégias que o MST tem se utilizado para reforçar e difundir um novo paradigma agrário na região de Ribeirão Preto, ou seja, exigir a formação dos Assentamentos de Reforma Agrária, como colocou Kelly Mafort:

> O povo organizado mete medo em qualquer um. (...) Teve um dia que nós reunimos aqui na praça e fizemos 05 assembléias que tinha entre 1000 e 1500 pessoas e teve um dia que fomos na Câmara com 400 cadastrado. Apresentamos uma moção pedindo o apoio dos vereadores para mandar essa moção para o governo federal pedindo o assentamento dessas famílias e todo mundo aprovou, todos os vereadores**.** *Então, é verdade que ele tem uma pressão muito forte pelo lado dos usineiros, mas o povo organizado pode também pressionar*.[9]

Por meio da fala apresentada acima, podemos apontar que mesmo com a forte pressão feita pelos usineiros sobre o poder público, com o intuito de garantir o atendimento dos seus interesses, não são anuladas as possibilidades dos trabalhadores rurais Sem-Terra de também reivindicarem os seus direitos, uma vez que, organizados, o poder de pressão deles se amplia.

Diferentemente da leitura fragmentada que os sindicatos tem feito sobre o trabalho como mostrou o estudo realizado por Thomaz Jr. (2002), o MST, por meio do trabalho de base junto aos trabalhadores rurais, tem recuperado a visão do processo de trabalho em sua totalidade, ou seja, tem procurado fazer junto às famílias mobilizadas, a mesma leitura que o capital fez e faz sobre o trabalho.

Por fim, cabe sinalizar que as principais ocupações organizadas pelos MST, com o apoio da CPT, que tem ocorrido na região de Ribeirão Preto desde 1999, têm sido motivadas a partir do questionamento sobre o não cumprimento da função social, pelos imóveis rurais. Estes, não raro, possuem pendências trabalhistas e não

[9] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

têm respeitado as questões relativas ao meio ambiente. Sobre as ocupações e os seus desdobramentos, passaremos tratar a seguir.

1.5. Ocupações nos municípios de Matão, Barretos, Restinga e Ribeirão Preto

Uma das principais lideranças do MST, na região de Ribeirão Preto, argumentou durante entrevista realizada por nós, que na região os imóveis rurais não cumprem sua função social plenamente, pois – reitera Kelly Mafort:

> Olha... é, essa região é uma região especial no campo da reforma agrária, porque nessa região dá para questionar muito sobre a questão social da terra, não é? Porque aqui é uma área considerada produtiva essencialmente, só que produtivo é sinal de cana-de-açúcar. Na região de Ribeirão Preto 90% da produção agrícola é cana-de-açúcar. Só que na nossa constituição no artigo 186 da constituição brasileira está previsto que a propriedade rural, além de ter que ser produtiva tem que respeitar o meio ambiente, a legislação trabalhista e ter uma relação harmoniosa entre trabalhadores e empregadores. Porém, a monocultura da cana-de-açúcar tem contribuído para maior poluição do meio ambiente, em decorrência das queimadas, e aumento do número de causas trabalhistas na região. Então a legislação é muito clara: não basta cumprir só um requisito da função social. Tem que ser cumprido os quatro requisitos ao mesmo tempo, se não, pode ser desapropriado para a reforma agrária. Então a vinda do MST para essa região tem como um dos objetivos, o questionamento da função social da terra[10].

Nesse sentido, como podemos observar, um dos principais objetivos do MST na região de Ribeirão Preto, tem sido questionar o uso da terra e os problemas ambientais e sociais decorrentes desse *uso monopolístico do território.* Assim, uma das primeiras ocupações realizadas na região, pelo MST, foi no dia 18 de dezembro de 1999, na Fazenda Chimbó no município de Matão, próximo a Araraquara. Segundo informações fornecidas pelo Jornal "O Estado de São Paulo", de 29 de dezembro de 1999, a Fazenda Chimbó era arrendada pela Usina Bonfim do grupo Corona, o qual tem uma dívida de cerca de R$ 100 milhões com o Instituto Nacional

[10] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

de Seguridade Social (INSS). Toda a área da fazenda era utilizada para o cultivo da cana-de-açúcar.

Procurando questionar a função social da terra e os problemas ambientais desencadeados pelo cultivo da cana-de-açúcar, o MST decidiu ocupar a fazenda Chimbó. Como afirmou Carlinhos, um dos assentados do Sepé Tiaraju que na época participou da ocupação da Fazenda Chimbó, o trabalho de base do MST, na região de Ribeirão Preto teve seu início efetivo no município de Matão:

> Nós começou desde Matão, né? Na Chimbó foi aquela ocupação, mas uma área que estava tudo endividado, a usina tava parada, então, dois grupos entrou na briga, né? Que foi a Rio Pedrense e a Corona, né? Era na época do FHC, aí prolongou as dívidas lá e continuaram. Aí teve o despejo, né?[11].

O MST foi bem acolhido por bispos, padres e até mesmo pelo prefeito do município de Matão, Adauto Scardoelli do Partido dos Trabalhadores (PT), e pela prefeita de Jaboticabal, Maria Carlota Rocha do PT. Esta participou da primeira missa celebrada no acampamento, em 29 de dezembro de 1999, levando auxílio para 35 famílias de sua cidade que também estavam acampadas.

Segundo Kelly Mafort a ocupação em Matão foi um fenômeno, porque foi feito um forte trabalho de mobilização em meio a desempregados e trabalhadores rurais. E o MST ocupou a área, a princípio, com 400 famílias e, em dez dias o número de participantes ampliou para 1000 famílias. Esse fato ocorreu devido ao período de entre safra do corte de cana-de-açúcar, a ameaça da falta de emprego e o amplo emprego da mecanização, sobretudo, na etapa da colheita da cana conforme falou Kelly Mafort[12].

A usina Bonfim, no entanto recorreu à justiça para conseguir o mandado de reintegração de posse, mas a juíza da 1ª. Vara do Fórum de Matão Silvia Elena Gigena de Siqueira negou o pedido liminar de reintegração de posse da fazenda Chimbó à usina, citando o princípio constitucional da função social da terra e ressaltando que a reforma agrária sempre foi almejada pelos homens de bem.

---

[11] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[1212] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em fevereiro de 2000.

A usina recorreu mais uma vez à justiça. Dessa vez, a juíza solicitou técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) para realizar um laudo de vistoria da área ocupada para averiguar se os acampados haviam danificado a área. Depois do laudo dos técnicos, a juíza encaminhou um ofício ao INCRA, pedindo informações sobre os débitos dos requerentes do pedido de reintegração de posse e a possibilidade de desapropriação da área para a reforma agrária. No entanto, não houve a desapropriação das terras e o INCRA propôs às famílias que lá estavam acampadas uma outra área no município de Barretos, como recordou Carlinhos: "(...) Aí foi a onde o INCRA propôs outra área pra nós, né? Que foi em Barretos, né? A [Fazenda] Santa Avóia II, porque lá [em Barretos] tem a I e a II".[13]

Desse modo, cerca de 1000 famílias deixaram a fazenda Chimbó no dia 20 de janeiro de 2000, uma vez que justiça acabou concedendo a liminar de reintegração de posse aos proprietários e o acampamento teve que sair do município de Matão:

> Infelizmente o acampamento teve que sair da área de Matão por várias liminares de despejo. E nós fomos para Barretos onde o próprio governo tinha comprado um local que poderia ser desapropriado para a reforma agrária. Nós fomos, mas as famílias tinham um vínculo muito forte pela região de Matão e ter que se deslocar mais de 100 km, muitas famílias não toparam. E aí o acampamento já foi enfraquecido com 300 famílias apenas. Mesmo assim, há um foco de luta pela terra na região de Matão e nós iremos voltar a fazer um trabalho lá[14].

Parte das famílias que participaram da ocupação da fazenda Chimbó e que não desistiram da longa jornada que constitui o processo de luta pela terra, hoje estão assentadas no Sepé Tiaraju, no município de Serrana-Serra Azul, enquanto outras partes das famílias estão acampadas na fazenda da Barra como veremos no capítulo 4.

No município de Barretos havia duas fazendas em fase final de desapropriação: a fazenda Santa Avóia I e II e a fazenda Queixada. Em junho de

[13] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[14] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Marfort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

2000, aproximadamente 100 famílias organizadas pelo MST ocuparam a fazenda Queixada. Após três meses, as famílias foram despejadas e ocuparam a fazenda Santa Avóia II. No entanto, a ocupação da fazenda Santa Avóia II não logrou êxito. Conseqüentemente, essas famílias foram redirecionadas pelo MST para Serra Azul, no acampamento Sepé Tiaraju.

Vale ressaltar que a fazenda Queixada foi ocupada por famílias ligadas ao STR de Barretos. Porém, atualmente, a mesma área está ocupada por algumas famílias vinculadas ao MLST. Houve conflitos entre os dois grupos e os integrantes dos grupos já haviam pertencido ao MST.

No município de Restinga, o MST apoiou cerca de 100 famílias na ocupação da fazenda Boa Sorte em janeiro de 1998. As famílias permaneceram na área por três meses organizando o plantio de milho, feijão e uma horta comunitária. Todavia, foram surpreendidas pela violência utilizada na ação de despejo em uma ação policial que envolveu 800 homens, 2 helicópteros e cães adestrados. As famílias foram então para o clube do sindicato dos sapateiros de Franca e região, permanecendo neste local por doze dias.

Logo após a ação de despejo, as famílias ocuparam a fazenda da Doca, no município de Itirapuã. Ali encontraram um grupo disperso de 20 famílias Sem-Terra, as quais se uniram à luta do MST e todo grupo ficou na área durante vinte dias até que veio o despejo. Em seguida, os trabalhadores reocuparam a fazenda "Boa Sorte", a partir da sinalização de um assentamento, devido a uma carta do governo do Estado, desapropriando 12 hortos para a reforma agrária.

É importante salientar que a maior parte das famílias as quais foram assentadas na fazenda Boa Sorte haviam sido mobilizadas e organizadas pela FERAESP. Porém, o MST continua apoiar um grupo de aproximadamente 70 famílias. Além disso, os líderes do MST afirmam que o assentamento possui inúmeros problemas por ser uma área de horto com eucalipto e isto tem impedido as famílias plantarem. Como os eucaliptos têm um grande valor no mercado, o MST afirma que no assentamento houve a penetração de muitas pessoas oportunistas, o que tem dificultado o pleno êxito dos assentados:

> O caso de Franca é especial, usaram a bandeira do MST, mas foi o sindicato que organizou (FERAESP). Quando viemos para cá, já existia aquele assentamento lá em Restinga. Então, lá existe um grupo de 70 famílias que é ligadas ao MST e que nós mantemos discussão, mas nós não respondemos pelo assentamento como um todo porque teve vários problemas. Lá, uma área que é um horto. Foi desapropriado para a reforma agrária, mas as famílias não têm onde plantar, porque tem eucaliptos na área. E aí os eucaliptos são valorosos, a venda daquela madeira dá muito dinheiro. Então, acabaram se infiltrando oportunistas no meio e as famílias por não ter uma organização muito forte, acabaram não tendo o controle disso. Então, hoje lá no assentamento de Restinga tem intervenção militar, por exemplo, para não deixar sair caminhões de madeira, porque às vezes tem relação a isso, pela presença de oportunistas que entraram lá[15].

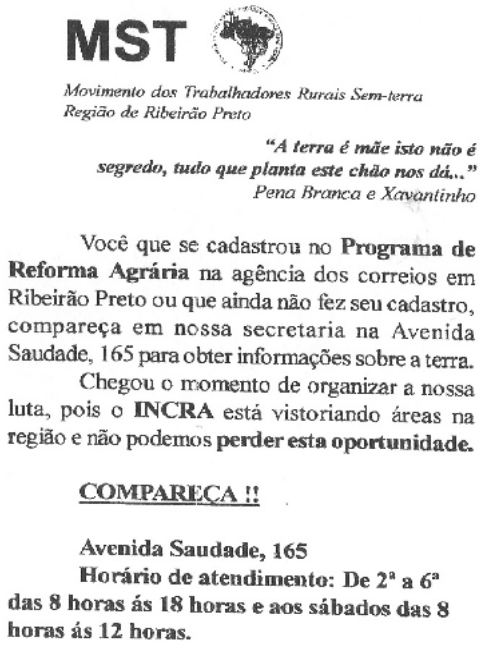
Ribeirão Preto, conhecida enquanto a "Capital do Agronegócio" foi surpreendida com o maior acampamento urbano do país, organizado pelo MST em 2001, segundo o Pe. Chico[16]. Localizado na Via Norte, o Acampamento Paulo Freire reuniu, sobretudo famílias pobres da periferia da cidade de Ribeirão Preto e que permaneceram no acampamento por dois meses. Transcorrido esse período, as famílias do acampamento Paulo Freire foram transferidas para o acampamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul, que se tornou efetivamente em 2005, o primeiro assentamento de reforma agrária do MST na região.

Além das ocupações sobre as quais tratamos anteriormente, é oportuno destacar que as lideranças do MST da região de Ribeirão Preto incentivaram em janeiro de 2001, as famílias por eles organizados a se cadastrarem nos correios para saber o total de pessoas da região que se interessavam pela reforma agrária. Logo abaixo, podemos visualizar o panfleto que foi distribuído nos núcleos de reforma agrária em alguns bairros do município de Ribeirão Preto, alertando sobre o cadastramento via correio:

---

[15] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

[1616] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Pe. Chico, em Ribeirão Preto, em novembro de 2002.



MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
Região de Ribeirão Preto

"A terra é mãe isto não é segredo, tudo que planta este chão nos dá..."
Pena Branca e Xavantinho

Você que se cadastrou no **Programa de Reforma Agrária** na agência dos correios em Ribeirão Preto ou que ainda não fez seu cadastro, compareça em nossa secretaria na Avenida Saudade, 165 para obter informações sobre a terra.

Chegou o momento de organizar a nossa luta, pois o **INCRA** está vistoriando áreas na região e não podemos **perder esta oportunidade.**

COMPAREÇA !!

Avenida Saudade, 165
Horário de atendimento: De 2ª a 6ª das 8 horas ás 18 horas e aos sábados das 8 horas ás 12 horas.

Fig. 1 – Panfleto que foi distribuído na periferia de Ribeirão Preto pelo MST em janeiro de 2001

Conforme relatou Kelly Mafort, 10 mil famílias cadastraram-se no correio com vistas em conseguir serem assentadas:

> Aqui no dia 15 de janeiro de 2001 em Ribeirão começou o cadastramento. O que o movimento fez? Incentivou para que as pessoas se cadastrassem para o governo ver que tinha muita gente interessada na reforma agrária na região como um todo, envolvendo a macro região de Ribeirão Preto. Já somaram mais de 10 mil cadastros[17].

Com tantas famílias cadastradas, surgiu um outro grande desafio para a liderança do MST. Como apoiar essas famílias que se cadastraram no programa de reforma agrária, mas que não aceitaram passar pelo período do acampamento, uma vez que estando na periferia da cidade, ainda conseguiam trabalhar em alguma subatividade como na limpeza de terrenos baldios e na faxina? Por isso, nem todas

[17] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

as famílias que se inscreveram foram para o acampamento, o que constituiu um novo desafio para o movimento:

> Surgiu para nós enquanto movimento um desafio: como organizar essas famílias que querem ir para a reforma agrária, porque se cadastraram nos correios, mas que não querem sofrer a luta do acampamento? Será que existe forma alternativa? Ou não, tem que ir para o acampamento todo mundo? (...) Hoje existe muitas famílias assentadas no Brasil, mas 90% foram fruto de ocupação e acampamento, porque se não for com pressão, o governo não faz as coisas.[18]

Após esse período de inscrição foi criada na Câmara Municipal de Ribeirão Preto uma comissão de Estudos da Reforma Agrária com duração de 100 dias, cujo objetivo era a realização de pesquisas sobre reforma agrária na região. Participaram dessa comissão, cinco vereadores de partidos tanto de direita quanto de esquerda. A instalação dessa comissão ocorreu devido à pressão do MST que organizou uma grande passeata no centro de Ribeirão Preto. Depois disso, foram realizadas mais de cinco assembléias na Câmara Municipal que envolveram mais de 1500 trabalhadores rurais Sem-Terra, conforme Kelly Mafort:

> É interessante mostrar que a instalação da Comissão de Estudos da Reforma Agrária na Câmara foi uma pressão nossa (MST). Fizemos uma passeata e conseguimos que a comissão tivesse uma duração de 100 dias e pudesse ter uma possibilidade de prorrogação. Então, a reforma agrária está na principal casa de Ribeirão Preto que é a Câmara[19].

Dessa forma, o ano de 2001 foi o ano em que o MST mais mobilizou famílias na região, realizando ocupações de terra, passeatas, assembléias na Câmara Municipal entre outras manifestações, o que deu visibilidade aos assuntos relativos à questão agrária. E como pode ser notado, o MST, de fato, provocou mudanças na esfera política local, a ponto de recolocar a reforma agrária como assunto a ser discutido e debatido na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Portanto, podemos afirmar que o MST ao atuar na região de Ribeirão Preto tem possibilitado a difusão de um novo paradigma agrário, ou seja, o paradigma dos

[18] Idem.

[19] Idem.

assentamentos de reforma agrária em contraposição ao paradigma da agricultura capitalista que, na região está prioritariamente fundamentado na agroindústria canavieira. No entanto, o MST por questionar a função social da terra na região é um movimento intensamente estigmatizado e, por conseguinte, criminalizado por suas ações que assumem um caráter radical. Conforme as análises de Goffman sobre os estigmas (1988:14, grifo nosso), há três tipos que estão classificados nos seguintes grupos:

> Em primeiro lugar, há as *abominações do corpo* – as várias deformidades físicas. Em segundo, *as culpas de caráter individual*, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e *comportamento político radical*. Finalmente, há os *estigmas tribais de raça, nação e religião*, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

Partindo dessa análise proposta por Goffman (1988), acerca dos estigmas, o MST possui os estigmas relacionados ao segundo grupo em decorrência do seu comportamento político radical. Nesse sentido, todos aqueles que passam a fazer parte do MST, tornam-se estigmatizado em decorrência do comportamento político radical. Todavia, mesmo sendo intensamente estigmatizado, o MST conseguiu organizar a ocupação da fazenda Santa Clara e, conseqüentemente, possibilitou a formação do assentamento Sepé Tiaraju entre os municípios de Serrana e Serra Azul.

Por isso, tornou-se relevante perquirir sobre os elementos responsáveis pela consolidação do assentamento, investigar em que medida as famílias assentadas têm conseguido construir uma identidade positiva de si mesmas, saber quais têm sido os impactos sócio-econômicos para os municípios do entorno do assentamento e saber como têm sido realizadas as novas ocupações na região, como sendo um efeito da formação do assentamento Sepé Tiaraju. Todas essas e outras questões buscaremos responder nos próximos capítulos.

C A P Í T U L O 2

O ACONTECER SOLIDÁRIO: A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO SEPÉ TIARAJU ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SERRANA E SERRA AZUL

Do conjunto das ocupações que ocorreram na região de Ribeirão Preto e sobre as quais tratamos sucintamente no capítulo anterior, a ocupação da fazenda Santa Clara (situada entre os municípios de Serrana – Serra Azul), inicialmente por um grupo de 130 famílias, constituiu efetivamente o início de uma nova situação geográfica, pois uma série de novas ações do MST foram desencadeadas a partir da formação do acampamento e, posteriormente, do assentamento Sepé Tiaraju, o que confirma que as ações "não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos" (SANTOS, 2002:149), ou em outra palavras, as ações tendem a ser solidárias.

Nesse sentido, o MST entrou enquanto condição de possibilidade de acesso à terra aos pobres do campo e da cidade e a fazenda Santa Clara, entrou como condição de oportunidade, visto que a "cada *temporalização prática*, corresponde uma *espacialização prática*, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos" (SANTOS, 2002: 166, grifo nosso).

Neste capítulo procuramos explicitar como se deu o processo de constituição do acampamento e, por conseguinte, do assentamento Sepé Tiaraju. O assentamento das famílias não ocorreu apenas a partir da aquisição pelo INCRA das terras em litígio, mas o processo teve início com a primeira ocupação que ocorreu no dia 17 de abril de 2000. Também buscamos explicitar os dilemas enfrentados pelas famílias mobilizadas pelo MST durante a ocupação da fazenda Santa Clara e as dificuldades com as quais elas se defrontaram durante a permanência, por um período de 01 ano, no sítio da FERROBAN, a reorganização do acampamento ao longo da antiga estrada de ferro EFSPM até o retorno a sede da fazenda Santa Clara para, enfim, encerrar uma longa etapa que envolveu a luta pela terra nos municípios de Serrana e Serra Azul.

2.1. Fazenda Santa Clara e a manifestação de tensão social pela posse da terra

A ocupação da fazenda Santa Clara, por famílias mobilizadas pelas lideranças do MST da regional de Ribeirão Preto, ocorreu no dia 17 de Abril de 2000. Esta data foi escolhida para realização da ocupação como forma de recordar o

massacre dos trabalhadores rurais ocorrido em Eldorado de Carajás (PA) no ano de 1996. Desse modo, 130 famílias iniciaram a organização do acampamento Sepé Tiaraju nas terras da fazenda Santa Clara. Mas, o que levou essas famílias a ocuparem exatamente essa gleba de terra situada entre os municípios de Serrana e Serra Azul?

Primeiro, o acesso à informação de que a terra era de propriedade da fazenda do Estado de São Paulo. Este havia adquirido a fazenda Santa Clara, como forma de pagamento da dívida dos tributos não pagos, durante dezesseis anos, pela antiga usina Martinópolis, hoje denominada usina Nova União. Portanto, as terras da fazenda Santa Clara eram um imóvel cuja propriedade dominial pertencia à esfera pública quando foi ocupada pelas famílias mobilizadas pelo MST[20].

Assim, ao ter conhecimento de que a fazenda Santa Clara era de propriedade estatal e de que a usina Nova União usava as terras com o plantio de cana-de-açúcar, as famílias mobilizadas pela liderança do MST deram início à disputa, com os usineiros pela posse da terra.

Logo, os representantes jurídicos da usina Nova União pediram, ao juiz da Comarca de Cravinhos uma liminar de reintegração de posse para os usineiros da Nova União. Poderíamos, portanto, até questionar como foi possível o juiz de Cravinhos conceder à usina, a reintegração de posse da terra, se a mesma era de propriedade estatal. Pode até parecer um absurdo jurídico, mas não se trata de reintegração de propriedade ou domínio direto e sim de posse ou domínio útil. Para as famílias acampadas, no entanto, a concessão da liminar de reintegração de posse para a usina Nova União constituiu-se num absurdo jurídico, como nos mostra o registro de uma trabalhadora rural que estava acampada na ocasião:

> A fazenda Santa Clara foi ocupada no dia 17 de abril de 2000 com cerca de 130 famílias vindas da região de Ribeirão Preto e Araraquara. A área onde o

[20] Para entendermos como se deu o processo de aquisição da fazenda Santa Clara, procuramos ter acesso ao processo de aquisição e ao memorial da fazenda por meio de consulta, no próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, especificamente na Superintendência de São Paulo. Desse modo, a análise do processo nos permite afirmar que até 1990 a usina Martinopolis era a proprietária da fazenda Santa Clara. Depois desta data consta que as glebas de terra passam a ser de propriedade da fazenda do Estado de São Paulo.

> acampamento está situado é uma área equivalente a 1.300 hectares que há dezesseis anos vem bruscamente sendo explorada por usineiros da usina Nova União (antiga usina Martinopólis), próxima à cidade de Serra Azul. Após três meses, as famílias então acampadas em uma área particular no centro da fazenda Santa Clara onde permaneceram três meses. Reocuparam a fazenda Santa Clara, e após dois meses e meio, mais uma vez a justiça concedeu uma nova liminar que retirou mais uma vez as famílias da fazenda. As famílias foram novamente para a área particular permanecendo mais um ano. *A maior irregularidade é a exploração de uma área estatal por usineiros e a concessão de liminares de reintegração de posse por parte da justiça aos usineiros, despejando as famílias em beneficio do grupo Nova União na continuidade da cana-de-açúcar*[21].

Do início da primeira ocupação da fazenda Santa Clara pelas famílias Sem-Terra até o dia 26 de agosto de 2003 (data de aquisição, de parte das terras, pelo INCRA) constituiu um período importante para que ocorresse a formação do acampamento Sepé Tiaraju e, por conseguinte, da constituição dos laços de solidariedade entre os acampados, preparando-os, quiçá, para etapa do assentamento. É sobre esse período difícil e cheio de esperanças e de contradições que trataremos a seguir.

[21]Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Cristina, em Serrana-Serra Azul, em novembro de 2001.

2.2. O processo de organização do acampamento Sepé Tiaraju no sítio da FERROBAN

Anterior à organização do acampamento, efetivamente na área da fazenda Santa Clara, conforme aponta o registro de Cristina, o qual apresentamos anteriormente, as famílias tiveram que permanecer numa área particular que se situava no interior das glebas da fazenda por um período de aproximadamente 01 ano. O número de famílias, nesta segunda etapa da ocupação, reduziu de 130 para 50 famílias.

Para que as famílias permanecessem nessa área particular, a liderança do MST pediu permissão para Luis, 'dono' do sítio, numa tentativa de evitar que as famílias fossem acampar na beira da estrada.

Com o desenrolar da nossa pesquisa ficamos surpresos com a aceitação de Luis em deixar que as famílias permanecessem em seu sítio. Por isso, levantamos uma série de hipóteses, tais como: quais motivos levaram Luis a deixar as famílias, mobilizadas pelo MST, a organizarem o acampamento em 'sua terra'? Luis possuía a propriedade ou somente a posse das terras do sítio?

Pensamos as questões apresentadas acima, a partir da seguinte suposição: caso Luis apenas tivesse a posse da terra e não a propriedade, ele, de fato, poderia permitir aos 'sem-terras' permanecerem no sítio, pois poderia usar a presença das famílias organizadas pelos MST para chamar a atenção do grupo da usina Nova União, que certamente faria de tudo, inclusive apresentaria a ele [dono da posse do sítio] uma oferta para adquirir a posse do sítio com o intuito de se ver livre das famílias organizadas pelo MST. Mas, o que de fato aconteceu? Será que Luis tinha realmente o intuito de extrair alguma vantagem pessoal ao deixar as famílias organizadas pelo MST, ocuparem o seu sítio? Vejamos.

Ao receberem a ordem de desocupação da fazenda Santa Clara pela liminar do juiz de Cravinhos, o MST procurou Luis. Este nos afirmou que possuía 4,8 hectares de terra, nos limites internos da fazenda. Desse modo, ele permitiu que as famílias montassem seus barracos de lona em sua 'área', porque ele, de fato, não tinha o título de propriedade, mas só a posse. A área, como consta na planta da

fazenda Santa Clara[22], era de propriedade da FERROBAN. Luis atendeu ao pedido do MST e permitiu que as famílias permanecessem no 'sítio', conforme nos informou durante entrevista: "Aí os Sem-Terra pediram para mim, porque eles seriam despejados. Aí eu disse aos Sem-Terras: 'olha, eu tenho um pedacinho de terra' (...). Aceitei eles com bom carinho e deixei eles ficarem lá sítio".[23]

Nesse sentido, as circunstâncias levam-nos a compreender que Luis, camponês posseiro, não imaginou que ao permitir que o MST ocupasse o sítio, que na verdade pertencia a FERROBAN, a usina Nova União fosse pressioná-lo a vender a 'posse', uma vez que, a presença do MST naquela fração do território, para os usineiros, constituía (e ainda constitui como veremos no próximo capítulo) um 'hóspede' indesejável, que criaria obstáculos para a continuidade do uso da terra para o plantio da cana-de-açúcar.

Nesse período, entrevistamos Luis, posseiro do sítio da FERROBAN, e a informação que obtivemos demonstra, de fato, o grande interesse por parte da usina Nova União em retirar do sítio as famílias ligadas ao MST.

Conforme o relato de Luis, os usineiros pressionaram-no de forma sutil. Ao invés de atingi-lo diretamente, a usina passou a atingi-lo indiretamente, isto é, a Usina passou a prejudicar os seus familiares:

> A usina começou a jogar em cima de mim uma coisa que não tinha feito. Como eu tenho muitos parentes na usina Martinópolis trabalhando lá, começaram a prejudicar meus irmãos, parentes, cunhados (as), sobrinhos (as). Todos eles, por exemplo, vinham em cima de mim e diziam: 'oh, tio, nós estamos sendo prejudicados por causa que o senhor deixou o MST ficar no seu sitio'. (...) *Quando a usina soube que eu estava dando apoio para os Sem-Terra, ao invés de prejudicar a mim, começaram a prejudicar a minha família. Foi onde que eu senti muito*[24].

[22] A referida planta está em anexo.

[23] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Luis, em Serrana, em março de 2002.

[24] Idem

Não havendo outra forma de enfrentar as pressões da usina Nova União, Luis informou-nos que ele havia concordado em vender a posse dos 4,8 hectares de terra para os representantes do grupo Nova União: "(...) Como a Usina fez muita pressão, eu não tenho como, perto de grande, expandir. É muita pressão. *Tudo o que eu fazia no sítio tinha que pedir licença*. Então, eles venceram".[25]

Portanto, no trecho grifado, temos mais uma evidência de que, o sitiante apenas dispunha da posse, visto que tudo o que fazia no interior do sítio, tinha que pedir licença para a usina.

Em meados do mês de julho de 2001, conversando com as famílias acampadas no sítio, Luis explicou a elas sobre os vários problemas que ele e os seus familiares estavam enfrentando por causa do grupo Nova União e comunicou que venderia o sítio à usina, uma vez que o dono da usina tinha feito-lhe uma oferta:

> (...) Aí eu fui lá (no acampamento) e conversei com eles (os Sem-Terra) e disse: 'olha, não tem mais como eu chegar perto da gerência da Martinópolis, pois eles estão fazendo pressão em cima de mim e o *dono da usina veio e ofereceu uma oferta para mim. E eu aceitei'*. (...) Falei para o Carlinhos (coordenado do acampamento Sepé Tiaraju) o que estava acontecendo e a preferência de eu vender a terra minha era para vocês (Sem-Terra), não quero que a Usina a compre. Fui lá conversei com eles e eles não tinham condições de comprar. Ai perguntei: 'posso vender para a Usina? Porque eu já não agüento mais a pressão. Já perdi a minha irmã, já perdi parente' (...) Aí a Kelly disse: 'tudo bem'. Concordaram e eu vendi[26].

Dessa maneira, no início do mês de agosto de 2001, as famílias acampadas retiraram-se do sítio e transferiram-se para a área federal da antiga Estrada de Ferro São Paulo – Minas (EFSPM). Por meio das fotografias nº 1 e nº 2, é possível visualizarmos as transformações que ocorreram na paisagem com a venda do sítio para o grupo Nova União.

Antes da venda, o sítio possuía mangueiras sob as quais os barracos foram montados. O objetivo era de aproveitar a sombra que elas forneciam.

---

[25] Idem

[26] Idem

Fotografia 1 – O sítio com as mangueiras
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; fev. 2001.

Após a venda do sítio, as mangueiras foram retiradas, como nos mostra a fotografia abaixo:

Fotografia 2 – O corte das mangueiras para a plantação de cana-de-açúcar
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; nov. 2001 .

Luis em julho de 2001 oficializou a venda dos 4,8 hectares de terra ao grupo Nova União. Retirou as mangueiras conforme a fotografia nº 2 e a área logo passou a ser ocupada com a lavoura de cana-de-açúcar: "na hora que eu fui vender para a Usina [o sítio] tive que tirar as mangueiras".[27]

Com a venda da 'posse', o ex-posseiro do sítio da FERROBAN deu ao MST uma ajuda de R$1.500,00. O objetivo da aplicação deste dinheiro seria a aquisição de canos para a construção de um poço artesiano no acampamento. No entanto, segundo as informações que obtivemos de 'J' (um dos jovens líderes do acampamento e que atualmente se encontra afastado do MST) é que o prefeito de Serrana doou os canos para a construção do poço. Sendo assim, não conseguimos obter informações sobre qual foi o destino dos R$ 1.500,00 doado pelo ex-posseiro aos acampados.

Logo após a concretização da venda da 'posse' do sítio para a usina Nova União, procuramos Luis para que ele nos informasse o que faria sem ter mais a 'posse' do sítio. Ele nos informou que com o dinheiro da venda conseguiu arrendar um pedaço de terra próximo ao rio Pardo para continuar com o seu trabalho na roça:

> Eu acabei vindo da roça agora. Estou roçando. Por que? Porque eu quero ensinar para meus filhos, meus netos o que é a vida. Eu estou com cinqüenta e oitos anos e vou tentar vencer trabalhando para eles. Porque a alegria minha é o trabalho. (...) Acompanhe a minha vida, vocês vão ver que eu estarei trabalhando com trator que estou plantando, estou arrancando da terra o sustento da minha família. (...) Hoje eu estou feliz.[28]

A fala de Luis é muito interessante, pois é reveladora do quanto o trabalho na terra é importante para aqueles que retiram dela o sustento para a própria família. Além disso, Luis na condição de camponês arrendatário, continua a trabalhar na roça, porque quer ensinar aos seus filhos e netos. Assim, querer ensinar o trabalho da roça aos descendentes constitui-se numa das etapas do processo da socialização do trabalho camponês. Esta, conforme discutimos na introdução do

[27] Idem
[28] Idem

presente trabalho, consiste em uma das características do campesinato (OLIVEIRA, 2001).

Na condição de camponês posseiro, Luis cultivava vários produtos em seu sítio, como fez questão de enfatizar durante a entrevista: "Plantei e colhi milho, feijão, pé de mexerica. Plantei até pé de coqueiro".[29] Além disso, Luis deixou claro que não aceita a má distribuição da terra e também as desigualdades que há entre pobres e ricos, isto é, enquanto os primeiros às vezes não têm o que comer, os últimos 'alimentam seus cachorros com filé', conforme a fala do ex-sitiante posseiro:

> Aí eu falei para o meu sobrinho: 'não liga não, mão calejada quebrando espiga de milho para tudo quanto é lado, você vai alimentar seu filho. Um porquinho que você cria, você vai alimentar seu filho'. Mas não desfaça, porque essa terra não tem dono. O dono dessa terra é o meu Pai e dele eu sou filho. O dia que ele falar assim: 'Luis, saia dessa terra'. Eu vou para Ele, certo? Você pode procurar dentro de qualquer coisa, dentro de qualquer ambiente, dentro do país inteiro. *Ninguém é o dono de terra*. Agora... Por que se eu estou de gravatinha, dou estudo para o meu filho, o cachorro meu come filé; enquanto o filho seu come as minguas e um resto de uma quitanda. (...) *As coisas duras dessa vida é você sentir uma criança que pediu um litro de leite para você e você não tem dinheiro para comprar. Enquanto o rico joga fora milhões e milhões de litro de leite fora*. Por que? Porque o filho dele está alimentado, enquanto que nem olha no seu ou no meu filho que está ali sofrendo na terra.[30]

Na fala acima, é possível perceber o universo moral que orienta Luis. Para ele, ninguém é dono da terra, porque ela pertence a Deus. E para Luis, constitui injustiça uns ter mais que outros. Logo, um de seus desejos é o fim da desigualdade entre ricos e pobres. Também demonstra a importância da solidariedade entre as pessoas, criticando a mesquinhez dos que são ricos:

> Eu gostaria que tivesse uma lei para dar o pão de cada dia igual, mas que fosse igual mesmo. Até o leite que tirasse de uma vaca, caso sobrar e o meu vizinho não tem, então eu levo para o vizinho. Agora vai lá no rico e vê se ele faz isso para você? Quantos milhões de alqueires de terra está sobrando que o rico não planta. Ele só que usar o pobre. É uma covardia.[31]

---

[29] Idem.

[30] Idem.

[31] Idem.

No nosso entendimento o que explica o fato de Luis ter deixado as famílias organizadas pelo MST a permanecerem em seu sítio é justamente a sua moral, ou seja, um conjunto de valores que norteiam sua vida na sua condição camponesa (BOMBARDI, 2004:299). Como podemos perceber em sua fala, Luis não compreende a lógica do capital em querer abarcar toda a terra, pois como ele afirmou, "*ninguém é dono da terra".* Partindo dessa lógica de que ninguém é dono da terra, podemos compreender que o próprio Luis, em sua condição de camponês posseiro, não poderia deixar de prestar auxílio aos seus semelhantes. Por isso, a hipótese por nós levantada, a de que Luis deixou as famílias vinculadas ao MST se instalarem no seu 'sítio' com o objetivo de atrair a atenção da usina e conseguir vender sua posse por um preço maior não se confirmou.

Todos aqueles que passaram por esse período difícil viram em Luis "O Português", isto é, o posseiro do sítio da FERROBAN, uma pessoa que os ajudou, mesmo com toda a pressão que foi feita pela usina, como demonstra a fala de Moacir, hoje assentado do Sepé Tiaraju:

> Eu sou Moacir, estou assentado aqui no assentamento Sepé Tiaraju, faço parte desde o trabalho de base (oito anos atrás) que nós viemos, né? Organizando as famílias na região. No estado pra nós fazer a ocupação que nós fazemos. Nós entramos do lado ali (na estrada) acho que você até se lembra. Sofremos a reintegração de posse. Aí, depois nós, né? Negociamos com o seu Luis Português, né? Pra ele ceder o pedacinho do sítio dele pra nós até que a justiça determinasse o processo da fazenda. *Ele (seu Luis) foi muito humilde com nós, né? Aceitou nós tudo lá. E depois ficou sofrendo pressão dos fazendeiros, porque nós tava lá.* Foi aonde ele teve que vender o sítio também pra poder tentar tirar nós daqui pra mandar nós acho que eles queriam mandar nós a 80km longe daqui. Eles tinha idéia de armar, de botar a guarda armada pra não deixar nós voltar mais. O seu Luis chegou e fez a proposta pra nós, fez muita pressão nele, ele tinha que vender, que não tava conseguindo ficar em paz mais. Aí nós falou pra ele: "ah, pode vender o sítio, nós sai porque o senhor já ajudou nós, já fez a parte do senhor, tá tudo bem. Então pode vender que nós sai daqui".[32]

A partir da fala de Moacir, é possível perceber que as famílias que ficaram acampadas no sítio de Luis não viram no mesmo, uma pessoa que tivesse interesses

[32] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

escusos ao permitir que elas permanecessem no sítio. Isso ficou evidente a partir das falas de Luis. Este se mostrou solidário com a luta dos Sem-Terras, porque ele mesmo afirmou ser um 'Sem-Terra' que sofre e sofreu as conseqüências de ser um camponês posseiro como bem afirmou:

> Eu não tenho nada na vida. Só tenho vontade de trabalhar. *Eu sou igual a eles.* (...) Os Sem-Terra pra mim estão dentro do meu coração. (...) Fiz o que pude durante dois anos. (...) Se eu ajudei, eu não sei. Mas que eu fiz de coração aberto, eu fiz.[33]

Por fim, no interior da situação a qual procuramos discutir, tornou-se mais evidente a disputa pelas terras da fazenda Santa Clara entre as famílias mobilizadas pelo MST e a usina Nova União. Esta usou de todos os meios possíveis para adquirir a posse do sítio da FERROBAN, com o intuito de dificultar a instalação do acampamento Sepé Tiaraju.

Vale destacar, que durante a ocupação do sítio da FERROBAN, as condições das famílias acampadas eram de extrema precariedade em todos os aspectos: faltava água potável, alimentação básica tanto para as crianças quanto para os adultos. A prefeitura do município de Serrana só obteve conhecimento da situação miserável das famílias acampadas, porque informamos à Secretaria do Bem-Estar Social sobre o sofrimento das famílias Sem-Terra. Dessa maneira, uma vereadora do município se dispôs a fazer uma campanha pela cidade com o objetivo de arrecadar alimentos e roupas para as famílias acampadas.

As famílias que hoje estão assentadas, ao recordarem dessa fase dura não hesitam em afirmar que a etapa do acampamento foi extremamente penosa, em decorrência da falta de água, luz e comida, como nos revela a fala de Moacir de Mello: "(...) Agora, em vista do que nós passamos, sem comida, água e luz, hoje tá bom demais, né? Hoje tem bastante água, tem fartura, tem luz, né?".[34]

Por meio da fotografia nº 3, podemos visualizar a precariedade dos barracos de lona preta, nos quais as famílias mobilizadas pelo MST habitaram durante o período em que estiveram no sítio da FERROBAN.

[33] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Luis, em Serrana, em março de 2002.

[34] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Fotografia 3 – Acampamento Sepé Tiaraju no sítio da FERROBAN
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; fev. 2001

Após terem permanecido um ano no sítio, o MST reiniciou a organização do acampamento Sepé Tiaraju, ao longo da antiga estrada de ferro EFSPM como demonstra a fala de Moacir: "Aí foi aonde que nós entrou na linha férrea que aí eles [os usineiros] não teve como tirar nós, que é linha do governo federal não teve reintegração de posse, mas foi aonde conseguiu assentar todo mundo aqui dentro (da fazenda)."[35]Trataremos sobre os acontecimentos que marcaram essa nova fase da ocupação a seguir.

[35] Idem

2.3. O processo de organização do Acampamento Sepé Tiaraju ao longo da antiga EFSPM

Concretizada a venda da posse do sítio para a usina Nova União, as famílias iniciam a reorganização do acampamento ao longo da estrada de ferro da EFSPM. Nessa terceira etapa de organização do acampamento, as famílias foram divididas em três núcleos. Em cada um deles havia 16 famílias.

A liderança do MST arrecadou sementes por meio de uma campanha realizada em Ribeirão Preto, para que as famílias pudessem iniciar o cultivo de alguns produtos. Nem todas famílias iniciaram a produção em decorrência do receio de não conseguirem serem assentadas. Na fotografia nº 4, podemos observar João, do acampamento, cuidando da plantação de mandioca, de amendoim e, ao fundo da fotografia é possível visualizar a organização do acampamento que acompanhava a linha da estrada de ferro da EFSPM:

Fotografia 4 – O Sr. João cuidando da plantação de mandioca e Amendoim.
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; mar. 2002.

Em meados do ano de 2001, transferiu-se para o acampamento de Serrana-Serra Azul, mais um grupo de famílias do acampamento urbano Paulo Freire (localizado na Via Norte – município de Ribeirão Preto), do qual tratamos

sucintamente no primeiro capítulo, e juntaram-se às famílias do acampamento Sepé Tiaraju. Desse modo, houve uma nova reorganização dos grupos.

Notamos, que o grupo já estabelecido em Serrana e Serra Azul, em grande parte, era constituído por trabalhadores rurais e camponeses posseiros, arrendatários e parceiros. Já o grupo proveniente do acampamento urbano Paulo Freire era composto por trabalhadores que haviam ocupado uma gama enorme de atividades urbanas, como era o caso de Moacir, que antes de se tornar integrante do MST, havia sido tratorista, numa usina no município de Araraquara e trabalhou na condição de autônomo:

> Eu vim da região de Araraquara. Eu trabalhei um pouco de empregado na usina de tratorista. Na Usina Santa Cruz oito anos, depois eu comprei um caminhão. Trabalhei pra mim mesmo, mas não deu certo. Eu voltei a trabalhar de empregado na montagem e vi que não tinha futuro. Parei.[36]

É interessante ressaltar que embora o acampamento Sepé Tiaraju fosse constituído por uma grande diversidade de pobres, tanto do campo quanto da cidade, o acontecer solidário entre as famílias, ou seja, a construção de uma nova sociabilidade entre os acampados[37] permitiu o fortalecimento dos laços sociais para uma conquista conjunta: o assentamento.

No entanto, perseverar em um acampamento não é fácil. É uma luta que exige muitos sacrifícios. Por isso, houve muitas desistências que ocorreram mais entre as famílias que vieram da cidade e que já trabalharam em alguma atividade urbana do que entre aquelas que já lidaram de alguma forma, com o trabalho agrícola. Todavia, o fenômeno da desistência é relativo porque muitas pessoas que não tinham um passado ligado à terra permaneceram no acampamento e venceram as etapas mais sofríveis como veremos nos próximos capítulos.

Destacaremos neste trabalho, a história da família de João e da Áurea, de Geovani e de Júlio que participaram da ocupação da fazenda Chimbó em 1999

[36] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[37] Sobre a constituição dos laços de sociabilidade nos acampamentos e assentamentos, ver Martins (2003:60).

(município de Matão) e que possuíam um histórico de vida ligado à terra. Também mostraremos a história daqueles que vieram do acampamento Paulo Freire (Via Norte) como a história de Dirce que era moradora da periferia de Ribeirão Preto, mas não permaneceu no acampamento.

Áurea nasceu na cidade de Dourados (MS) e foi criada na roça. No decorrer de seu discurso, subentende-se que seus pais vieram para o Estado de São Paulo, ainda quando era jovem e que foram pequenos proprietários de terras. Mas, com a difusão da modernização no campo, seus pais venderam a terra e foram definitivamente para a cidade. Tudo indica que Áurea alimentava um grande desejo de ter um pedacinho de terra, porque ainda tem dificuldade de se adaptar à vida na cidade. Vejamos:

> Eu nasci no Mato Grosso do Sul em Dourados. Só que aí, a gente foi criada na roça também. Nasci e fui criada na roça. Morei muito tempo em cidade. Passei a minha infância maior no Estado de São Paulo, mas quando eu vim para São Paulo, fiquei na roça também. *Então, a gente tem vínculo com a raiz, com a terra, com a planta. Para mim... Isso faz parte da minha vida. É por isso que estou aqui, nessa luta para gente lavrar um pedacinho de terra.* É uma coisa que já vem desde quando a gente nasceu: a gente não esquece. Está dentro da gente. Eu e meus irmãos fomos criados na terra dos meus pais. (...) Mas, a terra quando os meus pais entraram era mata. Então, tudo naquela época não tinha tecnologia que tem hoje, as máquinas, moto serra. Naquela época era só machado. Eu não sei o que deu na cabeça do meu pai. Mas ele resolveu vender [a terra] e aí foi para a cidade. Nós éramos em 12 irmãos. Uma parte dos filhos já estava quase criada e aí eu vim para a cidade. *É muito difícil na cidade, porque eu fui criada na roça a gente parece que não consegue adaptar direito na cidade. As coisas tornam-se muito difícil, alguma coisa, sei lá, desemprego é demais, a violência, discriminação é demais. A gente que é pobre não consegue competir com as pessoas. Aí onde se torna a grande humilhação. Tudo isso sufoca a gente e acaba expulsando a gente do lugar de onde a gente veio que é a roça* [38].

[38] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Áurea, em Serra Azul, em março de 2002

A partir da fala de Áurea, é possível depreendermos o processo de migração ao qual estão sujeitos os camponeses. Áurea não compreende os motivos que levaram o seu pai a vender a terra, mas sabe que a vida na cidade não é fácil para quem sofreu um profundo desenraizamento desde a infância (SILVA, 2004). Questionada sobre a vida no acampamento, naquela ocasião, argumentou que era difícil em decorrência de alguns fatores como a chuva e a falta de segurança:

> O dia-a-dia no acampamento é muito difícil. Quando chove assim, molha todos os meus documentos. A minha bolsa ficou encharcada e quando fui ver, estava cheia de água. Então, aqui é muito difícil, não tem segurança[39].

O esposo de Áurea, o João, nasceu na cidade de Mantalvânia (norte de Minas Gerais). Também foi criado na roça, mas quando veio morar na cidade (Mantalvânia) ocupou a função de motorista. Ao migrar para Ribeirão Preto foi trabalhar na lavoura (de cana-de-açúcar) até entrar para o MST, conforme o relato abaixo:

> Eu sou de Minas Gerias. Nasci em Mantalvânia, norte de Minas. Eu fui também criado na roça e quando eu era de maior fui para a cidade, trabalhei como motorista. (...) E aí a gente veio para cá (Ribeirão Preto) para trabalhar na roça, na lavoura (de cana-de-açúcar). *E aí por ai encontrei o MST, me acolheram e entrei para o movimento. Eu não estou aqui só por causa da terra, mas pelas outras pessoas.*[40]

O depoimento tanto de Áurea quanto do seu esposo, João, revela-nos, o drama dos pobres do campo e da cidade, isto é, a constante migração para conseguir sobreviver ou obter melhores condições de vida em outros lugares distantes do local de origem, a dificuldade de se adaptar ao novo lugar de chegada, pois, não raro o migrante se depara com grupos de indivíduos já estabelecidos que estão organizados sob um conjunto de 'regras sociais', e que criam dificuldades para aceitar aquele que veio de 'fora'.

---

[39] Idem

[40] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com João, em Serra Azul, em março de 2002

Sobre a relação entre os indivíduos estabelecidos e os *out-siders* (os 'de fora') Elias e Scotonson (2000) escreveram um interessante ensaio teórico que lança luz sobre as relações de poder que se constituem entre os estabelecidos e *out-siders*. Esses autores tinham, como ponto de partida, entender quais eram as origens da delinqüência juvenil numa comunidade no interior de uma cidade inglesa. Por meio de uma pesquisa empírica aprofundada, descobriram que a delinqüência entre jovens havia diminuído na comunidade de estudo.

No entanto, um grupo de moradores tradicionais, com regras próprias e a identidade construída a partir da autoridade e do poder, continuavam a estigmatizar os grupos recém chegados à comunidade, ou seja, os *out-siders*. Elias e Scotonson, demonstraram que as diferenças entre esses grupos não eram de origem econômica (porque ambos possuíam as mesma condições de renda), mas, os estabelecidos estigmatizavam os *out-siders* por todos atributos associados com a anomia, a delinqüência, a violência e a desintegração dos laços de sociabilidade.

Evidente que o caso estudado por Elias e Scotonson (2000) possui suas especificidades, mas auxiliá-nos compreender como se dá o processo de estigmatização dos pobres do campo. Estes, ao migrarem para as cidades, enfrentam dificuldades em conseguir empregos nas atividades urbanas, pois são, em sua grande maioria analfabetos e não possuem a qualificação requerida para exercerem determinadas funções, conforme destacamos no capítulo 1. Dessa forma, os pobres do campo enfrentam a discriminação ao serem estigmatizados por atributos que denotam inferioridade, tais como 'caipira', 'os que vieram da roça', 'analfabetos' dentre outros atributos pejorativos.

O MST é, portanto, um movimento social importante, porque mobiliza justamente os pobres do campo e os pobres das periferias da cidade e oferece-lhes uma possibilidade de construir uma nova identidade, isto é, a possibilidade de superar os estigmas dos quais são portadores e recuperar a dignidade que foi intensamente deteriorada.

Nessa perspectiva, é possível entender o porquê João afirma, durante a entrevista realizada por nós, que ele não está [na luta] "*só por causa da terra, mas também pelas outras pessoas*", ou seja, por mais que as famílias do acampamento

tenham diferentes origens e histórias de vida, elas possuem em comum o fato de estarem à margem dos processos sócio-econômicos contemporâneos.

Com a modernização do campo e a precarização das relações de trabalho houve a ampliação do número de pobres que não conseguem mais vender a sua força de trabalho. E muitos que migraram na esperança de melhorarem de vida, acabam por ficar desiludidos, porque a dificuldade de conseguir um trabalho torna-se cada vez maior. A história de Geovani, hoje assentado do Sepé Tiaraju é reveladora do drama da desilusão.

Geovani nasceu no Estado da Bahia, mas foi criado entre o Pará e o Maranhão. Seus pais eram camponeses e tinham uma gleba de terra. Todavia com o sonho de melhorar a vida, seus pais vieram para a região de Ribeirão Preto. Acabaram se tornando cortadores de cana, como nos contou ao lembrar de quando estava acampado:

> Eu estou aqui desde abril de 2002. Daí pra cá eu não sai mais. E daí pra cá quando teve muita reintegração de posse aqui dessa época que eu cheguei pra cá, não aconteceu mais. Teve ameaça, mais umas três ou quatro vezes, mais foi conseguido quebrar antes de acontecer. Eu sou baiano, sou de Itabuna, mas eu praticamente quase não conheço a Bahia. Eu fui criado ali entre o Pará e Maranhão. Lá trabalhava com lavoura. Mexia com roça. Meu pai mexia com roça de arroz, milho, mandioca. Por que pra lá as atividades são essas, né? Não tem tanta fábrica e não tinha isso na década de 79 pra 80, não tinha fábrica e nem tem ainda igual São Paulo. Lá meu pai tinha um pedacinho de terra próprio dele. Então, trabalhava lá. Aí entrou naquela... Sê sabe aquela... que todo nordestino tem aquela ilusão, até hoje ainda se você descer aí pro norte, até hoje ainda existe: 'ah, eu vou pra São Paulo porque lá eu vou endireitar a vida, vou ficar rico, eu vou não sei o que'. E aí quando ele chega aqui, aí ele vê que não é nada daquilo que a pessoa imaginava. Aí, muitas vezes quebra a cara ai não tem nem mais como voltar pra traz. Aí fica aí, sofrendo no meio da cana, ou vai pra debaixo de ponte, ou vai pra favela, catando latinha. Talvez lá [no norte] ele tava melhor, mas a ilusão atrapalha a pessoa[41].

A fala de Geovani nos revela que os camponeses acabam por migrar porque têm o objetivo de garantir a reprodução da família. No entanto, nem sempre conseguem alcançar êxito na longa trajetória pela busca da melhoria de vida. E aí, acabam por morar nas periferias das cidades, sobrevivendo de subempregos. A

[41] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovane, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

história de Júlio, também é cheia dos dilemas que marcam a vida daqueles que são impelidos a migrarem.

Júlio é original da cidade de Itapetininga. Trabalhou na condição de bóia-fria numa fazenda no mesmo município. Depois, com uma certa idade, já não conseguiu mais emprego. E foi em Araraquara que entrou para o movimento:

> É eu nasci no campo. Eu vim pra cidade com dez anos, mas até uns quinze, dezesseis anos eu ainda estava morando na cidade, mas trabalhei de bóia-fria e tal, e fazia os pequenos serviços nas fazendas na região de Itapetininga, na região de Sorocaba. E eu não trabalhei mais porque naquele tempo era o tempo de ir pra São Paulo, tempo do milagre brasileiro, né? Então, em 68 eu fui pra São Paulo. E daí em 90, 91 por aí eu tou retornando. Os problemas na cidade, o desemprego foi aumentando, eu fiquei velho também já, então o mercado de trabalho fica mais difícil, né? Então, eu tou voltando pro meu habitat, donde eu sai. Mas eu sou filho de camponês, lá da região do Vale do Ribeira, não sei se você conhece Itapeva. E daí eu vim, morei um pouco em Itapetinga e aí depois eu morei em São Paulo, aí depois eu mudei para Araraquara, encontrei o movimento e vim para aqui em Ribeirão[42].

Mais uma vez, a história de Júlio vem para corroborar que grande parte dos que estão acampados, vivem constantemente sucessivos deslocamentos, sempre em busca de condições que lhes possam garantir a própria sobrevivência. Porém, durante o período do acampamento também deflagramos algumas contradições que emergiram em seu interior. Nem todas as famílias mobilizadas pelo MST, conseguiram resistir à dura etapa do acampamento, mesmo alimentando o desejo de conseguir a terra para escapar dos problemas da periferia das cidades e da vida de subempregado. Outra história interessante é de Dirce.

Dirce foi uma acampada do Sepé Tiaraju, mas que veio do acampamento urbano Paulo Freire. Ela nos afirmou, repetidas vezes, sobre as dificuldades do dia-a-dia no acampamento. Com um histórico ligado às atividades do campo, Dirce antes de entrar no MST morava na periferia de Ribeirão Preto. Quando ingressou no acampamento da Via Norte, ela permanecia no acampamento durante o dia e no período da noite, outra pessoa ficava em seu lugar, enquanto ela voltava para a sua casa. Com a junção do acampamento Paulo Freire e do Sepé Tiaraju, ela não tinha como sair de Serra Azul todos os dias e voltar para Ribeirão Preto. Por isso, não

[42] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

resistiu às dificuldades da vida no acampamento Sepé Tiaraju e acabou desistindo da luta:

> Eu nasci em Barretos. Meus pais e meus irmãos vieram para Ribeirão Preto e eu casei, sou casada há 33 anos e *eu vim para a luta que é o MST. Faz sete meses que estou na luta, já não estou suportando. Aqui é difícil. Uma luta dessa é muito brava, certo?* Sete meses já é demais, porque sete meses para quem não tem filho, não é difícil. Agora para mim que tenho um menino e uma menina, é difícil. Eu já cortei cana, plantei arroz, milho, já apanhei algodão, tudo que é coisa de roça eu sei fazer. *Na via norte era melhor porque simplesmente ficava durante o dia. À noite, tinha um que ficava no meu lugar porque eu ia dormir na minha casa. Aí, ultimamente eu vim para esse mundo dos Sem-Terras. Meu filho me colocou para fora de casa.* Agora não tenho casa, não tenho nada. (...) Só que eu não vou sacrificar meus filhos para ficar numa vida dessa aqui sem decisão nenhuma. Sete meses já é o bastante. Espero só até dezembro. Se assentar, assentou, se não eu vou embora[43].

Procuramos saber porque o filho de Dirce colocou-a para fora de casa, mas durante a entrevista, Dirce não nos falou os motivos claramente. Porém, por meio do seu discurso, ela nos dá a entender que o filho que a expulsou de casa era o mais velho e estava envolvido com drogas. Ela permaneceu no acampamento Sepé Tiaraju por um período de oito meses. E tudo indica que suportou esse período porque queria voltar para o campo para preservar os dois filhos menores longe da violência da cidade e não perdê-los para o tráfico de drogas. Mas, ao mesmo tempo, ela achava que a vida no acampamento é era bastante difícil para os seus filhos:

> (...) Eu não volto para Ribeirão Preto porque não quero morar em cidade. Eu tenho um filho de 14 anos. Morar na cidade para mim não vira, porque aqui [no acampamento] ele está numa vida de roça. Amanhã, se eu for para cidade ele vai aprender a vida de bandido e eu não quero. É o único filho que eu tenho [já que outro a *expulsou*]. Então, tenho que preservar ele, que amanhã ele será homem. Não quero perder ele, como eu perdi o outro. O outro eu preservei bastante como homem até os 19 anos. Quando eu não mais segurei, ele virou traficante, foi preso e ficou 02 anos e 4 meses na cadeia. Eu não quero isso para o meu outro menino de jeito nenhum[44].

O relato de Dirce está permeado de contradições. Como podemos verificar, ao mesmo tempo em que ela considera a vida no acampamento muito dura para os

---

[43] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Dirce, em Serra Azul, em março de 2002.

[44] Idem

seus dois filhos, ela também afirma que 'a vida de roça' para os seus filhos constitui um bom caminho para eles.

A história da família de Dirce está marcada pelo estigma da anomia social a qual foi submetida por múltiplos fatores de ordem econômica, social e cultural. Os fatos que podemos apreender, a partir das histórias de Áurea e de João, de Geovani, de Júlio e mais a história de Dirce são que nem todas as famílias, mobilizadas pelo MST, conseguem resistir à dura etapa do acampamento, mesmo tendo conhecimento de que, apesar dessa árdua fase, elas poderão vir a ter a possibilidade de uma vida melhor futuramente. Vejamos as razões, portanto, do fenômeno da desistência de se lutar pela terra que acorre nas famílias mobilizadas.

2.4. Resistência x Desistência durante a etapa do acampamento: algumas reflexões

A partir dos relatos apresentados acima, constatamos que para todas as famílias a vida antes e durante o acampamento não foi fácil. A resistência entre as famílias é algo muito relativo. Algumas não conseguem suportar com paciência, como foi o caso de Dirce, a etapa do acampamento e desanimam. Tal fato constitui um grande desafio para o próprio movimento, pois nem todas pessoas partilham dos mesmos ideais de luta defendidos pelo MST. Como nos falou Moacir de Mello, daqueles que vieram do acampamento Paulo Freire, de um total de vinte famílias, permaneceram apenas quatro:

> (...) E depois o LAVRATI fez uma reunião lá no centro e perguntou quem topava de vim pra cá [para o Sepé Tiaraju]. Aí nós távamos todos juntos animado já, nós topemos vir pra cá. Acho que viemos em vinte pra cá. Foi animado nossa turma, né? *Aí foi embora quase todo mundo, e só ficou quatro família aqui. Ficou eu, minha filha, o seu Zé e mais um senhor que tá lá em cima. O resto foi tudo embora pra traz. Não agüentaram esperar aqui. Veio muita gente aqui. Mas quem suportou mesmo foi eu, meu genro, e o seu Zé da dona Lair e um outro senhor que tava aí. Então, foi quatro famílias que resistiu e ficou aqui.* Depois veio mais gente de lá, mas que veio do [acampamento] Mário Lago, mas do pessoal de Ribeirão [via norte] só ficou nós quatro. Vieram uns vinte e pouco, mas foi tudo embora, né? Não suportaram ficar. Foi muito difícil. Eu morava bem lá em cima da linha de ferro. Hoje o Carlinho mora em frente à casa que eu morei. Tivemos uma dificuldade tremenda aqui. Mas graças a Deus, hoje tamos bem aqui.[45]

Para ampliarmos o entendimento sobre as razões que motivaram muitas famílias a deixarem a luta pela terra, procuramos o principal articulador da Comissão Pastoral da Terra da região de Ribeirão Preto – Pe. Chico – que nos forneceu pistas importantes a respeito do fenômeno da desistência no acampamento Sepé Tiaraju.

Segundo o Pe. Chico, as famílias do acampamento Paulo Freire realmente teriam dificuldade de adaptar-se ao acampamento Sepé Tiaraju, pois o acampamento Paulo Freire estava nas proximidades do município de Ribeirão Preto. E por mais precárias que fossem as condições do acampamento urbano, as famílias

[45] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir de Mello, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

tinham acesso aos postos de saúde, aos hospitais públicos e a outros serviços que, se mudando para o acampamento Sepé Tiaraju, não teriam mais a facilidade de acessar os principais serviços públicos. Além disso, a experiência no acampamento da Via Norte serviu como uma espécie de peneira para saber quais famílias teriam ou não condições de serem futuramente assentadas conforme comentou o Pe. Chico:

> (...) Essa experiência na Via Norte para essa gente foi interessante, no sentido que foram dois meses que houve a oportunidade para servir como peneira e quem foi e conseguiu durante dois meses sentir o que significa isso [a vida num acampamento] foi um teste para avaliar se a motivação é suficiente, porque ainda tem mais coisas [na vida de acampado]. Essas famílias apesar de sua miséria, de sua pobreza, encontram na cidade de Ribeirão Preto recursos geograficamente próximos de si. Estou pensando, por exemplo, qualquer problema de saúde. Mesmo estando no acampamento da Via Norte, as famílias estavam próximas a escolas, creches etc. Quando elas foram para o meio do mato, em Serra Azul, tudo isso se tornou geograficamente longe e mais difícil. Então, na hora de não poder se transferir da Via Norte para um acampamento dentro do território de Ribeirão Preto e sim, para uma cidade pequena, uma área ocupada por canaviais, uma cidade distante de tudo, eu acho natural uma família pensar duas vezes se ela vai junto ou não[46].

De fato, a etapa da consolidação do acampamento Sepé Tiaraju foi extremamente árdua. As famílias sofreram em todos os aspectos: falta de água, luz, comida e condições sanitárias. Essa primeira fase da luta pela terra que é a passagem pelo acampamento exige muitos sacrifícios, sendo as crianças e os jovens mais suscetíveis às várias dificuldades.

Todavia, o que constituiu a força motriz para que muitas famílias permanecessem lutando pela conquista da terra foi a própria união que nasceu no seio do acampamento, isto é, as famílias se incentivaram mutuamente. Esse laço de solidariedade que nasceu dentro do acampamento foi uma força vital para a permanência de muitas famílias. Portanto, o acampamento possui aspectos importantes no processo de luta pela terra e um deles é que no acampamento acontece a formação das famílias para a produção coletiva. Como nos contou Moacir de Mello, no período em que o acampamento esteve organizado na área da estrada de ferro, as famílias, apoiadas pela liderança do MST, organizaram uma horta

[46] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Pe. Chico, em Ribeirão Preto, em março de 2002.

coletiva e com os produtos da horta, trocavam por outros produtos na cidade de Serrana:

> Em vista do que nós já teve aqui minha filha, hoje ta um céu aberto aqui pra você vê aqui. As dificuldades que nós enfrentamos aqui quando nós chegou aqui...Fala pra você, problema de água, pra trabalhar não tinha serviço mesmo. *Então tinha que trabalhar aqui dentro mesmo. Então a gente formou uma horta coletiva aqui em cima. Então o que nós fazia pra recolher algum mantimento? Nós enchia a carroça e aí, ia trocar em Serrana, em troco de arroz, feijão, óleo.* A minha menina era militante na época [a filha, Valdenice]. Ela e o Carlinho saiu os dois, pro modo de pedir em restaurante, óleo, resto de fritura, essas coisas pra trazer pro povo aqui, foi uma dificuldade danada que nós passamos aqui[47].

A fala de Moacir de Mello nos revela que mesmo diante das condições precárias do acampamento, as famílias que permaneceram na luta buscavam organizar-se de modo a garantir pelo menos a alimentação do grupo. No acampamento, as famílias perceberam a importância de se organizarem coletivamente. Por isso, no entender de Oliveira (2001:15, grifo nosso), o MST é um movimento importante, porque viabiliza a discussão nos acampamentos, sobre a produção coletiva:

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem feito da luta pela terra uma bandeira de defesa e de conquista da reforma agrária. *Os acampamentos são verdadeiras escolas onde se discute a necessidade da produção coletiva nos assentamentos.*

Assim, o acampamento é um lugar formativo, no qual se tem a possibilidade de discutir estratégias para dar continuidade à luta pela terra. Um outro aspecto, é que, o acampamento é um espaço social no qual há regras a serem seguidas por todos que fazem parte. Ao contrário do que se possa imaginar, o acampamento não constitui um espaço marcado pela anomia, como afirmou Silvia (2004:79, grifo nosso):

[47] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir de Mello, em Serra Azul, janeiro de 2008.

> Ao contrário do que possa parecer aos olhos dos transeuntes, viajantes e observadores externos, *o acampamento não é um lugar de baderneiros e invasores, e sim um espaço social; isto é, além de estar em um território determinado, as pessoas que ali estão são obrigadas a obedecer a um conjunto de normas sociais legítimas, necessárias à vida em grupo. Não se trata de um lugar anômico, marcado pela ausência de regras de comportamento e de conduta social.*

Nesse sentido, o acampamento Sepé Tiaraju foi marcado pela organização das famílias, de modo que todas pudessem se sentir acolhidas e ao mesmo tempo seguras. Todas as vezes que algum acampado, por meio do alcoolismo ou da droga, pudesse colocar em risco a segurança das famílias, esse acampado era convidado a se retirar do acampamento. As lideranças do MST procuraram construir junto às famílias um conjunto de normas de convivência, conforme nos revelou a fala de Geovani, que hoje é um dos assentados do Sepé:

> (...) Aqui [no acampamento] não pode existir roubo, prostituição. Se uma mulher tá passando ali e eu mexer, o outro mexer, ele não pode, ele é penalizado por isso. Então as regras principal todo mundo tem ela de cór na cabeça. *Isso foi uma coisa que não foi imposto por ninguém, nós mesmo que criamos isso aí*, questão de animal solto. Se tem um animal meu aqui que tá pertubando um vizinho lá, eu só vou lá e falo: 'oh, fulano o cachorro seu tá comendo galinha lá, o ovo. Ou , 'ah, sua vaca escapou e foi lá na minha roça'. Aí ele já vai tratar de dar um jeito de aquilo não acontecer mais.[48]

Assim, a normas que foram sendo construídas nesta etapa do acampamento foram reafirmadas e readequadas com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que foi assinado pelas famílias no momento em foram assentadas, como veremos mais adiante.

Por fim, outro fator que funcionou de incentivo para as famílias acampadas foram as constantes visitas de intelectuais, estudantes, religiosos e até mesmo estrangeiros que costumavam se solidarizar e levar apoio a essas famílias. Inclusive podemos citar o caso de dois estudantes universitários que levaram projetos que visavam à melhoria das condições do acampamento. O estudante de educação física realizou um curso com todas as crianças e jovens do acampamento sobre a

[48] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

importância da prática de qualquer esporte. Já o estudante de arquitetura levou um projeto para a construção de barracos mais resistentes às intempéries. Portanto, a união entre as famílias e o apoio de outras instituições da sociedade constituiu um alicerce para a resistência das famílias acampadas, como comprova a fala de Adilson Niceto:

> (...) O Estado pegou a fazenda para abater uma parte da dívida só que negociaram lá, tudo bem, só que ocorreu que a fazenda era do estado, só que a usina continuava trabalhando, explorando, a mesma coisa que não tivesse negociado nada. *Aí foi aonde que nós entramos nela, com o apoio de vocês, é lógico que ajudou muito, as universidades* foi aonde que não apropriou ela [a fazenda].[49]

Assim, o apoio de diversas instituições (Igreja, Universidades, Ministério Público etc) foi de fundamental importância para as famílias que ficaram acampadas por um longo período, pois essas instituições fortaleceram a construção de uma identidade positiva das famílias, à medida que, diferentemente dos setores da sociedade contrários à reforma agrária, reconheciam a legitimidade da luta pelo direito a terra de trabalho. Trataremos a seguir sobre a organização dos setores do acampamento Sepé Tiaraju.

[49] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

2.5. Organização dos setores do Acampamento Sepé Tiaraju

O acampamento Sepé Tiaraju passou por várias etapas de reorganização, porém para amenizar o sofrimento das famílias acampadas, as lideranças do MST, organizaram internamente vários setores: Educação, Farmácia, Almoxarifado e Gênero.

O setor de Educação do acampamento ficou responsável pela formação política das famílias e também das crianças e jovens. Estes também estudavam (ainda estudam) nas unidades escolares públicas no município de Serra Azul. A prefeitura fornecia o transporte que levava e buscava as crianças e jovens do acampamento. Na fotografia nº 5 é possível visualizarmos o ônibus que realizava o transporte das crianças e jovens até Serra Azul, para freqüentarem a escola:

Fotografia 5 – Ônibus escolar
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; mar. 2002.

A prefeitura de Serra Azul também enviava três vezes na semana o caminhão pipa para a distribuição de água para as famílias conforme a fotografia nº 6:

Fotografia 6 – Caminhão Pipa durante a distribuição de água
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; nov. de 2001.

A farmácia do acampamento era mantida principalmente através da doação de remédios. Na fotografia nº 7 podemos visualizar a farmácia e a sala para assembléia do acampamento.

Fotografia 7 – A Farmácia e a Sala para Assembléias do acampamento
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; mar. 2002.

É interessante destacar que nessa dura fase do acampamento, as famílias acampadas foram conseguindo, por meio da luta pela terra e também pela dignidade, ônibus para os filhos poderem estudar, água para poderem se manter no acampamento entre outras coisas essenciais para a manutenção de uma qualidade de vida mínima.

Assim, em março de 2002, o número de famílias subiu de 50 para 90. Devido a esse aumento, o acampamento foi reorganizado em 5 núcleos. Ao longo de sua formação, o número de famílias acampadas foi constantemente modificado em decorrência da saída e entrada de famílias.

No decorrer do ano de 2002, no acampamento Sepé Tiaraju, as famílias já cultivavam muitos produtos como feijão, amendoim, mandioca, milho, abóbora etc. Ao colherem esses produtos, elas geralmente os levavam para o centro de Ribeirão Preto para distribuí-los a outras famílias com o objetivo de desconstruir o estereótipo negativo que a população urbana formou em relação aos acampamentos do MST e mostrar a importância da reforma agrária para toda a sociedade. Na fotografia nº 8, podemos visualizar a plantação de mandioca:

Fotografia 8 – Plantação de Mandioca
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de; março de 2002.

Como demonstramos, o acampamento Sepé Tiaraju, ao longo de três anos (de 17 de abril de 2000 a 26 de agosto de 2003), passou por um contínuo processo de mudança em sua organização interna. E essas mudanças ocorreram devido ao fluxo de entrada e saída de famílias, ações de ordem judiciais e ações de ordem sócio-políticas. Todos esses fatores contribuíram para que o acampamento Sepé Tiaraju a cada ano tivesse uma nova configuração territorial. Assim, em outubro de 2002, as famílias realocaram os barracos para sede da fazenda Santa Clara, desocupando a área da EFSPM.

As instalações da sede da fazenda (cozinha, galpão e quartos) foram todas ocupadas pelas famílias do MST. Segundo Carlinhos, líder do acampamento na ocasião, o movimento decidiu mudar para a sede da fazenda com a finalidade de pressionar o governo a acelerar o assentamento das famílias. Segundo Kelly Mafort, o objetivo tanto do governo estadual como dos representantes do setor sucro-alcooleiro da região, continuava sendo de leiloar a fazenda e com o dinheiro comprar-se-ia uma nova porção de terra para o assentamento das famílias:

> Existem duas propostas para aquela fazenda: uma é por parte dos usineiros que se uniram e fizeram um projeto e enviaram para o governador. O projeto consiste na compra da fazenda por estes usineiros, *inclusive estes*

> *ofereceram um valor maior do que a fazenda realmente vale* e com o dinheiro da venda, o governador compraria outra terra e daria para as famílias. A outra proposta é por parte do ITESP e que é a nossa proposta também que é a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Então, a situação da fazenda Santa Clara, ela depende da vontade política do governador. Não tem mais nenhuma instância a recorrer. Está na mão do governador. Aí a gente fez um movimento de abaixo assinado para solicitar o assentamento imediato daquelas famílias.[50]

Em junho de 2002, a fazenda do Estado de São Paulo anunciou nos jornais locais a venda do imóvel rural "Fazenda Santa Clara". Segundo informações das lideranças do MST, havia quatro compradores. No entanto, os compradores desistiram de comprar a fazenda porque teriam que assumir a responsabilidade de retirar as famílias ligadas ao MST.

A não concretização da venda da fazenda Santa Clara para os compradores particulares, constituiu um fato integrante para nós. Como compreender, que outrora, a posse da fazenda havia sido intensamente disputada pela as famílias ligadas ao MST e pela usina Nova União, e que esta realizou uma série de artifícios para adquirir a posse do sítio da FERROBAN para justamente dispersar as famílias do acampamento? Como explicar que as terras tinham recebido uma proposta de compra muito superior ao seu preço real de mercado conforme a fala de Kelly Mafort, uma das líderes do MST da região?

A primeira explicação que se apresenta para a não aquisição da fazenda Santa Clara pelos compradores particulares era o fato de terem que assumir a desocupação da área. Mas, apesar das famílias do MST estarem ocupando a fazenda, isso não significou que ela tenha perdido suas virtualidades naturais e artificiais. Pelo contrário, eram por essas virtualidades que os usineiros, como acompanhamos anteriormente, lutaram, utilizando-se de todos os recursos (liminares de reintegração de posse, compra da posse do sítio da FERROBAN) para não perdê-la para a instalação de um assentamento de reforma agrária.

Então, como entender que os usineiros, de repente tenham desistido da aquisição da fazenda Santa Clara, apenas pelo fato de terem que assumir a

[50] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em novembro de 2001.

responsabilidade, ao adquiri-la, de desocupá-la? Onde estaria, portanto, a força da agricultura capitalista? Vejamos.

O fato dos usineiros não terem comprado as terras da fazenda Santa Clara, não significou que tenham desistido de usá-las com o plantio da cana-de-açúcar. Só que os caminhos para se alcançar esse fim teriam de ser redefinidos. Como destacamos neste capítulo, a usina Nova União usou as terras do Estado por mais de 16 anos, sem ter pagado nada por esse uso. Desse modo, investir capital na compra dessas terras que já haviam sido usadas sem que tivesse pagado por esse uso seria um contra-senso. Moacir comentou sobre esse fato, em entrevista:

> Aqui foi assim, essa fazenda aqui, a Santa Clara ela era da Usina Martinopólis e a usina tinha uma dívida com o estado, né? O estado pegou a fazenda para abater uma parte da dívida só que negociaram lá, tudo bem, só que ocorreu que a fazenda era do estado, *só que a usina continuava trabalhando, explorando, a mesma coisa como que se não tivesse negociado nada.*[51]

Enfrentar diretamente as famílias mobilizadas pelo MST não seria mais um caminho a ser percorrido, pois isto provocaria um maior desgaste da identidade dos usineiros. O MST também construiu uma identidade negativa dos usineiros, na condição de adversários da reforma agrária. Assim, não foi apenas o MST que teve sua identidade deteriorada, mas também os usineiros, na condição de latifundiários, de concentradores de terra e na condição de opressores. Como colocou Rapchan (1993: 24, grifo nosso), "Hoje os setores dominantes no campo são socialmente *qualificados* como 'latifundiários' apesar de a categoria latifúndio, como categoria analítica, não dar conta inteiramente da concentração e das relações existentes no campo".

Nesse sentido, o processo de luta pela terra engendrou os adversários que foram sendo identificados no decorrer do processo de mobilização, organização e formação. Assim, constituiu-se um pólo identitário: de um lado está o MST e os seus aliados e do outro lado estão os adversários do MST, que na região são os usineiros. Estes perceberam que o MST conquistou legitimidade e teriam que se estabelecer

[51] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

novas estratégias para se conseguir o objetivo: usar as terras para o plantio de cana-de-açúcar.

Como demonstrou Oliveira (2001: 49, grifo nosso), o capital ao se desenvolver e se difundir pelo território, busca sujeitar aos seus liames, a renda da terra, seja por meio da compra para vender ou explorar, ou pela subordinação da produção do camponês:

> Entendemos, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente *pela sujeição da renda da terra ao capital*, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

A partir de como colocou Oliveira (2001), podemos compreender que os usineiros necessariamente, não precisariam dispor de um montante de capital, para tentar assegurar a exploração das terras da fazenda Santa Clara com a cana-de-açúcar, visto que, poderiam sujeitar o trabalho dos assentados, tornado-os fornecedores de cana-de-açúcar ou assediando-os à arrendar a terra. Isto pressupõe, que os usineiros partem da concepção de que a agricultura camponesa não é capaz de competir com a agricultura capitalista. Porém, o modelo de assentamento que tem sido construído, tem contrariado os ideais dos usineiros. Além disso, a concretização do assentamento Sepé Tiaraju tem possibilitado pensar uma nova forma de se fazer reforma agrária, como veremos no próximo capítulo.

C A P Í T U L O 3

DA CONQUISTA A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

Iniciaremos esse capítulo, a partir da fala de Carlinhos que foi um dos principais líderes do MST, dentro acampamento Sepé Tiaraju, e hoje se tornou um camponês assentado. Quando pedimos para que recordasse como se deu o processo de aquisição da fazenda Santa Clara para fins de reforma agrária, Carlinhos retomou a seguinte fala:

> (...) Aí, saiu a ocupação aqui em 2000, no dia 17 de abril de 2000, aí vieram um grupo de famílias pra reforçar, né? Porque no início tinha pouca gente. Quando nós viemos, era 130 famílias só. Aí fomos fazendo o trabalho até que saiu a conquista, né? Como a área aqui era do Estado, mas o Estado não tinha projeto de fazer assentamento e aí as terras foram para leilão e aí o INCRA acabou comprando. Porque foi proposto o leilão, né? E no leilão não apareceu nenhum comprador. O único comprador que apareceu foi o INCRA. É porque era uma área toda complicada, como já tinha a luta sobre a terra, então eles [os usineiros] não queriam entrar aqui, mais que ia ficar desmoralizado o Estado. Sim, porque uma área do Estado, ir pra leilão, depois tirar pra fazer o assentamento e depois passar para os usineiros de novo...[52]

A fala de Carlinhos corrobora a tese de que os usineiros não compraram a terra, porque além de terem que despender um grande montante de capital, teriam também que retirar as famílias, fato este que, dependendo de como fosse essa ação poderia resultar num maior conflito. O mais vantajoso para os usineiros seria que o próprio governo despendesse o dinheiro na aquisição do imóvel.

Enquanto isso, os usineiros apostariam no fracasso do assentamento, pois a experiência de outros assentamentos na região tem demonstrado que algumas famílias têm sucumbido à pressão dos usineiros para que arrendem a terra para o plantio da cana-de-açúcar ou se tornem produtoras de cana, como tem sido o caso dos assentamentos de reforma agrária no município de Motuca, próximo a Araraquara. Os assentamentos de Motuca, os quais foram regularizados pelo ITESP, se tornaram, portanto, os primeiros assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo, a objetivar o lucro, contando com o apoio da prefeitura, das usinas e do próprio ITESP.

Neste capítulo abordaremos o fenômeno do arrendamento nos assentamentos de reforma agrária na região, o processo de aquisição da fazenda

[52] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Santa Clara, a implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o estabelecimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e a organização interna do assentamento Sepé Tiaraju.

3.1. O fenômeno do arrendamento de terra nos Assentamentos de Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto

Ao que tudo indica, o fenômeno do arrendamento de terras, na região de Ribeirão Preto, tem-se difundido, porque os projetos de assentamentos de reforma agrária recebem poucos investimentos no que diz respeito a garantia às famílias assentadas de assistência técnica, orientações para o investimento dos fomentos, dentre outras medidas, por parte do governo. Conforme a fala de Élio Neves, presidente da FERAESP, o fracasso dos assentamentos na região está relacionado, sobretudo, ao governo: "Para cada assentado que não quer trabalhar, existem outros dez querendo um lote. Se alguém é responsável pela desgraça na qual se encontram os assentamentos, é o governo".[53]

O promotor público de conflitos fundiários da região de Ribeirão Preto, Marcelo Goulart, também é contrário aos projetos de assentamentos que visem à prática de monocultura, como é o caso da cana-de-açúcar, com vistas a fornecer matéria-prima para as usinas. Se esse tipo de projeto constitui-se numa realidade na região de Ribeirão Preto é porque o governo não tem dado as condições necessárias às famílias assentadas, conforme afirmou Marcelo Goulart: "Essa é uma demonstração da falência da política da reforma agrária. O governo não dá o apoio necessário aos assentados"[54].

Portanto, o que se observa nos assentamentos da região de Ribeirão Preto, é que algumas famílias acabam se endividando, por não receberem apoio e assistência técnica. Assim, aceitam arrendar a terra, a tornarem fornecedoras de cana-de-açúcar para as usinas e a trabalharem na colheita da cana ou de outro produto.

[53] Fala extraída da reportagem "MST e FERAESP vêem equívocos no projeto". Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1.
[54] Idem.

Dessa forma, o arrendamento da terra acontece quando não há uma política de reforma agrária, por parte dos órgãos públicos na qual se priorize o desenvolvimento social, econômico, cultural e territorial das famílias camponesas. Conforme nos mostra a manchete do Jornal Folha Ribeirão, do dia 13 de outubro de 2002, os 'Sem-Terras' passaram a adotar o cultivo rentável como solução para superar o fracasso do assentamento:

FOLHA RIBEIRÃO

Sem-terra adota cultivo rentável em Motuca

Figura 2
Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1.

Os agentes de mediação da luta pela terra na região de Ribeirão Preto, como a FERAESP e o MST, são contrários aos projetos que fazem dos camponeses assentados, fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas, pois perde-se com isso todo o sentido de se fazer reforma agrária voltada para cumprir a função social.[55]

Sobre o fenômeno do arrendamento da terra, nos assentamentos, Martins (2003) em um ensaio denominado "O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária" tratou sobre esse dilema. Para Martins, o assentado que vive da "renda da terra" não difere dos grandes "latifundistas", pois ambos, assentados e

[55] Idem.

latifundistas que vivem da renda da terra, são "parasitas". Vivem, dos tributos que são pagos por toda a sociedade. Este fato, para Martins (2003:14-15) constitui uma irracionalidade:

> Raramente [os assentados] percebem que a verdadeira alma do latifúndio não é a extensão territorial, simplesmente. É também e, sobretudo, a renda da terra e a natureza tributária e especulativa da riqueza que se cria. (...) O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros a terra recebida ou indevidamente a vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida. Na verdade, no aparentemente minúsculo ato comercial, ele recria a lógica do latifúndio dentro de si mesmo e nega aquilo que é próprio e essencial da competência e das virtudes históricas do trabalho e da classe trabalhadora. Nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformador.

Sobre o fato de famílias arrendarem a terra, há que se discutir que esse fenômeno ocorre devido a múltiplos fatores que, conjugados, podem culminar com o que Martins está denominando de 'regenerar a renda fundiária', a partir do aluguel ou da venda do lote. Shanin (1983), como já colocamos no início do trabalho, um dos principais estudiosos do campesinato na contemporaneidade, afirma que há três fatores que determinam a trajetória de uma família camponesa: as condições naturais, o mercado e o Estado. Acrescentando a esses fatores levantados por Shanin, à estrutura familiar, conforme a proposição de Chayanov (1974), é possível compreendermos os descaminhos dos assentamentos de reforma agrária.

Conforme apontamos anteriormente, a partir das falas do líder da FERAESP à e do promotor público, o fenômeno do arrendamento está ligado, sobretudo, falência da política de reforma agrária implementada pelo Estado, somado aos fatores de mercado, as condições naturais e a estrutura familiar.

A fala de Sidnei, um dos líderes do assentamento de Motuca, nos revela que, além do Estado que fornece pouca orientação, o mercado somado as condições climáticas comprometem a reprodução das famílias:

> Eu plantei milho e tinha a expectativa de colher 250 sacas, mas colhi apenas 86. Não tem Cristo que resista a um negócio desses. (...) Não adianta dar só o dinheiro se não houver um programa. Estamos numa terra que precisa ser

> corrigida com adubo, mas o produto acompanha o preço do dólar que está quase está R$ 4. Quem agüenta?[56]

A fala de Sidnei nos revela que, provavelmente, ele e a sua família enfrentaram dificuldades, porque a colheita de milho, ficou abaixo do esperado. Sidnei, assim como outros camponeses do assentamento não obtiveram renda suficiente para arcarem com os custos da produção e nem garantir o consumo básico de suas famílias. Além disso, como apontou em sua fala, os insumos agrícolas, cotados em dólares, dificultam o investimento na correção do solo.

A partir das dificuldades apresentadas, os camponeses assentados de Motuca, assinaram um acordo com as usinas locais. Enquanto os camponeses assentados tornam-se fornecedores de cana, as usinas custeiam a preparação da terra e o fornecimento de mudas para o plantio.

Esse acordo entre usineiros e camponeses assentados nos revela o processo de sujeição da renda da terra ao capital. A agroindústria canavieira, como podemos observar, também tende a subordinar os camponeses assentados a rígidos padrões de produção oferecendo-lhes apoio técnico e financeiro. Desse modo, assegura uma crescente oferta de cana. Trata-se, portanto, da apropriação da produção da agricultura familiar camponesa pelo capital, monopolizando-a segundo os interesses da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1988).

No interior desse fenômeno da sujeição da agricultura camponesa ao capital agroindustrial, podemos nos perguntar: aonde está a busca pela autonomia que caracteriza o camponês? No caso do qual temos discutido, tudo indica que essa subordinação do camponês assentado ao usineiro está relacionada à dificuldade de garantir o consumo mínimo da unidade familiar camponesa, fato este que mostra o que o camponês faz de tudo para não chegar a essa situação.

Mas, para além disso, Silva (2004) que estudou os assentamentos Horto Guarany (município de Pradópolis) e Bela Vista do Chibarro (município de Araraquara), afirma que o fracasso nos assentamentos também está relacionado ao

[56] Fala extraída da reportagem "Quadro é crítico e já há assentado fazendo bico". Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1.

rompimento dos laços de sociabilidade entre os assentados. A mística que foi construída nos períodos de acampamento acabam sendo desfeita no assentamento.

A ajuda mútua é substituída pelo individualismo. E os assentados são lançados no circuito mercantil. Perde-se, portanto, toda dimensão simbólica que a terra representa enquanto meio de vida. E nos assentamentos vai sendo reproduzida a lógica que compreende a terra como terra de negócio. Por isso, para Silva (2004: 104-105), não é apenas o Estado que tem contribuído para os descaminhos da reforma agrária, mas também os agentes de mediação:

> A sociabilidade da fase do acampamento, na maioria das vezes, não tem continuidade no assentamento. Valores relativos, à solidariedade, ajuda mútua e mística são, grosso modo, substituídos pelo individualismo, pela não cooperação. Este fato ocorre em virtude da imposição da inserção dos assentados na economia mercantil, na qual a terra é vista enquanto meio de produção. O simbolismo em torno da terra vai, aos poucos, cedendo lugar á visão da terra como mercadoria, logo, terra de negócio. O objetivo é a renda auferida pela terra. Os autores destas transformações das representações sociais em torno da terra são o Estado, responsável pela implantação dos assentamentos, sendo o Plano Nacional de Reforma Agrária, e, em muitos casos, os representantes das lideranças dos movimentos de luta pela terra. De um momento para o outro, os sem-terra são obrigados a fazer parte do circuito mercantil, caracterizado pelo chamado processo de industrialização da agricultura, que envolve a aplicação de insumos modernos, compra de máquinas e, necessariamente, a inserção nas linhas de crédito bancário oferecidas pelo governo. É fácil perceber que esse momento é dramático, pois as famílias são, na grande maioria, miseráveis, sem contar aquelas que perderam os poucos pertences durante a fase do acampamento; muitas delas contam com um número grande de crianças, ainda incapazes de participar do trabalho familiar.

É interessante ressaltar que a parceria entre os assentados de Motuca e os usineiros, foi propalada, na ocasião, como um projeto que não visava lucro para os usineiros, mas concederia aos assentados muitos benefícios, conforme publicado no Jornal Folha de São Paulo do dia 13 de outubro de 2002:

FOLHA DE S.PAULO RIBEIRÃO domingo, 13 de outubro de 2002 C3

QUESTÃO AGRÁRIA *Idealizadores do programa de Motuca afirmam que o objetivo é conceder benefícios aos assentados*

"Projeto não visa lucro para usineiros"

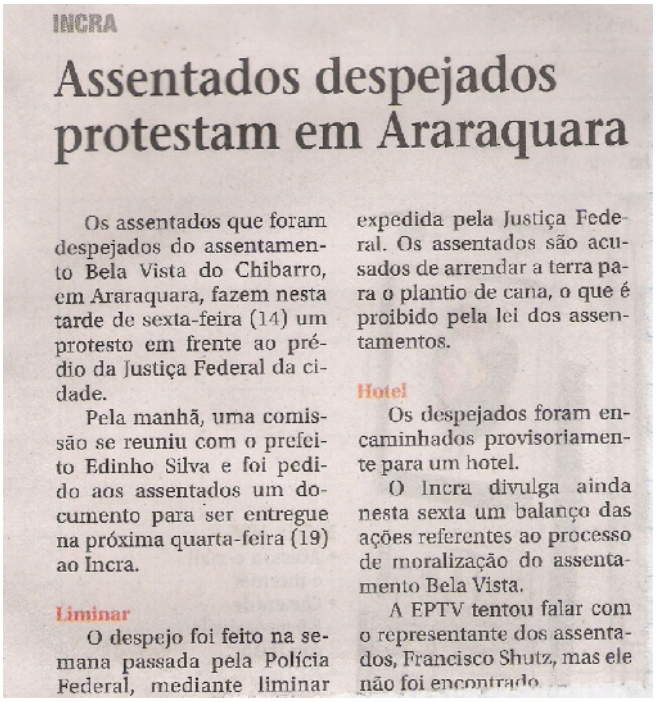
Governo inflou balanços anuais de assentados

Figura 3
Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C3.

Sobre essa parceria entre usineiros e assentados, Élio Neves, da FERAESP, na ocasião, fez a seguinte ressalva: "Não conheço uma parceria entre trabalhadores e usineiros que os trabalhadores levaram vantagem"[57]. Os assentamentos de reforma agrária do município de Motuca abriram precedentes para que outros assentamentos também pudessem optar por um "cultivo rentável". Porém, cultivo rentável, nada mais é que a sujeição da renda da terra ao capital.

O fenômeno do arrendamento de terra para a cana-de-açúcar também foi verificado no Assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara, e que foi estudado por Silva (2004), conforme citamos anteriormente. Há 16 anos atrás, o assentamento foi regularizado pelo INCRA. As famílias que arrendaram a terra foram retiradas do assentamento, porque pelo regimento estabelecido é proibido arrendar ou vender o lote. O jornal "A Cidade" publicou uma manchete sobre o fato no dia 15 de dezembro de 2007:

[57] Fala extraída da reportagem "Sem-terra adota cultivo rentável em Motuca". Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1.



INCRA

Assentados despejados protestam em Araraquara

Os assentados que foram despejados do assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, fazem nesta tarde de sexta-feira (14) um protesto em frente ao prédio da Justiça Federal da cidade.

Pela manhã, uma comissão se reuniu com o prefeito Edinho Silva e foi pedido aos assentados um documento para ser entregue na próxima quarta-feira (19) ao Incra.

Liminar

O despejo foi feito na semana passada pela Polícia Federal, mediante liminar expedida pela Justiça Federal. Os assentados são acusados de arrendar a terra para o plantio de cana, o que é proibido pela lei dos assentamentos.

Hotel

Os despejados foram encaminhados provisoriamente para um hotel.

O Incra divulga ainda nesta sexta um balanço das ações referentes ao processo de moralização do assentamento Bela Vista.

A EPTV tentou falar com o representante dos assentados, Francisco Shutz, mas ele não foi encontrado.

Figura 4
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 15 de dez. de 2007. p. A10.

A mídia regional deu bastante enfoque sobre a retirada das famílias do assentamento Bela Vista do Chibarro. Esse o processo foi um assunto discutido entre os camponeses assentados do Sepé Tiaraju e dos acampados da fazenda da Barra, em Ribeirão Preto. Edílson, do acampamento Independentes Índio Galdino, situado na fazenda da Barra fez o seguinte comentário sobre o fato:

> Pela informação que a gente tem foi o arrendamento para a cana, né? A venda de lote. Foi isso aí que tirou o pessoal de lá. A informação que a gente tem é isso aí. É difícil a roça. Aquele que não gosta da roça, que veio com um sonho, mas não é da roça mesmo, ele vai encontrar muita dificuldade, porque a roça é trabalho. Aí o que acontece, chega o usineiro oferece um dinheiro que ele não consegue tirar trabalhando se ele não tiver uma ajuda técnica ou alguma coisa assim, né? Aí vem o usineiro oferece, ele arrenda. Aí perde a característica da reforma agrária, porque a reforma agrária é pra dá o emprego, se ele arrenda ele vai ser empregado de novo. É a idéia é essa. Eu mesmo o sonho do pedaço de terra é deixar o patrão de lado, né? Sempre tive esse sonho. Até hoje tou tentando conseguir agora. Você ser empregado hoje, ainda mais com pouco estudo, você não tem segurança. Na mesma hora que você está empregado, você tá desempregado. E se você conseguir uma maneira de você sobreviver do seu próprio trabalho, você depende de você. Você não depende do patrão, né?

A fala de Edílson é interessante, por diversos motivos. Primeiro, ele reconhece que a 'vida de roça' é difícil, é trabalho. Então, não raro, o que se cultiva pode não render o suficiente para que a família se mantenha trabalhando. É nesse momento, que o usineiro apresenta a proposta de arrendamento para o assentado. Porém, como o próprio Edílson colocou, quando o processo de arrendamento ocorre perde as características da reforma agrária que no seu entendimento é o assentado não ter patrão, mas ter o controle do seu tempo, elementos que são característicos da agricultura camponesa (OLIVEIRA, 2001). Então, para o Edílson, quando a família arrenda a terra para a usina ela está se tornando novamente empregada da usina e não uma família autônoma.

Portanto, o fenômeno do arrendamento de terras, na região de Ribeirão Preto, deve ser explicado a partir da convergência de diversos fatores, sobretudo ao entendimento que o Estado tem sobre a reforma agrária. A política de assentamento das famílias está atrelada à concepção que se tem de reforma agrária.

E como destacamos no início do presente trabalho, as políticas direcionadas a reforma agrária seguem determinados pressupostos teórico-metodológicos. Assim, quando o prefeito de Motuca afirma que "agricultura familiar no século XXI tem que ser rentável"[58], pressupõe que o que importa é que as famílias se insiram no mercado, pois o econômico e o técnico são os mais importantes, conforme a quarta corrente da qual discutimos na introdução. Autores, como Abramovay (1998), por exemplo, partem do princípio de que a diferença entre o camponês e a agricultura familiar é o tipo de relação que ambos tem com o mercado, pois o primeiro tem uma relação parcial com o mercado ou incompleto e, o segundo está plenamente relacionado com o mercado.

No entanto, como já acentuamos neste trabalho, o que caracteriza a agricultura camponesa não é necessariamente sua inserção ou não no mercado, mas o seu universo cultural, o controle no seu processo de trabalho e sua autonomia. (BOMBARDI, 2004).

[58] Fala extraída da reportagem "Sem-terra adota cultivo rentável em Motuca". Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2002. Folha Ribeirão, p. C1.

Desse modo, a reforma agrária, no nosso entendimento tem que ser pensada a partir de uma totalidade. O fato de um camponês ter acesso a crédito, a técnica, dentre outras coisas, não quer dizer que o mesmo deixou de ser camponês. O que define o camponês, no nosso entendimento, não é o mercado, como coloca Abramovay (1998), mais é a possibilidade de ter autonomia, liberdade, o controle do tempo e do espaço, ainda que estes lhe escapem, por ter de sujeitar ao capital. E por fim, a agricultura camponesa, diferentemente da agricultura capitalista, não tem no lucro o seu fim último e sim, a sua própria reprodução.

Os assentamentos de reforma agrária, na região de Ribeirão Preto têm vivenciado um modelo de reforma agrária que mais ajuda os camponeses assentados a se sujeitarem às pressões do capital agroindustrial, do que a conquista de autonomia, liberdade, o controle do tempo e do espaço.

Porém, o assentamento Sepé Tiaraju tem ido na contra-mão dessa proposta rentista de reforma agrária que ocorre na região de Ribeirão Preto. Partindo da experiência de outros assentamentos nos quais os camponeses assentados têm dificuldades de se reproduzirem devido a forte pressão do capital agroindustrial, o INCRA, juntamente com o Ministério Público e com o MST criaram uma proposta de um assentamento modelo, fundamentado numa agricultura familiar camponesa e num modelo de cultivo orgânico. Sobre a implementação desse projeto denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e que vem sendo desenvolvido no assentamento Sepé Tiaraju é que discutiremos a seguir.

3.2. Do processo de Aquisição da Fazenda Santa Clara pelo INCRA à Implementação do PDS e do TAC no Assentamento Sepé Tiaraju

Como explicitamos no capítulo 2 desse trabalho, a informação, por parte das lideranças do MST, de que as terras da fazenda Santa Clara eram de propriedade estatal, foi fundamental para que a superintendência regional do INCRA pudesse tomar ciência sobre área e pudesse realizar uma vistoria para avaliar se o imóvel poderia ser adquirido para fins de reforma agrária.

Com o objetivo de analisar como ocorreu o trâmite da aquisição do imóvel rural pelo INCRA, consultamos e estudamos o que se denomina de 'memorial do imóvel', isto é, todo o histórico relacionado ao imóvel em questão.

Estudando o memorial da fazenda Santa Clara descobrimos que desde 1990, quando a fazenda ainda era de propriedade da antiga usina Martinópolis, havia um outro posseiro no interior da fazenda e que a usina tinha conhecimento da existência do mesmo, mas nunca questionou sobre sua posse.

É interessante que só pudemos tomar conhecimento sobre a existência desse 'posseiro', porque o INCRA notificou o mesmo, o qual deveria sair devido à instalação do assentamento de reforma agrária.

O posseiro protocolou uma defesa junto ao INCRA no dia 09 de outubro de 2006, alegando que estava no local desde 1990 e o próprio INCRA reconheceu a posse como legítima e, por isso, o posseiro passou a pagar os ITRs (Imposto Territoriais Rurais) e que ocupa a área como fonte de sobrevivência. De fato, no memorial do imóvel está anexado a defesa do posseiro notificado pelo INCRA, como também todos os comprovantes do pagamento dos impostos.

A existência desse posseiro e de outro do sítio da FERROBAN, o Luis, demonstra que para a antiga usina Martinópolis, atual Nova União, ambos não representavam um perigo eminente que pudesse alterar a ordem. Isso explica o porquê a usina não perturbou a posse do notificado pelo INCRA. Mas, quando o MST ocupou área do sítio da FERROBAN com o aval de Luis, antigo camponês posseiro, a

usina procurou de todas as maneiras, expulsar as famílias acampadas de lá, porque o MST poderia criar obstáculos para a continuidade do plantio da cana-de-açúcar.

Por meio da análise cuidadosa do memorial, constatamos que a aquisição do imóvel para fins de reforma agrária foi legítima, pois não havia irregularidades na cadeia dominial sucessória por um período de vinte anos. E os laudos da vistoria técnica afirmaram que as características do imóvel se apresentavam adequada à implementação de um projeto de assentamento de trabalhadores rurais, considerando que nesse local houve uma latente tensão social vivificada pela posse da terra e que auxiliaria o governo federal a cumprir as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Na fotografia nº 9, podemos visualizar a placa que identifica o Assentamento Sepé Tiaraju como resultado do II PNRA:

Fotografia 9 – Placa de Identificação do Assentamento Sepé Tiaraju
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2007.

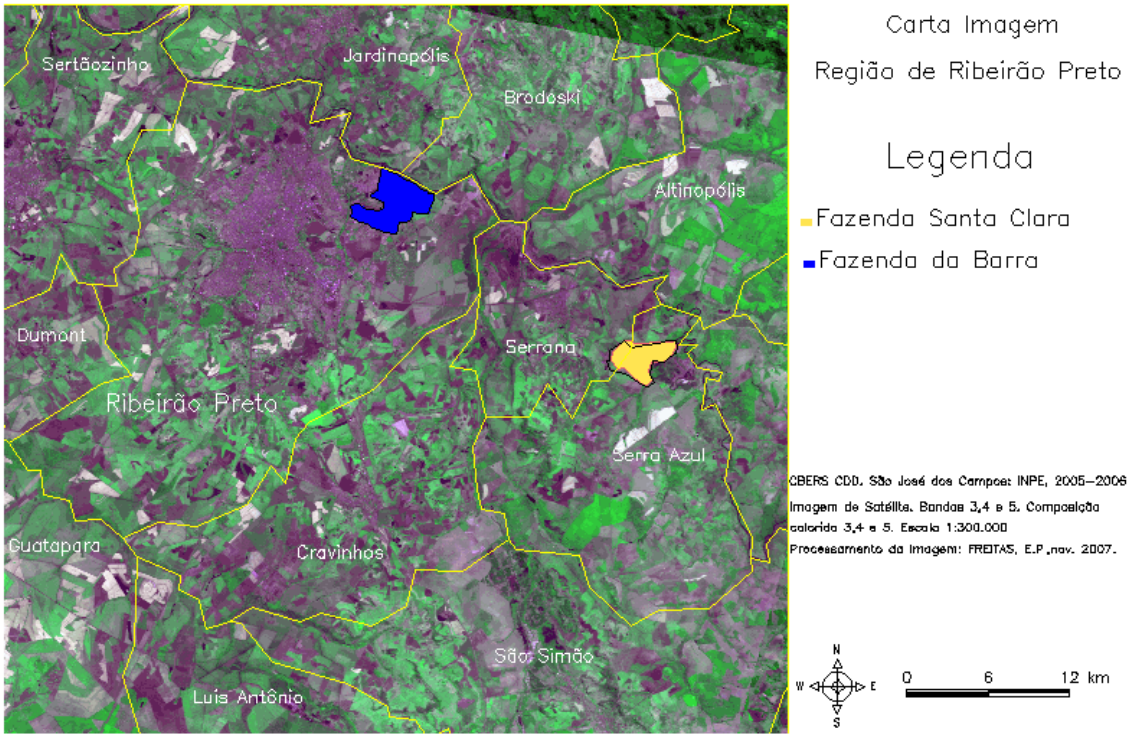
A área de 797.7395 hectares foi adquirida pelo INCRA por um preço total de R$ 5.403.051, 99 (cinco milhões, quatrocentos e três mil e cinqüenta e um reais e noventa e nove centavos) e que foram pagos a fazenda do Estado de São Paulo por meio de títulos da dívida agrária. O custo médio da aquisição do imóvel para o

assentamento de 80 famílias de trabalhadores rurais foi de R$ 108.061,04 (cento e oito mil, sessenta e um reais e quatro centavos)[59].

A partir da aquisição da fazenda Santa Clara, consolidou-se a formação do assentamento Sepé Tiaraju entre os municípios de Serrana e Serra Azul. Por meio da planta topográfica da área destinada para o assentamento, foi possível delimitá-la na imagem do satélite CBERS. Desse modo, na **carta-imagem** da página 137, percebemos que área do assentamento Sepé Tiaraju ocupa uma pequena parte do município de Serrana, sendo que a maior parte, portanto, está no município de Serra Azul.

O assentamento Sepé Tiaraju encontra-se numa área cercada pela monocultura de cana-de-açúcar. Através da carta-imagem é possível identificarmos as áreas que estão ocupadas pela cana que se apresentam com traçados geométricos, com a coloração verde quando a cana já está próxima da colheita e com a coloração vinho quando está no início do crescimento. As partes que se apresentam em branco indicam solo exposto. A parte construída dos municípios se apresenta pela coloração rosa. Portanto, o que se observa por meio da imagem de satélite é a predominância da monocultura da cana-de-açúcar em detrimento de outras culturas ou lavouras.

[59] Dados fornecidos pela Superintendência do INCRA em São Paulo, em jul. 2007.


Sertãozinho
Jardinopólis
Brodósk
Altinopólis
Dumont
Serrana
Ribeirão Preto
Serra Azul
Guatapará
Cravinhos
São Simão
Luís Antônio
Carta Imagem
Região de Ribeirão Preto
Legenda
Fazenda Santa Clara
Fazenda da Barra
CBERS CDD. São José dos Campos: INPE, 2005–2006
Imagem de Satélite. Bandas 3,4 e 5. Composição colorida 3,4 e 5. Escala 1:300.000
Processamento da Imagem: FREITAS, E.P.,nov. 2007.
N
W
E
S
0
6
12 km

Logo após a aquisição da fazenda Santa Clara, o INCRA organizou uma série de reuniões com as famílias acampadas já cadastradas. O objetivo era construir um projeto de assentamento mais adequado para aquela localidade e para as famílias. Assim, o projeto a ser implementado deveria levar em consideração o fato de que a região de Ribeirão Preto é eminentemente ocupada pela monocultura de cana-de-açúcar e que poderia haver uma forte especulação imobiliária, isto é, pressão para que as famílias 'arrendassem suas terras' para o plantio de cana-de-açúcar, conforme discutimos anteriormente.

Levando em consideração a forte possibilidade das famílias assentadas em Serrana-Serra Azul a virem a arrendarem a terra, o INCRA, conforme o processo administrativo nº 54190.002922/2002-61, decidiu que a melhor opção seria a implementação de um projeto de assentamento na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

O PDS constitui-se num modelo para uso e ocupação do solo de forma sustentável e que foi criado pelo INCRA em novembro de 1999. Tem como base, a gestão coletiva e cooperativista para evitar o parcelamento da terra com titulação individual (para impedir o arrendamento). Nesse sentido, o PDS ou "Modelo Roda D ´água ou Raio de Sol" como os assentados denominam, foi gerido já no ano de 2004.

Partindo desse modelo, as famílias do assentamento Sepé Tiaraju foram divididas em quatro núcleos ou agrovilas denominadas Dandara, Zumbi de Palmares, Chico Mendes e Paulo Freire. Em cada núcleo há um total de 20 famílias. Cada uma delas dispõe de 09 hectares. Sendo que, 03 hectares devem ser destinados para a construção da casa e a constituição de um roçado e os outros 06 hectares devem ser destinados para produção conjunta do núcleo.

Ao longo do ano de 2004, o INCRA não liberou nenhum tipo de recurso às famílias. Desse modo, o MST continuou a apoiá-las, fornecendo-lhes os insumos básicos para iniciar a produção no assentamento até que o mesmo fosse criado.

Segundo informações obtidas junto ao INCRA, em 2005 o assentamento Sepé Tiaraju foi criado oficialmente[60]. As 80 famílias receberam o primeiro fomento para a construção das moradias, aquisição de sementes e de alimentos básicos. De acordo com Jorge, técnico do INCRA, cada família recebeu um total de R$ 7.900,00 que foram divididos em duas parcelas. Portanto, durante o ano de 2005, foram investidos no assentamento cerca de R$ 632.000,00.

Para que as famílias tivessem acesso a esse fomento, foi designado um técnico do INCRA, para gerenciar esse dinheiro. O objetivo desse gerenciamento era evitar que as famílias gastassem todo o fomento de uma só vez. A cada família assentada, foi aberta uma conta no Banco do Brasil no município de Serrana. Para gastar o dinheiro recebido, cada família teria que apresentar uma cotação de preços para a compra de produtos ao técnico do INCRA de três estabelecimentos diferentes. Dessa maneira, as famílias tinham que gastar o dinheiro no estabelecimento mais barato.

Em fevereiro de 2007, os assentados do Sepé Tiaraju assinaram o TAC. Por meio desse Termo de Compromisso, os assentados deveriam seguir as seguintes normas:

[60] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas comr Jorge H.M. Silva (Técnico do INCRA), em São Paulo, em julho de 2007.

1. Cada assentando deve se integrar (por afinidade) em um dos quatro núcleos do assentamento (Dandara, Paulo Freire, Zumbi e Chico Mendes);

2. Cada família poderá ocupar o mínimo de 03 hectares e no máximo 3,9 hectares destinados para a moradia e o roçado;

3. Em cada núcleo deverá ter uma área comum com no mínimo 01 hectare (para lazer, cultura etc);

4. Em cada núcleo terá que ter uma área de 60 hectares para a produção coletiva ou cooperativa;

5. É proibido que os concessionários (assentados) arrendem a terra ou utilize-a de forma não condizente com o estabelecido pelo TAC;

6. A produção coletiva de cada núcleo deverá ser nos modelos dos SAFs;

7. Serão destinados 280 hectares do assentamento para a preservação das áreas de recarga do aqüífero Guarani;

8. Os plantios (de feijão, milhos etc) e atividade criatória deverão observar as normas técnicas e legais de conservação do solo;

9. Os assentados deverão priorizar a diversificação das culturas;

10. O INCRA se comprometerá em garantir o apoio de técnicos para auxiliar os concessionários;

11. O INCRA se comprometerá em providenciar toda a infra-estrutura básica para os concessionários até no 31 de dezembro de 2007 (água, Luz, esgoto, escola);

12. Os concessionários deverão construir num período de um ano, um espaço destinado para o fortalecimento da cultura camponesa.

A partir do estabelecimento do TAC, os assentados do Sepé Tiaraju têm seguido essas normas. No entanto, no cotidiano do assentamento, vão surgindo as dificuldades e conflitos intra-assentados. Nesse momento, passaremos a discutir os novos dilemas vivenciados pelos os camponeses do Sepé Tiaraju.

Depois de uma longa trajetória de luta as famílias mobilizadas pelo MST, finalmente foram assentadas. A fase da conquista do assentamento, portanto, constitui-se em uma nova etapa, isto é, etapa de se construir e formar o espaço de

moradia, de trabalho, de lazer, de solidariedade e também de conflito. Como afirmou Rapchan (1993:32), o assentamento constitui-se numa unidade de moradia e trabalho, sendo uma categoria legitimada tanto pelo Estado quanto pelo MST.

Como colocamos anteriormente, o assentamento Sepé Tiaraju foi divido em quatro núcleos: Dandara, Paulo Freire, Chico Mendes e Zumbi de Palmares. Em cada núcleo há um total de vinte famílias. No entanto, no interior de cada núcleo há subgrupos de famílias que se articulam de acordo com o grau de afinidade. É no interior desses núcleos que está ocorrendo a reprodução de uma agricultura familiar camponesa, como por exemplo, no processo de construção das casas.

3.3. O mutirão para a construção das casas e a parceria para o trabalho na lavoura

Cada família assentada recebeu o primeiro e o segundo fomento, como mencionamos anteriormente. Com esse auxílio financeiro, as famílias deram início ao trabalho na 'roça' e a construção de suas moradias. As casas seguem um modelo arquitetônico que foi preconizado por um grupo de pesquisadores que fazem parte do projeto Habitação e Sustentabilidade (HABIS), vinculado a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP). Cada casa, possui uma sala e uma cozinha amplas, três quartos e um banheiro. O custo de cada moradia é de R$ 12.000. O telhado, as portas e janelas foram fabricados no assentamento de Itapeva.

Além disso, os padrões das casas seguem os princípios ecológicos. Construídas com tijolo cerâmico e o telhado de pinus tratado, as casas durante o inverno são mais quentes e durante o verão, são mais frias. Assim, o processo de construção dessas casas envolveu o apoio do assentamento de Itapeva, que enviou madeiras, janelas e portas, e também o apoio dos pesquisadores da UFSCar, conforme nos informou o camponês assentado, Adilson Niceto que faz parte do Núcleo Paulo Freire:

> Além do custeio, a gente fez um projeto com a caixa econômica (para construir a casa) que é um projeto de fundo perdido, né. Então, tem um grupo de pesquisa de São Carlos, o grupo HABIS que auxilia o projeto, dá acompanhamento e são 76 casas nos assentamento que foram aprovados pra o projeto. A casa é construída com tijolo estrutural cerâmico. Mas com uma preservação do meio ambiente que o telhado é tudo de pinus tratado. Então, [a casa] tem um pouco de não agredir o meio ambiente. A gente fez o alicerce de rocha. É uma moradia barata, com a ajuda de outro assentamento que é o assentamento de ITAPEVA. As portas, as janelas que tem uma fábrica lá. Então, a gente fez uma parceria com outro assentamento para poder dá o acabamento de uma casa, um bem estar e barata[61].

Na fotografia nº 10, podemos visualizar o modelo das casas construídas no assentamento Sepé Tiaraju:

Fotografia 10 – Casa de tijolo cerâmico
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

A UFSCar também propôs um outro modelo de casa ecologicamente correta, construída com adobe, isto é, tijolos fabricados a partir do barro amassado e que são

[61] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

dispostos para secar ao sol. Na fotografia nº 11, podemos visualizar como é realizado a produção do adobe:

Fotografia 11 – Produção de tijolos de barro ou Adobe
Autora: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

As vantagens das casas construídas com adobes são inúmeras; durante o inverno as paredes conservam o calor e durante o verão dissipam-no com maior facilidade, além de ter também um custo bastante reduzido.

Uma das características da cultura camponesa é o auxílio mútuo, ou seja, a ajuda entre os vizinhos. Esse aspecto foi observado por Candido (2001) em seu estudo sobre os parceiros do Rio Bonito, no município de Bofete (SP), no final da década de 1940. Para autor, a forma de mutirão é uma prática que permite a rapidez e a cooperação para o trabalho. Seja na construção de casas ou na lavoura, a prática do mutirão soluciona o problema da mão-de-obra, que às vezes a unidade doméstica camponesa não dispõe, porque os filhos são pequenos ou porque apenas conta com o trabalho do homem e da mulher:

> Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão. As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão-de-obra nos

> grupos de vizinhança suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira. (CANDIDO, 2001:87-88).

Em cada núcleo do assentamento Sepé Tiaraju, as famílias que possuem afinidade entre si, tem na prática do mutirão uma maneira importante de se reproduzirem na condição camponesa. Como o próprio Adilson Niceto afirmou, a construção, por exemplo, das casas, é um projeto coletivo, que envolve o auxílio das famílias envolvidas no grupo de afinidade:

> (...) E essa casa é um projeto coletivo que a gente trabalha dentro de um coletivo. Para construir a casa é feito o mutirão. Nós temos um grupo de quatro famílias, eu sou em três, mas nós trabalhamos em quatro. Então, nós construímos quatro casas desse modelo nesse pé que tá. A gente fez até quatro casas. São três quatros, sala, cozinha e banheiro[62].

O que se observa nos núcleos que compõem o assentamento Sepé Tiaraju, é a disseminação da prática de mutirão tanto para a construção das casas, quanto para o trabalho na lavoura. Porém, cada núcleo constituído pelos subgrupos de famílias que possuem mais amizade e afinidade possuem formas peculiares de se organizar. Por exemplo, no núcleo Zumbi de Palmares, os subgrupos familiares se dividiram por 'brigada' para construírem as casas e ao mesmo tempo cuidar da lavoura. No entanto, nem sempre os camponeses assentados davam conta de construir as casas e cuidar da lavoura simultaneamente.

Surgiu, para o núcleo Zumbi de Palmares, o seguinte dilema: como conciliar 'a roça' e a construção das casas ao mesmo tempo? A solução encontrada pelas famílias foi a seguinte: cada família paga por mês, uma quantia para um pedreiro contratado que vai construindo as casas, enquanto as famílias se dedicam ao trabalho na roça. Assim, dividem entre si as despesas com o pagamento do pedreiro. Há, portanto, uma cooperação financeira entre as famílias para as construção das casas, conforme relata Geovani, camponês assentado do núcleo Zumbi de Palmares:

[62] Idem.

> (...) É para a construção das casas na verdade nós dividiu assim, por brigada, porque pelo assentamento, todo mundo num lugar só não funciona. Então, foi dividido por brigada, assim... Mais, por afinidade, por amizade. Então, o nosso grupo aqui [Zumbi] nós somos em nove. Tem grupo de cinco, de três, de quatro, e por aí afora. Aqui é o ZUMBI. Aqui nos estamos no ZUMBI. Até que agora a gente tá meio morno, por causa da roça. Porque ou você acode a casa, ou você acode a roça. Se você acudir a casa, você tem pelo menos o barraco pra ficar debaixo. A roça, se você não acudir, daqui quatro, cinco meses você não tem o que comer também, porque você vai fazer o que, se você não plantou? Então, nós, no momento, demos mais prioridade pra roça. Só que agora a gente bolou um plano aí. Arrumemo um pedreiro aí e o pedreiro já tá trabalhando. Então, aquela despesa por mês, nós divide entre os nove e aí nós, nem para a roça e nem para a casa. O rapaz vem e vai fazendo a casa [de cada um] e pra tá dando andamento também. Por que se não, a casa tem um prazo também de um ano e três meses [para ser construída]. Se não daqui a pouco vence esse prazo, aí não tem casa feita, aí não tem nada[63].

A contratação do trabalho assalariado pela unidade camponesa tem, como podemos observar no caso do assentamento Sepé Tiaraju, um caráter complementar, acessório. O fato de um grupo de famílias camponesas contratarem alguém para ajudar no trabalho não quer dizer que perdeu o caráter camponês (OLIVEIRA, 2001).

Como as casas têm um prazo para serem construídas foi observado, em entre muitos subgrupos de camponeses que compõem o assentamento, a contratação de pedreiros para agilizar a construção. No núcleo Dandara, segundo o camponês assentado Mário, os subgrupos familiares de afinidade estão pagando em torno de R$ 10,00 para a pessoa que for trabalhar na construção das casas. Porém, o núcleo Dandara como dispõe de camponeses assentados que também são pedreiros, então, ao invés de contratar um de 'fora', paga-se para um camponês assentado que também atua na função de pedreiro. Mais uma vez, recorrer à ajuda dos vizinhos é de suma importância: "A gente tem um grupinho de afinidade, né? De dez, de quatro... Aí nóis tamos pagando R$ 10,00 por dia pra cada um de nós do grupinho de afinidade"[64].

---

[63] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[64] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

No interior do assentamento Sepé Tiaraju aparecem a prática do mutirão e a prática da empreitada conforme a organização de cada subgrupo de famílias. A prática do mutirão, que envolve a todos que fazem parte do grupo e não há necessariamente, o pagamento em dinheiro, mas em trabalho para cada membro do grupo; na prática da empreitada, as famílias se reúnem e pagam, em dinheiro, o trabalho do pedreiro de 'fora' ou do pedreiro assentado, como nos informou o camponês assentado Ronaldo, que pertence ao Núcleo Chico Mendes:

> Pra fazer a casa... Tem grupo que tem mutirão, aí tem grupo que empreita, tipo... terceiriza. (...) Aí depende dos grupos, porque cada núcleo tem dois, três, quatro grupos. Então, aquele grupo que é organizado um ajuda o outro[65].

O trabalho na lavoura ou na roça, no assentamento Sepé Tiaraju também utiliza a parceria entre os próprios camponeses assentados. No interior dos subgrupos do núcleo, é comum um assentado camponês entrar com a 'terra' e o outro camponês assentado entrar com 'o trabalho' e vice-versa. Além disso, como há camponeses assentados que cultivam produtos diferentes, existe uma troca interna de produtos entres os camponeses, conforme a fala de Geovani:

> Eu comprei mil mudas de café, o rapaz tá acabando de plantar. Eu tô apurado pra vocês tá vendo como tá aí. Então, eu não ia dar conta. Eu plantei seiscentas mudas. Aí o rapaz hoje tá terminando. Ele é do assentamento. A gente fez uma parceria. Então, ele tá acabando de plantar o café pra mim. Ele planta pra mim aqui e aí ou eu vou outro dia na roça dele ou eu pago ele. Então, já corre um dinheiro. Um vem aqui, às vezes ele quer comer um porco e ele não tem, ele vem aqui e ele compra ou nós troca por uma outra coisa que ele tem e eu não tenho e por aí afora. Às vezes o rapaz lá, às vezes um aí planta feijão, eu não planto. Ele tem e eu não tenho. Nós faz uma troca ou em milho ou criação, ou eu compro dele. Quer dizer, que dentro do assentamento já corre assim... Uma rotatividade de dinheiro[66].

O rapaz ao qual Geovani se referiu em sua fala é o João e sua esposa, Áurea, cuja história deles salientamos no segundo capítulo desse trabalho. João e Áurea têm trabalhado em parceria também com outras famílias do assentamento

[65] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[66] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

porque não receberam a ajuda do PRONAF em decorrência de algumas pendências burocráticas. Sem esse dinheiro trabalham para os outros assentados, mas em seus depoimentos fazem questão de destacar as conquistas que não se resumem a terra:

> A maior conquista além da terra... Nós era católico, agora nós somos evangélicos. Também a experiência que nós adquirimos, de conhecer mais, de ter mais amor pela natureza. Antes, a gente não conhecia, mas com a convivência aqui, a gente trabalhando na terra, a gente aprendeu muita coisa. Hoje os meus filhos tão tudo moço, rapaz e eles vão continuar na terra. O objetivo é eles expandir mais. É muito maravilhoso, a experiência que nós adquirimos aqui é de muita valia. Aqui, nós chegamos a botar a mão na massa mesmo. (...) Se a vida espiritual tiver concertada, a gente tem mais facilidade, a gente é mais humilde, ensina a gente a lidar com as coisas. Então, eu estou muito feliz e satisfeita. Deus faz parte da natureza, porque Deus criou tudo, né? Então, não tem aquele negócio de falar: "ah, fulano tá bem de situação, a gente tá fraco. Difícil, né?" A gente tá passando por algumas dificuldades, porque o investimento nós não pegamos tudo. Nós só pegamos o fomento, mais o investimento do PRONAF, porque a gente tinha uma pendência pra traz e aí segura ele [o investimento]. Mais enquanto isso a gente vai trabalhando aí [para os outros]. Trabalha no da gente, trabalha no dos outros, ajuda os outros. No núcleo Dandara são dezenove. Graças a Deus nós somos assentados igual os outros, a única coisa que a gente não conseguiu pegar os investimentos agora, porque tá pendente ainda, mas...[67]

Por meio da fala de João e Áurea podemos perceber que estão satisfeitos na condição de assentados. Estão felizes porque os filhos moços, continuarão a tocar a terra. No entanto, o que diferencia João e Áurea dos demais assentados, é que eles não conseguiram o PRONAF. Esse fato, porém, não os fazem se sentir inferiores aos demais assentados, porque como disseram "São assentados igual os outros". Além disso, trabalhar, ajudar os outros é uma prova de que continuam a valorizar a solidariedade.

A parceira entre os camponeses assentados é, portanto, uma forma de ajuda mútua. Mário do núcleo Dandara, por exemplo, como dispunha de sementes de arroz agulhinha e da força do trabalho do filho mais velho, fez uma parceria com um camponês assentado do núcleo Paulo Freire que entrou com a terra. Na

[67] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com João e Áurea, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

fotografia nº 12, podemos ver Mário e o seu filho trabalhando na lavoura de arroz agulhinha na roça de um camponês do núcleo Paulo Freire:

Fotografia 12 – Mário e o seu filho cuidando da lavoura de arroz.
AUTORA: GUERRERIO, Patrícia.Frezzatti, fevereiro de 2008.

O trabalho da família individualmente nem sempre é suficiente para dinamizar a unidade doméstica camponesa. Há famílias no assentamento Sepé Tiaraju que são numerosas, contando com todos os seus membros na idade adulta, e têm maior facilidade de conseguir dar conta do trabalho na roça, e bem como da construção da casa. Porém, há famílias que contam apenas com a força do trabalho do homem e da mulher, porque as crianças ainda são muito pequenas.

Um fato interessante é que o INCRA permite que as famílias assentadas possam abrigar outros parentes como os avós, os tios e reforçar o trabalho na unidade familiar camponesa. Esses parentes constituem uma força maior, conforme afirmou Adilson Niceto: "Ah, pode trazer uma família pra morar com a gente, mas

que seja da família. Então, o meu sogro vai morar comigo aqui. Ele já fez uma casinha para auxiliar eu aqui. Até eu ter a casa do projeto aqui"[68].

Na fotografia nº 13, podemos ver a casa que Adilson Niceto construiu para o seu sogro morar:

Fotografia 13 – A casa do Sogro do Adilson
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008

A família constitui umas das peças chaves para compreender a reprodução do campesinato (CHAYANOV, 1974). Assim, a fala de Adilson Niceto é interessante, porque revela a importância que a ajuda do sogro terá para a reprodução da sua família, visto que ele não dispõe de filhos na idade adulta para ajudá-lo no trabalho e conta apenas com o trabalho da mulher. Como afirmou Moura (1988), no campesinato é impossível separar a prática econômica da prática familiar.

No núcleo Chico Mendes, tem-se um outro exemplo da importância dos parentes na reprodução da família. A camponesa assentada Valdenice trabalha com o seu pai, Moacir de Mello, que chegou ser assentado, mas como sua esposa faleceu,

[68] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

pediu ao INCRA o seu afastamento. Porém, atualmente, voltou para o assentamento e está morando e trabalhando com a filha e com o genro:

> Meu nome é Moacir de Mello, já fui acampado daqui do assentamento. Fiquei um ano e quatro meses fora [do assentamento]. Agora estou voltando, tô junto com a filha aqui, né? Eu tinha um lote aqui em cima, mas aí a minha companheira faleceu e eu fui obrigado a largar e aí eu fiquei meio desorientado da cabeça alguns dias. Aí voltei a trabalhar na cidade, mas eu tô meio cansado. O serviço que fazia era meio pesado. Eu fazia serviço de caminhão, transportadora. Aí voltei pra cá segunda-feira. Vou tentar trabalhar de novo aqui [no assentamento] com a menina [Valdenice] pra vê se dá certo. A gente é costumado, nascido e criado na roça, então a gente não consegue ficar na cidade, né? Comecei a trabalhar na cidade com vinte e dois anos. Mas ai eu vim pra cá [pro acampamento depois assentamento] e fiquei seis anos aí. Aí aconteceu toda essa tragédia pra mim, né? Aí resolvi deixar [o assentamento]. Aí eu pedi pro Zé Luiz [do INCRA] um afastamento por dois anos. Aí passou o lote meu pra outro, um senhor que estava esperando aí, vendi a lavoura pra ele e fui pra lá [pra cidade]. Fiquei um ano e quatro meses. Agora eu tô voltando de novo.

Ao trabalho familiar individual, portanto, soma-se o trabalho coletivo vindo do conjunto das famílias que compõe o núcleo, como nos conta Adilson Niceto:

> Na roça aqui a gente tem dois campos de trabalho, tem o trabalho individual que é no lote individual e o trabalho coletivo com o grupo de famílias. Eu trabalho com um grupo de três famílias no coletivo e no individual é eu e minha esposa. De vez em quando meu sogro vem, meu pai vem, então vai dando uma força pra gente a levantar a alimentação pro dia-a-dia da gente e a venda também. (...) Dentro do grupo do meu coletivo a gente na planta a gente trabalha junto, na colheita a gente trabalha junto. Então, dá pra ser tranqüilo no dia-a-dia do trabalho porque até mesmo você falou que a terra é limitada (tamanho). Ela é limitada, mas dá para tocar e sobreviver dela, porque diz que a terra é mãe. Então, a mãe trata dos seus filhos. Então, ela dá a sobrevivência pra nós.

Moacir, que integra o núcleo Paulo Freire, nos contou a importância do auxílio mútuo, pois ele e sua esposa não dariam conta do trabalho sozinhos, pois possuem apenas um filho ainda pequeno: "Dar conta de tudo, não dá não. A gente faz o que pode. Estamos negociando. Um ajuda o outro. Ele mesmo, o Adilson, ele ajuda a fazer a casa, eu dou uma mão pra ele, ele dá uma mão pra mim. Quando a coisa aperta a gente corre atrás do outro"[69]. A fotografia nº 14, nos mostra os

[69] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

camponeses assentados do núcleo Paulo Freire, em um mutirão para a construção de uma casa:

Fotografia 14 – Mutirão para a construção de casa no assentamento
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Passaremos a tratar a seguir sobre a Cooperativa dos Assentados do Sepé Tiaraju (AGROSEPÉ) e as associações que foram criadas dentro do assentamento pelos camponeses assentados.

3.4. AGROSEPÉ e as questões da cooperação

Conforme o item nº 04 do TAC, assinado pelos camponeses assentados, está previsto que a produção deverá ser cooperada. Nesse sentido, foi criada a Cooperativa dos Assentados Sepé Tiaraju (AGROSEPÉ) cujo objetivo é ajudar no fortalecimento do assentamento. No entanto, a AGROSEPÉ ainda não é institucionalizada, conforme as falas dos camponeses assentados Geovani e Ronaldo:

> (...) A AGROSEPÉ tava funcionando meio devagar, mas tá funcionando, que o presidente da AGROSEPÉ é o Guinaldo, mas eu não sei em que pé assim tá, mas eles estão correndo atrás do projeto pro Sepé. Tem muito projeto pra acontecer, então estão correndo atrás disso. Só que isso é uma coisa meio burocrática, né? Meio demorado já devia tá acontecendo.[70]
> (...) A AGROSEPÉ por enquanto não tem muita coisa pra falar, porque existe mais no nome, porque até agora não tem projeto não da AGROSEPÉ. O projeto é o assentamento, mas dizer assim que já teve algum projeto: 'ah, esse projeto aqui é da AGROSEPÉ'. Sentou e discutiu até agora ainda não. Não tem nada concreto ainda não.[71]

Embora a AGROSEPÉ ainda não tenha um estatuto jurídico, Adilson Niceto, do núcleo Paulo Freire e do conselho fiscal da AGROSEPÉ, tem pedido auxílio para os pesquisadores e até mesmo ao prefeito de Serra Azul para que possam ajudar na elaboração de projetos que viabilizem a comercialização dos produtos como a construção de um entreposto comercial. Além disso, o conselho fiscal da AGROSEPÉ busca desenvolver projetos que agreguem valor aos produtos cultivados, uma vez que o INCRA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) não os têm ajudado a elaborar projetos que viabilizem o desenvolvimento do assentamento. E por fim, o conselho continua a lutar para que o assentamento tenha maior visibilidade positiva na mídia:

> Nós temos a mesma produção...Para agregar valor ao produto é preciso despoupadora de fruta (...) só fica no papel [o projeto]. Que o grupo de pesquisa faça essa pressão governamental, pois a gente necessita desse entreposto, dessa industrialização da fruta, doce, então é com a divulgação de vocês [estudantes] que possa dar encaminhamento, porque só fica no papel. O INCRA vem aqui, diz: 'vamos fazer, vamos coisar', mas nunca faz. Então fica difícil de comercializar. Então a gente faz feirinha, põe na pista. A EMPRAPA está sempre aqui com a gente, só que a gente necessita de um apoio maior pra sobreviver. Tem promessa que no assentamento vai ter um entreposto, mais não é viabilizado. Então as famílias ficam carentes porque não tem onde comercializar. Nós precisamos de apoio da comunidade. Porque quando a gente faz uma ação, a gente vai para a cidade para que a comunidade apóie o assentamento. Nós precisa globalizar tudo isso pra nós andar juntos. Tudo que for de divulgação funciona. Tudo que vai para a mídia gera um resultado maior. Porque a nossa região... A TV GLOBO nunca deu enfoque, a RECORD apoiou muito, a BANDEIRANTE, o JORNAL A CIDADE. Eles só falam coisa ruim que nós faz, como uma pressão. Aí eles

[70] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiros de 2008.
[71] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> vêm. Mas do contrário... Mostrar os nossos produtos que tem dificuldade de comercializar eles não vem aqui de jeito nenhum[72].

A fala de Adilson Niceto revela que há inúmeros obstáculos para que a AGROSEPÉ se concretize. Primeiro, porque os órgãos responsáveis pelo projeto de assentamento, como o INCRA, não possuem técnicos suficientes para apoiar as famílias integralmente. Segundo, os camponeses assentados precisam do apoio da comunidade que circunda o assentamento. Como o próprio Adilson comentou, a mídia procura enfocar de forma deteriorada as ações e pressões que o movimento realiza, mas as dificuldades que enfrentam no cotidiano, não são divulgadas.

Portanto, a fala de Adilson, mostra que o camponês busca adquirir os meios de produção (despoupadora de fruta) e, conseqüentemente, industrializar o produto para que consiga se inserir no circuito mercantil. Mas, como já explicamos anteriormente, o fato do camponês ter a propriedade dos meios de produção não quer dizer que deixou de ser camponês. Pelo contrário, o camponês se envolve com o capital industrial e financeiro, porque precisa obter os meio de produção (OLIVEIRA, 2001).

O que se observa no assentamento Sepé Tiaraju é que, com a ausência de uma regulamentação jurídica da AGROSEPÉ, a qual lhe daria um Estatuto, os subgrupos de cada núcleo vão constituindo entre si pequenas associações sem um estatuto legal. Assim, por exemplo, no núcleo Zumbi de Palmares, tem a Associação Amigos da Natureza. As 15 famílias que fazem parte dessa associação investiram os seus recursos conjuntamente para a aquisição de um trator e outros implementos agrícolas. Portanto, investiram na obtenção dos meios de produção. Mas, as famílias que fazem parte do núcleo e não quiseram investir na aquisição dos meios de produção, também podem usar os implementos da associação, bem como famílias dos outros núcleos, desde que forneçam em troca, algum tipo de auxílio à associação, conforme a fala de Geovani:

[72] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> Quinze famílias do núcleo Zumbi têm uma associação chamada Amigos da Natureza, eles compraram um trator, implementos agrícolas, um caminhão pra nós está fazendo os nossos transportes e até pra alugar também. Ele faz esse trabalho da CONAB de tá entregando as coisas [mercadoria] e abastece por enquanto a água das quinze famílias enquanto não tá saindo. (...) Na verdade é assim, às vezes você precisa lá do implemento, às vezes você vai lá [no outro núcleo] e o cara empresta pra você. E aí eles precisam da gente, a gente empresta, é porque às vezes o trator deles encalha lá e eles precisam de nós, ele vem aqui e nós vamos lá desencalha, tira. E aí vice-versa[73].

Como podemos apreender da fala de Geovani, há entre as famílias assentadas uma cooperação que garante, inclusive, a utilização dos meios de produção de modo coletivo, mesmo por aquelas famílias que não empregaram o dinheiro na aquisição dos meios de produção.

No núcleo Chico Mendes não há uma associação, mas os camponeses assentados desse núcleo são conhecidos pelos demais assentados do Sepé Tiaraju, como o "Grupo da Horta". De acordo com o tipo de atividade que se desenvolve, os grupos vão se constituindo e se identificando, conforme a fala de Ronaldo:

> No núcleo Chico Mendes tem vinte famílias. Tem um núcleo de vinte famílias e aí tem os grupos de afinidades, né? O nosso grupo aqui é cinco. Aí tem grupo de seis, de três. O grupo da horta nosso aqui, nós está trabalhando em cinco, né? Então divide igual por cinco, né. Então, todo mundo tinha que trabalhar igual e dividir igual. Agora a barraca é eu, minha esposa a Valdenice, e marido dela. Então, é grupo de dois a barraca aqui. Então, como que funciona? Tem aqueles que diz assim: 'ah, eu vou investir nisso'. O outro diz: 'não, eu não quero investir nisso'. Então não é obrigado. Então, decide e divide os lucros. Aí Cada grupo trabalha da sua forma. Então, tem o grupo da fruta, dos amigos da natureza, que é uma associação também, então cada grupo tem o seu projeto[74].

A fala de Ronaldo explicita que os grupos vão sendo definidos de acordo com a afinidade das famílias, com os tipos de cultivo e ou criação que se pratica no interior do assentamento. Por isso, é que se tem o "Grupo da Horta", o "Grupo da Fruta" e assim por diante. No núcleo Dandara, ocorre um fenômeno interessante; os camponeses assentados desse grupo têm uma postura contrária à criação de uma

[73] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[74] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

cooperativa. Conforme a fala de Mário do núcleo Dandara as famílias não quiseram se organizar em associações:

> Porque ele [Lavrati, principal líder do MST da região] queria por uma cooperativa aqui dentro, mas nós não aceitou, porque o cara de cooperativa, eu trabalhei sete anos no Paraná. Minha carteira profissional ta aí na mala. Cooperativa só dá quem mexe com dinheiro, né? Depois sete anos foi trocado de gerente sete vezes. Todos saíram rico e compraram fazenda, né? Agora quer por essa armadiçoada aqui? Não vai ponhá não. Se ela nascer [a cooperativa] ela não cria. Mas não cria mesmo, né? Não tem como. Lá no Paraná nós plantava feijão, arroz, milho... Nós não tinha terra não, nós pagava renda de 25% em produto pro dono da terra porque nós recebia os insumos. Ela [Luzia, sua esposa] trabalhava em casa e ajudava na roça também. Nós produzia 60 saca de feijão. Eu mais ela [esposa] só. As crianças era pequeno ainda, né?

A fala de Mário mostra que ele parte da sua experiência de vida, na condição de camponês que pagava renda para o proprietário de terra e que trabalhou em uma cooperativa no estado do Paraná, para justificar a sua recusa em aceitar uma cooperativa dentro do assentamento. A constituição de cooperativas nos assentamentos foram sendo propostas desde a organização do acampamento. Mas, a concepção do MST sobre cooperativa, assim como de outras agências de mediação da luta pela terra, às vezes não se dá conta do ideal do camponês que ter autonomia.

Além disso, por um lado, há famílias que tem muitos membros, como é o caso de Mário, cuja família possui 12 membros e, por outro lado, há famílias menores. Quando se divide o dinheiro de forma igual entre os cooperados, as famílias menores saem em vantagem, em detrimento das famílias maiores, em que o número de consumidores é maior. Por isso, a proposta de cooperativa deve levar em consideração a estrutura familiar. Do contrário, qualquer proposta cooperativista pode vir a ser um fracasso, como assinalou Chayanov (1974) em relação à implementação forçada de cooperativas na Rússia.

A falta de compreensão sobre o tipo de família que se tem no assentamento, isto é, se são famílias constituídas só por um indivíduo; se são nucleares (constituída pelo casal e os filhos); se são matrifocais (na qual o chefe da família é a mulher) ou

se são famílias extensas (todos os parentes próximos moram juntos)[75], leva a liderança 'estigmatizar' aqueles camponeses assentados que possuem uma postura individualistas como é o caso de Mário. Porém, há de se levar em consideração que Mário tem uma família numerosa. A sua postura, não pode ser entendida, portanto, como simplesmente uma 'transgressão' ao TAC:

> Tem uns que choram mais que os outros. Os 100% nós não temos. Ainda tem alguns que tem aquelas tendências individualista ainda, que quer o dinheiro. É lógico, ninguém tem que ficar sem dinheiro, mas vê o dinheiro, tudo ali na frente pra ele. Então, cria se às vezes um pouquinho de polêmica dentro do assentamento. Você sabe que às vezes você vê umas conversas pra desestabilizar o processo de assentamento. Um dia desses mesmos, a gente teve que chamar a policia pra tirar a pessoa daqui. Então, isso acontece. Às vezes tem um ou outro que está descontente, arruma às vezes umas briguinhas aí pra... Eu vejo com a maior normalidade, acontece em qualquer lugar[76].

Ter, portanto, uma postura individualista dentro do assentamento pode ser entendida como radical, a ponto dos líderes terem de tirar o indivíduo do assentamento. Assim, um dos conflitos que emergem no interior do assentamento Sepé Tiaraju está relacionado com o projeto de criação de cooperativas, conflito este que implica no desentendimento entre os camponeses assentados, o que leva um a estigmatizar o outro.

Mesmo diante da emergência de conflitos no interior do assentamento, a posse da terra, pelas famílias assentadas, constitui um meio importante na recriação do campesinato. Trataremos a seguir, sobre os principais produtos cultivados e as formas empregadas pelos camponeses assentados para produzi-los, os mecanismos de comercialização adotados pelos assentados, a construção de uma identidade positiva a partir da superação dos estigmas, como se dá a prática religiosa e a participação dos assentados em festas e outros eventos organizados pelo MST.

---

[75] Sobre os tipos de famílias, conferir RAPCHAN, E. *De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, 1993, p. 114.

[76] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

CAPÍTULO 4

A SOCIALIBILIDADE CAMPONESA

No assentamento Sepé Tiaraju, o TAC assinado pelos assentados regula as ações no interior dos núcleos. É por meio dele que está sendo possibilitada a (re)criação dos elementos que caracterizam o campesinato. Nesse sentido, nesse capítulo procuramos discutir como os camponeses assentados têm se adequado às exigências do TAC no que tange as formas de produzir, visto que o termo de ajustamento exige a prática de uma policultura orgânica, ou seja, não é permitido o uso de agrotóxicos no decorrer dos cultivos. Investigamos como se envolvem no circuito mercantil e como se organizam, de forma criativa, para evitar a sujeição ao capital comercial.

Além disso, abordamos a emergência de conflitos no assentamento nas relações cotidianas entre os assentados e como são resolvidos os dilemas entre os camponeses e os agentes de mediação, a relação dos assentados com os municípios contíguos ao assentamento e como as práticas religiosas têm sido vivenciadas pelos camponeses.

Encerramos este capítulo, discutindo as questões pertinentes à permanência da juventude no assentamento, ou seja, as ações que os camponeses assentados e as lideranças do MST têm planejado para que os jovens possam continuar no assentamento auxiliando os pais ou mesmo buscarem envolver-se no trabalho de mobilização, organização e formação dos trabalhadores. E por fim, os dilemas vivenciados pelos camponeses assentados no que tange a organização de festas pelo MST para que a sociabilidade entre os assentados e aqueles que estão acampados possam resistir às dificuldades que emergem no cotidiano do assentamento e acampamento.

4.1. A prática de uma policultura orgânica

Conforme o item 06 do TAC, assinado pelos camponeses assentados, a produção coletiva de cada núcleo deverá ser no modelo do Sistema Agrofloresta (SAFs) cujo cultivo de qualquer produto estará associado a vegetação nativa. Além disso, o TAC no item 08 rege que os plantios (de feijão, milho dentre outros produtos) e atividades criatórias deverão observar as normas técnicas e legais de conservação do solo. Assim, no assentamento Sepé Tiaraju é terminantemente proibido o uso de qualquer agrotóxico, utilização da queimada e arrendamento da terra. No item 09 do TAC, os camponeses assentados devem diversificar as culturas desenvolvendo a policultura.

O TAC também rege, como já citado na página 136, as condutas de cada camponês assentado ou, em outras palavras, o TAC além de prever as normas técnicas de como usar o solo e de como fazer os cultivos, também determina as normas das relações sociais intracamponeses. Caso o camponês assentado não tenha observado as regras, é punido com a expulsão do assentamento.

Desse modo, o trabalho e a vida no assentamento Sepé Tiaraju se complementam. Ao falar sobre as regras de como deve ser realizado o trabalho na terra, o camponês assentado fala das regras que regem as relações sociais intra-assentados, como fica claro nas falas de Adilson (núcleo Paulo Freire), de Geovani (núcleo Zumbi de Palmares), de Júlio (núcleo Dandara), de Carlinhos (núcleo Zumbi de Palmares) e de Mário (núcleo Dandara):

> Aqui nós temos liberdade de fazer o cultivo dentro de uma exigência que é não usar o agrotóxico, nenhuma química, nenhum fogo e sim uma agricultura orgânica. Da maneira que trabalha a gente pode estabelecer dentro de nós mesmos as formas de nós trabalhar (Adilson Niceto)[77].

> Eu aqui eu tô mexendo com agrofloresta, com SAF. Essa área que você está vendo aqui, essas aqui são árvores nativas, frutíferas. Aí dentro tem banana, café, coco da Bahia, mandioca, tá em intenção de por abacaxi. Estou esperando as mudas chegar pra mim ter aquela rotatividade... É palmito.

[77] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> Então, por aí afora você tendo agrofloresta, o que você quiser colocar cabe. Mamão, aí tem de sobra. (Geovani)[78].
>
> Agora, o projeto aqui é bonito, só que tem que contar daqui cinco anos, por que isso aqui tá sendo reflorestado, né? Com árvores nativas e frutíferas. E essas árvores vão começar dar fruto no mínimo daqui a três anos, cinco anos. Café daqui a três anos. Então, o que a gente plantou daqui cinco anos é que a gente vai começar a colher, porque automaticamente isso aqui vai ter um impacto né? E agrofloresta aqui, porque quase todo mundo aqui, tá reflorestando o seu quintal. Eu tou há um ano aqui, que eu vim aqui pro meu lote, então as árvores já começam crescer agora. Eu planto árvore frutífera e nativa tem bastante aí plantada também. Eu tenho abóbora também, eu tenho banana no meio delas, tenho quiabo, tenho melancia, tenho abacaxi e temos hortas também de companheiros aqui. Tem companheiro que tem árvores grandes aqui. Então tem lotes que já tá dando fruto aqui. (Júlio)[79].
>
> Aqui é um projeto, né? É o PDS. Então, aqui nós assinamos o TAC, né? De conduta ambiental, aprovamos 35% de área reflorestada, quando de outras áreas são 20% né? E tem no projeto do TAC, que pelo projeto PDS não tem como arrendar, porque aqui os oitenta é dono da fazenda, porque tem a posse coletiva. Então, se tiver arrendamento, a pessoa é tirada fora, né? Se usar fogo é tirado também e se usar agrotóxico, também é tirado fora. Tem os acompanhamentos técnicos que fiscaliza quem usa o fogo, o agrotóxico. (Carlinhos)[80].
>
> Nós temos um contrato aqui por cinco anos. Então, tem muito gente bobo que fala que isso aqui não é nosso. Mas, é nosso sim. Não é nosso assim, você não pode jogar veneno, não pode correr droga, aqui não pode violentar a natureza, não pode mexer com as famílias dos outros, brigar, roubar, pegar as coisas do outro. Então, a terra não é nossa pra praticar isso. Agora, se andar trabalhando certinho não tem problema. Ah, mas tem gente que diz assim: 'ah, não vou trabalhar muito não porque aqui é contratada porque depois de cinco anos vai embora'. Mas, vai embora quem fizer paiaçada. (Mário)[81].

Por meio das falas dos camponeses assentados supracitadas, a forma de cultivo que é praticada no interior dos núcleos que compõe o assentamento Sepé Tiaraju, é a associação entre árvores frutíferas, legumes e raízes com árvores nativas da região. Essa forma de cultivo caracteriza o SAF. Em 2006, a EMBRAPA ofereceu uma orientação técnica para os camponeses assentados sobre o Sistema Agroflorestal.

---

[78] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[79] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[80] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[81] Entrevista realizado por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Os produtos que mais são cultivados pelas famílias camponesas assentadas são milho, abóbora, banana, mamão, maracujá, arroz, feijão, mandioca e hortaliças. E esses cultivos estão relacionados com a demanda do mercado, porque são produtos que têm mais 'saida' e porque também constituem a base da alimentação da família. No 'sítio' de Adilson (núcleo Paulo Freire) está sendo formado um pomar como nos contou: "No meu sítio estou formando um 'pomarzinho' de fruta. Eu tenho milho, mandioca, feijão, arroz, abobral, crio galinha, porco, banana. E a gente dia-a-dia vai vendendo a produção que a gente tem e se alimentando dela"[82].

Podemos ver, pela fotografia nº 15, a plantação de abóboras, em meio a agrofloresta. Na fotografia nº 16 podemos visualizar o tamanho das abóboras que são colhidas. Na fotografia nº 17 é possível visualizarmos o milharal. Na fotografia nº 18 são vistos os maracujás graúdos que são colhidos e, por fim, na fotografia nº 18 podemos ver a criação de porcos:

Fotografia 15 – Abobral do 'sítio' de Adilson Niceto (núcleo Paulo Freire)
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

[82] Entrevista realizada por nós com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Fotografia 16 – Tipo de Abóbora colhida no Abobral de Adilson Niceto
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

Fotografia 17 – Plantação de milho na área coletiva do núcleo Paulo Freire
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

Fotografia 18 – Criação de porcos de Adilson Niceto
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

Como podemos observar, os camponeses assentados buscam diversificar as atividades que desenvolvem seja no 'sitio' particular seja na área coletiva do núcleo. No entanto, dependendo da demanda de mercado por certos produtos há camponeses que apenas cultivam um tipo de produto, como o milho ou mandioca, porque estes produtos têm mais saída, de acordo com a fala de Adilson: "Milho verde, abóbora e mandioca tem muita saída. A mandioca para o consumidor final de Serrana é um espetáculo. O carro forte daqui é a mandioca. Ela é o carro forte"[83].

Carlinhos reitera a afirmação de Adilson, em relação a grande saída que tem a mandioca do assentamento, sobretudo, para os feirantes do CEASA e do município de Cajuru. Segundo Carlinhos, a mandioca produzida em grandes propriedades quando cozidas ficam 'aguadas', porque nas grandes propriedades se usa o herbicida

[83] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

mata-mato. Já no assentamento, como é proibido o uso de qualquer agrotóxico, a mandioca tem uma qualidade superior:

> Os produtos que mais tem saída é milho, mandioca, feijão andu. Tem uns feirantes de Cajuru que vem pegar mandioca. Eles preferem comprar a mandioca do pessoal daqui de dentro, do que do CEASA, né? Não, aqui eles pagam mais caro do que lá [no CEASA]. Porque as mandiocas que é vendida nos CEASA que são de grandes produtores, eles passam mato-mato e aquilo ali pega na mandioca e a deixa aguada. Cozinha ela, mas não fica com aquele sabor que nem tem aqui. E outra, eles pegam o produto na hora. E as mandiocas de lá já são viajadas, de longe. E se não tivesse o assentamento, esses feirantes teriam que pegar lá do CEASA mesmo[84].

Indubitavelmente, a agricultura orgânica tem conferido aos camponeses assentados do Sepé Tiaraju a possibilidade de auferir uma renda diferencial porque não há nos municípios adjacentes ao assentamento, o cultivo de produtos sem a utilização de agrotóxicos. Desse modo, a renda diferencial, segundo Oliveira (1986:73-74, grifo nosso) decorre da renda da terra que é um,

> Lucro extraordinário permanente, ela é, portanto produto do trabalho excedente, ou seja, é fração da mais-valia Assim, a renda da terra sob o modo capitalista de produção é, resultando da concorrência*, renda diferencial (I e II)*; e é resultando do monopólio*, renda absoluta*".

Atualmente, os produtos orgânicos possuem um maior valor de mercado e inclusive há uma grande demanda a ser suprida. Portanto, quando o Sr. Carlinhos afirma que os feirantes preferem pagar um valor superior pela mandioca dos camponeses assentados, porque ela tem melhor qualidade, os camponeses assentados conseguem obter uma renda diferencial.

As hortaliças como couve, alface, cebolinha, salsinha, cheiro-verde entre outras, são produtos que também tem bastante saída. Os camponeses assentados do núcleo Chico Mendes têm se destacado no cultivo orgânico de hortaliças. Alguns deles aprenderam as técnicas de cultivo de hortaliças ainda quando eram acampados, como é o caso de Ronaldo que aprendeu as técnicas de cultivo de

[84] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

hortaliças no Centro de Formação Dom Hélder Câmara ou, como é mais conhecido, no Sítio Pau D'alho.

O Centro de Formação Dom Hélder Câmara, situado em Ribeirão Preto, numa área doada pela igreja católica ao MST, portanto, teve e ainda tem uma grande importância na formação dos camponeses assentados. Como discutimos nos capítulos anteriores, muitas famílias mobilizadas pelo MST não possuíam um histórico ligado ao trabalho do campo, por isso, o Centro de Formação tinha e tem, como objetivo, capacitar as famílias que não tinham ou não tenham conhecimento de como iniciar a produção hortaliças, frutas e outros produtos. A fala de Geovani, hoje coordenador geral do assentamento Sepé Tiaraju comprava isso:

> A função do Sítio Pau d´alho é preparar né? Preparar a pessoa. É um centro de você fazer curso pra lidar desde as coisas da roça até com a política. É uma função boa, porque eu mesmo quando cheguei aqui, meu estudo é pouco, eu não entendia de nada. Mas, agora eu sei de muita coisa que está acontecendo no meio da política. Então é um centro de formação, é uma coisa boa. Vai ter agora curso lá de agronomia. Vai entrar uma turma pra começar. Então, é uma coisa boa pra quem quer aproveitar a chance.[85]

Na fotografia nº 19, podemos visualizar o laboratório de produção de hortaliças no Centro de Formação:

[85] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Fotografia 19 – Laboratório de produção de hortaliças no Centro de Formação
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. janeiro de 2004.

Os camponeses assentados do Sepé Tiaraju, no ano de 2004 receberam vários cursos de capacitação no Centro de Formação. E no mesmo ano, as famílias assentadas distribuíram por duas vezes, no centro de Ribeirão Preto, oito toneladas de alimentos sem o uso de agrotóxicos.

A ação de distribuir alimentos, como já mencionamos no capítulo 01, é uma forma que os assentados tem encontrado de desconstruir os estereótipos negativos que a população urbana possui em relação aos 'Sem-Terra' e mostrar os resultados da reforma agrária. A fala de Ronaldo do núcleo Chico Mendes, camponês assentado, corrobora essa ação:

> Lá no sítio Pau D´alho, quando eu morava lá, tinha horta lá, até hoje ainda tem, mas não como era antes, porque antes era maior a horta e a gente fazia entrega em Ribeirão Preto pros amigos do movimento, né? A gente fazia uma cesta de produto orgânico, entregava na casa das pessoas, né? E *aí divulgava [o movimento],* pegava alguns produtos daqui ainda quando era acampamento, mas a maioria dos produtos era de lá [sítio Pau D'alho] e ai eu fazia esse trabalho. Eu saí de lá, então parou um pouco esse trabalho, mas os cursos ainda continua, né? Os cursos de capacitação e tal, ainda continua tendo lá. E a cesta, nós continuamos aqui no núcleo Chico Mendes.[86]

[86] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Além de funcionar como um local de formação, o Centro Dom Hélder Câmara dispõe de um amplo espaço para o desenvolvimento de outras atividades, como o encontro entre os camponeses, seminários e outras modalidades de eventos. Na fotografia nº 20, podemos visualizar a cozinha do Centro de Formação:

Fotografia 20 – Cozinha do Centro de Formação
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de Freitas. janeiro de 2004.

Por meio do levantamento de campo, constatamos que o relativo êxito dos camponeses do assentamento Sepé Tiaraju, está intimamente relacionado com a formação que os camponeses recém-assentados receberam no Centro de Formação. Nesse sentido, dentre muitas histórias de vida existentes no assentamento, a de Ronaldo é bastante interessante. Como ele fala, antes de ingressar no MST era um rapaz que até aos dezoito anos de idade viveu na roça, depois foi para cidade. Trabalhou em circo, como vendedor de panela e fazia vários bicos, como ele recorda: "Eu trabalhava em parque, circo. Mas, até os dezoitos anos eu morava na roça. Depois dos dezoitos anos pra cá é que eu vim pra cidade, né? Aí eu trabalhava na cidade. Vendia panela, fazia bicos"[87].

Quando o MST iniciou as mobilizações na região de Ribeirão Preto (a partir de 1999), Ronaldo foi convidado a integrar o movimento. Desde então, participou da

[87] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

liderança do MST, fez o curso de técnico agrícola no Centro de Formação Dom Hélder Câmara e atualmente é o principal responsável pela produção hortaliças, juntamente com mais cinco famílias, no assentamento Sepé Tiaraju. Na fotografia nº 21, podemos observar a produção de hortaliças cultivadas pelo grupo do qual Ronaldo faz parte, no núcleo Chico Mendes:

Fotografia 21 – Plantação de hortaliças no núcleo Chico Mendes
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Ronaldo, juntamente com cinco famílias, continuam com o projeto da "cesta orgânica", que consiste no fornecimento de hortaliças e legumes cultivados sem a utilização de agrotóxicos. As cestas são entregues aos consumidores dos municípios de Serrana, Serra Azul e Ribeirão Preto, bem como aos camponeses assentados, visto que no assentamento há uma diversificação da produção.

No entanto, para que as famílias do Núcleo Chico Mendes que trabalham com a horta e o fornecimento de cestas orgânicas, consigam auferir a renda diferencial e de monopólio, é necessário muito esforço, pois o cultivo orgânico demanda gastos com adubos orgânicos, técnicas específicas (como a utilização de estufas), dentre outras coisas. Além disso, o INCRA não disponibiliza técnicos para

que possam dar assistência, de forma integral, aos camponeses assentados. Sendo assim, de acordo com a fala de Ronaldo, não é fácil realizar o cultivo de hortaliças orgânicas e nem de outros produtos:

> Oh, tem, mas o cabra [técnico] vem aqui e vai embora. Não tem aqui morando dentro do assentamento. O correto mesmo era ter um técnico que venha oito da manha e sair embora cinco horas da tarde, pra tá dando atendimento mesmo aos assentados porque é uma deficiência grande que a gente tem aqui é essa questão da equipe técnica, né? Porque a roça é o seguinte, todo dia a gente tem problema na roça, né? E o técnico ajuda a solucionar esses problemas, ainda mais que a gente trabalha com orgânico. Orgânico é agroecológico. Então, é mais difícil ainda do que você trabalhar com o convencional, porque se a terra não tiver bem cuidada mesmo, você não vai produzir igual a uma terra bem cuidada. Aí então desanima o camarada. Então, eu vou por um adubo químico. Falta de veneno que não é, é falta de cuidar da terra. Tem toda essa questão aí. Apesar de o pessoal ter toda essa consciência aí de não por veneno, né? Isso aí a gente trabalhou muito no acampamento, de não fazer queimada, mas mesmo assim o camarada tem que produzir, garantir uma produção ali, para garantir o sustento dele. Então, se não tiver esse pessoal pra ajudar também, né? Então fica mais difícil. Mas a gente tá indo na melhor forma, tentando aí, né? Tamo indo.

A fala de Ronaldo revela que o camponês assentado sabe que se não tiver produtos para corrigir a terra, ele não conseguirá a mesma renda daquele que possui condições técnicas de investir e auferir a renda diferencial. É aí que ocorre o desânimo do camponês que sem recursos, mal consegue se estabelecer na terra e garantir o próprio sustento e pode ficar 'tentado' a arrendar a terra. O camponês às vezes chega a ceder a pressão do arrendamento, porque não há apoio governamental, sobretudo, à agricultura camponesa. É por isso que os próprios assentados camponeses, até de forma desesperada pedem a ajuda de pesquisadores, da mídia e dos demais interessados, para que os apóiem no sentido de pressionar os governos a melhorarem as condições da agricultura familiar camponesa, como fica evidente na fala de Adilson:

> Por isso nós necessita da mídia aqui. A partir da divulgação de vocês que passa a acontecer. Só nós aqui, não tem poder de fazer com que ande as coisa aqui dentro [do assentamento]. Nós precisa do apoio pra dá essa força pra nós. A agricultura familiar não tem entrada no mercado. A alimentação

> não é viável pro capitalismo. No sentido de usina na nossa região, nem o pequeno agricultor não consegue sobreviver, porque ela [a usina] vai abraçando tudo e comprando as áreas pequenas e vai formando esse mar verde de cana aí. Então, o pequeno produtor não tem saída. Eles fecham a fazenda, vai plantando cana, vai jogando herbicida de avião, então, tudo o que você produz de agroecologico rodeado pelo mar verde de cana, os avião passa 'serenando' aí. Então, como você produz um produto orgânico? Então, traz esse empecilho pra nós. Então, a gente sempre tenta divulgar isso com o processo do ministério público, do IBAMA que afaste a cana [do assentamento] pelos num raio de 1km do assentamento, pra pelo menos a gente ter uma garantia de um selo orgânico no assentamento que de 700 hectares não tem uso de agrotóxico. Nós não temos o selo. O INCRA fez a promessa. Ficou na promessa. E promessa só fica na conversa.
> Se faz o entreposto você tem como, por exemplo, se você necessita de uma banana...[88]

Por meio da fala de Adilson denotamos que ainda há, no assentamento Sepé Tiaraju, um claro conflito entre os camponeses assentados e os usineiros da usina Nova União. Porque o assentamento está numa área que é rodeada pela cana-de-açúcar e os usineiros costumam pulverizar o canavial, por meio da utilização de aviões. No entanto, durante esse processo, há a contaminação dos produtos cultivados pelos assentados. Isso dificulta os camponeses assentados conseguirem a certificação dos seus produtos, ou seja, conseguir o selo agrícola, que seria uma marca positiva e lhes garantiria a renda diferencial e de monopólio. Assim, umas das dificuldades que os camponeses assentados enfrentam é o convívio com a monocultura de cana-de-açúcar que requer freqüentemente pulverização química, que também atinge o assentamento conforme a fala de Júlio:

> Por enquanto até agora nós temos trabalhado com a condição de que ninguém pode usar veneno químico pra plantar, queimadas também... Teve umas, mas foi acidental de gente colocar fogo lá na estrada ou no canavial. Mas se utilizar isso [o fogo] pra plantar ou de veneno pra matar... O problema tá na nossa divisa. Eles têm jogado veneno lá. Esses dias estava caminhando por lá eu vi que tinha uma pequena queimada lá. Mas é lá na usina. Até o pessoal questionava aí se mobilizasse como um protesto contra a usina, porque se eles estiverem pulverizando com máquina lá, porque nós temos uma plantação orgânica aqui. Nós temos um projeto aqui e isso pode... [afetar]. Até pulverização com avião nós estamos com um processo e parou. Eles não vieram mais[89].

[88] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[89] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Para finalizarmos a discussão, os camponeses assentados têm consciência de que o governo não entende que a agricultura familiar camponesa é importante. Eles têm consciência de que o Estado compreende o assentamento das famílias apenas enquanto gasto, que não dá renda e nem tão pouco lucro. Assim, os camponeses assentados sabem que a condição deles é uma condição de subalternidade perante as forças políticas. Porém, têm consciência da condição subalterna, a ponto de discuti-la no coletivo, como demonstra a fala de Carlinhos:

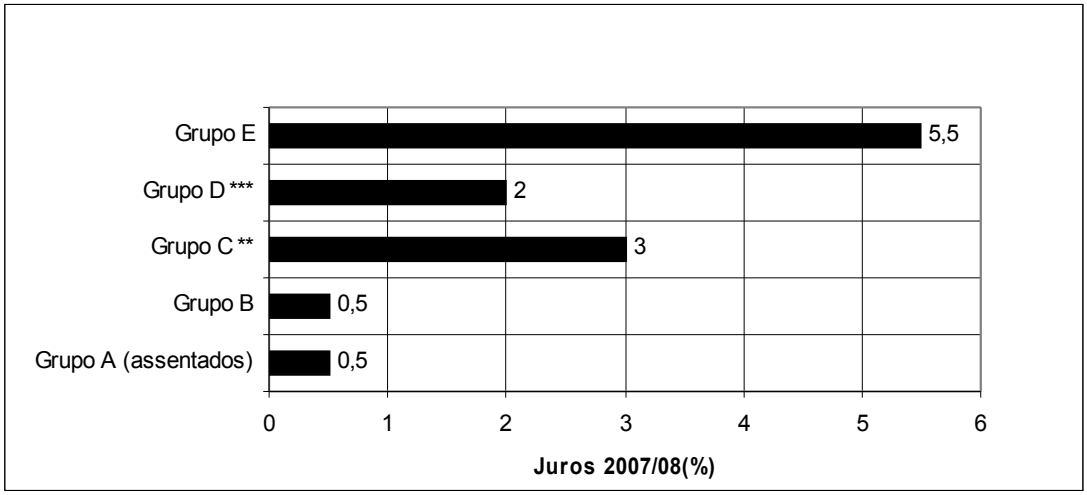
> A dificuldade que gente vai enfrentar agora é mais parte de governo, né? Nós vamos ter que esperar quem vai entrar em 2010. O Lula agora tá mais voltado pro agronegócio, né? Nesses dias atrás, eu tive no coletivo, numa conferência, reuniu dezesseis países e tava discutindo a questão da energia elétrica e a soberania alimentar, né? Tá dificultoso pra todos os paises a agricultura familiar... Não dá renda... Dá gasto, né? E as próprias pessoas têm aquela mentalidade que tendo um pedacinho de chão vai enricar né? Vai ter o carro do ano. Mas, a agricultura familiar é pra ter sua mesa farta e você conseguir dá educação pro seus filhos[90].

Embora os camponeses assentados enfrentem dificuldades em relação ao cultivo orgânico, eles têm tido acesso aos recursos financeiros do PRONAF, conseguem comercializar os produtos e, de uma forma inconstante, tem tido acesso à assistência técnica, conforme a discussão que se segue.

Como já citamos anteriormente, as oitenta famílias assentadas receberam o primeiro e segundo fomento, totalizado num valor de R$7.400,00. Esse dinheiro deveria ser destinado para a aquisição de materiais para a construção e insumos agrícolas. Após o recebimento dos dois fomentos, no início do ano de 2007, os camponeses assentados do Sepé Tiaraju puderam ter acesso ao crédito do PRONAF. Para o ano de 2007-2008, o governo ofereceu mais crédito e juros menores. Foram destinados um volume de recursos da ordem de R$ 12 bilhões, superando os que foram ofertados nos anos anteriores. No gráfico nº 1, seguinte, é possível identificar os juros do PRONAF de acordo com a modalidade (A,B, C, D e E) que foram previstos para as safras de 2007/2008; no gráfico nº 2 os limites de renda e no gráfico nº 3, o total de recursos que foram liberados:

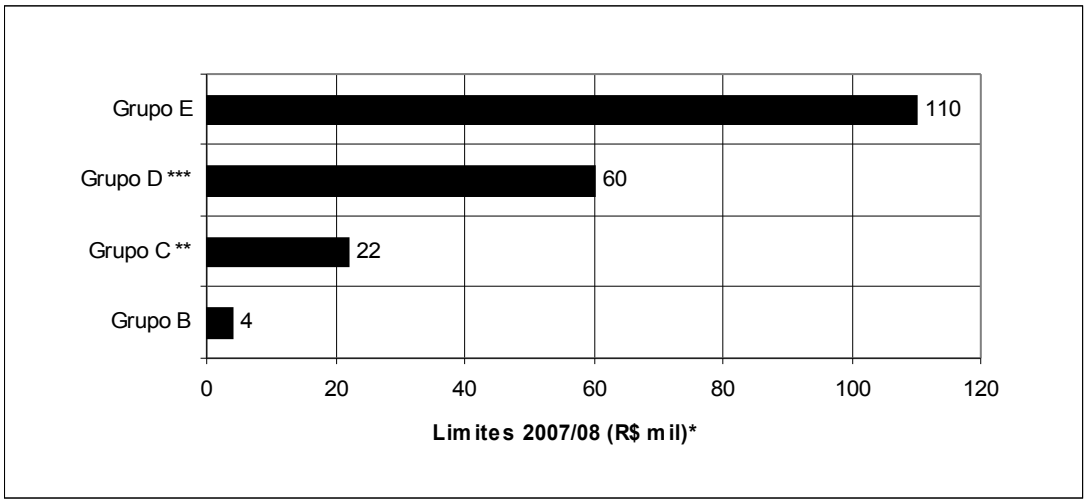
[90] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Carlinhos, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Gráfico 1
Pronaf 2007/2008
O plano de safra para a agricultura familiar – juros previstos



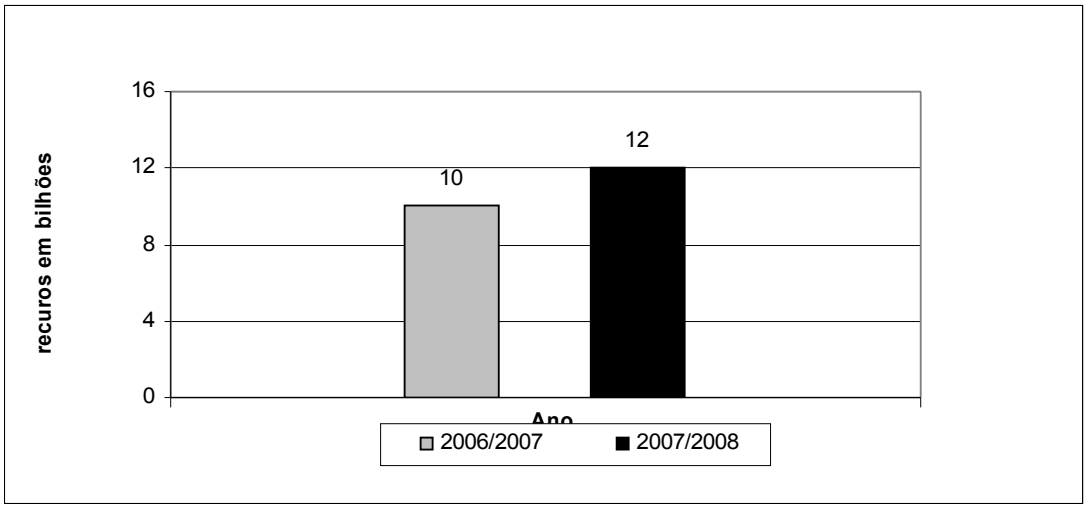
*limite de renda para enquadramento no Pronaf **custeio ***investimento
Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 14 de jun. de 2007. Valor Agronegócio. Caderno B. p. 12.
Org. Freitas, E.P.

Gráfico 2
O plano de safra para a agricultura familiar – limite de renda anual para empréstimo



*limite de renda para enquadramento no Pronaf **custeio ***investimento
Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 14 de jun. de 2007. Valor Agronegócio. Caderno B. p. 12.
Org. Freitas, E.P.

Gráfico 3
Recursos Totais - Em bilhões



Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 14 de jun. de 2007. Valor Agronegócio. Caderno B. p. 12.
Org. Freitas, E.P.

O grupo A que é dos assentados, poderão emprestar até R$ 16.500 por um prazo de 10 anos para pagar e não aparece nos gráficos que apontam o limite de renda, porque é o grupo de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que recebe os investimentos iniciais para se consolidarem na condição de

agricultores. O grupo B pode receber crédito para custeio e investimentos em atividades agropecuárias e não agropecuárias; os grupos C, D e E podem receber crédito para custear e investir em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades do meio rural de acordo com a renda anual.[91]

A maioria dos camponeses assentados do Sepé Tiaraju apresentou projeto para o cultivo da mandioca. Para esse tipo de projeto é previsto o empréstimo de até R$ 3.500,00. No entanto, o acesso ao crédito e forma de como gastá-lo, tem gerado muitos conflitos entre os camponeses assentados, de um lado, e o INCRA e a liderança regional do MST, do outro lado.

Os camponeses se sentem constrangidos ao adquirir insumos e outras coisas nos estabelecimentos comerciais de Serra Azul e Serrana e terem que exigir nota fiscal, porque a relação que o camponês estabelece, levando em consideração todo o seu universo moral, é uma relação informal. No entanto, o INCRA, não só controla os gastos dos camponeses assentados, como exige deles as notas fiscais para comprovar em que gastaram o dinheiro recebido. Por isso, que para muitos camponeses assentados, o PRONAF foi ruim, como nos mostra a fala de Ronaldo do núcleo Chico Mendes:

> Oh, pra se sincero o PRONAF fui ruim. O PRONAF aqui foi embaçado, fora os dois primeiro fomento que nós pegou, o PRONAF foi ruim porque tinha muitas restrições por parte do INCRA. (...) E o custeio que saiu agora, no final de dezembro, então já saiu um cartão pra cada assentado. Então, cada assentado fez o seu projeto que é mandioca a maioria, né? É dois anos pra pagar. São R$3500,00 pra cada assentado, né? Tem uns que receberam R$1500,00 do projeto pra plantar mandioca, mas boa parte fez de R$3500,00. Então, quer dizer, sai o cartão, o cabra vai lá, saca o dinheiro e vai e compra aquilo que ele precisa pra ele produzir. Aí se tá tratando o indivíduo de forma que o cara tem que se tratado mesmo e não uma coisa assim que tem que ser do jeito que, ah o INCRA tem que decidir. Então, porque a gente não sabe das necessidades da pessoa, né? Então, o cabra vai lá pega o dinheiro e aí ele investe em obra, porque a hora que você vai comprar um insumo ou qualquer coisa que for agroecológico, orgânico, um animal e você chega com dinheiro é uma coisa, mas se você vai lá, ah não, tem que fazer a nota, tem que ir lá no banco assinar pra você recebe, já é uma coisa que o PRONAF foi negativo, né? E outra, a questão de quem vai pagar ou não. Isso aí você vai ver na prática, não adianta o INCRA pegar e por rédea, porque se o cabra não tiver que pagar, ele não vai pagar mesmo,

[91] PLANO SAFRA 2007/2008 DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, DF, 13 jun. 2007. Disponível em: http://www.mda.gov.br . Acesso em: 14 jun. 2007.

> ele compra lá o implemento ou o que for e depois vende. Então, não vai adiantar nada. Como o PRONAF é dez anos pra pagar, aí vai depender do serviço que o cabra escolher [a cultura que vai plantar], da equipe técnica mesmo, do próprio assentado. Então, o cara que quer viver da terra, ele vai pagar com certeza, porque o cabra tá lutando no dia-a-dia. Mas, mesmo assim como o mercado é uma coisa que ele... é fluxo, né? Então, hoje tá lá em cima [os preços do produto], daí a pouco tá lá embaixo. Os produtos é do mesmo jeito. Uma hora tá lá em cima, outra hora tá lá embaixo. Então, o pequeno produtor tem que ter uma renda mensal. Então, não tem que viver só de comer abóbora, ele tem que ter uma renda também e fora do que ele come, da carne que ele come, do arroz, do feijão, por que? Por que quando chegar à época de pagar, esse dinheirinho vai tá no banco pra ele pagar a dívida, né? Então, se ele não for fazendo isso desde agora, guardando o dinheirinho, a hora que chegar a hora de pagar, ele não vai ter. Mas, o que anima o cara é se ele ganha. O cara pelos menos, além de trabalhar, ele tem que ter um retorninho do trabalho, né? Se o camarada no principio investir bem, né? Se ele é bem orientado e tal, então logicamente vai ajudar mais ainda ele a animar, né? Agora, se o camarada já é meio desanimado e se investir mal, não tiver orientação e tal, se não for um cabra que não tenha muito conhecimento aí vai bem... Mas, até agora pelo que a gente tem visto aí, eu acho que é cedo dizer ainda quem vai pagar que não vai pagar. A gente começou investir agora, né. Tem dez anos pra pagar, e nesses dez anos tem muita coisa pode mudar. O cara pode trocar de atividade. Então vai depender de da situação, né?

Pela fala de Ronaldo, é possível entender que a forte restrição do INCRA controla os gastos dos camponeses assentados e garante a quitação do empréstimo. No entanto, como o próprio Ronaldo falou, o pagamento do empréstimo vai depender da renda que o camponês acumular, o tipo de produto que irá vender e dependerá da própria moralidade da pessoa em querer quitar a dívida. A fala de Ronaldo também mostra como é dificultoso para o camponês assentado lidar com o capital financeiro, porque ele sabe que terá que saldar o empréstimo que contraiu no banco. Porém, o camponês se sente tolhido ainda mais com a perda de autonomia quando o INCRA estabelece em que, quando e como gastar o dinheiro emprestado. O que o camponês assentado quer do INCRA é a assistência técnica de como produzir e não a assistência de como gastar o dinheiro, como ficou claro na fala de Ronaldo.

Mário, do núcleo Dandara, também discorda totalmente do controle que o INCRA exerce sobre o gasto dos camponeses além do 'amarramento' dos assentados pelo líder do MST na região e dos que estão ligados a AGROSEPÉ. No entendimento

do Mário, esse controle é um 'tesouramento' que o INCRA faz, com o aval da liderança do MST regional:

> Nós estamos aqui dentro amarrado por três equipe. A primeira equipe é dois companheiro, o presidente e o vice-presidente [do assentamento e que estão ligados a AGROSEPÉ]. Lá fora é o LAVRATI, o INCRA, que é o Zé Luiz e a Clarisse que tesoura a gente. Ta mandando tudo no nosso dinheiro. Tem que comprar tudo com nota (...) tudo na base da nota. Caramba, quem te que gastar o dinheiro é nois. Pode ponhar fogo, fazer o que quiser. Mas, eles não tem nada aqui. O importante é ter o dinheiro pra pagar. Não, eles tesoura tudo pra não podemos pegar um centavo. Eles vem ver a nota fiscal aí fiscalizar o que comprou, o que não comprou, né? Ta tudo aí as coisas. A outra parte [do dinheiro] tá no banco do Brasil, né? Então tem essa cambada de vagabundo, eu já falo assim, travando a gente. Olha, nós temos aqui três terra. Nós temos essa área aqui que é individual, tem da entidade [do coletivo Dandara] e lá no pé da serra.

O fato de o assentado camponês ter o dinheiro para adquirir as coisas, mas não poder gastar o dinheiro onde ele acha melhor, faz ele compreender essa situação como uma humilhação, a ponto de designar as pessoas, que exercem esse controle, de 'vagabundo'. Dessa forma, o INCRA ao controlar o gasto dos assentados tem gerado esse conflito. Mesmo porque, segundo Mário e sua esposa, Lusia, alguns assentados pegaram o dinheiro e o consumiram rapidamente, entretanto, estes não adquiriram nenhum bem. Assim, Mário não compreende porque há um forte controle em relação a algumas famílias e outras não, como afirmou:

> Agora eu tendo dinheiro pra pagar o arado, beleza. Eu ainda tenho 3 milhão lá no banco [na verdade é três mil] do PRONAF, né? Tem gente aqui que já não tem mais nenhum tostão e não comprou nem uma galinha. Eu queria comprar vaca, eu queria fazer a terra andar, mas eu to amarrado. Eles bloquearam o meu dinheiro e do meu filho. Mas não adianta, quem pegou dinheiro gastou. Nem por isso foi punido. Tem uns que sabe gastar, têm outros que não. Nóis se ferra por causa daqueles que não sabe. Não pudia encaminhar uma pessoa pra ir liberando dinheiro pra eles? Agora aqueles que sabe trabalhar certinho, eles amarra.

Quando perguntamos ao Mário as razões do INCRA e a liderança do MST estarem 'tesourando' os assentados, ele nos respondeu do seguinte modo: "Porque os homens têm medo que a gente jogue fora o dinheiro". A liderança interna do assentamento entende que esses camponeses que são contra o controle do INCRA,

possuem postura individualista. No entanto, o próprio histórico de vida de Mário, nos revela que a postura dele é de quem sempre foi um camponês que pagava a renda da terra em produto e que trabalhava a terra com a ajuda da própria família.

O conflito que existe, portanto, entre determinados grupos de camponeses assentados e o INCRA, juntamente com o MST, decorre da resistência ao projeto cooperativo. Há camponeses, como é o caso de Mário, que querem permanecer autônomos e se recusam a fazer parte de qualquer associação ou cooperativa. Dessa forma, ele não aderiu à compra coletiva de trator, porque pensa não haver necessidade, pois sua família é numerosa, como ele mesmo coloca:

> Então, eles têm trator [Associação do núcleo Dandara], eles queriam que entrasse na Associação. Mas eu não queria e não quero. Eu não vou mexer com trator. Porque daqui dois ou três anos essa terra tá bem cuidadinha e eu vou fazer o que com essa parte de trator? E outra, eu tenho uma família muito grande, eu tenho oito filhos. Já veio uma e fez o barraco dela ali, a mãe dos meninos [dos netos]. Amanhã ou depois vem outro, depois vem outro. Daí vai ficar desse tantinho a terra ai pra eu passar trator. Então, trator pra mim não vale nada.

Outros camponeses assentados se adequaram às regras impostas pelo INCRA no que tange ao controle dos gastos, como é o caso de Geovani. Este tem investido o dinheiro emprestado na melhoria de sua produção:

> Saiu para os oitenta o PRONAF de até R$ 16.500,00 gasto aqui na região. Faça uma soma de R$ 16.500,00 e daí, o montante que dá. E agora saiu, nós já estamos gastando também o custeio, um projetinho que a gente fez pra plantar mandioca de R$ 3.500,00 por família gasto aqui na região. Então, veja o que esse assentamento jogou de dinheiro dentro dessa região aqui. Aqui, o dinheiro é gasto no comércio aí em Serrana, em Serra Azul. Bem pouco se gastou em Ribeirão Preto. É mais em Serra Azul e em Serrana. O dinheiro que eu ganho aqui, eu tô procurando dessas coiseiras que eu vou tirando aí, eu vou aplicando aqui na roça mesmo. E daí pra frente, a gente também procura guardar um pouco. Mas, tem que investir um pouco na roça, porque se você não investir na roça, depois você não tem retorno. Não tem como você tirar. Tem um adubo orgânico, é café, que nem agora[92].

[92] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

No item 10 do TAC está previsto que o INCRA deve se comprometer em garantir o apoio de técnicos para auxiliar os concessionários. Em relação a esse item, os camponeses assentados afirmam que esse órgão deveria ajudar os assentados no planejamento dos projetos, mostrar a eles quais produtos tem mais atratividade no mercado, para que o camponês assentado possa investir o dinheiro corretamente, conforme a fala de Ronaldo:

> E outra, a equipe técnica tem que tá assessorando o projeto, porque o projeto é aonde o cara vai garantir sua renda. Por isso é importante essa questão dos técnicos, não de tem que fazer isso e sim o técnico para orientar as pessoas, né? 'não, isso aqui não tem mercado aqui', para fazer uma coisa mais segura, porque eu acho que assentado e o técnico trabalhando tudo junto, dando uma assistência legal, aí as coisas funcionam melhor. E até direcionando melhor esses investimentos. Então, ai consegue mesmo fazer o investimento e ele vai dá fruto, né? Por que o cabra vai ter o dinheiro pra pagar. Então, depende também dos técnicos, né? Dos dois lados. Depende da boa vontade do produtor e depende da boa vontade também do estado de é garantir a participação técnica[93].

Contudo o INCRA só envia técnico se eles pressionarem, porque do contrário, eles têm dificuldade de ter a assistência técnica conforme a fala de Geovani:

> A função do INCRA é correr atrás dos projetos, né? Se eu preciso de um projeto, igual a manutenção dentro do assentamento, o que tem que acontecer dentro do assentamento tem que ser pelo INCRA, na parte do INCRA. E se a gente vai cobrando, vai cobrando e ele não cumpre com aquilo, a gente mobiliza o pessoal aqui e vai lá no INCRA em São Paulo, que nem nós fez com o segundo fomento. Não queria liberar, aí não sei o que, aí nós encheu uns ônibus de gente e aí foi lá. E com um mês tava liberado. Então, tem que ter a pressão. E eles fazem as coisas, mas se for esperar eles tá fazendo por assim por livre espontânea vontade, oh, demora. Vai tempo. Aí você tem que mobilizar pra tá... Que nem a questão da água. Eles estão sossegados, né? A energia também, a pressão foi a mesma coisa. Tudo na base da pressão. É uma função que eles tem que fazer, mas na base da pressão. Deixar de livre espontânea vontade, aquilo pra acontecer, se tiver que acontecer com um ano leva três, quatro anos pra acontecer[94].

[93] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[94] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Pelas falas de Ronaldo e de Geovani percebemos que há uma morosidade por parte do INCRA em cumprir plenamente o que está previsto pelo TAC no item 10. Porém, mesmo diante das dificuldades que os camponeses assentados enfrentam, eles têm conseguido escoar minimamente a produção e buscado formas criativas de se livrarem do atravessador, isto é, da sujeição ao capital comercial que se apropria da renda da terra (OLIVEIRA, 2001).

Bombardi (2004:281) demonstra que os camponeses readequam-se com o objetivo de se livrarem da subordinação do capital industrial, financeiro e comercial e asseguram a obtenção da renda de monopólio:

> Os camponeses procuram encontra meios de evitar a subordinação: uma delas é comercializar a própria produção, de modo que a renda não seja apropriada pelo capital comercial. Há ainda pelo menos duas outras maneiras, como poderemos ver neste e no próximo item: uma, é a realização de cultivos de espécies que propiciem a renda de monopólio, ou a inserção de técnicas nos cultivos que já fazem, de forma que também aufiram a tal renda; a outra é a inserção em seus sítios de cultivos onde parte da renda não seja apropriada pelo capital industrial.

Uma maneira que os camponeses têm encontrado de escoar os seus produtos diretamente para o consumidor final, tem sido por meio de barracas dispostas na beira da rodovia Abraão Assad, que liga Ribeirão Preto a Serra Azul. Segundo Adilson, vender na estrada é uma forma de se livrar do atravessador e obter uma renda maior, visto que o atravessador sempre quer explorar o camponês:

> O processo de vender na estrada é no sistema de tirar o atravessador. Porque o atravessador ele vem aqui e quer ganhar acima do 100%. Então, ele [o atravessador] quer faturar um lucro no seu trabalho. Então a gente pondo para o consumidor final é mais viável porque o consumidor final ele está levando um produto saudável, e mais barato para as pessoas carente que precisam comer uma coisa saudável que o atravessador além dele pegar aqui ele não vai vender esse produto como um produto saudável e vai passar pra uma população que necessita de comer uma coisa saudável. Então a gente põe na pista, as pessoas que passam levam, pagam um preço melhor que é um preço orgânico, um preço justo pela agroecologia e compra e já vem aqui para comprar, porque sabem que é um produto natural. Então, ao invés de você passar para o atravessador, você faz uma entrega direta. Porque o atravessador quer explorar muito o trabalhador, a

> mão-de-obra do trabalhador. Então, você fazendo uma venda direta, você agrega valor nos seus produtos e dá pra sobreviver tranqüilamente[95].

Na fotografia nº 22 visualizamos as barracas dos camponeses assentados dispostas ao longo da rodovia Abraão Assad:

Fotografia 22 – Barraca na beira da Rodovia Abraão Assad
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

Outra vantagem apontada pelos camponeses assentados em vender na beira da rodovia é a economia que fazem, pois estão próximos ao seu local de moradia. Caso necessitem almoçar, não precisam despender dinheiro como ocorre quando vão para Serra Azul ou Serrana. Além disso, não precisam gastar com combustível, como nos falou Ronaldo:

> Tem resultado vender na estrada. Então, antes quando a gente não tinha a barraca aqui [na beira da estrada] ia vender na cidade. Então, era mais difícil, sem carro, né? Às vezes acontece de você ir na cidade e não vender o

[95] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> produto, né? Aqui não, você já tá dentro do assentamento praticamente. Então, você quase não tem custo, né? Assim, na questão de combustível, daí pra ir lá e pra voltar [da cidade] pra comer, você tem comer lá na cidade, então quer dizer, já é um gasto, né? Aqui não, você tem a cozinha ali, já come aqui mesmo. Então, facilita mais[96].

Alguns camponeses assentados, também vendem seus produtos na feira, do município de Serrana, aos domingos. No entanto, vender os produtos na feira, implica ter um meio de transporte para levar as mercadorias (Kombi, caminhão etc), por isso no assentamento Sepé Tiaraju, há apenas algumas famílias que vendem seus produtos na feira de Serrana, como é o caso da família de Adilson. O fato das famílias venderem seus produtos na feira é motivo de orgulho para os demais camponeses assentados, como demonstra a fala de Júlio:

> Aqui nós temos gente que manda os produtos pra feira, né? Amanhã [domingo] já tem gente lá em Serrana. Mas existe um projeto da gente fazer uma feira só do MST lá em Serrana, mas estamos aguardando ainda as condições e os produtos agora, né? Pra gente levar uma diversidade pra lá. Mas tem gente que há algum tempo tá vendendo produto lá na feira[97].

Outra maneira pela qual os camponeses assentados têm conseguido escoar seus produtos é através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que compra parte da produção do assentamento e distribui para quatro entidades beneficentes no município de Serrana (Lar Santo Antonio, Santa Casa, Fundo Social de Solidariedade e o Abrigo Santo André). Por esse mecanismo, os assentados não correm o risco de ficar sem vender seus produtos.

Além disso, essa estratégia faz parte do programa Fome Zero. Para garantir o abastecimento dessas entidades, o governo federal investiu R$ 262,5 mil no assentamento Sepé Tiaraju. Por semana, os assentados enviam para as entidades aproximadamente 03 toneladas de alimentos. Cada assentado, portanto pode comercializar até R$ 3,5 mil por ano, caso mantenha o convênio com a CONAB.

Assim, os assentados têm mercado garantido para os seus produtos agroecológicos. A família de Mário confirmou a compra desses alimentos pela

[96] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.
[97] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

CONAB: "O ano passado, né Mario. Nós andou vendendo, sabe? Mandou pro carro da CONAB. Aí eles vinham comprar, sabe! E eles distribuíam para os idosos nos asilos. Então, agora que era pra eles vim, não vem"[98].

No entanto, a produção dos camponeses assentados é superior ao que a CONAB adquire. Assim, as famílias têm de lidar com os excedentes. O fato da CONAB impor uma cota de comercialização da produção de cada família é motivo de inquietação por parte dos camponeses assentados, como nos fala Valdenice do núcleo Chico Mendes:

> Meu nome é Valdenice. Estou no processo de luta há sete anos. Desde 2000. Minha vida melhorou bastante, mas a maior dificuldade é escoar toda a mercadoria, ter mais campo pra gente entregar a mercadoria que a gente produz. A CONAB tem comprado os produtos, mas é até R$ 2800,00 por família, né? Mas, a produção é bem maior. Aí, entregou a cota de R$2800,00, a família não tem mais cota pra entregar. Aí, tem que arrumar um outro tipo de comércio para tá entregando e a gente não tem esse campo ainda. Mas a gente faz a feira em Serrana. O nosso coletivo [Chico Mendes] faz a feira em Serrana[99].

No caso, a camponesa assentada, Valdenice, consegue escoar a produção não apenas por meio da CONAB, mas o seu coletivo, Núcleo Chico Mendes, também vende seus produtos na feira de Serrana. Além disso, o núcleo Chico Mendes, retomou o projeto da cesta orgânica como forma de complementar a venda para CONAB, pois se cada família entregar uma determinada quantia de produtos, acaba a cota. Assim, a cesta orgânica é uma forma de escoar o que é excedente, como fala de Ronaldo:

> Aí esse ano agora e desde o final do ano passado nós começamos a montar a cesta aqui no assentamento mesmo. É nosso grupo aqui da horta, pra poder garantir mais a questão da doação dos nossos produtos aqui, né? Por que a horta o projeto da CONAB pegava os nossos produtos. Só que a cota é R$3500,00. Então, a gente paga os 20% pra levar os produtos lá [nas instituições] então sobra R$2800,00 pra cada produtor, né? Só que pra nós que está com a horta, então era pequena a cota, então era duas entrega que mandava e já ia a cota de uma pessoa [família], porque a gente produzia muita folha, alface, cheiro verde, chicória, almeirão. Então, rapidinho acabava. Então, a gente tava tendo muito excedente. Tava perdendo muita coisa. Então, a gente retomou o projeto da cesta pra entregar lá em Ribeirão Preto. Começou com nove, agora a gente tá com

[98] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Lusia, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[99] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Valdenice, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> quinze [pessoas que adquirem a cesta]. Mas ainda é pouca coisa, né? Então, ainda é pouco pelo que a gente produz aqui. E agora no final do ano [de 2007] que nós demos uma parada pra fazer um balanço e retomar de novo, agora a gente tá retomando de novo aqui o lance da horta, o projeto da CONAB tá voltando de novo. A gente precisa retomar de novo a prosa com eles também pra saber como vai ser essa questão das cotas, se vai poder aumentar a cota nossa também, né? Se não daí nós não vamos ter muito, né? Porque duas entregas em cada nome já acaba a cota, então você vai produzir e não vai ter pra quem vender, né? E isso é um empecilho, pois passou dois ou três dias você já perde [o produto]. Passou da hora de colher, dois ou três dias você já perde tudo. Não é igual abóbora, mandioca que é diferente. Então, tamos retomando de novo, tamos com a barraca [na beira da estrada] no momento vendendo alguma coisa aí, como banana, mandioca, abóbora, milho, então tamo aí. E a gente compra do pessoal [do assentamento]. Além do nosso, a gente pega dos outros também. Vem o pessoal de fora comprar, mas também não leva tudo[100].

Mesmo com a imposição de uma cota por família, estabelecida pela CONAB, tal compra é muito importante, a ponto das famílias esperarem ansiosamente pela renovação do contrato neste ano, mesmo sabendo que elas tem que pagar 20% para a CONAB transportar os produtos. Assim, todos ganharam com a compra como nos informou Júlio:

> Então, é uma época agora de quem não conseguiu ainda plantar, mas está trabalhando na terra pra plantar, pra produzir e tem também a CONAB que foi um sucesso também. Todo mundo ganhou o seu dinheirinho aí quem plantou e ela deve tá voltando agora[101].

Além da CONAB, as famílias também vendem seus produtos para os verdureiros de Cajuru, que vai até o assentamento buscar mercadoria. As famílias tem consciência da sujeição ao capital comercial, mas conseguem auferir mais renda de monopólio, porque cultivam produtos orgânicos, como nos mostra a fala de Geovani:

> Os verdureiros de Cajuru pega aqui. Eles dão preferência [pra nós] porque eles vão pegar mandioca no CEASA, então a mandioca não cozinha, a mandioca tá ruim já, então tá coisa e tal, então eles já estão escaldado, então eles pegam os outros mantimentos lá [no CEASA] e passa aqui e pega a mandioca. Eles são atravessadores, mas só que eles não tão pagando o preço ruim, porque até o final do ano passado agora que a gente entregou pra CONAB, uma caixa de mandioca daquela lá era R$ 8,00. E eles estão

[100] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[101] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> pagando R$ 10,00. Então, quer dizer, você tá ganhando, porque pra CONAB você entrega se quiser, você não é obrigado tá entregando. E nesse ritmo aí, não é todo mundo que vai entregar pra CONAB, entendeu? Vai preferir entregar pra eles [para os verdureiros das cidades vizinhas]. Tem o pessoal lá do outro lado, tem um pessoal que tem uma horta lá eu não sei como ela tá agora [núcleo Chico Mendes] que pega [mandioca] aqui com nós, vinha gente de Serra Azul, de Serrana também pegar com eles lá pra vender lá na feira de Serrana, pras entidades[102].

Um outro mecanismo importante para garantir renda para os camponeses assentados é a prática da policultura orgânica, porque dependendo do período do ano e do calendário agrícola, se o camponês assentado cultiva apenas determinado produto, ele fica vulnerável as oscilações do mercado. Assim, o camponês sabe que quem dita o preço da mercadoria é o mercado independente do custo que ele teve. Ele tem consciência de que está subordinado ao capital industrial (quando compra insumo, semente, maquina, adubo, etc), ao comercial (atravessador) e financeiro para financiar o custeio (BOMBARDI, 2004).

O camponês sabe que tem que evitar o atravessador, mas se isso não é possível, tem que ter alternativas. Se o camponês assentado possui diversidade, ele consegue renda proveniente de produtos diferentes e garante renda ao longo do ano, como nos mostra a fala de Geovani:

> O desafio é você produzir e tem pra quem passar, né? Não ter assim muito a questão do atravessador. Que nem já existe a CONAB. E você trabalhando, sabendo que vai fazer daqui pra frente pro futuro, né? Você não tem que ficar, os desafios principal que existe não é ocê se iludir assim. Tem muita gente se ilude assim só com o milho, com a roça do milho. E ele não dá uma olhada lá na frente. Plantar outra coisa diferente, porque: ah, eu vou plantar, mas vai demorar muito tempo. Mas, você não tem que mexer com uma coisa só. E ficar só na rotativa do milho, aí chega uma época que você tá apurado, porque o milho ele é uma febre. Ele agora verde. É a febre do milho verde, aí depois que ele seca. Só que é uma coisa que é rapidinho, e aí ele... Não é uma coisa que você tem permanência que você tem de tá colhendo ele. Na verdade é assim. É o que eu tôu falando. Você não pode ter monocultura. Uma das culturas que não pode nunca parar de se plantar aqui, que eu nunca vi um consumo tão grande nessa região, é a mandioca. Você tendo mandioca aqui, você tem o seu dinheiro no bolso. Parece, não sei o que acontece. Feijão catador, galinha, ovo, porco. Então, você tem quer ter diversidade. Banana, porque quando uma coisa às vezes está em baixa, a outra vai conseguir cobrir aquilo ali. É que nem na questão de nós entregar pra CONAB. Nós entregou coisa barata aí pra CONAB. Vamos supor, uma caixa de mandioca daquela por R$ 8,00,

[102] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> mais uma caixa daquela dali de banana maçã tava entregando por R$ 39,40. E um cacho de banana enche aquela caixa ali. Então, por isso que você tem que ter diversidade. Perdeu na mandioca, perdeu um pouco na mandioca, mas você ganhou na banana. Que nem aqui casa. A gente não consome... O único que come carne de pato aqui é eu, os outros ninguém come. Só que nós cria, porque se chegar uma pessoa querendo comprar nós tem. Vem muita gente no meu lote comprar galinha, eles vêm atrás de feijão catador, atrás de maxixe... Maxixe aqui é que nem ouro. Eles vêm atrás de abóbora. Uma caixa de abóbora daquela dali, ali tem abóbora que cê põe ali dentro. Uma abóbora é a caixa. Então, você põe duas abóboras ali dá uma caixa. Tá valendo quinze conto [R$ 15,00] pra CONAB. Quer dizer, você perdeu um pouco na mandioca, mas a abóbora tá cobrindo. Então, é por isso que não pode assim: 'ah, eu vou plantar mandioca porque vende muito, é boa de venda'. Não eu vou plantar só mandioca e encher tudo só de mandioca. Uma hora dessas aí, a mandioca dá um problema, dá uma doença ou dá uma crise, aí eu só tenho ela, o que eu vou arrumar da vida? Então, por isso tem que ter diversidade[103].

Mesmo diante das dificuldades de comercializar os produtos, uma vez que as famílias, não raro, têm que se subordinar ao atravessador, muitos camponeses assentados afirmam que a maior conquista, além da terra que tiveram foi a liberdade, mesmo com as restrições do INCRA e da liderança do MST. Além disso, o trabalho autônomo tem garantido uma renda que os mesmo não teriam em outras atividades, como nos fala de Geovani:

> Além da terra, a maior conquista é que você tem liberdade. Você tem liberdade, você pode, dentro dos limites, você pode fazer o que você quiser. Isso aqui é onde que eu sempre eu falo pro pessoal, isso aqui é igual a um bar lá dentro da cidade. Se eu souber tocar ele direitinho, você tem um bar numa esquina, eu tenho um nessa outra aqui. Vai depender de mim ou de você. Se eu não souber trabalhar, daqui um pouco você tá bem adiantado, pra frente, por que? Por que você sabe trabalhar os fregueses. A roça é do mesmo jeito. Se você souber trabalhar aqui, não tem empregado lá fora que corte cana ou que tenha outro emprego qualquer de servente que tira mais que você tira aqui. Aqui se tira mais. Depende de você trabalhar[104].

O trabalho na terra, portanto, é muito valorizado pelos assentados camponeses que afirmam estar trabalhado além da conta, mas trabalham com a certeza que têm a posse da terra e que o trabalho é fonte de sobrevivência, com nos mostra a fala de Mário e de sua esposa, Lusia:

---

[103] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[104] Idem.

> Nóis não pegamos a terra aqui pra sobreviver? Pra pagar as contas e pra crescer. Todos nóis tem que crescer. Nóis viemos pra terra não foi só pra olhar. Deus é bom, mas vamos senta aí e ficar olhando não pro tempo, nóis acaba morrendo aqui. Então, quando Deus quando entrou no mundo, Deus disse assim, faça a sua parte que te ajudarei. Então a gente dá um pulo pra cá e pra lá pra gente pegar essa terra.Não é apenas a dificuldade de se vender os produtos que as famílias enfrentam. (Mário).
> Eu vou falar pro ce, nóis aqui é trabalhando sábado direto. Não tem domingo. Dado uns dias aí pra traz, chegou um baiano aqui. Ele mora em Serra Azul, né? Eu tava falando pra ele que nóis aqui estamos trabalhando mais que quando tava morando na cidade. Porque na cidade nós guardávamos o sábado e o domingo. Aí ele falou: "ah, mas ocês ta trabalhando bastante, mas ocês ta trabalhando pra vocês". Mas, mesmo assim vai um dia a gente cansa, né? Olha, quando encanar a água pra nós e fazer a casa pra nóis, ta ótimo! A criançada brinca pra lá, pra cá. Lá na cidade as crianças têm que ficar presa. (Lusia).[105]

Além do trabalho na lavoura, alguns camponeses já produzem fubá, farinha de mandioca, desenvolvendo uma indústria doméstica, utilizando o saber que acumularam com a experiência de vida:

> Eu já faço fubá aqui pra vender. Eu já vendi fubá feito daqui a R$ 4,00 o kilo. Eu trituro a mandioca pra fazer farinha. Aqui, nós não compra farinha. Nós mesmo faz. Tem até encomenda pra fazer. Só que por enquanto ainda não dá, porque você não tem um negócio apropriado. Pra extrair [a farinha] tem que fazer uma prensa. Tem um negócio ali que eu não sei se vocês já viram que eu trouxe de Brasília, na verdade ele é do nortista, é uma coisa indígena. Enquanto você não tem uma prensa, dali você tritura a mandioca ali, coloca a mandioca nele pra escorrer água, pra secar e pra depois você torrar. É o tapeti. Deixa eu pegar pra vocês verem. Fazemos fubá, farinha de mandioca, é coloral que a gente faz pra vender. Só na escola, os meninos já vendem tudo pra professora. O tapeti é uma técnica indígena. Aquela água da mandioca que escorre, se for aquela mandioca de fazer farinha, aquela água o bicho que beber aí, você já pode matar ele, porque ele vai piá. Aquela água é venenosa. Da mandioca mansa não, mas da mandioca própria de fazer farinha... Daquela água se faz vinagre...[106]

Para melhorar as condições de vida dos camponeses assentados, é preciso que o INCRA viabilize infra-estruturas essenciais, tal como está previsto no item 10 do TAC, como o encanamento de água para as famílias assentadas. O acesso à água

[105] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário e com Lusia, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[106] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

no assentamento ainda é bastante dificultoso. Por isso, os assentados realizaram no dia 25 de abril de 2007 (justamente depois de comemorarem o sétimo aniversário do Sepé Tiaraju) a ocupação da rodovia Abraão Assed que liga Ribeirão Preto a Serrana-Serra Azul, para pressionar o INCRA a implementar as infra-estruturas como acesso à água, sobretudo, para a produção e higiene das famílias. Um dos principais jornais da região, o 'Jornal A Cidade', divulgou a manifestação dos assentados.[107]

Segundo o camponês assentado Geovani, essa ação teve um impacto de alerta ao INCRA. Contudo, só depois de passar quase um ano dessa manifestação, foi que o órgão agilizou o encanamento de água para o assentamento:

> Deu um meio reboliço, mas não teve tanto resultado não, porque o que a gente corria atrás né? Da água, do poço, já tava furado, na verdade era pela encanação, né? E aí ela foi acontecendo, acontecendo. E aí ela deu resultado, porque ela veio dar resultado agora que agora tá acontecendo, mas tá acontecendo por causa disso, porque a grande falta é que isso ia acontecer lá pro fim desse ano. Então, já começou acontecer, mas também por causa daquela ação também[108].

Mas nem todos os núcleos ainda têm água encanada. No núcleo Chico Mendes, a água encanada ainda não foi viabilizada, como nos falou Ronaldo durante entrevista:

> A dificuldade da água continua um pouco ainda, porque não tem ainda a água encanada nas casas, né? Então, a gente ta fazendo um poço perfurando e a gente ta fazendo a rede principal do poço pra ir pra caixa, mas não tem a rede ainda pras casas. Então, a gente tem que buscar ainda a água do poço. Então, torna-se difícil essa questão da água. A horta nossa tá ali. Depois, você dá uma olhada lá.

A falta de água encanada não constitui motivo suficiente para desanimar os camponeses assentados, pois houve muitas outras conquistas. Os assentados que já construíram suas casas de alvenaria ou de adobe podem desfrutar do uso dos aparelhos domésticos, pois já foram instalados os postes de energia. Enfim, isso já é

---

[107] SEM-TERRA INTERDITAM RODOVIA ABRAO ASSED. "Jornal A cidade", Ribeirão Preto, 26 de abr. 2007. Disponível em: http://www.jornalacidade.com.br. Acesso em: 26 de abr. 2007.

[108] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, op. cit.

uma melhoria que faz parte da vida dos camponeses assentados, conforme a fala de Geovani:

> Ah, melhorou bastante coisa, né? Porque agora a gente já tem dois anos e pouco. Agora a gente já tem certeza que aqui, você não sai mais daqui, você já está homologado, já tá assentado e da agora pra frente depende da gente. Já tem o poço artesiano cavado, a gente não toma mais a água da mina, tem a energia elétrica que tá aí, a rede de água já foi dado o início pra tá passando na frente de cada lote, então as coisas vão melhorando cada vez mais. Pra mim tá beleza. Do que era quando nós chegou aqui, praticamente melhorou 100%[109].

Mas, um fato curioso chamou-nos a atenção: as famílias não dispõem de tantos eletrodomésticos. Possuem, em geral, a geladeira e a televisão. Porém, pagam taxas de luz altíssimas, como se tivessem e usassem vários aparelhos. Tem camponês assentado que já chegou a pagar mais de R$ 150,00 de taxa de luz. Na fotografia nº 23 visualizamos uma moradia de alvenaria e que dispõe de rede elétrica:

Fotografia 23 – Casa de Alvenaria com a rede elétrica instalada
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

[109] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

O Pai da camponesa assentada Valdenice, Moacir de Mello, também afirma que as condições de vida melhoraram bastante, se comparado com as condições pelas quais passara durante o período do acampamento:

> Se vê, né? Hoje tem conforto, né? Só não tem conforto quem não quer né? Tudo o que você planta, você produz né? É uma terra boa, entendeu? Então, é só trabalhar que dá. O meu lote, subindo aqui pra cima, perto da olaria, o último lote do lado de cá é o meu. Ali que eu tava. Hoje mora o seu Antonio lá. Então, eu morava do lado de que cá quando era assentado, quando eles sortearam o lote, eu peguei o de frente. Fiquei pertinho, né? Eu morava ali. Lá tem bastante fruta plantada, né? Deixei um pomarzão plantado lá. Mas, não teve jeito de eu ficar... Agora eu vou voltar, se Deus quiser. Eu já tôu trabalhando. Aqui vem muita gente de fora. O pessoal de São Carlos, de Franca, vem muitos. Vem estudar. Mas, é bom.

A despeito das conquista, o grande desafio dos camponeses assentados do Sepé Tiaraju hoje é em relação à pressão que os usineiros da Nova União fazem para que arrendem a terra para o plantio de cana-de-açúcar. Sobre isso discutiremos a seguir.

4.2. A persistência do capital em subordinar a renda da terra

No item 05 do TAC, está expresso que é proibido ao concessionário arrendar a terra. Todos os camponeses assentados sabem dessa norma e comentam acerca delas em suas falas. No entanto, sabem que os usineiros sempre tiveram a idéia de voltar com a cana-de-açúcar, mas não conseguiram porque o TAC prevê a expulsão do camponês assentado que arrendar a terra, conforme a fala de:

> Só que aqui, na verdade os usineiros tinha idéia e tem até hoje é voltar a cana de novo, né? Eles pressionam a arrendar a terra. Se não é o projeto que nós fizemos, chi, é mole mole pra eles entrar aqui. O menos favorecido aqui dentro... Hoje eles [os usineiros] pegam um, amanhã eles pegam outro e quando pensar que não, já voltou tudo para eles. Só que nós bate firme e não deixa de jeito nenhum. Mas nós temos documento que rege todas essas coisas. Não pode isso, não pode aquilo, então aqui é proibido de vender qualquer lote que é proibido, não tem nem documento, não pode vender nada [terra], entendeu? Então o pessoal já tá meio... esperto, né?[110].

Por meio das falas de alguns camponeses assentados, percebemos que os usineiros têm buscado uma aproximação com os assentados, como comprova a fala de Adilson:

> Aqui ainda não teve isso [proposta de arrendamento], mas eles [os usineiros] já querem ter um vínculo de amizade com a gente: "pô, nós somos parceiros, nós somos vizinhos agora". Então, vamos acabar com aquela rincha, aquela rivalidade". Então, dentro do sentido de querer entrar, nessa parte eu acho que é um ponto de partida deles entrar aqui. Mas, nós não permitimos. Temos uma boa coordenação aqui pra segurar o assédio [dos usineiros], mas há ainda o assédio. Mas, ainda é só no vínculo de querer ter amizade, não tem mais atrito. Então você já sente...Principalmente dessa usina que é do estado[111].

Para outros assentados do Sepé Tiaraju, a usina Nova União tem feito propostas para arrendem a terra. Inclusive, apostam no fracasso das atividades desenvolvidas pelos assentados como nos fala de Ronaldo:

---

[110] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[111] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> Ah, os usineiros chegam pra gente e diz assim 'ah, não vale a pena vocês trabalharem, fica plantando horta. Vocês não têm técnica para concorrer com os grandes. Pra vocês é muito mais vantajoso arrendar a terra pra nós e vocês pegam o dinheiro e compra arroz, feijão no mercado'. Mas, eu não quero isso pra mim. Os usineiros podem falar, mas eu quero continuar a plantar, eu mesmo as coisas de come. Mas, graças a Deus a Usina tá falida. Então, o comentário que se vê em Serra Azul e Serrana é que a Usina tá praticamente falida mesmo. Então, não tem muito movimento [de pressão pelo arrendamento da terra] agora por estes tempos da usina. O corte de cana acabou mais cedo esse ano, é... Então, você não vê quase movimento dessa usina. A usina tá bem parado mesmo. Então, ela não tem pressionado nesses meses agora. Desde que parou o corte de cana parece que o negócio lá tá feio mesmo. Desses tempos pra cá a usina deu sossego pra nós com esse negocio de arrendar a terra. Parou, não mexeu [com nós] não.[112].

Pela fala dos camponeses assentados percebe-se que a usina pressiona-os, sobretudo, no período da safra, período este em que há uma grande disputa por terras como salientou Thomaz Jr. (2002). O período de entressafra constitui um alívio para os camponeses assentados. Mas há camponeses assentados, que ainda não sofreram um assédio direto da usina como é o caso de Moacir de Mello, que só se recorda de uma pressão forte da usina na época do acampamento:

> A usina nunca mais pressionou. Na época que nós entramos aqui, sempre teve uma açãozinha de despejo, mas foi só pra assustar, né? Daquela época pra cá que resolveram o problema aí, nunca mais [a usina] mexeu com ninguém aqui. Então, eles até circulava aqui, né? Porque quando eles vão puxar cana, circulava aqui por dentro, depois fecharam porque alguém já loteou lá em cima. Mas ninguém pressiona ninguém aqui dentro não. Quando a gente vai fazer compra, a gente passa na porta da usina. Ninguém mexia com ninguém, né? Não tem problema não[113].

O fato é que a usina Nova União, não deixará de pressionar os camponeses assentados para arrendar a terra. No entanto, caso a usina tenha êxito em sua ação, isso constituiria um grande golpe na imagem dos próprios camponeses assentados que lutaram incessantemente pela conquista de uma identidade positiva. Então o arrendamento de terra para usina desmoralizaria o MST, como nos afirmou Ronaldo:

---

[112] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Ronaldo, em Serra Azul, em julho de 2007.

[113] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Moacir de Mello, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

> Eles [os usineiros] tentaram uma aproximação sim. Segundo relatos de alguns companheiros aí, eles tentaram uma aproximação. Você sabe. O capital chega de todas as maneiras, né? Então, devagar ele quer chegar aí. Mas, até tentaram no tempo de fazer reunião, pra conhecer a usina e tal pra depois assediar o pessoal aqui. Mas, isso já faz uns quatro meses. Eu acho que não evoluiu isso. Eu não acredito que eles não desistiram disso. Mas, eu acredito que eles retornem porque com a tendência da cana ocupando tudo quanto é espaço, eu acho que eles vão se armar de todas as maneiras pra querer que alguém aqui arrende terra para plantação de cana. Não pelo espaço, porque aqui não é tão grande, mas pra causar, né? Pra causar o impacto de um assentamento do MST seja propício para arrendar terra pra produção de cana. Isso... Botando na mídia faz um estrago muito grande[114].

A usina Nova União tentará, como nos falou Júlio, pressionar os camponeses assentados a arrendarem suas terras no assentamento Sepé Tiaraju. Entretanto, percebemos que as conquistas dos assentados, em termos de melhoria na qualidade de vida, constitui um grande valor que os camponeses assentados não hão de querer perder. Como falou Mário: "Já foi discutido isso aí. A terra não pode vender, não pode arrendar. A gente ficou tanto tempo debaixo da lona preta, agora quer vender ou arrendar a terra?"[115]. A terra, portanto, constitui o prêmio para os camponeses assentados depois da luta que enfrentaram durante o acampamento. E com a conquista dela, vieram outras que ao nosso ver serão capazes de fazer com que os camponeses assentados não a vendam e nem a arrende, como discutiremos a seguir.

4.3. Da superação dos estigmas sociais à conquista de uma identidade positiva e autônoma

Um dos objetivos desta pesquisa é demonstrar de que maneira as famílias do Sepé Tiaraju conseguiram superar uma identidade marcada pela pobreza material, da qual derivaram outros atributos depreciativos, e construir uma identidade marcada pela consciência crítica dos direitos dos quais também elas eram portadoras. Esse processo de passagem de uma identidade vinculada à

[114] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[115] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

subalternidade para uma identidade autônoma foi possível mediante o processo de luta pela terra.

Desse modo, a conquista da terra abriu caminhos para que os camponeses assentados continuassem a reivindicar mais melhorias para o assentamento. Quando as famílias estavam acampadas, eram tidas como empecilho para a continuação da cana-de-açúcar e responsáveis por trazer miséria, como nos falou Rolinha, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Serrana:

> O MST é um empecilho para o plantio da cana-de-açúcar, pois é esta que dá dinheiro. Sem contar que as pessoas que estão acampadas não são da cidade, mas vieram de outras cidades para trazer mais miséria. Dessa forma, nós do sindicato somos mais a favor dos empregados da usina do que do pessoal do MST[116].

A partir da implementação do assentamento Sepé Tiaraju no ano de 2005, foi injetado nos municípios de Serrana e Serra Azul um montante de dinheiro que chega a mais de R$1.000.000,00, somando os dois primeiros fomentos e o crédito do PRONAF. Essa injeção de dinheiro mexeu com as economias dos dois municípios conforme nos falou Ronaldo:

> Mas, se você der uma rodada, por exemplo, por Serrana e Serra Azul, já com os dois fomentos que nós pegamos, só de compra que o pessoal fez eu acho que movimentou um pouco o mercado lá em Serrana, depois aqui em Serra Azul. As casas de material de construção também, eu acho que levou dinheiro pra movimentar a cidade. Eu acho que não foi pouco não. Até agora a gente pode contar aí por volta de R$ 1.000.000,00, se você for contabilizar dinheiro gasto de casa, de fomento e de PRONAF, então essas cidades de pequeno porte, então eu acho que um milhão e pouco de reais aí, eu acho que muda um pouco a estrutura, eu acho que dá mais emprego. Eu acho que tem loja que tiveram que contratar funcionário. Então, isso mexe com a economia da cidade[117].

De fato, os comerciantes do município de Serra Azul foram beneficiados com a criação do assentamento, porém dois estabelecimentos do município de Serra Azul foram diretamente favorecidos, porque aceitaram fornecer os produtos para os

[116] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Rolinha, em Serrana, em fevereiro de 2001.

[117] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

assentados. Muitos de Serra Azul e Serrana recusaram-se a vender para os assentados por estes terem sido 'sem-terra'.

O estabelecimento de Silmara, em Serra Azul, fornece aos camponeses assentados materiais de construção e ferramentas e, segundo ela, a venda para os assentados é interessante, porque o INCRA repassa o dinheiro diretamente para o seu estabelecimento. Outros estabelecimentos se arrependeram por terem se recusado a vender para os assentados. Na fotografia nº 24, observamos a fachada do estabelecimento de Silmara, em Serra Azul:

Fotografia 24 – Fachada do Estabelecimento da Sra. Silmara
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Outro estabelecimento que se beneficiou com o fornecimento de produtos agrícolas para os camponeses assentados, foi a Agropecuária Serra Azul. Segundo o dono do estabelecimento, ele fornece ração, bezerros, galinhas, sementes, adubos e outros produtos para o assentamento Sepé Tiaraju. Além disso, o dono da agropecuária afirmou a importância do assentamento na dinamização do seu próprio comércio, pois o dinheiro do INCRA é garantido todos os meses por meio de repasses. Na fotografia nº 25, observamos a fachada da agropecuária Serra Azul:

Fotografia 25 – Fachada da Agropecuária Azul
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Outros estabelecimentos comerciais, como as Casas Bahia, ao saber da liberação da verba para os assentados, rapidamente enviou representantes ao assentamento para oferecer crédito para aquisição de eletrodomésticos.

Conversando com os camponeses assentados, eles revelam que atualmente são 'mais bem vistos' nos municípios situados ao entorno do assentamento, pois se outrora foram condenados por 'trazerem miséria', hoje são responsáveis por aumentar os investimentos tanto em Serrana quanto em Serra Azul. Atualmente, até o munícipes de Serra Azul reivindicam os produtos do assentamento Sepé Tiaraju, via CONAB, assim como ocorre em Serrana, mas o prefeito de Serra Azul ainda não possibilitou essa parceria. Como na falou Geovani, aquele estereótipo de que 'Sem Terra' é 'baderneiro' acabou, porque as pessoas vão até o assentamento buscar mercadorias e há uma boa relação entre os assentados e a comunidade do entorno:

> E o pessoal saí de lá [Serra Azul] vem aqui procurar as coisas [mercadorias], reclama porque a CONAB, porque o programa da CONAB é mais em Serrana, né? A gente entrega em Serrana, porque não tá entregando lá [em Serra Azul]. Mas, não tá entregando lá porque o prefeito de lá não correu

> atrás, né? Então agora eles estão vendo se nesse próximo [programa da CONAB] que vai começar, vê se corre atrás. A relação tá boa. Cabou aquele negócio de Sem Terra é baderneiro, porque as pessoas, os que vêm de lá [da cidade] que passeia aqui, que já vem bastante gente, eles está vendo como é que funciona, que tá trabalhando, que tem as coisas. Então, se ele chega lá e vê um outro e diz: 'olha, não é assim não, eu fui lá. É assim, assim'. Então, mudou essa visão. Isso daí acabou, né?.[118]

De fato, o que os camponeses assentados ainda ressentem é o pouco apoio que recebem do prefeito de Serra Azul, diferentemente do prefeito de Serrana que apóia os assentados. Na visão de Adilson Niceto, que difere um pouco da visão de Geovani, existe ainda um certo preconceito contra os 'Sem Terra', mas é por parte do município de Serra Azul, porque o município de Serrana os acolhe:

> A relação aqui na nossa região é dentro de Serra Azul que é um município que a gente convive. Ele ainda inibe a entrar aqui [no assentamento] porque foi muito judiado na época do acampamento. Então, a gente sofre o preconceito de [ser] Sem-Terra. Aí, Serrana é uma cidade maravilhosa. Cidade que aceita o nosso movimento porque a gente convive dia-a-dia ali dentro [da cidade]. E se o município fosse Serrana, seria ótimo. Por que Serra Azul eles deixam muito a desejar pra nós. Porque é o PSDB, então é uma política ao contrário a reforma agrária. Então, ela [Serra Azul] trava muito assentamento. Então, nós fica a desejar com Serra Azul. (...) O prefeito de Serra Azul não apóia. Infelizmente não teve como fazer parceria para fornecer alimento para as escolas de Serra Azul. O prefeito de Serrana já mostrou interesse em contribuir, mas o assentamento está em Serra Azu[119]l.

Adilson deixa claro que a relação entre o assentamento Sepé Tiaraju e a prefeitura de Serra Azul é difícil, pois que o prefeito não apóia os assentados. Mas, Adilson reconhece a importância das pessoas da cidade, como os comerciantes:

> Serra Azul era pra nos apoiar. Os comerciantes de Serra Azul são pessoas boas, dão uma boa representação pra nós. Só a prefeitura mesmo que não apóia. O restante... O comércio é bem vindo pra gente. A gente tem uma entrada boa lá. Agora, o prefeito que poderia melhorar assentamento, não melhora. Criar um posto de saúde, uma escola...[120]

---

[118] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 208.

[119] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[120] Idem.

Geovani tem uma fala interessante sobre os insultos que enfrentavam quando eram acampados. No entanto, em nenhum momento, eles introjetaram os estigmas dos quais foram alvos, como demonstrou:

> Antigamente eles passavam aqui... Que nem eu digo, antigamente quando a gente era acampado lá do lado de lá [na sede da fazenda] que não existia ninguém aqui, de vez em quando passava um ou outro ônibus de turma de trabalhador [rural] e chamava o cara de... gritava de lá "Cambada de ladrão de terra", "corno", "filha da puta", né? Depois, nós um dia parou um deles lá [o ônibus] e falou que se eles não parassem [de insultar] nós ia quebrar um ônibus. Aí, daí pra cá, nunca mais ninguém mexeu (risos...)[121].

A conquista da terra trouxe aos camponeses assentados uma identidade digna e autônoma. Hoje são camponeses assentados, mas com a identidade de Sem-Terra. São poucos que sabem o nome do assentamento e na verdade, a identidade que os de fora têm sobre os assentados é que eles são do Sem Terra, e os camponeses assentados a assumem, mas como uma identidade positiva porque é assim que são conhecidos por todo o Brasil:

> É uma identidade que não se acaba nunca, seja em Serrana ou em Serra Azul, ou em Ribeirão, ou às vezes o pessoal vem aqui, eles não fala assim, não fala o nome: 'ah, vamo lá no Sepé Tiaraju ou, vamo lá no assentamento'. Eles falam: 'vamo lá no Sem Terra'. A identidade é o nome de Sem-Terra e ele não sai. Eu posso tá aqui há vinte anos que esse nome não vai sair. Uma pessoa vai dizer: 'vamo lá nos Sem Terra'. Ele [o de fora] não fala assentamento, ele não fala o nome daqui que é Sepé Tiaraju. Ele fala: 'vamo lá no Sem Terra?' (...) Isso é normal, porque é essa que é usada no Brasil inteiro, e até fora do Brasil. Que é a identidade do movimento. É uma identidade positiva. Ninguém se ofende de uma pessoa falar pra mim: 'oh, vamo lá no Sem-Terra'. Ninguém se ofende, porque essa é a identidade nossa. Nós entrou aqui com esse nome. Foi assentado e tudo, mas o nome é esse: os Sem-Terra. É tanto que lá em São Paulo e em qualquer lugar que você for, a pessoa vai no assentamento, ele não fala o nome do assentamento, ele não fala que tá assentado, ele fala o Sem-Terra. 'Vamo lá no Sem-Terra'[122].

A conquista da terra, além de ter proporcionado uma melhora na condição de vida dos assentados, deu a eles a dignidade. Com a terra eles também conseguiram resgatar a própria dignidade. E isso se reflete no tratamento que recebem quando procuram serviços médicos nos municípios situados ao entorno e

---

[121] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[122] Idem.

recebem um bom atendimento, a ponto da ambulância ir até o assentamento buscá-los e levá-los para fazer exames e consultas. Assim, com a conquista da terra vieram outras benesses das quais eram excluídos como nos fala de Júlio:

> Você sabe que as elites, elas estão em todo o lugar, mas eu acho que o povo mesmo, que novamente o pobre, o excluído brigava por isso por aquilo, quando a gente veio pra cá tinha preconceito. Mas, aqui nós conquistamos a nossa cidadania. Mas, eu acho que em escola hoje não tem mais esse problema de preconceito, acho que todo mundo que vai, todo mundo é conhecido, nós temos um bom atendimento médico aqui. Não é qualquer lugar aí que a saúde vem buscar você pra uma consulta, ela vem trazer você de volta. Nós queria que tivesse médico aqui, um PS [Pronto Socorro], mas ainda não temos um prédio pra receber. Mas, eu acho que não é qualquer lugar que vem buscar você pra fazer uma consulta ou pro um exame, que vem buscar você e traz você aqui. Então, eu acho que é uma boa convivência junto com o governo que é oposição, ele não é do mesmo partido... Então nós construímos essa convivência também boa, porque nós somos bem atendidos lá no posto de saúde, pelos médicos. Teve um problema na escola no começo. Eu acho que a gente tem essa convivência pacífica hoje. Eu vejo o pessoal que vai pra lá, faz suas compras em Serra Azul, a maior parte daqui faz suas compras lá. Hoje não tem mais preconceito, pode ser que outrora teve isso [preconceito], mas nesse momento não[123].

Conforme a fala de Júlio, no início da formação do acampamento Sepé Tiaraju, como discutimos no capítulo 2, as crianças e jovens estudavam nas escolas de Serra Azul. A prefeitura enviava o ônibus até o acampamento para levá-los nas escolas. Ainda hoje, as crianças e jovens estudam em Serra Azul nas seguintes escolas:

a) EMEF Maria do Rosário: oferece o Ensino Fundamental (1ª a 4ª série do Ciclo I) e é Municipal;

b) EE Serra Azul: oferece o Ensino Fundamental (5ª a 8ª série do Ciclo II) e é Estadual;

c) EE Prof. Francisco Ferreira de Freitas: oferece o Ensino Fundamental (5ª a 8ª série do Ciclo II), Ensino Médio (1ª a 3ª do Médio) e o EJA (Escola de Jovens e Adultos).

Segundo informações obtidas junto a Virginia, profª. Coordenadora da EMEF Maria do Rosário, há apenas duas crianças do assentamento Sepé Tiaraju

[123] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

matriculadas. Segundo Virginia, a EMEF Maria do Rosário não faz nenhuma distinção entre as crianças que vem do assentamento e as aquelas que são da cidade de Serra Azul. A escola procura oferecer o mesmo tratamento.

Uma das crianças do assentamento que estudam na EMEF Maria do Rosário é a filha do Sr. Adilson. Embora existam dificuldades com o transporte em época de chuva e em relação ao horário do início das aulas, ele afirma que a escola é maravilhosa:

> Olha, na escola em que a minha filha estuda tem um bom relacionamento, porque é de 1ª série a 4ª série (EMEF Maria do Rosário) e até hoje foi maravilhosa a escola. Minha filha com sete anos de idade tá bem. Ela nunca viu uma escola igual a escola que ela estuda no primário. Mas, embora a prefeitura dificulta no transporte porque vem o ônibus, mas tem vez que ele não vem, na época de chuva não passa [dentro do assentamento] e aí as crianças tem que ir na pista para esperar o ônibus debaixo de chuva. O horário não é bom para as crianças porque o horário da escola é na parte da manhã e com esse horário de verão a minha filha sai as 6h00 aí ta escuro. Não é bom encaminhamento que a prefeitura faz para as nossas crianças. Mas, a escola que a minha filha estuda é maravilhosa.

Em relação à EE Serra Azul, procuramos conversar com a diretora Estela. Ela nos informou que tem um total de 78 alunos matriculados que são do assentamento. Como a escola atende muitos alunos que vem da zona rural, o projeto pedagógico estabeleceu em um dos seus objetivos, "(...) Promover a inclusão dos alunos da zona rural e assentamentos rurais (MST) como oportunidade para inserção destes alunos no contexto social, valorização do homem do campo e a desmistificação dos preconceitos" (In.: Plano de Gestão Escolar/2004). A inclusão, no projeto pedagógico da escola já demonstra a importância política dos camponeses assentados.

Vale a pena ressaltar que, o estereótipo do homem do campo, o qual foi construído ao longo da nossa história e reproduzido socialmente, relacionava o camponês a características depreciativas como 'vadio', 'preguiçoso', dentre outras. Entretanto, Cândido (2001), ao destacar as características que marcam o modo de vida do camponês como, por exemplo, a prática de uma economia fechada, o trabalho doméstico, o auxílio vicinal, demonstra que o camponês sempre buscou dispor de tempo 'livre' para o lazer. Nesse sentido, o camponês procurava participar das festas religiosas e de outras atividades que envolvessem a vizinhança a qual

pertencia. Muitas vezes o camponês, a despeito dessas atividades, foi visto pela sociedade, equivocadamente, enquanto um ser não afeito ao trabalho.

Os homens do campo constituíam, nesse sentido, um grupo que deveria ser vigiado constantemente para não colocar a *ordem social* em risco (NETO, 2003:85-86). Mello e Souza (2004) chega apontar em seu trabalho sobre a pobreza mineira no século XVIII, que a vadiagem e a itinerância eram consideradas um *crime* e que, portanto, homens pobres, livres e do campo, eram tidos como *desclassificados sociais*. As populações rurais sempre foram tidas como um problema, em decorrência do modo de vida que não se adequava ao trabalho disciplinado e cronometrado que estava sendo imposto pelo capitalismo[124].

Portanto, o fato da EE Serra Azul propor um plano de gestão escolar, o qual busca desconstruir o estereótipo vinculado ao camponês, indubitavelmente, constitui um marco no processo da educação como um todo e nos mostra a força dos camponeses assentados do Sepé Tiaraju.

Na EE Prof. Francisco Ferreira de Freitas há aproximadamente 50 alunos do assentamento que estão matriculados no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo a secretária da unidade escolar, os alunos do assentamento têm dificuldades em serem assíduos e a relaciona esse fato à necessidade de trabalharem ou à distância do assentamento. Apesar disso, foi o aluno Robson, do assentamento, que ganhou o prêmio do projeto "Agronegócio na Escola" que é desenvolvido pela ABAGRP.

Ainda que as unidades escolares ofereçam oportunidades paras os jovens assentados, os camponeses continuam lutando para a construção de uma escola dentro do assentamento para que possam educar os filhos de acordo com os princípios do movimento, como nos falou a fala de vários assentados camponeses:

---

[124] Sobre a relação entre trabalho e disciplina, Foucault (1987:118-119) demonstrou que com o advento do capitalismo, o corpo na condição de força de trabalho torna-se valorizado a ponto de criar mecanismos que maximizem a produtividade do homem: "Os métodos permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade – utilidade, são que podemos chamar as disciplinas". Assim, segundo o autor, as disciplinas se tornaram formas diretas de dominação: disciplinar o corpo para que o mesmo seja útil. A disciplina tira o 'poder' do corpo, tornando-o dócil.

> Eu tenho quatro filhos. Todos estudam em Serra Azul. Só o mais velho que estava jogando futebol na Francana que não estava estudando aqui. O resto estuda. Eles gostam da escola. Mas, eu gostaria que o assentamento tivesse uma escola. Não é que a escola em Serra Azul não atende, é porque as crianças tá aqui dentro, aprendendo além do estudo, tá tendo a formação que a gente já tem e que eles já tem um pouco, entendeu? A diferença de sair daqui pra ter que estudar lá fora. Então, é bem melhor uma escola dentro assentamento. (...) Então, a gente quer os filhos aqui dentro, perto. Então, quando a gente fala de uma escola, além de ser uma escola fundamental, onde as crianças vão estar aprendendo, é porque as crianças daqui do assentamento são diferentes das crianças da cidade. As crianças aqui desde pequena já são politizadas, então elas já aprendem a política nossa, da nossa formação. Então, é essa diferença pra crescer com um nível de consciência maior, entendeu? Então, é que a gente quer mesmo. As mulheres aqui tá defendendo com que a gente consiga a escola aqui dentro do assentamento. (Valdenice).
> Não que a escola é ruim, mas porque não tem necessidade de sair daqui do assentamento pra estudar lá na cidade nossas crianças, porque tem esse processo de ônibus todo dia, até pro próprio está saindo mais caro ainda. (Moacir).
> Se a escola fosse aqui dentro do assentamento, seria mais melhor pras mães, porque quando chove se sabe onde eles vão pegar o ônibus? Lá embaixo perto do pontilhão. Mas, fazer o que, né? Eles têm que andar um pouco pra ir pra escola (Lusia)[125].

Pelas falas de Valdenice, de Moacir e da Lusia, podemos entrever que os camponeses assentados reivindicam uma escola, no interior do assentamento, porque querem que seus filhos e netos *'aprendam a política do movimento'*. Esse fato nos revela a importância que tem para o campesinato a socialização de um saber especifico que deve ser passado para as suas crianças, adolescentes e jovens. Isso não significa que eles queiram segregar os seus filhos e netos das unidades escolares públicas, mas que, para eles, a possibilidade de socialização de um saber próprio com as crianças e jovens é uma garantia para que os filhos e netos continuem na terra.

Uma outra conquista que têm motivado todos os camponeses assentados é a da assentada Adjane que conquistou uma vaga no curso de *Pedagogia da Terra*, na UFSCar. Essa conquista foi bastante comemorada por todos camponeses assentados, porque constitui uma oportunidade para outros jovens do

[125] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Valdenice, Moacir e Lusia, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

acampamento. Esse evento foi amplamente divulgado nas mídias locais. O Jornal "A Cidade" publicou, no dia 20 de janeiro de 2008, uma página inteira sobre o assunto da provação como podemos visualizar:

Geral

DIPLOMA DA TERRA

Assentada rural entra em curso na UFSCar

Adjane vai fazer o primeiro curso superior do Estado voltado para assentados em SC

RIMEL MORAES

Nos próximos quatro anos, a lavradora Adjane Dionísio Pereira não vai pegar em enxada. Quem irá substituí-la no serviço será alguém do grupo de famílias com que trabalha. Ela mora no assentamento rural Sepé Tiaraju, localizado entre Serrana e Serra Azul, onde se produz coletivamente.

Adjane, de 25 anos, entrou para a universidade. Vai estudar em instituição pública, sonho da grande maioria de jovens de sua idade, normalmente acessível a uma minoria que estudou em escola particular a vida toda.

Ela acabou de ser aprovada em Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É o primeiro curso superior, no Estado de São Paulo, voltado para assentados – o próximo será Agronomia, instalado no campus de Sorocaba.

Pedagogia da terra

Realizado em parceria entre a UFSCar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o curso de Adjane já tem um apelido carinhoso: Pedagogia da terra.

"É diferenciado, vai enfatizar especificamente a terra, a zona rural. A gente cobrava muito isso na discussão com a universidade, isso de trabalhar a partir da nossa realidade", diz a lavradora, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No movimento, ela participa do setor estadual de

ADJANE PEREIRA Lavradora vai passar os próximos quatro anos na universidade pública

Alternância

O curso, cujas aulas começaram na semana passada, funcionará com o método de alternância. Os alunos passam até três meses na universidade, alternados com períodos equivalentes na comunidade. O objetivo é aplicar o conhecimento já obtido e levantar questões para discutir com professores e colegas.

Isso faz com que Adjane já pense em seus momentos de estágio no assentamento, na escola que o movimento reivindica ao governo- e que tem espaço reservado.

"Meu sonho é estar aqui, educando nossas crianças. Fico me imaginando na escola", conta. Ela conversou com a reportagem enquanto arrumava as malas. No outro dia, cedinho, partiu com a família e uma comitiva de assentados para assistir à aula inaugural.

EJA

Adjane completou o ensino médio em 2008, pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diz que sempre sonhou em ser professora, "que achava bonito". Aplicada, deu aulas para outros adultos do assentamento.

Ela foi a única assentada da região a passar no vestibular para Pedagogia da terra. Fez um cursinho intensivo em 20 dias, na própria UFSCar. A prova foi realizada em 25 de novembro, num dia inteiro de avaliação em que respondem a questões de conhecimentos gerais, Inglês e Português e faz redação. Diz que foi um período difícil, de ansiedade. Mas que o resultado compensa.

"Todo mundo está sonhando junto, especialmente meus ex-alunos. Eles falam para eu ir, aprender mais e depois passar o conhecimento para eles", relata, emo-

AULA INAUGURAL Assentados e acadêmicos assistem ao início do curso Pedagogia da Terra, na UFSCar

COMO NO ASSENTAMENTO

Curso tem espaço para filhos de estudantes

Como milhares de universitários, Adjane Pereira vai morar fora de casa para estudar. Se para muitos a vida em república é um eldorado, para a lavadura, significará mais uma luta.

Casada e mãe de dois filhos, terá de se separar do marido e da filha mais velha, de 6 anos, nos períodos em que estiver em São Carlos.

O filho menor, de sete meses, ficará com ela. A faculdade para assentados vai reproduzir o Cirandá Infantil, um espaço para crianças de até seis anos que existe nos cursos do MST.

"A maioria das pessoas, no movimento, tem filhos", pondera Adjane.

Puxado

O curso será puxado, com aulas de segunda-feira a sábado, para compensar os períodos em que os estudantes ficarão em suas comunidades.

Politizados, os alunos já estão se mobilizando quanto a esse "inconveniente".

"Estamos discutindo. Pedimos que nos liberem em três ou quatro finais de semana, no trimestre, para voltarmos para casa, diz.

Companheiro

O marido de Adjane, Fábio Pereira, de 28 anos, dá apoio aos projetos da mulher. Acostumado à coletividade, se coloca como o principal companheiro da mulher, nessa nova fase.

Ele mesmo vai deixar de fazer o ensino médio no EJA, este ano, para cuidar da filha, enquanto a mulher busca o diploma universitário.

"Imaginava, quando casei, que nunca poderia continuar os estudos, mas olha só tudo isso", exclama Adjane.

Com a energia de uma caloura, ela pensa no curso e nos projetos do grupo de famílias do qual participa.

Já plantam frutas e criam gado, mas vão diversificar ainda mais a produção. Já fizeram planejamento para uma granja.

"Tendo mais cultura e conhecimento, dá para produzir mais, já fiz isso depois do EJA", diz.

Figura 5
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 20 de jan. de 2008. p. A20

Em relação à qualidade de vida dos camponeses assentados, todos comentam que a vida no assentamento é bem melhor do que se estivessem na cidade, porque no assentamento não há registro de violência como acontece na cidade, as crianças têm liberdade para brincar e os pais têm uma menor preocupação dos filhos se envolverem com drogas, como nos revelas as seguintes falas:

> Então, na cidade a gente fica muito a desejar porque a violência é perigosa. Aqui no assentamento não. Se cria a família da gente tranqüilo, os filhos com mais segurança cresce com outra mentalidade porque na cidade é muito violento. Aqui elas brincam, ficam à vontade. É muito mais melhor a alimentação daqui também é saudável, não é aquela alimentação cheio de veneno, agrotóxico. Tudo que a gente produz aqui é para o bem estar da nossa família. Então, eu acho melhor aqui na roça do que tá na cidade. (Adilson).
> As crianças brinca, eles não tem negócio de reclamação de tá brigando com outras crianças, é bem retirado, né? A vizinha mais próxima mora aqui embaixo e na hora dela fazer a casa, ela vai mudar mais pra baixo (Lusia).

> Ah, aqui nem se compara, a paz, o sossego, a criação dos filhos é melhor, entendeu? Sem violência da cidade. Pra nós tudo foi melhor (Valdenice).
> Já faz um tempão que não morre uma criança aqui de desnutrição. Então quer dizer que depois que virou o assentamento, os recursos foram saindo pra cá, então melhorou a qualidade de vida do pessoal aqui dentro, se alimentou mais, deixou de ficar doente (Júlio)[126].

Muitas vezes as pessoas que costumam transitar pela estrada Abraão Assed, que liga Ribeirão Preto a Serra Azul, ao visualizar a fazenda Santa Clara, imaginam que a mesma esteja 'abandonada'. Porém, esse aspecto diversificado é o resultado da implementação dos SAFs no assentamento e nada tem haver com terra ociosa. Assim, com a implantação dos SAFs por todo assentamento, passarinhos e outros animais nativos começaram aparecer novamente no assentamento, em busca de alimentos e porque não há mais queimadas, conforme nos falou o Júlio:

> Antes você não via nenhum passarinho. Hoje você já vê tucano, tatu tem bastante. Tem onça também. De vez em quando ela passa por aqui. Então, esses animais já estão sabendo que aqui eles podem ficar tranqüilos por que aqui não tem queimada e porque tá sobrando alimento também. Então, eles também estão se alimentando aqui[127].

Os camponeses assentados estão lutando para conseguirem apoio dos municípios vizinhos para construírem uma usina de compostagem para produzirem adubo orgânico. A idéia é que eles tenham dentro do assentamento, o que eles denominam de ECOLIXO. Reivindicam, também, a coleta de lixo do assentamento pelo caminhão de lixo: "No assentamento hoje poderia ter lixo. O lixeiro não passa aqui. E até hoje não passa. Há mil metros daqui tem um condomínio de rancho. O lixeiro pega o lixo lá e não vem pegar aqui"[128].

Como discutimos e demonstramos, os camponeses assentados do Sepé Tiaraju têm conseguido superar os estigmas que foram imputados a eles e assim conquistaram a dignidade, a cidadania. Hoje são respeitados, porque diferentemente

[126] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, Valdenice, Lusia e Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[127] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Júlio, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

[128] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson Niceto, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

do que 'os de fora', afirmaram, eles tem garantido muitos benefícios para o município de Serrana e Serra Azul conforme demonstrado.

Mesmo diante de tanto trabalho no cotidiano do assentamento, os camponeses assentados reservam um tempinho para a prática religiosa. Porém, a igreja católica, que no início do acampamento apoiou as famílias assentadas, por meio da CPT e da CEB´s, não deu continuidade ao projeto. Esse afastamento da igreja católica do acampamento fez com que as igrejas neopentecostais, como a igreja universal, enviasse aos domingos, ônibus para buscar os fiéis do assentamento para participarem do culto em Serrana. Além disso, a igreja doa roupas, cestas básicas, dentre outras coisas, com o objetivo de assegurar a conquista de mais fiéis dentro do assentamento. É sobre isso que trataremos a seguir.

4.4. A prática religiosa no Sepé Tiaraju

Uma das características marcantes do universo cultural camponês é a prática religiosa (BOMBARDI, 2004). Os camponeses assentados do Sepé Tiaraju também se demonstram profundamente religiosos, mas em sua grande maioria não são mais católicos e sim, evangélicos.

Devido ao grande número de evangélicos dentro do assentamento Sepé Tiaraju, a igreja católica na pessoa do Pe. Chico, tem buscado resgatar um trabalho missionário dentro do assentamento. Para tanto, transferiu para o assentamento três religiosas da Congregação Franciscana da Penitência com o objetivo de resgatar a religiosidade dos camponeses assentados, oferecer reforço escolar para as crianças e resgatar o encontro nas casas com a mesma metodologia das CEB's, como nos falou a Irmã Vera:

> Já vai completar um ano que a gente tá morando por aqui. Tem mais duas irmãs, irmã Eva e irmã Ana Maria. Aqui é uma comunidade [o assentamento] retirada da cidade e aí nós tentamos formar uma casa missionária. E dentro desse trabalho, nós queremos trabalhar com a educação, com EJA [Educação de Jovens e Adultos], dá aula pros meninos de reforço escolar, encontro de família e outras mais atividades. Sim, com

> certeza, há necessidade da Igreja tá fazendo um trabalho de evangelização aqui. Por isso nós estamos aqui, porque eles estão muito afastados da cidade e aí o Padre quase não vem. E eles justificam se a gente for perguntar pra eles pedem, ele querem que tenha a presença de alguém que transmita religião, a fé pra eles. Eles estão muito afastados. Olha, a grande maioria daqui é... São evangélicos, poucos... A minoria é católico. (...) Olha, ainda não estamos trabalhando com a metodologia das CEBs, mas eu penso em resgatar aqui. Eu quero primeiro me preparar para trabalhar com eles, né? Mas é o sonho, trabalhar as CEBs com eles. As CEBs é Comunidade Eclesial de Base, né? Você trabalha as necessidades deles, fala mais a linguagem do povo[129].

Segundo a Irmã Vera, um dos principais problemas dentro do assentamento é o alcoolismo que compromete o cuidado dos pais com as crianças: "A falta de cuidado aqui se deve à bebida. E tem muita bebida. Eles bebem. A gente tenta conversar com alguns, dizer que faz mal pra eles"[130].

Os serviços oferecidos pelas Irmãs, como o reforço escolar, são destinados para todos os camponeses assentados, independente da religião, pois o objetivo maior da "Casa Missionária", no assentamento, é o resgate da religiosidade dos camponeses assentados:

> Aqui no assentamento o trabalho é missionário, pastoral. O que eles estão pedindo pra gente, a gente tá aberto pra eles. Agora eles já estão pedindo preparação de batismo, batizado já tem marcado, terço nas famílias. Nós começamos aos poucos, sabe? Nós chegamos aqui pra fazer amizade com eles. Não chegar perguntado: 'o que vocês querem?'. Não, vocês querem... Vamos fazer tal coisa. Não, eles é que estão pedindo. Eles que pediram: 'ah irmã, nós precisamos batizar as crianças. Quando vai ter curso?' Então, a gente percebe. Eles pegaram amizade. Eles gostam da gente. Então é muito bom. O Padre Manoel [de Serra Azul] veio terça-feira aqui e nós preparamos... Nós marcamos agora missa aqui uma vez por mês. Ele ajuda, a gente faz trabalho na paróquia em Serra Azul. É isso que nós queremos, resgatar a religiosidade dos assentados. E o trabalho com educação é uma coisa que eles estão pedindo. Então, o reforço escolar aqui não tem. Tem outro de outra religião que perguntou: 'o irmã, vocês vão trabalhar só com os católicos?' Eu disse: 'não. Dá o reforço escolar não é só pra católico'. Aí a pessoa disse: 'ah, que bom'. Então, nós temos que fazer o bem, sem olhar a quem[131].

---

[129] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com a Irmã Vera, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.
[130] Idem.
[131] Idem.

Na fotografia nº 26, vemos a "A Casa Missionária das Irmãs Franciscanas da Penitência":

Fotografia 26 – Casa Missionária no Assentamento Sepé Tiaraju
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2008.

Na visão da Irmã Vera, os camponeses assentados ainda são vistos de maneira preconceituosa, porém, essa visão distorcida é reforçada pela mídia. Como a própria Irmã Vera destaca, a difusão de uma imagem negativa em relação ao MST, na região, vai depender das emissoras de televisão. Há algumas, que destacam os eventos que dão visibilidade positiva para o MST, outras mostram as ações de pressão:

> Mesmo eles sendo assentados, ainda há preconceito, porque só o próprio nome MST já coloca uma divisão, né. E os meios de comunicação coloca... Eles mostram... A televisão não mostra o que eles fazem, cada uma plantando na sua terra, cuidando da sua terra... Eles não passam isso. E se passa eles ocupando a terra, já passa que é violência, que eles estão tomando o lugar dos outros. Os culpado disso [do preconceito] são os meios

> de comunicação. Mesmo aqui em Ribeirão eles continuam a difundir o preconceito contra eles e pra todo lugar, né? Aqui, conforme o canal, ele apóia o MST, apóia assim, divulga as coisas boas. Mas conforme o canal só fala coisa ruim... Se fala do MST, só fala de violência, de coisa errada, de coisa que não acontece[132].

Sobre a reprodução dos estigmas sociais, acerca do MST na região de Ribeirão Preto, trataremos no capítulo 5, quando iremos discutir sobre os desdobramentos da luta pela terra a partir do assentamento Sepé Tiaraju. Porém, podemos afirmar que os estigmas dados pelos de fora têm sido devidamente superados pelos camponeses assentados, porque estes têm consciência de que são cidadãos plenos, independentes se estão vinculados ao MST ou não. Portanto, o preconceito pode até existir, mas isso não constitui um fator impeditivo para que os camponeses assentados se insiram nas comunidades ao entorno do assentamento. Agora, os maiores desafios que os camponeses assentados deverão enfrentar estão relacionados em oferecer à juventude, oportunidades para que continue a viver na terra. No entanto, isso é muito complicado como veremos a seguir.

4.5. Os dilemas de manter a juventude no campo

Há muitos jovens no assentamento Sepé Tiaraju, mas os camponeses assentados ainda têm dificuldades de mantê-los no assentamento. Muitos nem moram com os pais, como é o caso de um dos filhos de Valdenice, que mora em Franca:

> Então, a juventude é mais complicada, porque vai chegando numa certa idade... Até uma certa idade você fala e eles vão aprendendo que existe mais coisa. O adolescente vai ficando mais difícil, porque às vezes eles criam sonhos, entendeu? Eles acha... Na verdade o sonho bom é esse [ficar no assentamento], mas na cabecinha deles eles acham que lá fora é melhor. Tipo, o meu filho joga na Francana e mora em Franca[133].

Os filhos de Geovani moram no assentamento. Mas, para que eles permanecessem lá, Geovani deu-lhes, parte do mandiocal, para que eles possam, com o dinheiro da venda comprar o que quiserem. Isso não impede que eles

---

[132] Idem.

[133] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Valdenice, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

continuem estudando. Além disso, Geovani, costuma alertá-los que ter a terra é melhor, sobretudo, para quem já foi cortador de cana-de-açúcar:

> Tenho dois filhos. O menino já vai fazer agora doze de março, já faz dezoito e a menina já fez quatorze agora dia sete de janeiro. Sim, eles pretendem tocar a terra. Eles ajudam muito aí. Eles gostam muito de árvore. Já acostumou aqui, porque na verdade quando nós veio pra cá, eu e meus irmãos, nós chegamos aqui como doze anos nós já estava cortando cana. E eles não sabem o que é isso. Não sabem o que é cortar cana. Nunca cortaram cana, porque eles estão aqui. Porque se eles não tivessem aqui, eles eram obrigados tá cortando cana ou então outra coisa qualquer. Aqui não, eles me ajudam nas horas que dá certo aí, ele está estudando. Esse ano agora, ele acaba os estudos dele. Aí se a gente tiver condições de ele continuar pra frente, continua. Ele tá fazendo um curso já de manutenção de computador, lá em Ribeirão. Acaba esse ano agora. Mas, ele gosta muito daqui. Porque eles têm o pedacinho de mandioca deles plantado aí, que eu dou que é pra incentivar, porque não é só trabalhar né? Então, quando chega na época que tá boa lá, eles vai e eles vendem. Eu não quero saber o que eles fazem com o dinheiro, eles fazem o que eles querer[134].

Mário também quer que seus filhos continuem tocando a terra e busca incentivá-los:

> Quero que meus filhos trabalhem comigo, pra gente crescer mais e mais. (...) aqui dentro não pode fazer uma grande plantação, passa água aqui. Isso já é uma tesoura. Mas para tesourar os meus pensamento, só Deus, porque aqui na terra não tem ninguém não. Eu quero morrer, mas quero deixar os meus filhos mais ou menos. A terra é boa, a gente ta perto de Ribeirão Preto, né? Nós não temos como crescer, né?

Evidente que a juventude, assim como, o fracionamento da terra para gerações futuras dos camponeses assentados, constituem desafios que deverão ser enfrentados no futuro. O MST da região tem refletido sobre as questões da juventude e a sua inserção nos assentamentos, mas isso demanda muitos estudos.
Por fim, um outro desafio que os camponeses assentados estão enfrentando são os conflitos no interior do próprio assentamento. Sobre isso é que trataremos a seguir.

4.6. Os conflitos no assentamento Sepé Tiaraju

[134] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Cada família assentada tem se dedicado às atividades que melhor se enquadram. Assim, há famílias que criam galinhas, porcos e gados. Já outras cuidam das hortaliças, do cultivo de milho, da mandioca, do feijão e da abóbora. E por fim, há aquelas famílias que optaram por plantar árvores frutíferas.

Assim, no interior do assentamento vão se constituindo os grupos dos camponeses assentados que sabem sobre aqueles que trabalham direito e aqueles que não trabalham, como é o caso do baiano Gildalvo que, na visão de alguns camponeses assentados, é visto como vagabundo. Gildalvo, segundo informações dos assentados, comprou uma Caravan, construiu a casa, gastou todo o dinheiro e não tem nada. Um outro episódio interessante foi quando nos informaram sobre uma suposta "macumba" que fizeram para o Ronaldo, da horta. Segundo Mário, a "macumba" é para que certo camponês não vá para frente e cresça.

Como afirmou Bombardi (2004:237) há o fenômeno da diferenciação camponesa, no qual há camponeses que acumulam mais riquezas do que outros, mas esse processo não é único:

> Há, assim, no campesinato um processo de diferenciação, ou seja, de enriquecimento e de empobrecimento. Entretanto, estão não é um processo de mão única, em que os camponeses ricos tornam-se capitalistas e os camponeses pobres proletários, como entendia Lênin e, posteriormente, seus seguidores.

A Irmã Vera comentou que há muitos ciúmes entre os assentados e isso é que está na base dos conflitos:

> Olha, eu acho que todo lugar tem conflitos. Qualquer lugar que você for, você vai encontrar, porque não tem um lugar perfeito. Então aqui você também vai encontrar conflitos. Acho que os conflitos têm haver com um pouco de ciúmes. O ciúmes do cargo, né? Eles pensam assim: 'Ah, porque ele tá lá na direção, eles querem mandar mais'[135].

Esses pequenos conflitos preocupam o coordenador geral do assentamento, Geovani, porque podem provocar uma divisão. No entanto, o fato de ninguém do

[135] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com a Irmã Vera, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

assentamento ter um 'patrão' não significa que não haja um projeto coletivo. É aí que está o dilema, nem todos querem fazer parte do projeto coletivo, porque são resistentes a ele como já discutimos anteriormente. Isso constitui, ao nosso ver um grande desafio para os assentados do Sepé Tiaraju:

> Porque aqui nós não temos patrão, não tem nada. Aqui, tudo que a gente vai fazer, é conversado, se vai dar certo, se não vai dar certo. É a maioria quem manda. E sempre às vezes no meio, tem um algum rebelde. Que a política do movimento é uma política assim, é mais é de a gente trabalhar em coletivo, que tudo que a gente vai comprar, comprar em coletivo, vender, vender em coletivo, pra que? Pra vender melhor, pra comprar melhor, mas tem um que não encaixa isso na idéia dele. Aí começa acontecer aquelas conversinhas pra qui, pra acolá, aí quando a gente pensa que não, já aconteceu um racha. Entra o pessoal, aí o cara vai atrás de outra coisa, e aí sempre tem um seguidor. E aí faz aquele grupinho, segue e aí tá feito o barulho. A liderança ouve a base. E a base pode opinar. Na verdade, quem resolve [as coisas] é a base. Nunca a direção sai de lá e chega aqui e fala: 'oh, é pra acontecer isso'. Não, chega aqui e senta e expõe os assuntos, que é pra acontecer, né? O que o pessoal acha. Aí dá as clarezas, né? O que pode ser bom, o que pode ser ruim. Aí quem decide é a maioria[136].

Os conflitos existem, são reais, mas as famílias organizadas, por afinidade, sempre se ajudam mutuamente. Assim, compartilham tratores, organizam-se em mutirão para construir as casas, fazer colheita no roçado do vizinho e assim por diante. O fato de existir camponeses assentados que resistem ao projeto coletivo proposto pelo próprio MST, não significa que não haja a ajuda mútua entre os vizinhos. Pelo contrário, o auxílio vicinal é de suma importância como forma de complementação da mão-de-obra como demonstramos anteriormente.

Uma forma de estreitar os laços entre as famílias assentadas é por meio das festas.

A liderança regional do MST sempre organizou festas entre os camponeses, estejam assentados, ou não. As festas constituem um ponto de encontro entre diversas famílias e também uma forma de lazer e cultura. O TAC no item 12, prevê que sejam realizadas ações para o fortalecimento da cultura camponesa. Nesse sentido, a festa mais recente organizada pela liderança regional do MST foi a festa do Saci que ocorreu dos dias 19 a 25 de novembro de 2007.

[136] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

Nesta festa houve seminários, palestras, brincadeiras, peças teatrais, exposições de vídeo sobre meio ambiente e cultura popular. Segundo Kelly Mafort[137], o objetivo do encontro foi promover a recuperação dos principais personagens do folclore brasileiro, como o Saci, além de fortalecer e promover uma identidade positiva do movimento na região. Esse encontro foi amplamente divulgado nas mídias. O Jornal "A Cidade" publicou, no dia 20 de novembro de 2008, uma reportagem sobre o evento, como podemos ver abaixo, no Caderno de Cultura do Jornal:

TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2007

MST

Movimento do Saci-Pererê

Discriminado pela igreja e pela superstição popular durante anos, personagem volta como símbolo da preservação do meio ambiente e até mesmo como defensor da reforma agrária

FRAS MATTOS

Quando o escritor Monteiro Lobato levou personagem do folclore nacional para as páginas de "Reinações de Narizinho" sequer poderia imaginar que o saci pererê se tornasse exemplo de alguma coisa.

Marreiro, mentiroso e brincalhão, o moleque negro de uma perna só aparecia todas no Sítio do Pica-Pau Amarelo, para o horror de Tia Anastácia, que o chamava de "coisa-ruim".

Mas nada como um dia após o outro para que a criatura mitológica que por décadas assustou os rincões de todo o país, ganhasse status de defensor da cultura popular e outros quesitos.

Agora até o Movimento dos Sem-Terra adotou o saci como uma espécie de mascote na luta pela reforma agrária.

Desde ontem, o MST de Ribeirão Preto promove o "Entiva e marchisa. E nós detemos uma arte que valoriza o ser humano e a natureza, afirma.

Quê Oliveira, que coordenou o setor de cultura do MST, vai além.

- Durante o evento vai ser discutido também a relação cultural do Saci em duas vertentes: a defesa do meio ambiente e o consequente processo de reforma agrária, argumenta.

Não por acaso, o encontro começou na manhã de ontem com uma palestra com um título sugestivo: "A cultura popular como essência de um povo novo".

A palestra foi ministrada por Mário Cândido, presidente da Sesaci, a Sociedade dos Observadores de Saci, uma ONG (Organização Não Capitalista) criada em 2003 em São Luiz de Paraitinga, região do Vale do Paraíba.

- No início, criamos a Sociedade meio que de brincadeira, mas hoje já temos mais turísticos de São Luiz.

- Temos três grandes festas na cidade. O Carnaval (onde só se ouve velhas marchinhas), a festa do Divino e agora a festa do Saci, comenta Mourão.

O escritor ressalta que graças às comemorações, o personagem folclórico que andava esquecido acabou renascendo entre a garotada.

- Tanto que os avós voltaram a contar estes "causos" aos netos, diz.

Para Mourão, o embate entre Halloween e Saci-Pererê é uma discussão que envolve questões sócio-políticas.

- Aceitar o Dia das Bruxas é determinar que um povo está predisposto a ser dominado por outro, explica.

Poucos acreditam

Se depender dos mais jovens, a polêmica continua. Enquanto os pais discutiam a importância da cultura popular no salão principal do Sítio Pau D'Alho, os filhos adolescentes jogavam bola no campinho ao

THOMATE

Figura 6
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 20 de dez. de 2007. p. C2.

Mesmo com a ampla divulgação da festa do Saci, que ocorreria no centro de formação Dom Hélder Câmara ou Sítio Pau D'alho (Ribeirão Preto), a maior parte das famílias do assentamento Sepé Tiaraju não participaram, em decorrência do acúmulo de trabalho no assentamento, como nos revela as falas dos camponeses assentados:

[137] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Kelly Mafort, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

> Nessa festa eu não pude ir. Durante essa atividade a gente tinha compromisso também aqui [no assentamento]. Então, a gente planta, tem a cesta orgânica em Ribeirão que a gente dá apoio. Quando tem a CONAB que é a doação simultânea lá, a gente ainda tem as entregas pra fazer, então é bem corrido. Então, a gente tá tendo que controlar, pra ter participação [nos eventos] e pra tá fazendo o que a gente faz aqui. Fica meio difícil também, entendeu? (Valdenice).
> Na festa do Saci houve sim a participação, mas pouca, né? É muito serviço. O assentamento consome muito tempo do assentado. Então, praticamente a hora que sê tá trabalhando... É muito serviço. Não tem tempo. Não é porque não quer participar das atividades, mas é porque não tem tempo (Ronaldo).
> Na festa do saci teve participação do pessoal mais do pessoal do Mário Lago. Aqui teve participação, mas não tanto que nem o Mário Lago. O pessoal lá parece que é mais assim... Gosta mais de festa, mais das coisas né? Aqui, parece que é mais devagar. (Geovani)[138].

Como podemos observar, a grande quantidade de trabalho no assentamento, dificulta a participação dos camponeses assentados nos eventos promovidos pelo MST, mas sempre tem um assentado que participa. Nessa festa, houve maior participação dos acampados do Mário Lago, na fazenda da Barra, em Ribeirão. Até porque o Sítio Pau D'alho, geograficamente, está próximo ao acampamento Mário Lago e pela carta-imagem, da página 134, é possível percebermos que o assentamento Sepé Tiaraju está distante do município de Ribeirão Preto. E com certeza, a distância também é um fator que dificulta a participação dos assentados do Sepé Tiaraju quando os eventos acontecem na cidade de Ribeirão Preto.

Mas, há uma fala particular de um camponês assentado que afirmou não ter ido a festa do Saci, porque sempre que há festas, eles são convidados para trabalhar (cuidar da cozinha, da segurança). Na verdade, eles querem participar de festas nas quais possam trocar idéias, rever os amigos: "Eu não vou em festa, porque eu gosto de festa pra divertir. Quando você vai lá, eles [a liderança] põem você pra ser o segurança. A minha esposa eles coloca na cozinha"[139]. Da fala de Mário, podemos depreender que a festa tem um significado de encontro para o camponês.

Se essa característica não é considerada, os camponeses não participam dos encontros organizados pela liderança do MST. Então ocorre o fenômeno do desencontro entre o MST e os camponeses por ele mobilizados, uma vez que o MST,

[138] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Valdenice, Ronaldo e Geovani, em Serra Azul, em janeiro de 2008.
[139] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Mário, em Serra Azul, em janeiro de 2008.

na condição de agente mediador da luta pela terra, nem sempre leva em consideração os ideais que são próprios do campesinato, como explicitou Martins (2004:28):

> (...) Há aí um grande desencontro entre CPT e MST, de um lado, e os próprios trabalhadores rurais, de outro. No compreensível esforço de trazer as lutas camponesas para sua concepção do mundo moderno, essas agências de mediação reduzem a utopia camponesa (e seus ricos elementos conservadores de referência crítica à alienação na sociedade moderna) a uma ideologia mais partidária do que política.

A conquista do assentamento Sepé Tiaraju, depois de sete anos, mesmo com todos os seus dilemas, serviu de estímulo para que o MST da região de Ribeirão Preto, a despeito de suas limitações na condição de agente mediador, continuasse a mobilizar trabalhadores rurais, desempregados etc, para ocuparem outras áreas irregulares. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto, portanto, continua. As manifestações também. E mesmo com tantos afazeres, os camponeses assentados do Sepé Tiaraju, continuam a dar apoio aos novos acampados num gesto de solidariedade.

Sem dúvida, a formação do assentamento Sepé Tiaraju, alterou os rumos políticos, econômicos, culturais e espaciais dessa região. É sobre essas mudanças, portanto, que trataremos no próximo capítulo.

C A P Í T U L O 5

OS DESDOBRAMENTOS DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

Atualmente, a luta pela terra na região de Ribeirão Preto ampliou-se, uma vez que o processo de reestruturação das agroindústrias prevê a completa substituição dos trabalhadores rurais por máquinas no corte de cana-de-açúcar. Inclusive, houve um encontro do Núcleo de Responsabilidade Social implantado pela regional do Centro das Indústrias do Estado (CIESP) em Ribeirão Preto no dia 30 de outubro de 2007, para discutir o futuro do trabalhador rural[140].

O que se observa a partir desse fato, é que o capital, mais uma vez é que toma as rédeas para pensar o que se fará com os trabalhadores rurais que em muitos setores da agroindústria serão paulatinamente dispensados dos postos de trabalho. O capital se reúne para pensar as conseqüências dessa reestruturação produtiva na sociedade, porque na atual conjuntura os movimentos sociais procuram denunciar as condições precárias as quais estão submetidos milhares de trabalhadores, evidenciados as contradições do modo de produção capitalista.

Desse modo, tem sido urgente pensar políticas capazes de garantir a reinserção desses trabalhadores em outras atividades. Um caminho viável que se apresenta é a ampliação e viabilização dos assentamentos de reforma agrária. Hoje, na região de Ribeirão Preto, há quinze municípios que possuem assentamentos resultantes da luta pela terra, como podemos ver no mapa nº 4 da página 218. Além disso, o mapa informa-nos a que movimentos sociais e órgãos os assentamentos estão vinculados.

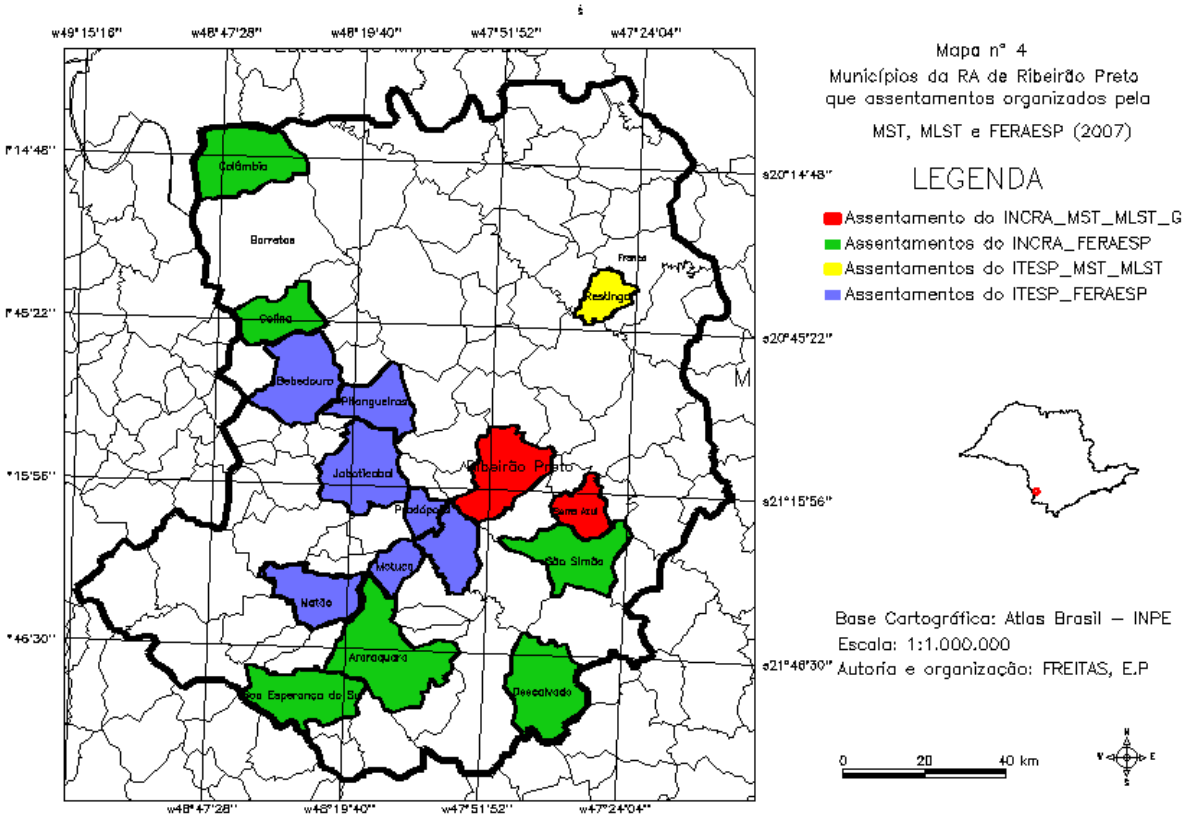
Neste capítulo pretendemos abordar sucintamente, o processo de formação do acampamento Mário Lago (MST), a partir do qual se formou o acampamento Santos Dias (MLST) e o acampamento Independente Índio Galdino, todos na Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto, a partir da implementação do assentamento Sepé Tiaraju em Serrana-Serra Azul.

A formação desses acampamentos mostra que os movimentos sociais, como o MST, terão de repensar suas estratégias de mobilização de famílias que se encontram em situação de exclusão, pois nem sempre ocorre, no interior do acampamento, laços de solidariedade, logo a falta de sociabilidade entre as famílias,

---

[140] Futuro de trabalhador em debate. **Jornal A cidade**. Ribeirão Preto, 30 de out. 2007, Caderno A, p. 09.

favorece o descrédito em relação aos movimentos, ampliando o processo de estigmatização. Mostraremos os limites da luta pela terra na região e os dilemas postos aos movimentos sociais, quando estes decidem incorporar nos acampamentos, indivíduos que possuem dificuldades de convívio social.


Mapa nº 4
Municípios da RA de Ribeirão Preto
que assentamentos organizados pela
MST, MLST e FERAESP (2007)
LEGENDA
Assentamento do INCRA_MST_MLST_G
Assentamentos do INCRA_FERAESP
Assentamentos do ITESP_MST_MLST
Assentamentos do ITESP_FERAESP
Base Cartográfica: Atlas Brasil – INPE
Escala: 1:1.000.000
Autoria e organização: FREITAS, E.P
0
20
40 km
w49°15'16"
w48°47'28"
w48°19'40"
w47°51'52"
w47°24'04"
s20°14'48"
s20°45'22"
s21°15'56"
s21°46'30"
Colômbia
Barretos
Cajobi
Bebedouro
Pitangueiras
Jaboticabal
Ribeirão Preto
Pradópolis
Sertãozinho
São Simão
Motuca
Matão
Araraquara
Descalvado
Franca
Restinga

5.1. Formação do acampamento Mário Lago em Ribeirão Preto

No início do ano de 2003, o MST, continuou a mobilizar trabalhadores rurais e desempregados urbanos para organizar uma ocupação numa área valorizada em Ribeirão Preto: a fazenda da Barra que já havia sido vistoriada pelo INCRA em outubro de 2000. Pelo laudo técnico, tal imóvel rural foi classificado como improdutivo e, por conseguinte, foi decretado para fins de reforma agrária, em 29 de dezembro de 2004[141]. Anteriormente a essa data e sem sucesso, os proprietários da fazenda da Barra requereram, junto ao Supremo Tribunal Federal, uma notificação judicial do Presidente da República e do Ministro de Estado da Reforma Agrária para que se abstivessem da desapropriação da fazenda, alegando que a área era produtiva. Todavia, conforme o promotor do Ministério Público de Ribeirão Preto – Marcelo Goulart – o uso inadequado das terras da fazenda, causou uma série de problemas ambientais, pelo fato das terras estarem situadas em uma área de recarga do aqüífero Guarani.[142]

Estivemos pela primeira vez, no acampamento Mário Lago, em setembro de 2004[143] e observarmos como estavam organizadas as 450 famílias que provinham do próprio município de Ribeirão Preto e de outras cidades próximas.

Naquela ocasião, as condições das famílias acampadas eram precárias. Os barracos foram erguidos numa área vizinha a fazenda da Barra. As famílias, portanto, não tinham possibilidade de iniciar hortas comunitárias. Todos os alimentos eram assegurados por meio de doações que a liderança do MST se incumbia de conseguir no centro urbano de Ribeirão Preto ou mesmo junto aos pré-assentados do Sepé Tiaraju em Serrana-Serra Azul, já que dispunham de horta comunitária. Com relação ao abastecimento de água, os acampados conseguiram abrir poços d'água com facilidade devido o aqüífero Guarani está a poucos metros de profundidade. Na

---

[141] Informações disponíveis em: http://www.mda.gov.br/index . Acesso em 31 de ago. 2006.

[142] **Cresce Invasão de sem-terra em Ribeirão Preto (SP)**. Folha de São Paulo, 04 de ago. de 2003. Disponível em: http://www.sindicatomercosul.com.br. Acesso em: 31 de ago. 2006.

[143] Nesse período, estávamos dando continuidade à pesquisa sobre a formação do assentamento Sepé Tiaraju. Por isso, foi possível acompanhar a formação do acampamento Mário Lago.

fotografia nº 27, visualizamos o local no qual as mais de 400 famílias estavam acampadas em 2003:

Fotografia 27 – Área próxima a Fazenda da Barra
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. fevereiro de 2004.

Vale destacar também que o MST, em 2003, criou uma frente de trabalho para as famílias acampadas, nas proximidades de Ribeirão Preto. O objetivo dessa ação era garantir renda para aqueles acampados que viviam de "bicos" na cidade[144].

Como já era de se esperar, a ocupação da fazenda da Barra, pelas famílias organizadas pelo MST, dividiu opiniões na sociedade local. Embora o uso das terras da fazenda da Barra apresentasse uma série de irregularidades, sobretudo vinculadas as questões ambientais, a área estava sendo disputada por grandes construtoras que objetivavam construir condomínios residenciais de alto padrão em virtude da proximidade com a rodovia Anhanguera e ao aeroporto[145]. Dessa forma, a ocupação da área foi notícia não apenas nos meios de comunicação locais, mas também ganhou visibilidade nacional. Vários jornais publicaram artigos e reportagens que desqualificavam os acampados e, por conseguinte, o MST, além de expressarem o

[144] TORNATORE, N. MST organiza frente de trabalho para acampados. **Jornal A cidade**. Ribeirão Preto, 09 de set. 2003, Caderno A, p. 04.

[145] Idem

quão era absurda a desapropriação da Fazenda da Barra para fins de reforma agrária.

O ex-ministro do INCRA no governo de FHC, Francisco Graziano, escreveu um artigo denominado *"Barril de Pólvora"*, publicado em vários jornais de circulação nacional[146], a respeito da ocupação da fazenda da Barra por famílias mobilizadas pelo MST. Em seu artigo, Graziano (2004) procurou demonstrar a insatisfação do setor do agronegócio em relação a essa ocupação.

Desse modo, o autor iniciou o seu artigo comparando o MST a "Bandidos sociais", pois estes 'invadiram' uma 'jóia ambiental' – a fazenda da Barra – e ficaram impunes:

> O que se verifica na terra do Ministro Palocci não tem paralelo na história dos conflitos agrários. *O clima de impunidade* que acomete o campo, a Nação assistindo a Constituição sendo rasgada por *bandidos sociais* está se agravando. (...).Na Califórnia brasileira, como se denomina a região de Ribeirão Preto, existe uma única propriedade rural cujas matas nativas ultrapassam a reserva legal de 20%. Essa raridade ecológica chama-se Fazenda da Barra.(...) Uma jóia ambiental.[147]

As lideranças do MST da região de Ribeirão Preto, como vimos nos capítulos anteriores, têm mobilizado não apenas os trabalhadores rurais Sem Terra, mas os desempregados urbanos e também todos aqueles que se encontram em situação de exclusão. O fato do MST acolher, em seus acampamentos, os marginalizados das diferentes categorias sociais, as referências que Graziano (2004) fez em seu artigo, sobre esses indivíduos são bastante depreciativas:

> Pois bem. *Essa propriedade [Fazenda da Barra] encontra-se invadida pelo MST*. A reintegração de posse, concebida pela Justiça, não consegue ser cumprida pela polícia militar**.** *E nela, ninguém entra. Toda cercada, gente armada de facões, cancelas improvisadas. Parece filme de bang-bang. É*

[146] Este artigo "Barril de Pólvora" foi publicado no dia 08 de dezembro de 2004 nos seguintes jornais: Jornal Tribuna de Ribeirão Preto, O Estado de São Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Também o presente artigo pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: http://www.xicograziano.com.br/bandeiradaagricultura.htm

[147] GRAZIANO, F. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 de dez. 2004. Caderno A, p. 02.

> *inacreditável. No centro da agricultura mais evoluída, ocorre um festival de horrores que não tem paralelo na questão agrária nacional*[148].

No decorrer do artigo, Graziano (2004) procurou apresentar a sua versão [que podemos afirmar ser também a versão do agronegócio] para os fatos que motivaram o MST, apoiado pelo promotor público, Marcelo Goulart, a ocupar a fazenda da Barra. O primeiro fato, que levou o MST, a ocupar a fazenda, segundo Graziano (2004), está vinculado ao não cumprimento da função social da propriedade, no que se refere à questão ambiental. Nesse sentido, Graziano buscou explicar o não cumprimento da função social, no quesito ambiental, pelo antigo arrendatário da fazenda. Segundo o autor, o arrendatário cometeu o equívoco de desmatar uma parte da área da fazenda, porque a área para o plantio da cana-de-açúcar era menor do que constava na escritura. Por isso, o arrendatário foi multado e não pagou a multa. Mas, para Graziano, o não pagamento da multa constituiu apenas num incidente:

> Em 1993, o então arrendatário da fazenda realizou a topografia da exploração. Medida no chão, como se diz, a área resultou menor que aquela declarada na escritura. Em decorrência, as florestas existentes suplantaram a reserva legal obrigatória, estabelecida em 20% da área total. Assim o infeliz decidiu, sem autorização prévia, derrubar um pedaço da mata virgem. Recebeu, justamente uma multa. Rompido, logo em seguida, o contrato de arrendamento, a multa permaneceu sem pagamento. *Agora, 10 anos depois do incidente, a fazenda é acusada pela turma do MST de descumprimento da função social da propriedade, no capítulo ambiental. Um argumento malandro*[149].

O segundo fato, levantado 'pela turma do MST', segundo Graziano, sobre as terras da fazenda da Barra, está relacionado com a sua não produtividade. Todavia, para contradizer a esse argumento do MST e do INCRA, Graziano apresentou uma outra versão em seu artigo:

---

[148] Idem
[149] Idem

> (...) Há 30 anos a fazenda serve à exploração de cana-de-açúcar. Em 1999, a usina deixou de receber sua matéria-prima, passando a terra a ser cultivada com soja e cereais. Instigado pelos *justiceiros agrários* a desapropriar o imóvel, o INCRA promoveu sua vistoria em 2000. O que aconteceu se parece, desta vez, com molecagem. Os técnicos do governo percorreram a fazenda bem na época da entressafra, quando o solo, descanso, se cobria de mato. Visto que o arrendatário não dispunha de nota fiscal da venda de sua produção anterior, concluíram, simplesmente, que lá nada se produzia. Virou latifúndio no papel[150].

Após ter apresentado, em seu texto, explicações para se contrapor aos argumentos do MST, do INCRA e do Ministério Público, que justificavam a desapropriação da fazenda da Barra, Graziano (2004) procurou mostrar que a aquisição da fazenda da Barra, pelo governo federal, para fins de reforma agrária, constituiu num assalto aos cofres públicos, visto que a área tornou-se extremamente valorizada por estar próxima a rodovia Anhanguera e ao aeroporto:

> (...) Ocorre que a fazenda se localizava às margens da Rodovia Anhanguera, praticamente dentro da cidade de Ribeirão Preto. Vários loteamentos urbanos se espalham ao redor, tornando-a valiosíssima. *Esta é, de fato, uma das razões que levaram à sua última, e cara, aquisição***.** Na ótica do MST, negócio bichado. Cada hectare ali vale, por baixo, R$ 30 mil. Na conta dos invasores, cada qual deverá receber 12 hectares, um quinhão que custaria R$ 360 mil ao povo brasileiro. Será recorde mundial da reforma agrária. Um escândalo financeiro[151].

E, para completar, a estigmatização do MST, Graziano, em seu artigo, deixa claro que os ocupantes da Fazenda da Barra, não eram merecedores da terra a qual ocupavam, porque muitos 'acampados' possuíam bens materiais como casa, carro, dentre outros, e que não precisavam de terra:

> Boa parte dos supostos sem-terra compõe-se de desempregados urbanos, pobres coitados, *iludidos pela cantilena pseudo-revolucionária do MST*. É o caso do Edílson, mineiro, 13 anos trabalhando em firma de segurança, parado há dois. Talvez uma terrinha lhe resolva a vida. Mas essa deformação fica pequena quando se observa a enorme quantidade de oportunistas imiscuídos entre os invasores. Só vendo para acreditar. Encontra-se lá a Tereza, dona de pizzaria no Jd Independência, ao lado de seu irmão, Zé Barbosa, carro Pálio novo; a Clarisse, cuja pequena frota de Vans serve aos líderes do movimento; o Luís, funcionário da Febem; o Alemão, que toca um bar ali perto...Haja idealismo!

---

[150] Idem

[151] Idem

> O líder da invasão pode ser sem-terra, mas não vive sem-carro. Ostenta uma caminhonete Chevrolet D20, cabine dupla. Um sonho de consumo de milhões de trabalhadores "com-terra", os tradicionais sitiantes brasileiros. Um escárnio.
> É incrível. Cerca de 100 veículos foram contados dentro da área invadida. Quem nunca viu, não acredita: os barracos de lona preta se erguem trazendo ao lado a garagem para a condução. Nunca se viu isso: exclusão social motorizada[152]!

Desse modo, o artigo de Graziano (2004) procurou enfatizar, primeiramente, o caráter criminoso do MST, como ficou evidente, quando denominou os integrantes do MST de 'bandidos sociais'. Em seguida buscou demonstrar que os maiores prejudicados com a ocupação da fazenda da Barra, 'pela turma do MST', foram os arrendatários e proprietários. Para Graziano, embora estes não tenham pagado as multas, o não pagamento constituiu apenas um incidente. E, por fim, o fato dos integrantes do MST possuírem bens materiais, constituiu para o autor um absurdo.

Podemos afirmar que a *criminalização* do MST assume um caráter ainda mais profundo, pois indiretamente temos a *criminalização da pobreza*. Por um lado lança-se luz sobre os "crimes" cometidos pelos sem-terra (ocupação de propriedade privada, depredação do patrimônio público, porte ilegal de armas etc) que denotam a materialidade e visibilidade. Por outro lado, procura-se obscurecer os "crimes" cometidos pelos grandes proprietários de terra (grilagem, peonagem, expropriação de posseiros, o não pagamento de multas etc)[153] que normalmente são crimes de caráter imaterial, mal definidos e invisíveis.

Assim, como afirmou Bauman (2004:134), os *crimes da base social* são diferentes dos *crimes do topo da sociedade*, visto que os primeiros são bem definidos devido a sua materialidade e o segundo são mal definidos em decorrência de sua imaterialidade. Nessa perspectiva temos a inversão da opinião pública em relação a questões relativas aos conflitos no campo. Os Sem-Terras acabam sendo os 'vilões', por realizar ocupações de terras privadas e/ ou públicas e os proprietários

[152] Idem

[153] Em 2003 foi criada a CPI da terra com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST. Essa CPI foi liderada pelos deputados que constituem a bancada ruralista. Alguns deputados chegaram a propor um projeto de lei que transformasse a ocupação de terra em crime hediondo. Em contrapartida, os mesmos deputados negaram a existência de trabalho escravo no Brasil.Ver. Sauer, S *et al*. (2006:41)

são tidos como vítimas dos primeiros que passam a ser denominados de '*criminosos-baderneiros*' .

Depois da exposição acima, não é difícil compreender o porquê a *criminalização* do MST foi sendo reforçada com a atuação da imprensa que se posiciona a favor do governo e contra o movimento. Souza (2004), ao estudar o discurso da revista Veja a partir de 1995, acerca do MST, nos mostra que desde a fundação do movimento em 1984 até o massacre de Corumbiara (1995), o MST não era notícia nesse semanário. Essa fase invisível do MST corresponde ao que ele denominou de *"silêncio".*

Logo após a esse conflito sangrento [o massacre de Corumbiara], segundo Souza (2004), em alguns trechos do discurso da revista sobre o massacre, apresentava uma descrição que revelava a crueldade desse acontecimento. A fase na qual a revista buscou mesclar estigmas que denotam a condição de camponeses com estigmas menos depreciativos em relação ao Sem Terra (*são miseráveis*, mas são cidadãos brasileiros; *são desdentados*, mas são agricultores), Souza denominou de *"cooptação",* isto é, uma tentativa de fazer o MST apoiar o governo e este, em contrapartida, atenderia as demandas do movimento, a fim de neutralizar as ações do mesmo.

No entanto, essa estratégia não se consolidou, uma vez que o MST continuou as ocupações. Portanto, segundo Souza, o discurso da revista Veja, mudou radicalmente, dando início à fase da *"divisão",* cujo objetivo era isolar o MST em relação aos seus principais parceiros como o PT e a Igreja Católica:

> Como a cooptação não produziu resultados satisfatórios, passou a ser necessário isolar o movimento para que ele não ganhe ainda mais força. A divisão se dá externa e internamente. Fora do MST, o objetivo é separá-lo de seus aliados naturais. No campo político partidário, os partidos de esquerda, em especial o PT, o maior deles. Ainda fora do movimento, as religiões que o apóiam, em especial a Igreja Católica, de onde surgiu o MST. A intenção aqui é causar indisposição entre os vários setores do catolicismo (SOUZA, 2004 : 85).

Essa nova tática também não surtiu o efeito esperado, pois o MST não cedeu nem a cooptação nem a divisão. Nesse momento, a revista Veja inicia uma

nova etapa no processo de desqualificação do movimento: a *"satanização"*. Essa fase consistiu na difamação aberta em relação a todos os membros do MST. As reportagens utilizavam-se de terminologias bastante depreciativas ao se referirem aos sem-terras, tais como: "os sem-tudo", "sem-lei", "sem-chance", "sem-juizo", "o lixo de todas as classes (numa alusão ao que Marx chamou de lumpen), "baderneiros", "bagunceiros", "alma radical" (em referência a João Pedro Stédile, principal líder do movimento).

Além disso, o discurso (re) produzido pela revista procurou construir toda uma teoria da inferioridade de quem compõe o movimento, buscando associar os seus membros a noção de arcaico, atrasado, antidemocrático dentre outros estigmas negativos.

O processo de criminalização do MST é acionado pelo governo, com o auxílio da imprensa em geral. Governo e imprensa constituem uma simbiose que possibilita, inclusive uma grande influência sobre a opinião pública, pois que "a imprensa representa um instrumento importante no qual o governo se apóia para combater o MST" (COMPARATO, 2000 : 118).

O fato dos 'Sem Terras' acampados em Ribeirão Preto, possuírem bens materiais, também foi motivo para a realização de uma reportagem, veiculada no Jornal "O Globo", cujo título era: "*Sem-Terra, mas com carro, celular e casas na cidade*"[154], na qual o jornalista ressaltou que

> (...) Um exemplo típico de novo sem-terra é Paulo Sérgio Gimenez, de 36 anos, que abandonou o emprego de vendedor de gás na cidade e levou a mulher, Marta, e o mais velho dos três filhos para o acampamento do MST. — Ganhava no máximo R$ 400 por mês e isso não dava nem para pagar as contas — reclama Gimenez. Apesar disso, ele conseguiu juntar dinheiro suficiente para comprar uma picape Chevy, uma moto, telefone celular e mantimentos para sustentar a família na fazenda. (GALHARDO, 2004 : 13).

Como observamos, tanto nos trechos do artigo de Graziano (2004), quanto no trecho da reportagem, escrita por Galhardo (2004), os 'Sem Terras' não podem ter nenhum tipo de bens materiais, pois o estereótipo que se cristalizou no imaginário social sobre o homem do campo tem este como 'rústico', 'atrasado',

[154] GALHARDO, R. "Sem-Terra, mas com carro, celular e casas na cidade". **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de dez. de 2004. Caderno 1, p. 13.

‘pobre’ dentre outros atributos, conforme discutimos. Logo, quando esse estereótipo de ‘rusticidade’ não condiz com o ‘sem-terra’ que está acampado, constitui um motivo para desacreditar todo o movimento. Conforme ressaltou Comparato (2000:198) quem é integrante do MST ‘não pode ter bens materiais’, pois este fato é compreendido pela imprensa como um comportamento destoante do que ‘prega’ o próprio movimento. O surgimento do acampamento Santos Dias (MLST) e do Independentes Índio Galdino a partir do acampamento Mário Lago (MST) está vinculado as dificuldades que as lideranças do MST tem tido de conciliar o ideais do movimento com a prática no cotidiano especialmente na região de Ribeirão Preto como discutiremos a seguir.

5.2. Uma só terra, para três movimentos sociais: MST, MLST e INPENDENTES

Desde a ocupação da fazenda da Barra, pelas famílias mobilizada pelo MST em 2003, até os dias atuais, o acampamento Mário Lago passou por diversas organizações, assim como, o Sepé Tiaraju em Serrana e Serra Azul.

Como havíamos colocado, o MST organizou mais de 450 famílias para a ocupação da fazenda da Barra. Muitas dessas famílias eram provenientes de outras ocupações que ocorreram na região, mas que não obtiveram nenhum resultado, como a ocupação que ocorreu na fazenda Chimbó, no município de Matão em 1999 e a ocupação na Via Norte, que resultou no acampamento urbano Paulo Freire, em 2001.

Evidente que liderar um enorme contingente de famílias Sem Terra, mas que já haviam sido empregadas em atividades, eminentemente urbanas, não seria uma ação tão simples para o MST. Assim, quando o INCRA, em 2004, sinalizou a possibilidade da fazenda se transformar num assentamento de reforma agrária, grupos de famílias que eram contrários às regras estabelecidas pelo MST, se separaram do movimento e fundaram o acampamento Santos Dias, ligado ao MLST.

Por sua vez, um grupo de 48 famílias do acampamento Santos Dias, não concordando com a política do MLST, se separou e criou o acampamento Independente Índio Galdino. Dessa forma, na fazenda da Barra, temos atualmente, 300 famílias ligadas ao MST, e que estão divididas em 19 núcleos; aproximadamente 200 famílias vinculadas ao MLST e 48 famílias ligadas ao Independente Índio Galdino.

Por meio da pesquisa empírica, realizada em julho de 2007, janeiro e fevereiro de 2008, observamos que um dos motivos que levou a fragmentação das famílias em três grupos, está relacionado com a forma de organização estabelecida pelas lideranças do MST. Como, de fato, alguns integrantes do movimento tinham um histórico de vida, marcado pela anomia, tornou-se comum no acampamento, a circulação de bebidas alcoólicas, drogas etc. Sendo assim, muitas famílias passaram a não concordar mais com a ação das lideranças do MST, que insistiam em continuar

a incorporar no acampamento, indivíduos com problemas ligados ao alcoolismo e as drogas. Por esse e outros motivos foi criado do acampamento Santos Dias, vinculado ao MLST que é resultante de um racha interno que ocorreu no interior do acampamento Mário Lago, sob a direção do MST.

De acordo com Edílson, o qual Graziano (2004) referiu-se em seu artigo, esse racha esteve relacionado com a liderança do MST regional. Sendo assim, para esse grupo de família que se vinculou ao MLST, o MST tinha perdido os princípios de uma luta pela terra voltada para povo:

> Quando a gente veio [pra Fazenda da Barra] a gente ficou acampado em dois local, aproximado da Fazenda, né? Depois a gente entrou pra Fazenda, mais a gente não se identificou com alguns dirigentes do MST, vamos assim dizer, não o MST em si. Aí a gente saiu [do MST] com a proposta de criar uma coisa diferente, né? E viemos e criamos o acampamento Santos Dias que depois virou MLST[155].

Atualmente, as famílias ligadas ao MLST organizaram-se numa cooperativa e como a fazenda da Barra já foi desapropriada pelo INCRA para fins de reforma agrária, elas estabeleceram parceria com a CONAB para escoar a produção do acampamento e já estão realizando, em conjunto, uma feira. Sobre esse fato, foi publicado, no dia 23 de março de 2008, uma manchete no Jornal A Cidade:

[155] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Adilson, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

GENERAL

Sem-terra oferecem feira alternativa

MLST vai inaugurar feira para venda no varejo dos produtos cultivados em fazenda desapropriada para reforma agrária

PRODUÇÃO DE FRUTAS E LEGUMES Acampados apostam na produção própria com atrações para o consumidor, a partir do final de abril

NICOLE TORRESAN

Ribeirão Preto ganha no mês que vem uma feira diferenciada. O MLST (Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), que mantém 191 famílias num acampamento instalado na ocupada fazenda da Barra, inaugura uma feira para venda direta aos consumidores dos produtos cultivados na área onde o Incra prepara um assentamento de reforma agrária.

A feira vai funcionar duas vezes por semana, em um amplo galpão construído a menos de cinco metros do muro que separa a área da fazenda e o bairro Ribeirão Verde.

"Vamos abrir o muro e a rua, que hoje é sem saída, vai acabar diretamente no galpão", explica Marcos Pravodes, coordenador do acampamento.

Segundo ele, em trinta dias estará pronta a infraestrutura. "Vamos construir um escritório, berçário, sanitários masculino e feminino e uma cozinha. Além de comprar produtos frescos, a preços que só quem produz pode praticar, os visitantes vão poder experi-

as pessoas vinham at
para passar, e não só p
ra comprar frutas, verd
ras e legumes. Vamos
uma ampla área de es
clonamento e uma espé
de praça de alimentação
criança poderá fazer pa
seios de cavalo ou char
ra. E a dupla sertaneja Ma
ner e Cézar, que faz pa
do acampamento, estará
apresentando", explica.

Ele acredita que a qua
dade dos produtos e os pr
cos baixos vão atrair m
ra gente. "Será um por
de encontro bem familia
num ambiente rústico, al
que não existe em Ribeir
Preto", promete.

Lucro

A idéia da feira surg
para viabilizar a comerc
lização do excedente pr
duzido em cerca de 500 d
600 hectares ocupados pe
acampamento do MLST.
grupo firmou um convêni
com a Conab (Compan
Nacional de Abastecime
to), para quem vende p
de da produção, distribui
e entidades assistenciais
Banco de Alimentos da Pr
feitura Municipal.

"Esse convênio com
Conab, chamado progra
Compra Antecipada, gara
te uma renda média de

NO ATACADO

Produção do acampamento já é vendida na Ceagesp

Com a feira, que vai funcionar aos domingos (8h00 às 13h00) e num dia da semana (a definir), à noite, as famílias querem evitar

400 caixa de quiabo para um comerciante. "Ele vem aqui com um caminhão, paga R$ 4,00 a caixa, e vende na Ceagesp por R$

duz quiabo, abóbora, banana, berinjela, feijão, milho, mandioca, batata-doce e maracujá, entre outros produtos.

se divide em três acampamentos - um dos MLST, outro do MST e um terceiro independente.

O Incra já cadastrou as

Figura 7
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 23 de mar. de 2008. p. A11.

O acampamento Santos Dias, ligado ao MLST, também apresentou muitos problemas em relação à sua liderança. Desse modo, um grupo de 48 famílias se desvincularam do MSLT e criaram o acampamento Independente Índio Galdino, que surgiu a partir da desvinculação de um grupo constituído de 48 famílias ligadas ao acampamento Santos Dias (MLST). No entanto, as famílias que hoje compõe o acampamento Independentes Índio Galdino, também fizeram parte do acampamento Mário Lago, organizado pelo MST. Juarez, do acampamento Independe Índio Galdino, nos fala sobre os motivos que levaram as famílias a romperem com MST:

> O que levou essa dissidência é que principalmente quando ouvia falar do MST, eu sempre tinha o MST como revolucionário. Eu ainda acho que é, porque talvez o problema seja da coordenação local, regional. Não do MST como um todo. Eu respeito todos os movimentos que existe, mais de noventa no país, mas o problema é o seguinte: quando a gente ouve falar de um movimento, a gente vê de fora pra dentro, quando a gente vê de dentro pra fora, a realidade é outra. Que o negócio é revolucionário, ninguém passa fome, que tem justiça social, que recupera as pessoas das drogas, do alcoolismo e a gente chega e vê que não é bem assim a gente vê que não tem muita democracia, a gente quer opinar, a gente quer decidir, a gente quer ser sujeito da história, quando a gente chega no movimento e vê que o movimento não é desse jeito, não dá oportunidade de transformação pra melhor, que não ameniza o sofrimento do acampado, então a gente

> começa a ter algumas divergências. E essas divergências leva ao rompimento, com certeza. Isso é a conseqüência. A gente começa a perceber a injustiça social que acontece dentro, a falta de democracia interna e tal, a gente não tem direito de opinar e nem de discordar. Então a gente acaba rompendo, é natural[156].

A fala de Juarez nos revela que, na sua concepção, nem sempre o discurso propagado pela liderança local do MST correspondia a uma prática efetiva que viabilizasse a justiça, a participação e a democracia entre os acampados. E foi a incongruência entre a teoria e a prática da própria liderança local do MST que levou um grupo de acampados romperem com o movimento e constituir um novo acampamento, na esperança de se tornarem, de fato, 'sujeito da história', identidade essa, construída paradoxalmente no interior do processo de mobilização, formação e organização viabilizado pelo próprio MST da região.

O acampamento Mário Lago, ligado ao MST, não respondeu aos anseios de parte das famílias acampadas e, portanto houve a formação do acampamento Santos Dias, vinculado ao MLST. Mas, as formas organizacionais do acampamento Santos Dias, também não atendeu as expectativas de um grupo de famílias, e que, portanto, também se separaram e organizaram o acampamento Independente Índio Galdino, conforme nos falou Juarez:

> O Índio Galdino é um movimento local, né? Ele tem... Já tá perto de completar dois anos. Mas, na luta nós tamos desde agosto de 2003 que era só MST, depois teve as dissidências, vem o MLST que a gente participou do outro acampamento, acampamento Santos Dias e por motivos de divergências, do modo como o líder conduziu o acampamento, nós rompemos e criamos esse aqui com 49 famílias. Hoje tem em torno de 45 famílias cadastradas[157].

Edílson, que inicialmente se integrou ao MST, fez parte do MLST é hoje um dos coordenadores do acampamento Independente Índio Galdino. Ele nos esclarece o porquê às famílias se desvincularam do MLST:

---

[156] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Juarez, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

[157] Idem.

> Quando a gente veio [pra fazenda da Barra] a gente ficou acampado em dois local, aproximado da fazenda, né? Depois a gente entrou pra Fazenda, mais a gente não se identificou com alguns dirigentes do MST, vamos assim dizer, não o MST em si. Aí a gente saiu [do MST] com a proposta de criar uma coisa diferente, né? E viemos e criamos o acampamento Santos Dias que depois virou MLST. Mas, essa pessoa que tava na direção do MLST se tornou diferente. Não era mais aquela pessoa que a gente conheceu no MST, né? Aí a gente resolveu criar o Índio Galdino que hoje a gente tenta fazer o que a gente tinha idéia, né? Quando a gente saiu do MST. Essa idéia era fazer uma coisa diferente, era fazer uma coisa pro povo, e não uma coisa direcionada a política. A coisa do interesse do povo. O MST da região perdeu em grande parte o caráter popular. O idealismo do MST a gente vê que é bom. É uma ótima filosofia deles. Mas, depois os dirigentes não leva a risca o que o movimento dita nas regras[158].

Por meio da fala de Edílson é possível depreendermos, mais uma vez que na base das seqüentes rupturas está a incompatibilidade entre os 'ideais' defendidos pelos MST e o que, de fato é praticado pela liderança local. Na concepção de Edílson o que determinou a formação do acampamento Independentes Índio Galdino, a partir do acampamento Santos Dias (MLST) foi o abandono do ideal de se viabilizar uma reforma agrária para o povo, isto é, de caráter popular.

[158] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Edílson, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

É interessante ressaltar que, 90% das famílias que compõe o acampamento Independentes Índio Galdino são evangélicas e estão ligadas a igreja Congregação Cristã do Brasil. Nesse acampamento, não houve nenhuma ocorrência policial e esse fato motivou algumas famílias a se vincularem a este acampamento, como foi o caso da família de Maria:

> Eu tôu aqui no acampamento há a mais ou menos dois anos. O que me trouxe para o acampamento foi à vontade de ter um pedaço de terra, né? Como eu fiquei conhecendo o pessoal daqui, assim um pessoal muito organizado, pessoas muito simples, mas tudo de boa índole, todas pessoas muito honestas e um movimento assim, de bom caráter, sem ocorrências. Então, eu vim pra cá e fiquei conhecendo Então, eu tôu aqui plantando, cuidando do meu lote sabe. Eu planto árvore frutífera, eu planto verdura, legumes e planto grão, como milho. Eu era do lar, antes de vim pro acampamento. Eu tou com o meu esposo também. Ele sempre trabalhou com terra, mas com terra dos outros. Ele trabalhava como trabalhador rural. Ele mexia assim, com horta comunitária, esses negócios. Eu tenho quatro filhos, mas três são casados. Eu tenho uma filha solteira que mora aqui comigo e tem 20 anos[159].

Assim como a família de Maria, que tem um histórico de vida ligado a terra, outros integrantes que compõe o acampamento Independentes Índio Galdino tem suas histórias marcadas pelos sucessivos deslocamentos por diferentes lugares, como é o caso de Juarez, que antes de ingressar no movimento, trabalhou na condição de diarista, meeiro e arrendatário, na lavoura de feijão, na região do Triângulo Mineiro:

> A minha infância foi no meio rural. No Triângulo Mineiro na cidade de Campina Verde, meu pai era funcionário público federal, dos meus irmãos, eu sou o caçula da família. Eu tive mais quatro irmãos mais velhos e três irmãs. Então eu e mais os meus irmãos, meu pai costumava pegar terra próximo à cidade, a gente roça de toco, eles tocava. Não tinha preparo com máquina e nem nada e era arrendada. Então, a gente pegava 60% pra gente e 40% pro dono da terra. E trabalhava muito também como diarista em lavoura de feijão, de arroz. Na região tem muita, muita lavoura de arroz, de milho, então eu trabalhava de diarista também, além de trabalhar como diarista, trabalhava como meeiro, como arrendatário, como diarista, a gente

[159] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Maria, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

> trabalhava é porque é mais cidade pequena, no interior de Minas é mais serviço rural[160].

Divino, que também faz parte do acampamento Independentes Índio Galdino, era camponês parceiro em Rondônia, e veio para Américo Brasiliense, município próximo a Araraquara, para trabalhar no corte de cana e na colheita da laranja:

> Eu vim de Américo Brasiliense, mas eu sou goiano. Eu era lavrador lá em Rondônia. Lá nós pagava renda. Era porcentagem mesmo tanto em produto como no valor (dinheiro). Era 10% a 20%, dependendo do arrendatário. (...) Em busca de uma melhora, né? Na época eu era solteiro, mas na época eu já pensava em adquirir família e pensava em melhorar a situação pra quando adquirir (a família) tivesse um pouquinho estabilizado. Em Ribeirão Preto eu vim direto para o acampamento, né? Então, eu não tive muito tempo na cidade. Mas lá em Américo Brasiliense eu trabalhava na roça também, cortava cana, apanhava laranja essas coisas aí.

Embora o acampamento Índio Galdino possua famílias, as quais têm sua história vinculada ao trabalho na terra, as mesmas correm o risco de não serem devidamente assentadas, porque elas carregam consigo o estigma da dissidência. Tanto que quando procuraram o arcebispo da Arquidiocese de Ribeirão Preto, que esteve no cargo antes de Dom Joviano, em busca de apoio, o Arcebispo não quis apoiá-los e mandou eles procurarem o Lavrati, coordenador geral do MST, na região. Com a chegada de Dom Joviano na Arquidiocese de Ribeirão Preto, novamente os acampados dos Independentess do Índio Galdino o procuraram, como nos contou Maria:

> Aí eu fui falar com Dom Joviano, a gente teve uma conversa mais de amigo, aí eu expliquei a situação e ele marcou uma entrevista. Aí nós fomos lá, ele prontamente nos ajudou. Mandou uma carta pro INCRA. O INCRA foi até lá, pois uma pessoa pra ir lá conversar com o bispo e o bispo disse que todos nós poderiam pegar num pedaço de terra, porque todos nós tínhamos mão calejadas, porque nós tínhamos interesse pela terra pra sobrevivência[161].

[160] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Juarez, em Ribeirão Preto, em 2008.
[161] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Maria, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

As famílias desse acampamento também estão bem organizadas. Inclusive tem uma Associação que os representa. E essa associação é importante para que as famílias não seja discriminadas, como nos falou Edilson:

> A nossa associação é toda regularizada. Faltavam algumas certidões pra gente. Agora a gente acabou de regularizar essa semana. Tem um advogado nomeado pela OAB que nos ajuda. A associação é importante com certeza. Quando você chega em algum lugar e fala que é Sem-Terra, a gente já é discriminado. Quando você chega e fala que tem uma Associação, então a visão já é outra. A pessoa já trata a gente diferente. É uma forma da gente ter uma identidade coletiva[162].

Na figura abaixo, podemos ver um cartão de apresentação da associação:

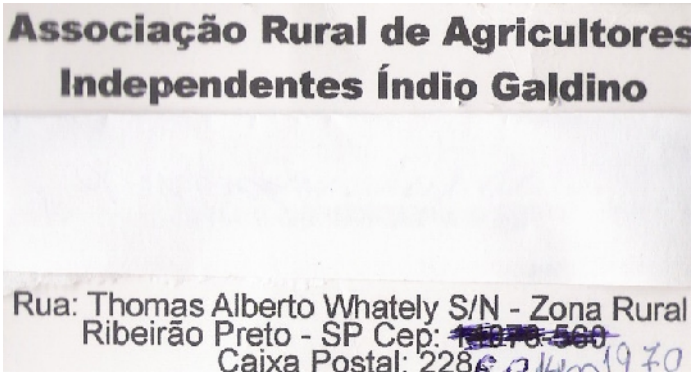


Figura 8
Cartão de Apresentação da Associação dos Agricultores Independentes Índio Galdino

Mesmo diante da incerteza de serem assentadas, as famílias estão na expectativa de se conveniarem com a CONAB para que possam comercializar os produtos da horta comunitária, como nos falou Edilson:

> Nós vamos criar uma horta aí em torno de dezesseis famílias, né? Que se interessou a participar da horta. Essa horta, um pouco vai pro banco de alimentos, através daquele projeto da CONAB, no primeiro momento ai, pra gente começar, eu acho que é um bom começo e depois, o INCRA vai fornecer cinco barracas pra gente fazer ponto fixos dentro da cidade, tem um advogado que está nos ajudando, orientando, vai conseguir uns alvarás pra gente, pra gente fazer uma coisa bem legalizada.

[162] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Edílson em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

Segundo Edilson, o INCRA tem dado apoio às famílias desse acampamento, mas as mesmas enfrentam muitas dificuldades por causa da indefinição de quais famílias serão assentadas:

> O Zé Luiz [técnico do INCRA] procura ser mais imparcial, mas ele tem nos ajudado. Ele é mais solidário. O que ele pode fazer pra nos ajudar, ele tem feito. A gente não pode reclamar não. Mais do que a semente é regularizar a gente, porque se a terra já tá na mão do INCRA por que essa burocracia toda? Demorar tanto pra agilizar... Antes eles alegava que era por causa do problema da justiça, que tava na mão da justiça, porque não podia dar andamento enquanto a terra tivesse na mão da justiça. Hoje já não tá mais na mão da justiça, tá na mão do INCRA e isso já vai fazer um ano. Ainda tá tudo parado. Eles ainda não vieram medir nada. Nem o mapa da fazenda eles ainda não tem. Aquele colhido com o agrônomo ainda não tem[163].

Mesmo com a indefinição do INCRA em relação às famílias do acampamento Independentes Índio Galdino, os coordenadores do acampamento têm buscado organizar uma sala de aula para promover a EJA e o reforço escolar. Para tanto, contam com apoio de um professor de Ribeirão Preto, como informou Juarez:

> O professor Fidelis [COC] se propôs a dar reforço escolar para as crianças, dá alfabetização para os adultos e supletivo a longa distância que nós está querendo implantar aqui no acampamento. Uma das dificuldades pra isso, é a questão da iluminação que nós não temos. Quando a gente se propõe a puxar da chácara vizinha, alguma coisa, existe uma rejeição. Mas é uma coisa que eu defendo, não luz pro pessoal ainda, porque isso é função do INCRA, mas eu defendo pra gente dá esse curso de alfabetização, essas coisas, eu vou defender até o fim. Que a gente puxe da chácara vizinha, ou que ponha um poste aqui próximo o relógio, puxe só pro nosso barracão coletivo, o espaço coletivo que é pra essas coisas, pra eventos culturais de alfabetização e tudo e mais[164].

---

[163] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Edílson, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

[164] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Juarez, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

A relação dos acampados com os moradores do Bairro Ribeirão Verde, que está próximo a fazenda da Barra, segundo Juarez é boa, porque as pessoas foram conhecendo a luta das famílias. Todavia, no início da ocupação foram alvos de inúmeros estigmas:

> O preconceito existe bastante, mas em Ribeirão Preto melhorou, eu digo assim, que melhorou em torno de 80% porque antes a gente era chamado de vagabundo. Sem-Terra é vagabundo, não quer trabalhar. Mas isso vai mudando, né? Aqui na Fazenda da Barra com a ocupação que ouve aqui do Sem-Terra. Então, o pessoal viu, a gente planta, a gente vai vender mercadoria na cidade. Então, o pessoal começou a ter outra visão. Nós não somos vagabundos. Nós estamos procurando a terra como emprego, como meio de sobrevivência de voltar às raízes, né? Tudo que se come na cidade é produzido no campo. Então, esse preconceito vem acabando[165].

A fala de Juarez é interessante, porque nos revela que a partir da luta pela terra, as famílias ligadas ao acampamento Independentes Índio Galdino foram desconstruíndo a identidade deteriorada que costuma marcar aqueles que lutam pela terra.

Foi por meio do acompanhamento da história de vida das famílias vinculadas ao acampamento que conhecemos a história de Zezé, como é conhecido um dos coordenadores do acampamento. Zezé participou da ocupação da fazenda Chimbó, em Matão, junto com o MST. Como a fazenda não foi desapropriada na ocasião, o Zezé não se transferiu para o acampamento Sepé Tiaraju, mas participou da ocupação da fazenda da Barra. Ele era cortador de cana-de-açúcar. Hoje, sofre sérios problemas de saúde decorrentes do hábito de fumar e do trabalho no corte de cana, como ele mesmo narrou durante entrevista:

> Eu fui cortar cana e cortei 58 toneladas de cana num dia. Eu, se tiver com saúde, se tiver um talhão de cana, eu corto ele num dia até 10 horas da noite. Isso me prejudicou muito, porque eu não gostava de parar pra tomar água. Eu ficava muito tempo sem tomar água também, né? Então o que eu fazia? Eu pra não pará muito pra tomar água, aí eu gostava assim de pegar rapadura, cortava um pedacinho, punha no saquinho e dependurava. Quando dava sede, eu punha a rapadura na boca e fumava um cigarro.

[165] Idem.

> Mas, com o cigarro só, eu punha debaixo do chapéu, fumava cinco ou seis. Enquanto os outros iam várias vezes tomar água, eu ia uma. Aí que deu o problema no rim. Agora, eu tô com problema de estômago, problema no esôfago, problema de fígado. Eu ia no médico tossindo, só dava remédio de tosse, ninguém nunca falou nada. Quando chegou no final do ano passado, eu não agüentei mais. Fui ver, já tava contaminado, o pulmão, bronquite crônica, sinusite e os médicos não falaram nada que eu tinha esses problemas. Mas, tá na mão de Deus. Eu não tenho nada. Deus é maior. Fiz a cirurgia no pulmão, fiquei internado em Cajuru. Cheguei lá com problema de rim. Fiquei internado sete dias, eles não puseram sonda, não fez nada. Chegou lá foi por a sonda, eles tirou o curativo, o buraco do dreno e entrou ar no pulmão. Fiquei uns dia lá, uma semana e meia. Fiquei mais sete dias internado. Aí eu vim embora, passou mais uma semana fui no Letônio ali, cheguei lá, não tava mais agüentando mais andar não. O pulmão tava cheio de ar. Aí teve que mexer de novo na cirurgia, por outro dreno. Aí, dói muito. A gente sofre demais, né? Porque não pode dar mais anestesia geral uma seguida da outra, porque antes de quatro meses não pode dar outra, né? Mas se eu for... Aí fiquei lá. Nos dias de tirar o dreno pra mim vim embora, eu tava tossindo demais, fui levantar assim o braço, aí eu arranquei a mangueira de dentro do pulmão, o dreno. Aí, eu quase morri. Aí paralisou tudo, fiquei no balão [de oxigênio]. Fizeram outra [cirurgia]. Mas, graças a Deus, eu tôu aqui. Aí eu tôu com a sonda desde outubro, não era pra tirar...Mais eu vi que tava ficando complicado tudo, por mais que eu tomava remédio, não parava a dor. Aí, eu voltei no HC [Hospital de Clínicas – USP Ribeirão], conversei com eles [os médicos]. Aí tirou a sonda, pra mim fazer um teste. Aí eu consegui urinar, mais só um pouquinho. Aí, eu já tinha orado a Deus. Se eu conseguisse, eu não punha não [novamente a sonda]. Aí, tudo bem lá. Aí, quando foi pra eu vim embora, o rapaz que me levou de carro, porque andar de ônibus é ruim, né? Aí eu peguei, tomei o ônibus vim pra rodoviária quando cheguei eu lá não tava agüentando mais andar. Eu tava em Barreiro, em Barreiro eu não fazia nada. Fui dentro do Pronto Socorro, vou no banheiro. Fiquei no banheiro, uma meia hora e aí não consegui urinar mais... Aí o homem chegou com o carro e disse: como é vai embora assim Zezé? Eu disse: vamo embora. Aí depois, volto pro Pronto Socorro. Aí vim embora. Quando cheguei aqui [no acampamento] não agüentava mais de tanta dor. Mais ficou mil vezes mais pior. Aí eu pedi ao Edílson pra me levar no Pronto Socorro...Eu tô aqui é porque não chegou há minha hora.

A esposa do Zezé nos informou que o fato dele ter ficado doente dificultou o trabalho na roça, porque ela tinha que cuidar dele, das crianças, da casa e também da lavoura. Além disso, em decorrência da cirurgia que fez no pulmão, ele mal consegue andar, porque perde totalmente o fôlego. Na fotografia nº 28, podemos ver da esquerda para direita, o Erivaldo, o Zezé e a sua esposa Joana, e as crianças Paulo Ricardo e João Vitor.

Fotografia 28 – A família de Zezé
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

A despeito das dificuldades da luta pela terra, as famílias acampadas do Independentes Índio Galdino aguardam ansiosamente pelo assentamento e querem saber do INCRA, quais famílias serão beneficiadas. Contudo, a dificuldade maior é assegurar a permanência das famílias no acampamento por um longo período de espera. Acompanhemos a fala de Maria, de Juarez e de Edílson respectivamente:

> O que precisa agora é saber quem vai ficar, pra outras famílias deixar de tá investindo, gastando às vezes até o que não tem, pegando serviço de diarista pra poder colocar aqui [no acampamento]. Porque o interesse é tão grande que a gente tá trabalhando até a noite, porque tudo aqui tem que pagar, sabe?[166].
>
> As dificuldades no dia-a-dia é que a gente tá na terra pra melhorar de vida, né? O desemprego na cidade é grande, apesar da gente tá num acampamento, uma das dificuldades é principalmente a proximidade com a cidade, o acampamento é próximo, o que divide nós do perímetro urbano é uma cerca. Isso é um atrativo para o acampado ir para a cidade, alugar uma casa quem vem de fora, ter água, luz, conforto, então isso é uma dificuldade que nós temos, né? Nós temos que conscientizar o pessoal que tem que ficar na terra, lutar na terra.Outra dificuldade é a falta de empréstimo, a falta de condição, porque se a gente tem que ficar aqui o INCRA não faz nada enquanto a gente é acampado. Só depois de acampado, o governo não faz nenhum empréstimo. A ajuda social é pouca, né? O pessoal ajuda, o movimento sindical, o movimento popular, religioso, mas é pouca ajuda,

[166] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Maria, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

> mas não dá. Então, a gente para plantar uma roça de milho ou mandioca ou de qualquer coisa, tudo tem que ter capital inicial e a gente não tem. Então, muitas vezes, sempre a gente tem que sair fora tem que fazer um bico de pedreiro, ou de pintura, ou as companheiras deles vão fazer a faxina. Então você tem que arrumar um bico tem que ganhar um dinheiro, porque a cesta básica além de ser... Ela não é cesta básica, ela é uma cesta meia-boca e às vezes atrasa dois ou três meses pra vim e quando vem não vem a que atrasou[167].

Ao que tudo indica, a indefinição das famílias que serão assentadas na fazenda da Barra, está ligada a fragmentação do acampamento Mário Lago, organizado pelo MST, em três outros acampamentos, pois tal fato criou um impasse para a viabilização do assentamento de reforma agrária na área. Uma das técnicas do INCRA da Superintendência de São Paulo, responsável pelo assentamento, nos afirmou que não haveria como assentar todas as famílias que estão acampadas na Fazenda da Barra, pois o primeiro fomento, no valor de R$ 7.400 foi empenhado apenas para um número 300 famílias[168] e só MST tem em seus núcleos, esse total de famílias.

Dessa maneira, o critério que o INCRA adotaria para assentar as famílias seria o tempo que elas já se encontram cadastradas. Tanto as famílias vinculadas ao MLST quanto as famílias do acampamento Índio Galdino fizeram pressão para que todas as famílias fossem assentadas e o INCRA, teve que rever a posição. Isso explica a demora na viabilização do assentamento.

É interessante ressaltar, que no interior do acampamento Independentes Índio Galdino, as famílias já plantam milho, mandioca e hortaliças, conforme nos mostra a fotografia nº 29:

---

[167] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Juarez, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

[168] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Claudia Bueno (Técnico do INCRA), em São Paulo, em julho de 2007.

Fotografia 29 – Produção de hortaliças no acampamento Independentes Índio Galdino
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Por fim, as famílias do acampamento Independentes Índio Galdino esperam se forem assentadas que o modelo de assentamento que desejam seja o mesmo que está sendo desenvolvido no assentamento Sepé Tiaraju, em Serra Azul. Esse também é o desejo das famílias do acampamento Mário Lago vinculado ao MST como veremos a seguir.

O maior número de famílias acampadas na fazenda da Barra pertencem ao MST. Como há integrantes de diversas origens socioeconômicas dentro do acampamento, segundo Gláucia, uma das líderes, os acampados assinaram um termo de compromisso de cumprimento de um conjunto normas estabelecidas pelo movimento. Na ocasião, fotografamos o documento no qual, estão contidas as regras internas e o transcrevemos.

Quadro 2
Regimento interno do acampamento Mário Lago (MST)

MST

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS

Regimento Interno

Para que seja possível o avanço da luta, para o bom andamento do acampamento e para que venhamos a avançar nas conquistas morando no Acampamento Mário Lago, nos comprometemos a defender as normas que por nós foram criadas e estabelecidas, e se eventualmente essas normas forem descumpridas, temos clareza que poderemos sofrer punições e inclusive sermos afastados efetivamente do acampamento.

Segue abaixo a normas internas a serem respeitadas por todos os membros desta comunidade: Não usar e nem comercializar entorpecentes;

1. Não roubar e nem furtar dentro o fora do acampamento;
2. Estupro e abuso sexual serão punidos com a expulsão do acampamento;
3. Fica proibido qualquer tipo de prostituição;
4. Não agredir fisicamente e nem proferir qualquer ameaça a pessoas da comunidade;
5. Não desrespeitar e nem agredir o meio ambiente;
6. Não fazer arrecadação e nem comercialização individual;
7. Não ficar embriagado devido ao excesso de álcool;
8. É necessária a participação de todas as atividades do movimento;
9. Horário de silêncio fica estabelecido as 23h00;
10. As famílias que receberem visitas serão responsáveis pelas mesmas e se estas descumprirem o regimento quem sofrerá as conseqüências serão as pessoas que entrarem em nosso acampamento.

Sendo de comum acordo nós famílias acampadas no Acampamento Mário Lago que nos comprometemos a zelar e respeitar as nossas normas internas abaixo assinamos como compromisso.

De acordo com a Gláucia, embora os acampados tenham assinado esse termo de compromisso, alguns não cumprem todas as normas. Para a liderança é um enorme desafio conseguir organizar e harmonizar todos os acampados. A despeito das dificuldades de manter a organização no interior do acampamento, alguns núcleos do acampamento estão avançados no processo de produção.

O item 07 do regimento interno do acampamento Mário Lago, ficou estabelecido que as famílias tem que priorizar a produção e comercialização coletiva. Nesse sentido, observamos a plantação de hortaliças, mandioca, milho e criação de suínos nos núcleos do acampamento. O núcleo ao qual João e Luis pertencem, já

fornece alface, couve e outros tipos de hortaliças para outros acampados, bem como para os moradores dos bairros vizinhos da fazenda da Barra. Na fotografia nº 30, é possível visualizar o cultivo de hortaliças, cujo responsável direto é o João:

Fotografia 30 – Produção de hortaliças no acampamento Mário Lago – MST
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Enquanto João responde pela produção das hortaliças, Luis cria porco, cultiva mandioca e milho como nos mostra as fotografias nº 31 e nº 32, respectivamente:

Fotografia 31 – Criação de porcos
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

Fotografia 32 – Sr. João colhendo mandioca
AUTORA: FREITAS, Elisa Pinheiro de. julho de 2007.

A produção do acampamento Mário Lago é desenvolvida por meio do trabalho cooperativo, conforme está previsto no item 07 do regimento interno. Além disso, as famílias também estão se adequando a produção de forma a privilegiar a

agricultura orgânica, da mesma maneira como está organizada no assentamento Sepé Tiaraju.

Por fim, como está previsto no item 09 do regimento, as famílias têm que participar de todas as atividades do movimento. Por exemplo, em relação às dificuldades relativas ao transporte das crianças e jovens para as escolas próximas a fazenda da Barra, o MST organizou um protesto para solucionar o problema. O Jornal A Cidade, publicou uma reportagem sobre esse protesto no dia 04 de outubro de 2007. Essa manifestação das famílias teve o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da regional de Ribeirão Preto:

Quinta-feira, 04 de outubro de 2007 | A CIDADE | A3

"As empresas providenciaram ônibus para substituir os apreendidos pela PM. Esperamos que a situação esteja bem próxima da normalidade no início da próxima semana", diz o secretário José Norberto Gallego Fontes

TRANSPORTE ESCOLAR

ALUNOS DO RIBEIRÃO VERDE NA SAÍDA DA ESCOLA Transporte escolar foi regularizado ontem, mas moradores reclamam de 'lotação'

Famílias vão processar Secretaria da Educação

Falha no transporte escolar deixou mais de 100 alunos sem aula na terça-feira

MERCIANA RIBEIRO

Os prejuízos causados por dois dias de falhas no sistema de transporte escolar oferecido pela prefeitura de Ribeirão Preto vão ser discutidos na Justiça. Na segunda-feira, depois que seis ônibus escolares foram apreendidos em uma blitz da PM, cerca de 200 alunos que mo-

do Brasil no bairro. "Vamos entrar com uma ação coletiva para defender o direito dos estudantes", afirmou.

Normalização

Na tarde de ontem, depois de dois dias de muita confusão, o serviço de transporte escolar foi regularizado. No início da tarde, a Secretaria Municipal de Educação mandou um

se uma estudante da 6ª série da Escola Estadual Professor João Augusto de Mello, nos Campos Elíseos. Ela aguardava a chegada do ônibus das 18h20 para voltar para casa, no Ribeirão Verde. Três ônibus foram enviados para o transporte dos estudantes naquela escola e houve superlotação em apenas um.

A Secretaria Municipal da Educação custeia o transpor-

municipal, de acordo com a Constituição.

Essa semana, os ônibus foram apreendidos depois que o Ministério Público oficiou à Polícia Militar um pedido de blitz para a apreensão de veículos irregulares.

Na segunda-feira da semana passada, a 15ª Circunscrição Regional de Trânsito de Ribeirão Preto já havia inspecionado seis veículos com-

Figura 9
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 04 de out. de 2007. p. A3.

No dia 30 de outubro de 2007, as famílias ligadas ao MST ocuparam um *Shopping* em Ribeirão Preto para protestar contra uma multinacional suíça, cujos seguranças foram responsáveis pela morte de um líder do MST no Paraná. Participaram dessa manifestação também alguns camponeses assentados do Sepé Tiaraju. Segundo Geovani, camponês assentado do Sepé, não vão muitos assentados, mas sempre vai alguém da família, porque como ele mesmo falou, se não tiver luta as questões relativas a reforma agrária não prosseguem:

> O pessoal aqui sempre vai. Num vai assim, naquela totalidade, porque um tem serviço, outro também tem. Mas, às vezes quando o pai não vai, a mãe não vai, às vezes vai um filho, vai uma filha pra ajudar no processo, né? Porque o processo é esse. Se não tiver luta, morre né? Ele acaba. Então, tem que ter alguma participação. Ou mais ou menos, mas sempre tem alguma participação[169].

Sobre essa manifestação, o Jornal A Cidade, publicou uma reportagem no dia 31 de outubro de 2007, como pode ser vista na página seguinte:

[169] Entrevista realizada por Elisa Pinheiro de Freitas com Geovani, em Ribeirão Preto, em janeiro de 2008.

Cidades — Quarta-feira, 31 de outubro de 2007 | A CIDADE | A7

QUESTÃO AGRÁRIA

MST faz protesto contra multinacional em RP

Manifestantes ocuparam área de shopping para protestar contra a morte de líder no PR

NICOLA TOPNATOTT

Pelo menos 80 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra) fizeram ontem um protesto defronte ao edifício onde funciona o escritório da Syngenta, no edifício Ribeirão Office Tower, dentro da área do RibeirãoShopping.

A empresa é uma multinacional suíça que atua no agronegócio, comercializando sementes transgênicas. O ato repudiou a morte de um líder do MST, ocorrida no último dia 21, no Paraná.

Paulo Freire, advogado do MST, explica que 150 famílias sem-terra ocuparam, em junho do ano passado, uma área na cidade de Santa Tereza D'Oeste, a 540 Km de Curitiba, utilizada pela Syngenta para experimentos com sementes. Ainda segundo ele, os quatro seguranças que cuidavam da área deixaram o local e retornaram depois, com mais 40 homens fortemente armados, quando ocorreu o confronto que resultou na morte de Valmir Mota de Oliveira, do MST, e de um segurança.

Ontem, durante o protesto, a PM foi chamada, mas não precisou interferir, e os manifestantes deixaram o local sem o registro de incidentes.

PROTESTO Os integrantes do movimento sem-terra se reuniram na área externa do shopping de Ribeirão

OUTRO LADO

Empresa diz que mandou seguranças saírem

A Syngenta é uma das líderes mundiais do agronegócio e emprega 21 mil pessoas em 90 países. No ano passado, seu faturamento chegou a US$ 8,1 bilhões. A filial brasileira da empresa divulgou comunicado sobre o incidente no Paraná.

"Na manhã de 21 de outubro, integrantes do MST e da Via Campesina ocuparam a estação de pesquisa de sementes da Syngenta em Santa Tereza D'Oeste, no Paraná. A Syngenta foi informada do fato pela empresa terceirizada de segurança que vigiava o local e registrou queixa na Delegacia de Cascavel.

A Syngenta instruiu a empresa de segurança terceirizada para que os quatro seguranças que estavam na estação saíssem do local e que não se opusessem à entrada dos manifestantes. Por volta das 13h, aconteceu um confronto envolvendo integrantes do MST e a empresa de segurança terceirizada e que levou à morte de um dos seguranças e de um integrante do MST.

Essas ocorrências estão sob investigação policial. Nenhum funcionário da Syngenta estava presente na estação durante o incidente."

Figura 10
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 31 de out. de 2007. p. A7.

O último protesto de maior visibilidade na mídia que ocorreu no dia 30 de novembro de 2007, ocasião na qual as famílias do acampamento Mário Lago e também alguns assentados do Sepé Tiaraju interditaram a rodovia Anhanguera em apoio a outras famílias que fazem parte do movimento e que foram agredidas pela tropa de choque no Horto Florestal Tatu, município de Limeira. Essa interdição foi pacífica, mas foi noticiada por toda imprensa local. O Jornal "A Cidade' destacou esse evento:

MÃO ÚNICA

MST fecha a via Anhangüera

Cerca de 100 integrantes do acampamento "Mário Lago", que o MST mantém na fazenda da Barra, na zona leste de Ribeirão Preto, bloquearam ontem à tarde uma das pistas da rodovia Anhangüera, na altura do Km 314, em protesto contra a ação policial que, pela manhã, provocou ferimentos em trabalhadores sem terra de um acampamento localizado no Km 136 da mesma rodovia Anhangüera, no município de Limeira.

Os sem-terra de Ribeirão Preto interditaram a pista sentido São Paulo-Minas Gerais, mas deixaram livre a marginal, para onde foi desviado o fluxo de veículos. Por causa da lentidão, formou-se um longo congestionamento – às 15h30 eram mais de 3 quilômetros. A PM foi ao local, mas não houve confronto. No final da tarde os manifestarem liberaram a pista.

Segundo Kelli Mafort, da direção estadual do MST, o bloqueio parcial da Anhangüera foi um ato de solidariedade aos sem-terra do Horto Florestal Tatu, de Limeira, e em repúdio à ação de reintegração de posse da área, pertencente à União.

"O horto era da Rede Ferroviária Federal, que foi privatizada. Cerca de 150 policiais da Tropa de Choque derrubaram barracos, atiraram com balas de borracha e usaram bombas de gás lacrimogênio. Foi uma ação truculenta e desnecessária", afirmou.

SOLIDARIEDADE Integrantes do MST fecham a rodovia: ato de repúdio

Figura 11
Jornal A Cidade, Ribeirão Preto, 30 de nov. de 2007. p. A3.

De maneira geral, a ocupação da fazenda da Barra pelas famílias mobilizadas pelo MST em 2003 e, posteriormente, a fragmentação das famílias em três acampamentos, evidenciou os limites da luta pela terra na região de Ribeirão Preto e nos fez refletir sobre a atuação do MST na região e como será o processo de assentamento das famílias nessa fazenda.

Na nossa concepção, o assentamento das famílias, independente de qual grupo pertençam, não será uma tarefa fácil para o INCRA. A nosso ver, porque não houve uma solidificação dos laços de sociabilidade entre as famílias, como ocorreu na formação do assentamento Sepé Tiaraju em Serrana-Serra Azul. O grupo de famílias que ainda possui um vínculo maior entre si, são as que estão ligadas ao acampamento Independentes Índio Galdino, porque as famílias são evangélicas, freqüentam a mesma igreja e, portanto, mantém uma relação bastante próxima, diferente do que ocorre nos outros acampamentos do MST e do MLST.

Nesse sentido, os desdobramentos da luta pela terra na região de Ribeirão Preto, a partir da consolidação do assentamento Sepé Tiaraju em Serrana-Serra Azul, atualmente tem gerado impasses, sobretudo para os movimentos sociais que terão que repensar as estratégias de mobilização de famílias que se encontram em

situação de exclusão, pois nem sempre a construção dos laços de solidariedade ocorre de forma a consolidar a união de um grupo.

Por fim, uma das hipóteses que levantamos para explicar as razões que possam vir a dificultar a formação do assentamento das famílias na fazenda da Barra se refere ao número de famílias. Tanto o MST quanto o MLST, coordenam um total de aproximadamente 500 famílias e a nosso ver, o número de pessoas muito elevado, constituirá um grande desafio para os movimentos sociais organizarem as famílias de modo a garantir, um mínimo de coesão na consolidação do futuro assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou demonstrar o processo de conquista e transformação de uma fração do território da agricultura capitalista em um território da agricultura camponesa. O assentamento das famílias nas terras da antiga fazenda Santa Clara (Serrana-Serra Azul) após um longo período de luta demonstra o fenômeno da recriação do campesinato mesmo numa região na qual o capital territorializou-se comprovando que o capitalismo se difunde de maneira combinada e desigual.

Diante de um processo de estigmatização e difamação, o MST na condição de agente de mediação da luta pela terra, tem ajudado os camponeses posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores assalariados desempregados a superar os estigmas, isto é, os atributos negativos e construir uma identidade positiva de si e dos outros a ponto de questionarem as ações das lideranças e não concordarem muitas vezes com a política do movimento, o que gerou, por exemplo, o surgimento de outros movimentos a partir do MST.

Desse modo, as relações de poder embora sejam assimétricas (FOUCAULT, 1979), o pólo dominado não permanece eternamente sujeito ao pólo dominador havendo sempre conflitos que engendram recusas do pólo dominado em relação ao projeto do pólo dominador. Além disso, a luta pela terra se amplia para outros embates como o direito a saúde, à educação, à água potável, à energia, ao acesso ao crédito agrícola dentre outras demandas.

O que observamos ao pesquisar o processo de formação do assentamento Sepé Tiaraju e os desdobramentos da luta pela terra na região de Ribeirão Preto são as dificuldades relacionadas à inserção dos camponeses assentados no circuito mercantil e financeiro. Conforme explicamos, quando os órgãos estaduais e federais como o ITESP e o INCRA viabilizam o assentamento das famílias, oferecem pouca assistência técnica e quando o técnico assessora os assentados é no sentido de controlar os gastos provenientes dos fomentos ou dos financiamentos.

Na concepção dos camponeses assentados o controle do dinheiro pelos órgãos responsáveis pelos assentamentos, dificulta as relações entre eles e os estabelecimentos comerciais porque ao terem que exigir as notas fiscais, a relação se torna estritamente formal. Dessa forma, quando o camponês assentado se lança ao

mercado, as relações inter-pessoais construídas no período do acampamento que estão pautadas nas relações de vizinhanças, de compadrio e comunitárias são sobrepostas pelas relações de trocas nas quais o dinheiro e a exigência burocrática da nota fiscal se tornam mediadores entre as pessoas (SILVA, 2004:83).

O que os camponeses exigem em relação aos órgãos governamentais não é o controle do dinheiro e sim o auxílio de como manejar o solo, viabilizar a agricultura orgânica, desenvolver projetos de cooperação entre os assentados dentre outras medidas. O fato dos técnicos se preocuparem com os gastos dos camponeses assentados vem reforçar a representação de que eles são incapazes de serem agricultores como afirmou Silva (2004:112-114).

O fenômeno do arrendamento nos assentamentos de reforma agrária ocorre em decorrência do entendimento que o Estado tem de reforma agrária. Não raro, as políticas visam apenas a distribuição da terra o que não é suficiente. A reforma agrária se efetiva com êxito quando se leva em consideração a implementação de um projeto que viabilize a agricultura familiar garantindo o atendimento das necessidades de reprodução material e social das famílias assentadas e se utilize das experiências de vida delas (SILVA, 2004:117).

O assentamento Sepé Tiaraju engendrado a partir da experiência de outros assentamentos da região constitui um assentamento modelo na medida em que todos os camponeses assentados possuem a posse coletiva da terra e assinaram conjuntamente o TAC. Como demonstramos, as condições as quais as famílias vivenciaram no período do acampamento foram superadas e hoje não hesitam em afirmar a satisfação que possuem em estar devidamente assentadas e territorializadas. Embora, ainda haja preconceitos em relação às famílias assentadas, a identidade deteriorada dos Sem-Terra foi sendo desconstruída e dando lugar a uma identidade positiva.

O assentamento por estar localizado numa área distante dos municípios, é necessário que sejam instaladas as devidas infra-estruturas e que as famílias tenham acesso as técnicas necessárias para o desenvolvimento do assentamento. A CONAB tem desempenhado um papel importante à medida que compra parte da produção dos assentados garantido-lhe uma renda mínima.

Por fim, o MST na região de Ribeirão Preto deverá repensar suas práxis levando em consideração a experiência de vida daqueles que são mobilizados. Como Santos (2004:134) afirmou

> A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autentico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade.

Dessa forma, os movimentos sociais têm de imitar o cotidiano, porque ele não se repete, é dinâmico, está em movimento. Quando as práticas dos movimentos não têm como ponto de partida o cotidiano dos sujeitos, acabam por abrir caminhos para as rupturas e divisões, enfraquecendo a luta pela terra diante das pressões postas pelo capital. Nesse sentido, há necessidade das lideranças dos agentes de mediação refletirem sobre o processo de mobilização, organização e formação dos trabalhadores sem terra e construir novas formas de atuação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo : Editora Hucitec; Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1998, 275p.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003. 149p. (Coleção Estudos Rurais).

ABREU, M.A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I.E et al. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I.E et al. (Org.). **Brasil: questões atuais a reoganização do território**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996. 145-184.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução, Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; Introdução Crítica, J.A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1985. 128p.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo : Editora Cortez, 2005. 334p.

ANDRIETA, A.J. Reforma agrária no Estado de São Paulo: após duas décadas, sucesso ou fracasso? **Instituto de Economia Agrícola**, São Paulo, out. 2006. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=124 . Acesso em: 14 de fev. 2007.

ARROYO, M.G.; FERNANDES, B.M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF : Articulação Nacional Por uma educação no campo, 2002. 85p.

BALDUÍNO, D. T. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural: entrevista. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural,** São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43, p. 9-22, set./dez. 2001.

BATALHA, M. O, et al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional.** Jaboticabal, SP : Editora Novos Talentos, 2005. 320p.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2003. 141p.

_____. **Vida Líquida**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rios de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2007. 210p.

_____. **As conseqüências da Globalização**. Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro : Zahar Editora, 2004. 145p.

BERGAMASCO, S.M.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo : Brasiliense, 1996. 87p. (Coleção primeiros passos; 301).

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** 7. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999. 199p.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo : Annablume, 2004, 396p.

BRANCO, M. T. C. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba : Ed. da UFPR, 2003. 176p.

BRANDÃO, M.A *et al.* (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. 1. ed. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 319p.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 436p.

CALDART, R.S. O MST e a formação dos sem terra. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural,** São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez. 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: o estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 9. ed. São Paulo : Editora Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376p. (Coleção Espírito Crítico).

CHAYANOV, A.V. **La organización de la Unidade Econômica Campesina.** Buenos Aires : Nueva Visión, 1974.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 38. ed. São Paulo : Editora Brasiliense, 1994. 125p. (Coleção primeiros passos).

COMPARATO, B. K. **A ação Política do MST**. São Paulo : Editora Expressão Popular, 2000. 237p.

CONTEXTO MUITA DESVATAÇÃO PARA POUCA RENDA. **Veja**, São Paulo, 20 de jun. de 2007. p. 13.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E, et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006. 15-47p.

COSTA, R.H. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004. 400p.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro : Editora Rocco, 2001. 126p.

DAMIANI, A.L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo : Contexto, 2004. 19-58.

DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo : Brasiliense. 1985. p. 104-130.

DURKHEIM, E. **Da divisão do Trabalho Social**. Tradução, Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999. 483p. (Coleção Tópicos).

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Tradução, Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo : Perspectiva, 2005. 174p. (Estudos; 85).

ELIAS, D. Meio Técnico-Científico-Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo : FFLCH-USP, 1996. 274p. (Tese de dourado em Geografia – FFLCH-USP).

ELIAS, N., SCOTSON, J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2000. 224p.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. Tradução, Ruy Jungman; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1993. 307p. 2v.

FARIELLO, D. A riqueza invisível do mercado. **Valor Econômico**, São Paulo, 12,13 e 14 de jan. 2007. Eu & Valor, p. 4-9.

FELICIANO, C.A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo : Contexto, 2006. 205p.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2000. 319p.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo : Ed. Cortez, 2001. 120p. (Coleção da Nossa Época; v. 92).

FERREIRA, D.A.O. **Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo : Editora da Unesp, 2002. 462p.

FLORENZANO, T.G. **Imagens de Satélite para Estudos Ambientais**. São Paulo : Oficina de Textos, 2002. 97p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução, Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1987. 288p.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução, Roberto Cabral de Melo Machado *et al*. Rio de Janeiro : NAU Editora, 2005. 160p.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução, Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979. 295p.

FREITAS, E. P. **A espacialização e a territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra na região de Ribeirão Preto e o processo de formação do acampamento sepé tiaraju na divisa dos municípios de Serrana e Serra Azul (SP).** São Paulo : FFLCH-USP, 2003. 112p. (Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP).

FURTADO, R. **Agribussiness brasileiro: a história. São Paulo** : Editora Evoluir Cultural. 2002. 223p.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia.** Tradução, João Azenha JR. 60. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. 555p.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges Rio de Janeiro : Record, 2006. 108p.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro : LTC Editora, 1988. 158p.

GOHN, M.G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2003. 143p.

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003. 368p.

GOULART, M.P. Ministério Público, Meio Ambiente e Questão Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** São Paulo; v. 33, n. 2, p. 143-164, ago./dez. 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural,** São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

_____. **Uma nova agenda para a reforma agrária**. Valor Econômico, São Paulo, 27 de jun. de 2007. Valor Opinião. Caderno A. p. 14.

GUARESCHI, P.A (Org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2000. 380p.

HEGEL, G.W.F. **Fenomelogia do Espírito**. Tradução, Paulo Meneses et al. 4. ed. Bragança Paulista, SP : Editora Universitária São Francisco; Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2007. 548p.

HELLER, A. **O cotidiano e a História.** Tradução, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6. ed. São Paulo : Editora Paz e Terra, 2000. 121p.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. 220p.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução, Luiz Repa. São Paulo : Editora 34, 2003. 291p.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Tradução: C. Iperoig. Rio de Janeiro : Ed. Laemmert, 1968. 325p..

KOLLING, E.J et al. (Orgs.) **Educação do Campo: Identidade e Políticas públicas**. Brasília, DF : Articulação Nacional Por uma educação no campo, 2002. 136p.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução, Carlos Irineu da Costa. São Paulo : Editora 34, 1994. 152p. (Coleção TRANS).

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Tradução, Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira S.A., 1975. p.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo : Edusp, 2003. 214p. (Acadêmica; 25).

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

LIRIO, S. Chacina impune. **Carta Capital**, São Paulo, n. 454, p. 10-17, jul. 2007.

MAMIGONIAN, A; REGO, J.M, (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo : Editora 34, 1998. 176p.

MARANGONI, A.M.M.C. Questionários e entrevistas: algumas considerações. In.: VENTURI, L.A.B.; (Org.). **Praticando geografias: técnicas de campo e laboratório.** São Paulo : Oficina de Texto, 2005, p. 167-172.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J.S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo : Paulus, 1997. 140p. (Coleção temas de atualidade).

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1. ed. São Paulo : Edusp, 2004. 173p.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da historia lenta**. São Paulo : Ed. Hucitec, 1994. 174p.

_____. **O cativeiro da terra**. São Paulo : Editora Hucitec, 1986. 176p.

_____.**O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre : UFRSG, 2003. 250p.

MARX, M. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo : Nobel; Edusp, 1991. p.

MELLO, M. C. D'Incao e. **O bóia-fria: acumulação e miséria.** 5. ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1976. 154p.

MELLO E SOUZA, L. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 2004. 323p.

MORAES, A.C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 12. ed. São Paulo : Editora Hucitec, 1993. 138p.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** 5. ed. São Paulo : Annablume, 2005. 156p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução, Catarina Eleonora F. da Silva et al. 2. ed. São Paulo : Editora Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000. 117p.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo : Editora Ática, 1988. 78p.

NASSIF, M. I. Os novos e velhos problemas da cana. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 de mai. 2007. Caderno A, p.9.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural,** São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NEPOMUCENO, E. **O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade.** São Paulo : Editora Planeta do Brasil, 2007, 214p.

NETO, J. A. F. **Assentamentos rurais: mobilização, organização e imaginário social.** Viçosa, MG : Visconde do Rio Branco, 2003. 118p.

O MST QUER EXPANDIR HORIZONTES. **Carta Capital**, São Paulo, ano 13, n 449, p. 19, jun. 2007.

OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. 10. ed. São Paulo : Contexto, 2001. 128p. (Repensando a Geografia).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo : Contexto, 2001. 164p. (Caminhos da Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo : Editora Ática, 1986. 88p. (Série Princípios).

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo : Contexto, 1999. p. 63-110.

_____. A 'não reforma agrária' do MDA/INCRA no governo Lula. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** São Paulo; v. 33, n. 2, p. 165-202, ago./dez. 2006.

PEREIRA, P. C. X. **São Paulo: a construção da cidade 1872-1914**. São Carlos : Rima, 2004. 174p.

_____. **Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo**. São Paulo : Nobel, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo : Editora Ática, 1980. 269p.

RANGEL, I. Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000. Organizador: José Graziano da Silva.

RAPCHAN, E. S. **De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré**. São Paulo : FFLCH, 1993, 208p. (Dissertação de Mestrado em Antropologia – FFLCH-USP).

RODRIGUES, A.F. **Como elaborar referência bibliográfica**. 6. ed. São Paulo : Associação Editoral Humanitas, 2007. 99p. (Coleção Metodologias, v. 1).

_____. **Como elaborar citações e notas de rodapé**. 4. ed. São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2005. 74p. (Coleção Metodologias, v. 2).

_____. **Como elaborar e apresentar monografias.** 2. ed. São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006. 94p. (Coleção Metodoligas, v.3).

ROSSINI, R.E. A interculturalidade na metrópole: os velhos e novos imigrantes internacionais. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo : Contexto, 2004. 343-368.

RUSSO, O. Romper as cercas. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 de mar. de 2007. Caderno A, p. 14.

SACHS, I. Brasil rural da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados: dossiê desenvolvimento rural,** São Paulo :Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43, p. 75-82, set./dez. 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo : Edusp, 2002. 384p. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** Tradução, Maria Irene de Q.F. Szmreczányi. 2. ed. São Paulo : Edusp, 2003. 204p. (Coleção Milton Santos; 3).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro : Editora Record, 2004. 174p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo : Editora Hucitec, 1993. 184p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo : Nobel, 1985. 88p.

_____. **Testamento Intelectual**. Entrevistado por, Jesus de Paula Assis; colaboração, Maria Encarnação Sposito. São Paulo : Editora da UNESP, 2004. 140p.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução, Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo : Edusp, 2004. 440p. (Coleção Milton Santos; 4).

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 4. ed. São Paulo : Editora Hucitec, 1996. 236p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo : Edusp, 2005. 176p. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. Pensando o espaço do homem. 5. ed. São Paulo : Edusp, 2004. 96p. (Coleção Miltno; 5).

_____. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A.I.G et al. (Orgs). **Questões territoriais na Améria Latina.** 1. ed. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciência Sociales – CLACSO; São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006. 19-26p.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo : Editora Hucitec, 1978. 119p.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e Meio-técnico-cientifico informacional**. São Paulo : Editora Hucitec, 1994. 190p.

_____. **Novos rumos da geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo : Editora Hucitec, 1996. 219p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo : Editora Record, 2001. 473p.

SAUER, S. et al. O Parlamento e a criminalização dos movimento de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** São Paulo; v. 33, n. 2, p. 41-65, ago./dez. 2006.

SCOLESE, E. **A reforma agrária**. São Paulo : Publifolha, 2005.103p. (Folha explica).

SHANIN, T. (comp.) **Campesino y sociedades campesinas**. México : Fondo de Cultura Econômica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera, Presidente Prudente**, n. 7, p.1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo : Ed. Unesp, 2004.136p. (Coleção Paradidático, Série Poder).

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo : Editora da Unesp, 1999. 370p. (Primas).

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** São Paulo; v. 33, n. 2, p. 111- 144, ago./dez. 2006.

_____. De colona a Bóia-fria. In: PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo : Contexto; São Paulo :Edusp, 1997. p.554-577.

SILVEIRA, M.L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo : Contexto, 2004. 59-71.

_____.Por uma epistemologia geográfica. In: BERTONCELLO, R., CARLOS, A.F.A. (Orgs.). **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires : Instituto e Geografia, Facultad de Filosofia y Letras, Universidade de Buenos Aires, 2003. 13-26.

_____.Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território, Laboratório de Gestão do Território – LAGET**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 4, nº 6, jan./jun, 1999, p. 21-28.

SOUZA, E. F. **Do silêncio a Satanização: o discurso de Veja e o MST.** São Paulo : Annablume, 2004. 154p.

STÉDILE, J.P. O MST e a questão agrária. **Estudos Avançados: dossiê questão agrária**, São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 11, n. 31, p.69-97, set./dez. 1997.

_____.(Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo : Editora Expressão Popular, 2005. 320p.

_____. **Questão Agrária no Brasil**. 7. ed. São Paulo : Atual, 1997. 71p. (Espaço e Debate).

_____. Reforma agrária, por justiça social e soberania popular. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 11, n. 123, p. 21, jun. 2007.

SUZUKI, J. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo : Contexto, 2004. 131-156.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os 'nós' da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo : Annablume; FAPESP, 2002. 388p.

TURATTI, M.C.M**. Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamento do MST.** São Paulo : Alameda, 2005. 118p;

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução, Pietro Nasseti. São Paulo : Editora Martin Claret, 2006. 230p. (Coleção A obra-prima de cada autor).

VELHO, G. **Desvio e Divergência: uma crítica a patologia social**. 8. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2003. 144p.

ZANATTA, M. Consenso nos índices de produtividade. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 de jul. 2006. Valor Agronegócio, Caderno B, p. 12.

ZANATTA, M. et al. Índices de produtividade reacendem velhas polêmicas. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 de jul. 2006. Valor Agronegócio, Caderno B, p. 18.

_____. Índice de produtividade visa atualizar eficiência. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 de mai. 2007. Valor Agronegócio, Caderno B. p. 11.

_____. Abag rejeita propostas para a reforma agrária. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 de jun. de 2007. Valor Agronegócio, Caderno B. p. 13.

_____. MST quer ir além da reforma agrária. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 de jun. de 2007. Valor Especial. Caderno A. p. 14.

_____. Comissão do etanol traça estratégia para elevar oferta e demanda globais. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 de agosto de 2007. Valor Agronegócio, Caderno B, p. 12.